GOVERNO DO
TOCANTINS
Controladoria Geral do Estado

TOCANTINS

Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas

Exercício de 2016

Processo 2017/25000/000034 | Volume VI

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
LUIZ ANTONIO DA ROCHA

DIRETOR DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO GOVERNAMENTAL
BENEDITO MARTINIANO DA COSTA NETO

GERENTE DE CONTROLE DO GASTO PÚBLICO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS
LÚCIA HELENA QUEIROZ LIMA CÂMARA

EQUIPE TÉCNICA
FLEURY PEREIRA DOS SANTOS
MARIKA MIDORI TAKAYAMA
ROSILENE COSTA SOUSA

EQUIPE DE APOIO
DOMINGOS FERREIRA CURSINO
KILVANIA RODRIGUES MELO MIRANDA
PAULO ROBERTO RODRIGUES

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 1604

1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO 1607

2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA 1611

2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 1612

2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária 1613

2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos 1613

2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 1619

3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO 1623

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO 1623

3.1.1 Execução Orçamentária por Gestão 1638

3.1.2 Execução Orçamentária por Poder 1641

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO 1645

3.2.1 Balanço Patrimonial - Consolidado 1645

3.2.2 Balanços Patrimoniais por Gestão 1648

3.2.3 Balanços Patrimoniais por Poder 1657

3.3 GESTÃO FINANCEIRA 1664

3.3.1 Balanço Financeiro Consolidado 1664

3.3.2 Balanços Financeiros por Poderes 1665

3.3.3 Balanços Financeiros por Gestão 1667

3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa 1669

3.4 ARRECADAÇÃO/DESEMBOLSO E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 1674

3.4.1 Execução da Receita e Despesa por Fonte de Recursos 1674

3.4.2 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e P. Executivo 1676

4 ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE OS LIMITES LEGAIS 1680

4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO 1680

4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 1683

4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE 1684

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 1686

4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1687

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR 1692

4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 1693

4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA 1694

5 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO 1696

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS 1697

5.1.1 Unidades da Administração Direta 1697

5.1.2 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais 1698

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2016 1700

5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos 1704

5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos e Programas Temáticos 1705

6 RECOMENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016 1797

6.1 RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS 1797

CONSIDERAÇÕES FINAIS **1815**

ANEXOS **1827**

QUADROS

QUADRO 1 Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentárias - 2016 1613

QUADRO 2 Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos - 2016 1614

QUADRO 3 Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas Fontes de Recursos - 2016 1614

QUADRO 4 Resumo da Receita e Despesa Orçamentárias Todas as Fontes - 2016 1615

QUADRO 5 Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2016 1616

QUADRO 6 Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2016 1617

QUADRO 7 Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2016 1618

QUADRO 8 Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias - 2016 1620

QUADRO 9 Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2016 1620

QUADRO 10 Balanço Orçamentário Geral do Estado - 2016 1624

QUADRO 11 Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado 2015 e 2016 1626

QUADRO 12 Receitas – Recursos de Todas as Fontes - 2016 1627

QUADRO 13 Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado - 2016 1628

QUADRO 14 Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2015 e 2016 1628

QUADRO 15 Desempenho da Receita Tributária do Estado 2015 e 2016 (Principais Impostos) 1629

QUADRO 16 Desempenho da Receita de Capital do Estado – 2015 e 2016 1629

QUADRO 17 Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2015 e 2016 1630

QUADRO 18 Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária - 2016 1631

QUADRO 19 Execução dos Programa de Governo do Estado - 2016 1632

QUADRO 20 Demonstrativo da Despesa Executada por Função - 2016 1635

QUADRO 21 Comparativo de Despesa Executada por Função de Governo - 2016 1637

QUADRO 22 Despesa Realizada Quanto a Gestão - Adm. Direta - 2016 1638

QUADRO 23 Despesa Realizada Quanto a Gestão – Autarquias - 2016 1639

QUADRO 24 Despesa Realizada Quanto a Gestão – Fundações - 2016 1639

QUADRO 25 Despesa Realizada Quanto a Gestão – Fundos - 2016 1639

QUADRO 26 Resumo Total da Despesa Realizada - Todas as Gestões - 2016 1640

QUADRO 27 Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2016 1641

QUADRO 28 Despesa Realizada por Poder – “Executivo” - 2016 1642

QUADRO 29 Despesa Realizada por Poder – “Poder Judiciário” - 2016 1642

QUADRO 30 Despesa Realizada por Poder –“Poder Legislativo” - 2016 1642

QUADRO 31 Despesa Realizada por Poder –“Ministério Público” - 2016 1643

QUADRO 32 Demonstrativo Resumido da Desp. Realizada dos “Poderes” - 2016 1643

QUADRO 33 Demonstrativo Resumido da Desp. Realizada dos “Poderes” - por Categoria e Grupo - 2016 1643

QUADRO 34 Balanço Patrimonial – Geral do Estado – 2015 e 2016 1645

QUADRO 35 Balanço Patrimonial – “Administração Direta” – 2015 e 2016 1648

QUADRO 36 Balanço Patrimonial – “Autarquias” – 2015 e 2016 1651

QUADRO 37 Balanço Patrimonial – “Fundações” – 2015 e 2016 1653

QUADRO 38 Balanço Patrimonial – “Fundos” – 2015 e 2016 1654

QUADRO 39 Balanço Patrimonial – "Poder Executivo" – 2015 e 2016 1657

QUADRO 40 Balanço Patrimonial – "Poder Legislativo" – 2015 e 2016 1659

QUADRO 41 Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2015 e 2016 1661

QUADRO 42 Balanço Patrimonial – "Ministério Público" – 2015 e 2016 1662

QUADRO 43 Resumo do Balanço Financeiro – Geral do Estado - 2016 1664

QUADRO 44 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Executivo" - 2016 1665

QUADRO 45 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Legislativo" - 2016 1666

QUADRO 46 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Judiciário" - 2016 1666

QUADRO 47 Resumo do Balanço Financeiro – "Ministério Público" - 2016 1667

QUADRO 48 Resumo do Balanço Financeiro – "Adm. Direta" - 2016 1667

QUADRO 49 Resumo do Balanço Financeiro – "Autarquias" – 2016 1668

QUADRO 50 Resumo do Balanço Financeiro – "Fundações" – 2016 1668

QUADRO 51 Resumo do Balanço Financeiro – "Fundos" – 2016 1669

QUADRO 52 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado – 2015 e 2016 1670

QUADRO 53 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Administração Direta" – 2015 e 2016 1671

QUADRO 54 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Autarquias" – 2015 e 2016 1671

QUADRO 55 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundos" – 2015 e 2016 1672

QUADRO 56 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundações" – 2015 e 2016 1673

QUADRO 57 Arrecadação e Desembolso por Fonte – Geral do Estado 2015 e 2016 1674

QUADRO 58 Arrecadação e Desembolso por Fonte – Poder Executivo 2015 e 2016 1675

QUADRO 59 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Consolidado – 2016 1676

QUADRO 60 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2016 1678

QUADRO 61 Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Consolidado – 2016 1680

QUADRO 62 Demonstrativo da Despesa de Pessoal – P. Executivo - 2016 1681

QUADRO 63 Evolução do Gasto de Pessoal por “Poder” e Limites sobre a Receita Corrente Líquida – RCL 2015 e 2016 1683

QUADRO 64 Comparativo da Despesa Realizada com Educação - 2015 e 2016 1683

QUADRO 65 Comparativo da Despesa Realizada com Saúde - 2015 e 2016 1685

QUADRO 66 Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida - 2015 e 2016 1686

QUADRO 67 Demonstrativo da Apuração da Rec. Corrente Líquida - 2016 1686

QUADRO 68 Evolução da Receita Corrente Líquida – 2013 a 2016 1687

QUADRO 69 Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito - 2015 e 2016 1688

QUADRO 70 Comparativo da Dívida Fundada - exceto (Regime Previdenciário) 1688

QUADRO 71 Composição e Variação da Dívida Interna e Externa - 2015 e 2016 1689

QUADRO 72 Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal 1690

QUADRO 73 Demonstrativo do Resultado Primário – Biênio 2015 e 2016 1690

QUADRO 74 Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2015 e 2016 1691

QUADRO 75 Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2015 e 2016 1691

QUADRO 76 Situação dos Restos a Pagar dos Exercícios de 2015 e 2016 1692

QUADRO 77 Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores – Geral do Estado – 2016 1693

QUADRO 78 Demonstrativo das Movimentações da Dívida Ativa – 2016 1694

QUADRO 79 Programas Governamentais – P. Executivo e Defens. Pública 1701
QUADRO 80 Programas Governamentais vinculados ao Eixo I 1705
QUADRO 81 Programas Governamentais vinculados ao Eixo II 1706
QUADRO 82 Programas Governamentais vinculados ao Eixo III 1707
QUADRO 83 Programas Governamentais vinculados ao Eixo IV 1708
QUADRO 84 Programas Governamentais vinculados ao Eixo V 1709
QUADRO 85 Programas Governamentais vinculados ao Eixo VI 1710

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais - por Esfera - 2016 1613

GRÁFICO 02 Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos 1614

GRÁFICO 03 Recursos Autorizados – Esfera Orçamentária - Destaque das Fontes mais Expressivas 1619

GRÁFICO 04 Percentuais do Orçamento Autorizado - Inicial mais Acréscimos 1621

GRÁFICO 05 Orçamento Realizado em – 2016 (Receita e Despesa) 1628

GRÁFICO 06 Gastos Por Categoria e Percentuais de Composição - 2015/2016 1630

GRÁFICO 07 Despesa Realizada por Esfera Orçamentária - 2016 1632

GRÁFICO 08 Programas de Governo – destaque dos mais Expressivos 1635

GRÁFICO 09 Despesas Executadas por Função de Governo 1636

GRÁFICO 10 Percentual de Participação da Despesa Executada por Gestão 1640

GRÁFICO 11 Execução da Despesa por Poder do Estado e Min. Público 1644

GRÁFICO 12 Limite de Despesas com Educação 1684

GRÁFICO 13 Limite de Despesas com Saúde 1685

GRÁFICO 14 Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida 1689

GRÁFICO 15 Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2016/2015 1693

GRÁFICO 16 Valores por Eixos Estratégicos 1704

GRÁFICO 17 Eixo I - Saúde 1705

GRÁFICO 18 Eixo II – Educação e Conhecimento 1706

GRÁFICO 19 Eixo III – Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos 1707

GRÁFICO 20 Eixo IV – Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente 1708

GRÁFICO 21 Eixo V – Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura 1709

GRÁFICO 22 Eixo VI – Gestão Pública 1710

APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Lei nº 2.735/2013, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica e ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, a Controladoria Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório sobre as contas do Governo, referente ao exercício de 2016, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do Direito Administrativo, tais como, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO, no artigo 74, inciso I, assim define prestação de contas:

> "Art. 74. Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:
>
> I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa fisica, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.".

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, expõe uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais, executados no exercício de 2016, abrangendo os Poderes: Executivo, incluída a Defensoria Pública; Legislativo; Judiciário e o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas estão expostos de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por categorias, grupos, funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, responsáveis pela manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando, assim, os limites legais e constitucionais.

No tocante à composição das contas, demonstra-se o desempenho dos Programas e Ações realizados pelas Unidades Orçamentárias, bem como, a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados nesta prestação de contas, constata-se que, no decorrer do exercício de 2016, procurou-se manter o equilíbrio das contas públicas, tomando medidas de contenção de gastos, em razão da frustração na arrecadação da receita, que foi de 11,18%, em relação à previsão

atualizada, mantendo-se de forma regular as principais políticas públicas do governo como: educação, saúde, assistência social, segurança pública e transporte.

Os balanços e demais demonstrações contábeis, apresentados pela Secretaria da Fazenda, estão divididos em 6 (seis) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balanço Geral do Estado e Poder Executivo: - 1ª parte - Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis;

Volume III e IV - Balanço Geral por Gestão: Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos;

Volume V – Balanço Geral do Estado – 2ª parte - Relatórios Gerenciais; Relatórios da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Relatório de Gestão e Demonstrativo dos Precatórios;

Volume VI – Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas.

Capítulo 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Inicialmente, no ano de 2016, foram realizadas as avaliações das prestações de contas dos ordenadores de despesas referentes ao exercício de 2015, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado. Neste trabalho foram elaborados 70 Pareceres de Auditoria, referente à Prestação de Contas Anual dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Durante o ano, houve também 1.584 análises em sistema informatizado de avaliação dos resultados da execução do PPA e verificação do cumprimento das metas físicas e financeiras previstas nas ações orçamentárias.

A avaliação das prestações de contas também envolveu a finalidade institucional de verificar a legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Todavia, no decorrer do exercício, essa finalidade foi exercida com ênfase na análise dos processos de despesas, sobre os quais foram emitidos 466 Pareceres Técnicos. Outra forma de verificação foi a aplicação das técnicas de controle interno, quais sejam: auditoria; inspeção; fiscalização e avaliação de resultados, em que foram realizadas uma auditoria, 580 fiscalizações e duas inspeções, tendo sido emitidas, durante o desenvolvimento dos trabalhos, 213 Solicitações de Ação Corretiva – SAC, e, ao final, os respectivos relatórios.

Destaca-se, também, o trabalho de controle do gasto público e consolidação das contas, que tem a função de acompanhar e analisar, de forma consolidada a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos das Unidades Administrativas do Poder Executivo, colaborando com os Gestores Estaduais nas respostas das diligências sobre a prestação das contas e elaborando relatórios concernentes à referida execução financeira para contribuir com esses na tomada de decisões. Esses relatórios demonstram as inconsistências e/ou omissões nas execuções e emitem sugestões para a melhoria do gasto público, mantendo o chefe do Órgão informado sobre o cumprimento dos limites constitucionais e fiscais.

A Controladoria Geral também implantou o Observatório da Despesa Pública - ODP Estadual, com o objetivo de produzir informações estratégicas que permitam a identificação de riscos e auxiliem na tomada de decisões pelos gestores, utilizando metodologia própria do ODP. A Controladoria realizou, ainda, 04 Notas de Orientações Técnica, e orientações via telefone e pessoalmente, além de ter instituído um normativo a ser observado pelos órgãos e entidades estaduais.

Para assegurar a correta aplicação dos recursos entregues às entidades públicas e privadas, a CGE geriu o Sistema de Acompanhamento de Convênios concedidos pelo Poder Executivo, com a emissão de certidão de adimplência de pretenso recebedor de recursos e a gerência do Sistema de Acompanhamento de Adiantamentos e prestação de suporte técnico aos órgãos e entidades do Poder Executivo, em todas as situações relativas a convênios, tais

como: proposição, celebração, execução, prestação de contas, atendimento a diligências e tomada de contas especial.

Na finalidade de controlar as operações de crédito e as correspondentes garantias, bem como os direitos e as obrigações do Estado, a CGE fez o acompanhamento contábil das receitas e despesas junto ao SIAFEM / SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO CONTÁBIL e dos limites de gastos e de endividamento, enviando bimestralmente o relatório de orientações periódicas para os Secretários dos órgãos, e ao Governador, para auxiliar na tomada de decisões.

Para o efetivo apoio ao órgão estadual de controle externo no exercício de suas atribuições institucionais, esta Controladoria-Geral instaurou 39 Tomadas de Conta Especial, sendo: 08 pela Controladoria Geral do Estado e 31 por outros órgãos estaduais;

Foram encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado, 9 processos, sendo: 7 concluídas e 2 não operacionalizadas. Das Tomadas de Contas Especiais concluídas, 1 foi instaurada no exercício de 2015 e 8 em 2016.

Dentre os processos encaminhados ao TCE/TO, concernentes às instaurações do exercício de 2016, foi constatado um dano ao erário no valor de R$ 1.516.145,89.

No contínuo exercício da atividade de apoio ao controle externo e visando assegurar a utilização do recurso público com economicidade e eficiência e a legalidade exigida para o setor público, foram elaborados 34 pareceres técnicos sendo: 09 com certificação e enviados ao TCE/TO; 07 com certificação e enviados ao órgão de origem e 18 com orientações técnicas para os gestores das instituições estaduais objeto das tomadas de contas especiais.

No tocante à Ouvidoria foram registrados em 2016, no Sistema Informatizado de Gestão de Ouvidoria - SGO, 6.161 manifestações dos cidadãos. Desse total 4.274 foram acionamentos diversos (informações sobre contatos e horário de atendimento dos órgãos/entidades e manifestações para outros entes da federação) e 1.887 foram demandas (sugestões, elogios, pedidos de informação, reclamações e denúncias). As demandas foram encaminhadas para serem solucionadas pelos respectivos órgãos/entidades estaduais e a resolutividade das manifestações são acompanhadas diariamente pela CGE.

Visando aperfeiçoar o serviço de ouvidoria foi promovida em agosto/2016, em parceria com a Ouvidoria Geral da União - OGU, capacitação para os servidores que atuam nas atividades de Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão nas unidades do Poder Executivo Estadual.

A Ouvidoria também atuou ativamente na Rede de Ouvidorias criada pela OGU, composta por vários Estados, capitais e outras instituições, e recebeu em novembro/2016 elogio pela atuação, por meio do Ofício nº 17265/2016/OGU/CGU, reconhecendo os trabalhos prestados nessa área.

Já em relação às atividades de Transparência e Combate à Corrupção o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, recebeu 1.465 solicitações por meio dos sistemas SIC (1256) e SGO (209), encaminhadas para serem respondidas pelos respectivos órgãos/entidades estaduais, tendo a CGE feito o acompanhamento do retorno dos pedidos de informações, sendo que 87% das solicitações foram respondidas em tempo hábil.

O Portal da Transparência teve 79.827 acessos em 2016 e foi aperfeiçoado tendo sido implantando um novo layout para melhor usabilidade pelos cidadãos e melhorado a exposição das informações sobre as despesas dos servidores estaduais, convênios, licitações, entre outras, visando facilitar o controle social. Isso permitiu ao Estado, na avaliação do Ministério Público Federal, divulgado em junho/2016, sair da 5ª posição (em 2015) e alcançar a 2ª posição no Ranking Nacional da Transparência. Já referente a última avaliação da Escala Brasil Transparente da Controladoria Geral da União, o Estado se manteve em 2016 na 1ª posição.

Referente às atividades de Combate à Corrupção, foram realizados 09 cadastros de empresas/pessoas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CNEP) e foram realizadas atividades em conjunto com Observatório Social de Palmas e o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção, fomentando a participação social e a transparência pública.

A Controladoria-Geral do Estado, preocupada com a qualidade da execução de suas atividades e visando identificar seus pontos fortes e fracos realizou em 2016, pesquisa objetivando mapear os riscos do órgão, o que propiciou a identificação de diversas fragilidades. Como consequência deste trabalho, foi identificada necessidade da realização do Planejamento Estratégico do órgão para o fim de orientar os esforços e recursos da CGE/TO no atingimento de seus objetivos estratégicos sem se desviar de seus valores. Neste sentido, dentre as atividades executadas pelo Planejamento da Controladoria-Geral do Estado se destaca o Planejamento Estratégico, pois orientará o órgão até 2020 a controlar e avaliar a Gestão Pública para assegurar a eficiência e a eficácia da aplicação dos recursos e a efetividade das políticas públicas, promovendo a participação popular e a transparência em prol da sociedade tocantinense.

Capítulo 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

CAPITULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

Esta análise consiste em demonstrar o desempenho da execução orçamentária da Receita e da Despesa do Estado, conferindo maior confiabilidade às contas públicas, além de justificar os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento governamental, que define diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir à ação governamental e orientar a definição de prioridades para buscar o desenvolvimento sustentável, a infraestrutura econômica e social e o cuidado com as pessoas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 2º, inciso III, do art. 80 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal

101, de 4 de maio de 2000, compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações, as disposições relativas à dívida pública e as despesas com pessoal e encargos sociais. Compreende também a política de aplicação dos recursos da agência oficial de fomento, a disposição sobre alterações na legislação, a sua adequação orçamentária e as disposições gerais.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional que estima as receitas e fixa as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. A Lei Orçamentária Anual é utilizada para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

A receita extraorçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extraorçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para o exercício financeiro de 2016, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 3.048, de 21 de dezembro de 2015 (LDO) e aprovado pela Lei Estadual n° 3.052, de 21 de dezembro de 2015 (LOA), que estimou a receita no valor de R$ 10.161.270.500,00 e fixou a despesa em igual valor, na forma a seguir.

2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária:

a) Orçamento Fiscal: R$ 7.194.352.558,00;

b) Orçamento da Seguridade Social: R$ 2.966.917.942,00.

2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 5.864.102.742,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 4.297.167.758,00.

QUADRO 01 – Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentárias - 2016

RECEITA ESTIMADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.194.352.558,00	70,80
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	2.966.917.942,00	29,20
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**100**

DESPESA FIXADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.194.352.558,00	70,80
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	2.966.917.942,00	29,20
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**100**

FONTE: Lei 3.052, de 21 de dezembro de 2015.

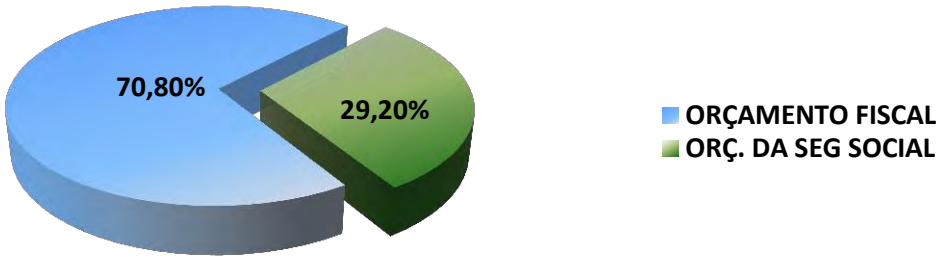


GRÁFICO 01 – Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais por Esfera – 2016

O quadro acima espelha de forma resumida, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 e a análise vertical da participação de cada esfera orçamentária, em relação ao total do orçamento inicial.

A receita estimada e a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 foi de: no orçamento fiscal foi de R$ 7.194.352.558,00 e no orçamento da seguridade social foi de R$ 2.966.917.942,00 com índices percentuais equivalentes a 70,80% e 29,20%, respectivamente.

QUADRO 02 – Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos - 2016

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	5.864.102.742,00	57,71
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.297.167.758,00	42,29
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**100**

FONTE: Lei 3.052, de 21 de dezembro de 2015.

GRÁFICO 02 – Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos

O quadro acima compreende o orçamento anual por suas fontes de recursos. Nele observa-se que 57,71% correspondem aos recursos do Tesouro e 42,29% alocados nas demais fontes.

QUADRO 03 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas fontes de Recursos - 2016

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	5.864.271.638,00	56,88
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.445.228.951,00	43,12
TOTAL	**10.309.500.589,00**	**100**

FONTE: Anexo 11 por fonte de recursos, Volume I, fl. 329.

O valor do orçamento inicial da despesa foi acrescido de R$ 148.230.089,00 e contou com as seguintes movimentações orçamentárias: Suplementações, Reduções, Créditos Especiais e/ou Extraordinários, Remanejamentos, Transposições e Transferências, passando o orçamento autorizado para R$ 10.309.500.589,00, assim distribuído:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 5.864.271.638,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 4.445.228.951,00.

Ressalta-se que este acréscimo contou com recursos disponíveis originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior (2015), no valor de R$ 107.103.686,00 e R$ 41.126.403,00 do excesso de

arrecadação do exercício em análise, valores que justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

Do total de R$ 10.309.500.589,00, valor que representa o Orçamento Geral do Estado, atualizado no exercício de 2016, foram consignados R$ 5.805.594.060,00 na Administração Direta e R$ 4.503.906.529,00 na Administração Indireta, correspondentes a 56,31% e 43,69%, respectivamente.

QUADRO 04 – Resumo da Receita e Despesa Orçamentárias – Todas as Fontes - 2016

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	% EVOL.
RECEITAS CORRENTES	**9.353.285.374,00**	**9.396.721.538,00**	**0,46**
Receita Tributária	3.336.731.827,00	3.348.458.464,00	0,35
» ICMS	2.485.671.145,00	2.485.671.145,00	0,00
» Outras	851.060.682,00	862.787.319,00	1,38
Receita de Contribuições	478.199.106,00	473.522.140,00	-0,98
Receita Patrimonial	650.125.796,00	651.645.162,00	0,23
Receita de Serviços	47.478.107,00	58.964.834,00	24,19
Transferências Correntes	4.663.597.225,00	4.684.214.944,00	0,44
» FPE	3.508.934.075,00	3.508.934.075,00	0,00
» Outras	1.154.663.150,00	1.175.280.869,00	1,79
Outras Receitas Correntes	177.153.313,00	179.915.994,00	1,56
RECEITAS DE CAPITAL	**1.265.554.609,00**	**1.263.244.848,00**	**-0,18**
Operações de Crédito	830.107.374,00	830.107.374,00	0,00
Alienação de Bens	3.674.757,00	3.674.757,00	0,00
Amortização de Empréstimos	9.467.225,00	7.157.464,00	-24,40
Transferências de Capital	422.305.253,00	422.305.253,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**10.618.839.983,00**	**10.659.966.386,00**	**0,39**
(-) RESTITUIÇÃO	**-2.550.120,00**	**-2.550.120,00**	**0,00**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**-1.107.001.183,00**	**-1.107.001.183,00**	**0,00**
Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	**651.981.820,00**	**651.981.820,00**	**0,00**
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**10.202.396.903,00**	**0,40**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - Volume I, fl. 124 a 128.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	% EVOL.
DESPESAS CORRENTES	**7.682.171.658,00**	**8.013.496.522,00**	**4,31**
Pessoal e Encargos Sociais	4.272.911.681,00	4.616.667.139,00	8,04
Juros e Encargos da Dívida	144.763.494,00	170.243.658,00	17,60
Outras Despesas Correntes	2.572.003.441,00	2.675.617.133,00	4,03
Reserva de Contingência	692.493.042,00	550.968.592,00	-20,44

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	% EVOL.
DESPESAS DE CAPITAL	**1.718.914.200,00**	**1.756.366.634,00**	**2,18**
Investimentos	1.469.619.473,00	1.457.636.765,00	-0,82
Inversões Financeiras	24.447.225,00	13.678.294,00	-44,05
Amortização da Dívida	224.847.502,00	285.051.575,00	26,78
DESPESAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**9.401.085.858,00**	**9.769.863.156,00**	**3,92**
Despesas de Contribuições Intraorçamentárias	**760.184.642,00**	**539.637.433,00**	**-29,01**
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**10.309.500.589,00**	**1,46**

FONTE: IMPBY - Geral do Estado, Volume I, fl. 161 a 163.

Neste quadro demonstra-se a receita prevista e atualizada, por categoria e origem, a despesa inicialmente fixada e autorizada, por categoria e grupo de natureza bem como a análise dos índices da evolução ocorrida no exercício por intermédio das alterações previstas na Lei Orçamentária Anual, em seu art. 5º, inciso I.

As receitas atualizadas sofreram, no cômputo geral, aumento de 0,40%, as receitas correntes aumentaram 0,46%, as receitas de capital tiveram redução de (0,18%) e as receitas de contribuições intraorçamentárias não sofreram alterações.

As despesas autorizadas apresentaram aumento de 1,46%, destacando por maiores índices de crescimento, na categoria despesas correntes, pessoal e encargos sociais e juros e encargos da dívida com 8,04% e 17,60% respectivamente. Na categoria despesas de capital, o grupo amortização da dívida, teve crescimento de 26,78%.

Ainda, com relação à despesa demonstrada no quadro anterior, constatam-se índices negativos, dentre eles estão os grupos: reserva de contingência, investimentos e inversões financeiras com (20,44%, 0,82% e 44,05%) respectivamente.

As despesas de contribuições intraorçamentárias apresentaram redução de (29,01%).

QUADRO 05 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2016

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	**5.864.102.742,00**	**2.423.067.493,00**	**8.287.170.235,00**
Receita Tributária	3.198.994.031,00	149.464.433,00	3.348.458.464,00
Receita de Contribuições	0,00	473.522.140,00	473.522.140,00
Receita Patrimonial	113.235.534,00	538.409.628,00	651.645.162,00

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
Receita de Serviços	3.809,00	58.961.025,00	58.964.834,00
Transferências Correntes	3.536.270.732,00	1.147.944.212,00	4.684.214.944,00
Outras Receitas Correntes	125.099.722,00	54.816.272,00	179.915.994,00
Restituição	-2.499.903,00	-50.217,00	-2.550.120,00
Dedução para o FUNDEB	-1.107.001.183,00	0,00	-1.107.001.183,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.263.244.848,00**	**1.263.244.848,00**
Operações de Crédito	0,00	830.107.374,00	830.107.374,00
Alienação de Bens	0,00	3.674.757,00	3.674.757,00
Amortização de Empréstimos	0,00	7.157.464,00	7.157.464,00
Transferências de Capital	0,00	422.305.253,00	422.305.253,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**651.981.820,00**	**651.981.820,00**
TOTAL	**5.864.102.742,00**	**4.338.294.161,00**	**10.202.396.903,00**

FONTE: Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado, Vol. I, fls. 129 a 148 – Receita Atualizada.

QUADRO 06 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2016

DESPESAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**5.040.455.082,00**	**2.422.072.848,00**	**7.462.527.930,00**
Pessoal e Encargos Sociais	3.263.770.656,00	1.352.896.483,00	4.616.667.139,00
Juros e Encargos da Dívida	169.034.903,00	1.208.755,00	170.243.658,00
Outras Despesas Correntes	1.607.649.523,00	1.067.967.610,00	2.675.617.133,00
DESP. CORR. INTRAORÇAMENTÁRIA	**448.334.820,00**	**91.302.613,00**	**539.637.433,00**
Pessoal e Encargos Sociais	367.267.868,00	79.408.034,00	446.675.902,00
Juros e Encargos da Dívida	14.930.251,00	0,00	14.930.251,00
Outras Despesas Correntes	0,00	11.894.579,00	11.894.579,00
Amortização da Dívida	66.136.701,00	0,00	66.136.701,00
DESPESAS DE CAPITAL	**375.481.736,00**	**1.380.884.898,00**	**1.756.366.634,00**
Investimentos	100.080.161,00	1.357.556.604,00	1.457.636.765,00
Inversões Financeiras	50.000,00	13.628.294,00	13.678.294,00
Amortização da Dívida	275.351.575,00	9.700.000,00	285.051.575,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**550.968.592,00**	**550.968.592,00**
TOTAL	**5.864.271.638,00**	**4.445.228.951,00**	**10.309.500.589,00**

FONTE: Anexo 11 - Geral do Estado, Vol. I, fls. 164 a 328 - Orçamento Autorizado.

Comparando o orçamento total da receita prevista atualizada, no valor de R$ 10.202.396.903,00 (quadro 05), com o total da despesa atualizada de R$ 10.309.500.589,00, demonstrado no (quadro 06), constata-se que o orçamento da despesa apresenta uma diferença a maior no valor de R$ 107.103.686,00. Esse fato ocorreu em função da utilização do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, mediante Decreto do Poder Executivo, com suporte nas disposições do art. 5º da Lei Orçamentária Anual nº 3.052, de 21 de dezembro de 2015 e também consoante ao art. 43, § I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

QUADRO 07 – Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2016

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.282.357.403,00	30.601.818,00
0101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	375.834.873,00	0,00
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	0,00	1.090.403.645,00
0103	CONTRAPARTIDA	13.313.899,00	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	67.905.001,00	3.854.999,00
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.133.727,00	0,00
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	42.190.554,00	350.000,00
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	774.625.910,00	0,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	16.377.373,00	0,00
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	20.721.228,00	0,00
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	5.628.904,00	218.000,00
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	26.246.327,00	0,00
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	271.510.009,00	84.288.170,00
0226	ALIENACAO DE BENS	5.347.310,00	350.000,00
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	3.221.205,00	0,00
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	38.814.000,00	0,00
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	0,00	5.600,00
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	8.837.950,00	2.059.789,00
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	3.371.867,00
0238	ICMS - FECOEP	16.328.918,00	11.171.082,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	285.571.128,00	863.000,00
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	0,00	1.254.008.592,00
0242	ASSISTENCIA MEDICA	348.693.474,00	0,00
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	4.423.665,00
0247	ATENCAO BASICA	0,00	1.280.008,00
0248	GESTAO DO SUS	0,00	10.110.400,00
0249	INVESTIMENTOS SAUDE	0,00	31.648.710,00
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	268.796.629,00
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	32.300.000,00
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	205.817.075,00	82.965.000,00
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	514.607.070,00	0,00
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	69.577.000,00	0,00
5236	DOACAO	1.769.277,00	0,00
TOTAL		**7.396.429.615,00**	**2.913.070.974,00**
TOTAL ORÇAMENTO AUTORIZADO (a + b)		**10.309.500.589,00**	
ÍNDICE PARTICIPAÇÃO POR ESFERA		**71,74**	**28,26**

FONTE: SIAFEM – Despesa por Esfera Orçamentária e Fonte de Recurso.

Os recursos autorizados no exercício de 2016 por esfera orçamentária ficou assim distribuído: no orçamento fiscal R$ 7.396.429.615,00 e no orçamento da seguridade social R$ 2.913.070.974,00 e representam 71,74% e 28,26%, respectivamente.

Destacamos do quadro acima, por fonte, as dotações mais expressivas de cada esfera: 0100 e 0214 com R$ 4.282.357.403,00 e R$ 774.625.910,00 no orçamento fiscal e nas fontes: 0241 e 0102, com R$ 1.254.008.592,00 e R$ 1.090.403.645,00 no orçamento da seguridade social, respectivamente.

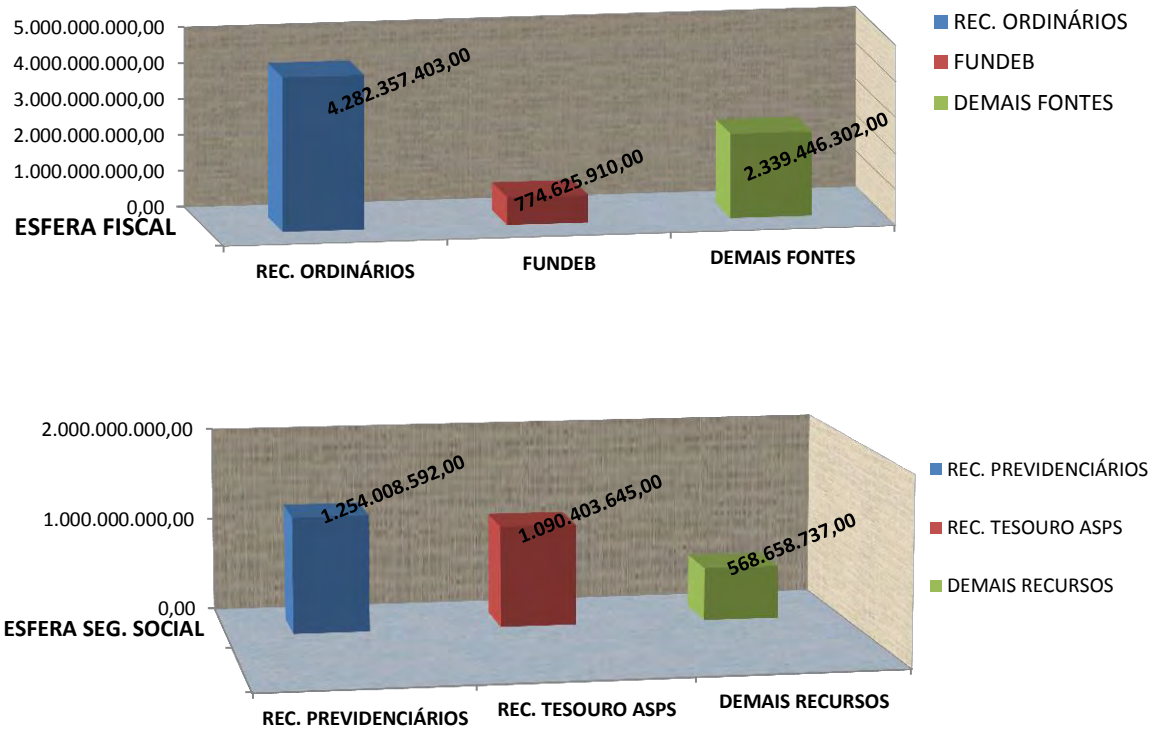


GRÁFICO 03 – Recursos Autorizados - Esfera Orçamentária – Destaque das Fontes mais Expressivas

2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Entende-se por movimentações orçamentárias as alterações decorrentes dos créditos adicionais abertos mediante autorizações legislativas ao Poder Executivo e ainda de outros instrumentos de flexibilização orçamentária, para atendimento das necessidades previstas ou de fatos novos que surgem durante o exercício financeiro.

Valendo-se de autorização constante na Lei Orçamentária Anual em seu Art. 5º e obedecendo aos ditames da Lei Federal n° 4.320/64 e da LDO foram realizadas no decorrer do ano de 2016 as movimentações orçamentárias demonstradas no quadro a seguir:

QUADRO 08 – Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias – 2016

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial	10.161.270.500,00
(+) Créditos Suplementares	736.359.497,00
(+) Remanejamento	247.848.307,00
(+) Transposição	939.274.659,00
(+) Transferência	1.550.472.235,54
(-) Redução de Realocações	2.734.062.701,54
(-) Redução	591.661.908,00
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS AUTORIZADOS	**10.309.500.589,00**

FONTE: Anexo 11 –A - Volume V, fl. 1391 a 1430 do Balanço Geral do Estado e Lei 3.052/2015.

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente, no valor de R$ 10.161.270.500,00, aprovado pela Lei nº 3.052/2015, sofreu as alterações durante o exercício de 2016 com os seguintes instrumentos: créditos suplementares R$ 736.359.497,00; remanejamento R$ 247.848.307,00; transposição R$ 939.274.659,00; transferência R$ 1.550.472.235,54; redução de realocações R$ 2.734.062.701,54 e redução R$ 591.661.908,00, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 10.309.500.589,00, para o exercício financeiro de 2016.

Para oficializar a abertura dos créditos adicionais, na forma demonstrada, foram editados decretos e portarias, conforme indicação às fls. 1391 a 1430 do Balanço Geral, Volume V, exercício 2016.

Os créditos suplementares foram previamente autorizados por Leis, abertos por Decretos do Poder Executivo e Portarias de autoridade designada, em consonância com os limites previstos no inciso III do art. 5º, da Lei nº 3.052, de 21 de dezembro de 2015 e as movimentações por intermédio de transferência, transposição e remanejamento foram efetuadas em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades também em conformidade com esta Lei e por Decretos do Executivo c/c com o art. 26 da Lei 3.048, de 21 de dezembro de 2015.

QUADRO 09 – Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2016

DESCRIÇÃO	VALOR R$	% EVOL.
Orçamento Inicial	10.161.270.500,00	100
Acréscimos Orçamentários	148.230.089,00	1,46
(+) Superávit Financeiro	107.103.686,00	1,06
(+) Excesso de Arrecadação	41.126.403,00	0,40
ORÇAMENTO AUTORIZADO	**10.309.500.589,00**	**101,46**

FONTE: Anexo 11 –A - Volume V, fl. 1391 a 1430 do Balanço Geral do Estado.

O demonstrativo acima evidencia que o orçamento, no exercício de 2016, sofreu acréscimo de R$ 148.230.089,00, ou seja, 1,46% sobre a dotação inicial. Esse aumento advém do "*superávit financeiro"* apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e do "*excesso de arrecadação",* índices correspondentes a 1,06% e 0,40% respectivamente.

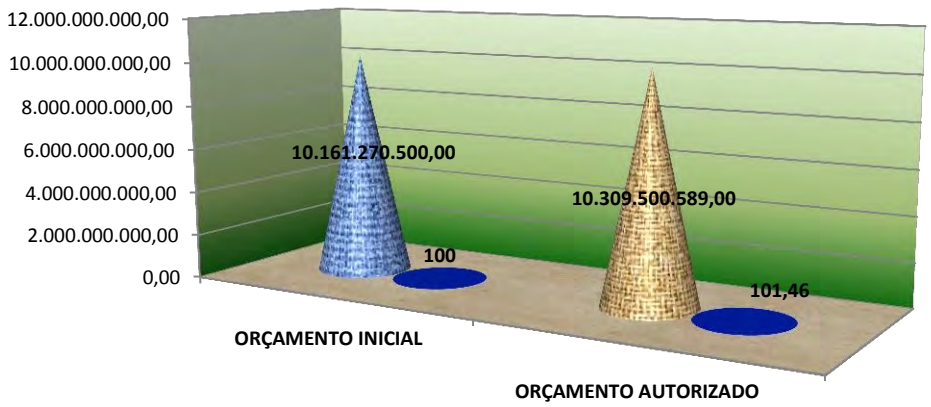


GRÁFICO 04 – Percentuais do Orçamento Autorizado – Inicial mais Acréscimos

Capítulo 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA - GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPITULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial é entendida como processo de formulação de diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da gestão dos recursos de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual são aplicados na realização das ações governamentais e acompanhados por meio de controles sobre as metas propostas analisando a execução para corrigir possíveis desvios.

Ressalta-se que a Gestão Orçamentária obedeceu à programação, as diretrizes, aos objetivos e metas do Plano Plurianual, bem como, às prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo evidenciada pelos atos que resultaram na arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da receita foi realizada por meio das agências bancárias, com o recolhimento à Conta Única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de R$ 9.061.591.893,60, (importância líquida), correspondente a 88,82% na comparação com a previsão atualizada, portanto, uma frustração (insuficiência) na arrecadação de 11,18**%**. Obs: O superávit apresentado no quadro da receita é para demonstrar o equilíbrio orçamentário, ou seja, é um gasto realizado no exercício, proveniente do exercício anterior.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

QUADRO 10 – Balanço Orçamentário "Geral do Estado" – 2016

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	**PREVISÃO INICIAL (a)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (b)**	**RECEITA REALIZADA (c)**	**SALDO (c-b)**
RECEITAS CORRENTES	**8.895.715.891,00**	**8.939.152.055,00**	**8.826.689.567,32**	**-112.462.487,68**
Receita Tributária	2.930.702.916,00	2.942.429.553,00	2.727.212.327,46	-215.217.225,54
Receita de Contribuições	1.122.008.508,00	1.117.331.542,00	970.808.151,82	-146.523.390,18
Receita Patrimonial	650.125.796,00	651.645.162,00	772.503.785,87	120.858.623,87
Receita de Serviços	47.478.107,00	58.964.834,00	46.346.036,38	-12.618.797,62
Transferências Correntes	3.960.342.151,00	3.980.959.870,00	4.184.856.494,27	203.896.624,27
Outras Receitas Correntes	185.058.413,00	187.821.094,00	124.962.771,52	-62.858.322,48
RECEITAS DE CAPITAL	**1.265.554.609,00**	**1.263.244.848,00**	**234.902.326,28**	**-1.028.342.521,72**
Operações de Crédito	830.107.374,00	830.107.374,00	203.612.805,18	-626.494.568,82
Alienação de Bens	3.674.757,00	3.674.757,00	5.993.257,54	2.318.500,54
Amortização de Empréstimos	9.467.225,00	7.157.464,00	7.665.175,18	507.711,18
Transferências de Capital	422.305.253,00	422.305.253,00	6.230.534,01	-416.074.718,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	11.400.554,37	11.400.554,37
SOMA	**10.161.270.500,00**	**10.202.396.903,00**	**9.061.591.893,60**	**-1.140.805.009,40**
SUPERÁVIT ORÇAMENTARIO	**0,00**	**107.103.686,00**	**0,00**	**-107.103.686,00**
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**10.309.500.589,00**	**9.061.591.893,60**	**-1.247.908.695,40**

DESPESAS						
CATEGORIA E ORIGEM	**INICIAL**	**AUTORIZADA**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**	**SALDO**
DESPESAS CORRENTES	**7.722.242.781,00**	**7.936.028.662,00**	**7.680.680.487,25**	**7.530.987.093,27**	**7.281.225.417,87**	**255.348.174,75**
Pessoal e Encargos Sociais	4.957.479.323,00	5.063.343.041,00	4.979.134.864,33	4.964.034.968,81	4.748.179.875,67	84.208.176,67
Juros e Encargos da Dívida	156.634.500,00	185.173.909,00	184.469.783,61	184.469.194,48	184.469.194,48	704.125,39
Outras Despesas Correntes	2.608.128.958,00	2.687.511.712,00	2.517.075.839,31	2.382.482.929,98	2.348.576.347,72	170.435.872,69
DESPESAS DE CAPITAL	**1.746.534.677,00**	**1.822.503.335,00**	**919.481.190,58**	**834.669.214,08**	**825.490.843,72**	**903.022.144,42**
Investimentos	1.469.619.473,00	1.457.636.765,00	557.655.334,43	472.843.357,93	463.684.125,57	899.981.430,57
Inversões Financeiras	24.447.225,00	13.678.294,00	11.237.481,60	11.237.481,60	11.218.343,60	2.440.812,40
Amortização da Dívida	252.467.979,00	351.188.276,00	350.588.374,55	350.588.374,55	350.588.374,55	599.901,45
RES.DE CONTINGÊNCIA	**692.493.042,00**	**550.968.592,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**550.968.592,00**
SOMA	**10.161.270.500,00**	**10.309.500.589,00**	**8.600.161.677,83**	**8.365.656.307,35**	**8.106.716.261,59**	**1.709.338.911,17**
SUPERÁVIT FINANCEIRO	**0,00**	**0,00**	**461.430.215,77**	**0,00**	**0,00**	**-461.430.215,77**
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**10.309.500.589,00**	**9.061.591.893,60**	**8.365.656.307,35**	**8.106.716.261,59**	**1.247.908.695,40**

FONTE: Balanço Orçamentário – Geral do Estado - Volume I, fl. 17.

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	% ATUA/INIC	% REAL/ATUA	% SALD/ATUA	% PART REAL
RECEITAS CORRENTES	**100,49**	**98,74**	**-1,26**	**97,41**
Receita Tributária	100,40	92,69	-7,31	30,10
Receita de Contribuições	99,58	86,89	-13,11	10,71
Receita Patrimonial	100,23	118,55	18,55	8,53
Receita de Serviços	124,19	78,60	-21,40	0,51
Transferências Correntes	100,52	105,12	5,12	46,18
Outras Receitas Correntes	101,49	66,53	-33,47	1,38
RECEITAS DE CAPITAL	**99,82**	**18,60**	**-81,40**	**2,59**
Operações de Crédito	100	24,53	-75,47	2,25
Alienação de Bens	100	163,09	63,09	0,07
Amortização de Empréstimos	75,60	107,09	7,09	0,07
Transferências de Capital	100	1,48	-98,52	0,07
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,13
TOTAL	**100,40**	**88,82**	**-11,18**	**100**

DESPESAS					
CATEGORIA E ORIGEM	% AUT/INIC	% EMP/AUT	% LIQ/EMP	% PAG/LIQ	% SALD/AUT
DESPESAS CORRENTES	**102,77**	**96,78**	**98,05**	**96,68**	**3,22**
Pessoal e Encargos Sociais	102,14	98,34	99,70	95,65	1,66
Juros e Encargos da Dívida	118,22	99,62	100	100	0,38
Outras Despesas Correntes	103,04	93,66	94,65	98,58	6,34
DESPESAS DE CAPITAL	**104,35**	**50,45**	**90,78**	**98,90**	**49,55**
Investimentos	99,18	38,26	84,79	98,06	61,74
Inversões Financeiras	55,95	82,16	100	99,83	17,84
Amortização da Dívida	139,10	99,83	100	100	0,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**79,56**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100**
TOTAL	**101,46**	**83,42**	**97,27**	**96,90**	**16,58**

O Balanço Orçamentário de 2016 (quadro acima) revela as análises horizontal e vertical da receita e despesa do exercício em referência. A receita arrecadada atingiu 88,82% da previsão atualizada, indicando insuficiência de arrecadação de 11,18%.

As receitas correntes alcançaram o índice de 98,74% em relação à receita atualizada, destacando a receita patrimonial e as transferências correntes com 118,55% e 105,12% respectivamente.

As receitas de capital atingiram 18,60% em relação à receita atualizada, destacando a alienação de bens e amortização de empréstimos com 163,09% e 107,09% respectivamente.

A despesa empenhada no valor de R$ 8.600.161.677,83, atingiu 83,42% em relação à autorizada, causada pela baixa execução da despesa de capital em relação ao orçamento autorizado nessa categoria.

Do valor empenhado de R$ 8.600.161.677,83, foi liquidado R$ 8.365.656.307,35 e foi pago R$ 8.106.716.261,59. Foram inscritos em restos a pagar no exercício de 2016, R$ 234.505.370,48 em não processados e R$ 258.940.045,76 em processados.

Na execução da despesa, o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 83,42%, indicando um saldo orçamentário de 16,58%. O índice do liquidado em relação ao empenhado foi de 97,27%, indicando restos a pagar não processados de 2,73% e o índice do pago em relação ao liquidado foi de 96,90%, indicando restos a pagar processados de 3,10%.

Na categoria econômica de despesas correntes o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 96,78%, liquidado em relação ao empenhado foi de 98,05% e pago em relação ao liquidado foi de 96,68%.

Na categoria econômica de despesas de capital o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 50,45%, evidenciando baixa execução da despesa no grupo Investimentos, liquidado em relação ao empenhado foi de 90,78% e pago em relação ao liquidado foi de 98,90%.

Verificou-se no encerramento do exercício, entre a arrecadação da receita e a execução da despesa, um superávit orçamentário de R$ 461.430.215,77.

QUADRO 11 – Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado - 2015 e 2016

RECEITAS ARRECADADAS	VALOR R$		% EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
	2015	2016		2015	2016
RECEITAS CORRENTES	**8.203.317.200,80**	**9.513.058.363,94**	**15,97**	**89,76**	**93,00**
Receita Tributária	2.722.517.972,44	3.126.741.892,97	14,85	29,79	30,57
Receita de Contribuições	415.191.784,15	514.200.586,04	23,85	4,54	5,02
Receita Patrimonial	514.981.155,19	757.608.146,93	47,11	5,64	7,41
Receita de Serviços	38.952.339,86	46.350.905,38	18,99	0,43	0,45
Transferências Correntes	4.393.419.952,40	4.928.509.758,17	12,18	48,07	48,18
Outras Receitas Correntes	118.253.996,76	139.647.074,45	18,09	1,29	1,37
RECEITA DE CAPITAL	**446.726.603,33**	**234.904.982,36**	**-47,42**	**4,89**	**2,30**
Operações de Crédito	366.714.315,01	203.612.805,18	-44,48	4,01	2,00
Alienação de Bens	10.681.974,41	5.993.257,54	-43,89	0,12	0,06
Amortização de Empréstimos	11.836.964,43	7.667.831,26	-35,22	0,13	0,07
Transferências de Capital	10.525.971,20	6.230.534,01	-40,81	0,12	0,06
Outras Receitas de Capital	46.967.378,28	11.400.554,37	-75,73	0,51	0,11
Rec. de Contribuição Intraorçamentária	**488.719.043,86**	**480.842.065,46**	**-1,61**	**5,35**	**4,70**
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**9.138.762.847,99**	**10.228.805.411,76**	**11,93**	**100**	**100**
(-) RESTITUIÇÃO	**-17.417.393,35**	**-24.580.574,60**	**41,13**	**-0,19**	**-0,24**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**-989.222.780,45**	**-1.142.632.943,56**	**15,51**	**-10,82**	**-11,17**
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**8.132.122.674,19**	**9.061.591.893,60**	**11,43**	**88,98**	**88,59**

FONTE: Anexo 10 - fls. 22 a 26 do exercício de 2015 e fls. 124 a 128 do exercício de 2016.

O quadro acima demonstra que a arrecadação do Estado evoluiu 11,43% no exercício de 2016, em comparação com o exercício de 2015, demonstrando crescimento acima da inflação medida pelo IPCA para o período que atingiu 6,29%.

As receitas correntes tiveram um aumento de 15,97%, as receitas de capital e as receitas de contribuições intraorçamentárias tiveram uma redução de (47,42%) e (1,61%) respectivamente. A restituição e a dedução para o FUNDEB tiveram um aumento de 41,13% e 15,51% respectivamente.

QUADRO 12 – Receitas - Recursos de Todas as Fontes - 2016

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**9.353.285.374,00**	**9.513.058.363,94**	**101,71**
Receita Tributária	3.336.731.827,00	3.126.741.892,97	93,71
» ICMS	2.485.671.145,00	2.279.485.131,60	91,71
» Outras	851.060.682,00	847.256.761,37	99,55
Receita de Contribuições	478.199.106,00	514.200.586,04	107,53
Receita Patrimonial	650.125.796,00	757.608.146,93	116,53
Receita de Serviços	47.478.107,00	46.350.905,38	97,63
Transferências Correntes	4.663.597.225,00	4.928.509.758,17	105,68
» FPE	3.508.934.075,00	3.711.771.998,95	105,78
» Outras	1.154.663.150,00	1.216.737.759,22	105,38
Outras Receitas Correntes	177.153.313,00	139.647.074,45	78,83
RECEITAS DE CAPITAL	**1.265.554.609,00**	**234.904.982,36**	**18,56**
Operações de Crédito	830.107.374,00	203.612.805,18	24,53
Alienação de Bens	3.674.757,00	5.993.257,54	163,09
Amortização de Empréstimos	9.467.225,00	7.667.831,26	80,99
Transferências de Capital	422.305.253,00	6.230.534,01	1,48
Outras Receitas de Capital	0,00	11.400.554,37	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	**10.618.839.983,00**	**9.747.963.346,30**	**91,80**
(-) RESTITUIÇÃO	**-2.550.120,00**	**-24.580.574,60**	**963,90**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**-1.107.001.183,00**	**-1.142.632.943,56**	**103,22**
Receitas de Cont. Intraorçamentárias	**651.981.820,00**	**480.842.065,46**	**73,75**
TOTAL	**10.161.270.500,00**	**9.061.591.893,60**	**89,18**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - volume I, fls. 124 a 128.

O demonstrativo acima evidencia o orçamento inicial da receita e a efetiva arrecadação durante o exercício financeiro de 2016. Na análise do quociente de desempenho verificou-se um índice de arrecadação de 89,18%, ou seja, os ingressos do Estado, considerando a previsão inicial da receita, ficaram abaixo do previsto em 10,82%. Destaca-se, ainda, a restituição com acréscimo de 963,90%.

QUADRO 13 – Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado – 2016

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
ARRECADAÇÃO TOTAL NO EXERCÍCIO	9.061.591.893,60
APLICAÇÃO TOTAL DE RECURSOS NO EXERCÍCIO	8.600.161.677,83
SUPERÁVIT EM R$	461.430.215,77
% SUPERÁVIT/ARRECADAÇÃO	**5,09**

FONTE: Balanço Orçamentário - Geral do Estado – Anexo 12, Vol. I, fl. 17.

O quadro acima demonstra síntese da execução orçamentária do exercício de 2016. Nele constatou-se um superávit de R$ 461.430.215,77, importância que representa 5,09% do total arrecadado.

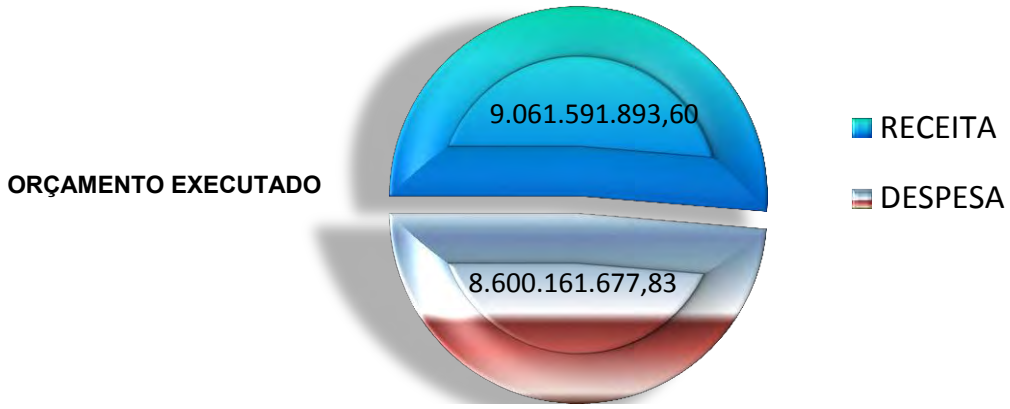


GRÁFICO 05 – Orçamento Realizado em 2016 (Receita e Despesa).

QUADRO 14 – Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2015 e 2016

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2015	2016	2016/2015	2015	2016
Receita Tributária	2.722.517.972,44	3.126.741.892,97	14,85	33,19	32,87
Receita de Contribuições	415.191.784,15	514.200.586,04	23,85	5,06	5,41
Receita Patrimonial	514.981.155,19	757.608.146,93	47,11	6,28	7,96
Receita de Serviços	38.952.339,86	46.350.905,38	18,99	0,47	0,48
Transferências Correntes	4.393.419.952,40	4.928.509.758,17	12,18	53,56	51,81
Outras Receitas Correntes	118.253.996,76	139.647.074,45	18,09	1,44	1,47
TOTAL	**8.203.317.200,80**	**9.513.058.363,94**	**15,97**	**100**	**100**

FONTE: Anexo 10 - fls. 22 a 26 do exercício de 2015 e fls. 124 a 128 do exercício de 2016, “antes das deduções”.

QUADRO 15 – Desempenho da Receita Tributária do Estado – 2015 e 2016 (Principais Impostos)

ESPÉCIE/TRIBUTO	VALOR R$		% EVOL
	2015	2016	2016/2015
Impostos sobre a Renda e Prov. de Qualquer Natureza	408.078.601,29	468.984.243,29	14,92
IPVA – Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores	137.960.158,80	181.896.934,06	31,85
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	2.032.908.997,64	2.323.804.742,08	14,31
Outras	143.570.214,71	152.055.973,54	5,91
TOTAL	**2.722.517.972,44**	**3.126.741.892,97**	**14,85**

FONTE: Anexo 10 - fls. 22 a 26 do exercício de 2015 e fls. 124 a 128 do exercício de 2016, “antes das deduções”.

QUADRO 16 – Desempenho da Receita de Capital do Estado - 2015 e 2016

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2015	2016	2016/2015	2015	2016
Operações de Crédito	366.714.315,01	203.612.805,18	-44,48	82,09	86,68
Alienação de Bens	10.681.974,41	5.993.257,54	-43,89	2,39	2,55
Amortização de Empréstimos	11.836.964,43	7.667.831,26	-35,22	2,65	3,26
Transferências de Capital	10.525.971,20	6.230.534,01	-40,81	2,36	2,65
Outras Receitas de Capital	46.967.378,28	11.400.554,37	-75,73	10,51	4,86
TOTAL	**446.726.603,33**	**234.904.982,36**	**-47,42**	**100**	**100**

FONTE: Anexo 10 - fls. 22 a 26 do exercício de 2015 e fls. 124 a 128 do exercício de 2016, “antes das deduções”.

As receitas correntes realizadas no biênio 2015/2016, (quadro 14), “**antes das deduções”**, alcançaram a importância de R$ 8,2 e R$ 9,5 bilhões respectivamente, uma evolução de 15,97%, já as receitas de capital, (quadro 16) efetivadas no mesmo período, apresentaram montantes de R$ 446,7 e R$ 234,9 milhões e essa diferença demonstra uma redução de (47,42%).

Nas receitas correntes os índices de evolução foram nas origens: receita de contribuições e a receita patrimonial com 23,85% e 47,11% respectivamente.

Nas receitas de capital os índices de evolução foram negativos em todas as origens.

Demonstra-se no quadro 15, o desempenho da receita tributária do Estado, por espécie, destacando os três impostos com maior volume de arrecadação do Estado, em 2016, totalizando a importância de R$ 2.974.685.919,43. A arrecadação da Receita Tributária, comparada com a de 2015, apresenta uma evolução de 14,85%.

QUADRO 17 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2015 e 2016

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA	2015		2016		2016/2015
	VALOR	% PART	VALOR	% PART	% EVOL
DESPESAS CORRENTES	**6.808.227.870,10**	**90,95**	**7.680.680.487,25**	**89,31**	**12,81**
Pessoal e Encargos Sociais	4.465.597.951,80	59,65	4.979.134.864,33	57,90	11,50
Juros e Encargos da Dívida	158.338.065,67	2,12	184.469.783,61	2,14	16,50
Outras Despesas Correntes	2.184.291.852,63	29,18	2.517.075.839,31	29,27	15,24
DESPESAS DE CAPITAL	**677.821.625,76**	**9,05**	**919.481.190,58**	**10,69**	**35,65**
Investimentos	341.709.219,83	4,56	557.655.334,43	6,48	63,20
Inversões Financeiras	8.749.094,73	0,12	11.237.481,60	0,13	28,44
Amortização da Dívida	327.363.311,20	4,37	350.588.374,55	4,08	7,09
TOTAL	**7.486.049.495,86**	**100**	**8.600.161.677,83**	**100**	**14,88**

FONTE: IMPBY - Volume I, fls. 106 a 108 de 2015 e Volume I, fls.161 a 163 de 2016.

No exercício de 2016, o volume de despesas correntes atingiu um valor de R$ 7.680.680.487,25, representando 89,31% de participação sobre a despesa total realizada. As despesas de capital, na importância de R$ 919.481.190,58, representaram apenas 10,69%, índice considerado baixo, em relação aos gastos totais no exercício.

Avaliando o volume total das despesas realizadas em 2016, em relação ao exercício de 2015, evidencia-se uma evolução de 14,88%, ficando a categoria "corrente", com 12,81% e a de "capital" com 35,65%.

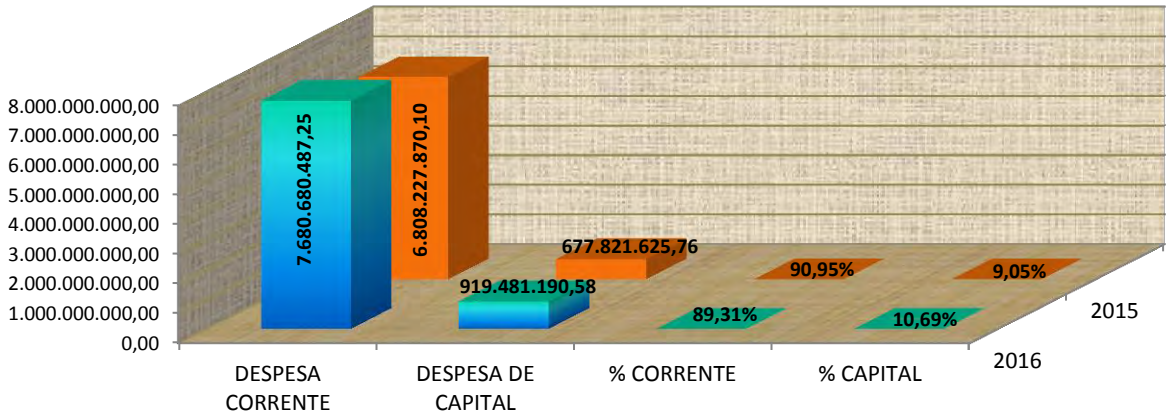


GRÁFICO 06 – Gastos por Categoria e Percentuais de Composição – 2015/2016

QUADRO 18 – Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária/2016

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.245.212.351,91	29.615.201,76
0101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	373.388.239,82	0,00
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	0,00	1.078.925.637,10
0103	CONTRAPARTIDA	12.733.436,66	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	33.947.398,46	1.680.000,00
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	344.086,73	0,00
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	33.281.416,75	0,00
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	761.500.000,00	0,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	16.377.372,01	0,00
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	17.720.095,97	0,00
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	3.397.129,60	20.574,00
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	25.334.489,05	0,00
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	29.112.085,89	2.467.811,11
0226	ALIENACAO DE BENS	4.063.078,41	22.116,41
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	1.503.125,44	0,00
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	11.364.523,76	0,00
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	6.428.481,98	1.914.944,84
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	1.147.390,37
0238	ICMS - FECOEP	13.698.300,82	11.153.144,65
0240	RECURSOS PROPRIOS	225.440.006,10	115.387,00
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	0,00	666.787.668,10
0242	ASSISTENCIA MEDICA	343.164.006,30	0,00
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	1.624.578,65
0247	ATENCAO BASICA	0,00	443.467,85
0248	GESTAO DO SUS	0,00	3.493.741,08
0249	INVESTIMENTOS SAUDE	0,00	3.301.887,81
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	253.250.903,31
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	14.325.636,27
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	134.060.891,40	35.211.483,23
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	200.872.839,31	0,00
5236	DOACAO	1.716.747,92	0,00
TOTAL POR ESFERA		**6.494.660.104,29**	**2.105.501.573,54**
TOTAL GERAL ORÇAMENTO REALIZADO (a + b)		**8.600.161.677,83**	
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		**75,52**	**24,48**

FONTE: SIAFEM – Anexo 11, Despesa por Esfera Orçamentária.

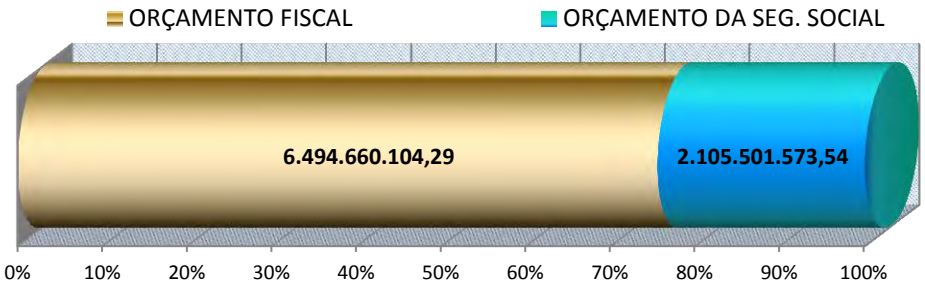


GRÁFICO 07 – Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2016

O quadro acima demonstra a realização da despesa por fonte de recursos nas duas esferas orçamentárias. No "orçamento fiscal", com maior volume de recurso empenhado, destacam-se as fontes 0100, 0214, 0101 e 0242, nos montantes de R$ 4.245.212.351,91, R$ 761.500.000,00, R$ 373.388.239,82 e R$ 343.164.006,30, respectivamente; e no "orçamento da seguridade social" as fontes 0102, 0241 e 0250, com realização de R$ 1.078.925.637,10, R$ 666.787.668,10 e R$ 253.250.903,31, respectivamente.

QUADRO 19 – Execução dos Programas de Governo do Estado – 2016

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1147	AGRICULTURA FAMILIAR	52.073.412,00	40.860.943,56	11.212.468,44	0,48
1148	DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	60.536.073,00	35.641.325,65	24.894.747,35	0,41
1149	INFRAESTRUTURA HIDRICA PARA IRRIGACAO E USOS MULTIPLOS	155.275.648,00	10.100.165,80	145.175.482,20	0,12
1150	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	84.478.137,00	21.764.518,77	62.713.618,23	0,25
1151	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACAO	114.682.726,00	40.832.505,13	73.850.220,87	0,47
1152	TRANSPORTE E LOGISTICA	563.359.235,00	342.818.320,99	220.540.914,01	3,99
1153	INFRAESTRUTURA PUBLICA	54.706.287,00	20.097.393,93	34.608.893,07	0,23
1155	INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS, TURISMO E MINERACAO	39.938.381,00	10.632.479,34	29.305.901,66	0,12
1156	EDUCACAO INTEGRAL E HUMANIZADA	1.155.547.556,00	1.080.088.616,54	75.458.939,46	12,56
1157	EDUCACAO TECNOLOGICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR	23.198.130,00	7.917.134,81	15.280.995,19	0,09
1158	CULTURA	31.680.346,00	20.534.329,48	11.146.016,52	0,24
1159	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.268.587,00	1.532.478,99	3.736.108,01	0,02
1160	SEGURANCA CIDADA	121.340.836,00	103.256.256,17	18.084.579,83	1,20
1161	ASSISTENCIA SOCIAL	9.427.933,00	2.316.034,52	7.111.898,48	0,03
1162	TRABALHO E MERCADO	21.539.369,00	13.957.634,63	7.581.734,37	0,16
1163	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	20.303.690,00	6.830.809,84	13.472.880,16	0,08
1164	DIREITOS HUMANOS	9.497.557,00	3.519.466,60	5.978.090,40	0,04

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1165	SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	1.611.569.841,00	1.396.720.492,97	214.849.348,03	16,24
1166	PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	427.303.431,00	368.642.796,17	58.660.634,83	4,29
1167	GESTAO MAIS PERTO DE VOCE	10.082.980,00	9.916.368,47	166.611,53	0,12
1168	EFETIVIDADE DA PRESTACAO JURISDICIONAL	731.300,00	731.300,00	0,00	0,01
1169	DESENVOLVIMENTO ESTRATEGICO	1.522.815,00	1.522.815,00	0,00	0,02
1170	MODERNIZACAO E GOVERNANCA DA JUSTICA	8.917.229,00	8.488.536,22	428.692,78	0,10
1173	JUSTICA	18.352.978,00	15.939.244,21	2.413.733,79	0,19
1175	CONTROLE EXTERNO DA GESTAO DOS RECURSOS PUBLICOS	832.038,00	500.591,11	331.446,89	0,01
TOTAL - PROGRAMAS TEMÁTICOS		**4.602.166.515,00**	**3.565.162.558,90**	**1.037.003.956,10**	**41,45**

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1096	MANUTENCAO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	14.676.401,00	14.550.500,89	125.900,11	0,17
1098	MANUTENCAO DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	62.309.613,00	62.283.971,75	25.641,25	0,72
1100	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCI AL	11.551.361,00	11.373.397,21	177.963,79	0,13
1101	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	40.540.901,00	39.936.809,52	604.091,48	0,46
1102	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA FAZENDA	1.584.888.585,00	1.578.389.927,17	6.498.657,83	18,35
1103	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	21.593.438,00	19.576.962,08	2.016.475,92	0,23
1104	MANUTENCAO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	15.039.725,00	14.811.996,34	227.728,66	0,17
1105	MANUTENCAO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	8.746.650,00	8.624.099,91	122.550,09	0,10
1106	MANUTENCAO DA SECRETARIA DO DESENVOVILMENTO DA AGRICULTURA E PECUARIA	23.560.112,00	23.485.944,69	74.167,31	0,27
1108	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA EDUCACAO	114.583.054,00	112.040.311,24	2.542.742,76	1,30
1111	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA SAUDE	10.819.662,00	10.811.337,54	8.324,46	0,13
1112	MANUTENCAO DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	29.093.864,00	28.447.968,70	645.895,30	0,33
1113	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA DEFESA E PROTECAOSOCIAL	88.417.587,00	88.304.776,23	112.810,77	1,03
1114	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA SEGURANC PUBLICA	266.130.270,00	265.950.908,05	179.361,95	3,09
1115	MANUTENCAO DA CASA CIVIL	4.016.921,00	3.990.313,14	26.607,86	0,05
1116	MANUTENCAO DA CASA MILITAR	8.915.133,00	8.879.183,49	35.949,51	0,10

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1118	MANUTENCAO DA CONTROLADORIA GERAL DE ESTADO	9.506.496,00	9.485.161,51	21.334,49	0,11
1119	MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIRO	60.473.100,00	60.396.617,01	76.482,99	0,70
1120	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	453.936.821,00	437.769.662,05	16.167.158,95	5,09
1121	MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	67.554.275,00	67.540.918,76	13.356,24	0,79
1122	MANUTENCAO DO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA	1.254.438.592,00	667.205.739,81	587.232.852,19	7,76
1123	MANUTENCAO DA AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	22.192.771,00	20.615.805,90	1.576.965,10	0,24
1124	MANUTENCAO DA AGENCIA TOCANTINENSE DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALIZ. DE SER PUBLICO	7.090.132,00	6.865.223,91	224.908,09	0,08
1125	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS	44.987.270,00	44.876.945,29	110.324,71	0,52
1127	MANUTENCAO DA AGENCIA DE METROLOGIA,AVALIACAO DA CONFORMIDADE, INOV. E TECN.	8.170.861,00	6.859.974,05	1.310.886,95	0,08
1128	MANUTENCAO DA JUNTA COMERCIAL	7.703.795,00	6.995.623,71	708.171,29	0,08
1129	MANUTENCAO DO BANCO DO EMPREENDEDOR	7.571.221,00	7.255.462,31	315.758,69	0,08
1130	MANUTENCAO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	42.589.370,00	41.434.408,76	1.154.961,24	0,48
1131	MANUTENCAO DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS	32.278.919,00	32.032.971,86	245.947,14	0,37
1132	MANUTENCAO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	13.472.298,00	13.102.388,09	369.909,91	0,15
1133	MANUTENCAO DA AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA	78.992.272,00	78.936.488,91	55.783,09	0,92
1134	MANUTENCAO DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS	8.414.613,00	6.814.505,45	1.600.107,55	0,08
1135	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	75.055.439,00	64.614.879,48	10.440.559,52	0,75
1139	MANUTENCAO DA FUNDACAO RADIOFUSAO EDUCATIVA	7.170.440,00	6.931.762,41	238.677,59	0,08
1140	MANUTENCAO DA FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA	1.138,00	1.038,00	100,00	0,00
1141	ATUACAO LEGISLATIVA	238.940.432,00	210.949.213,48	27.991.218,52	2,45
1143	GESTAO E MANUTENCAO DA DEFENSORIA PUBLICA	96.816.079,00	96.773.069,01	43.009,99	1,13
1144	GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO PUBLICO	173.746.477,00	169.623.014,06	4.123.462,94	1,97
1145	GESTAO E MANUTENCAO DO TRIBUNAL DE JUSTICA	547.450.818,00	546.854.190,54	596.627,46	6,36
1171	GESTAO E MANUTENCAO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	123.325.240,00	119.842.541,87	3.482.698,13	1,39
1172	GESTAO E MANUT DO PLANO DE ASSIST A SAUDE DOS SERVID PUBLICOS DO TOCANTINS	20.571.928,00	19.763.104,75	808.823,25	0,23
TOTAL - PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		**5.707.334.074,00**	**5.034.999.118,93**	**672.334.955,07**	**58,55**
TOTAL GERAL		**10.309.500.589,00**	**8.600.161.677,83**	**1.709.338.911,17**	**100**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 06, Vol. I , fls. 367 a 370.

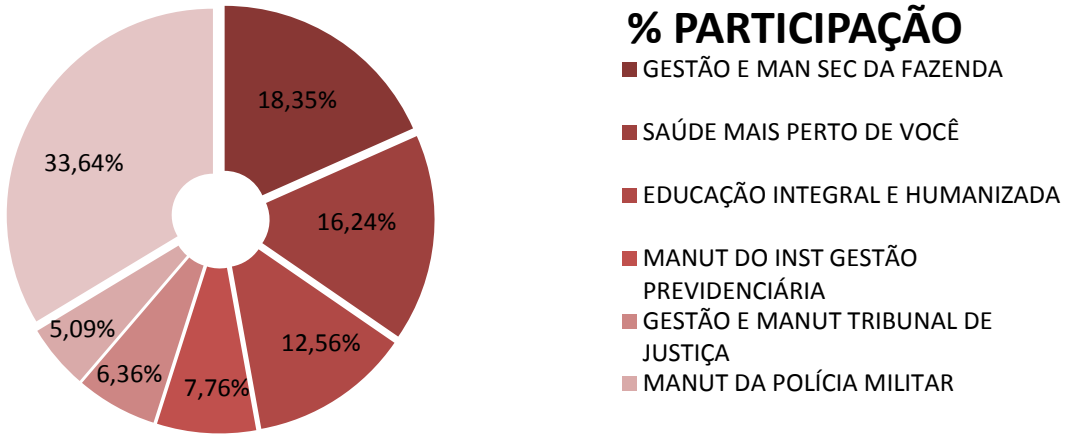


GRÁFICO 08 – Programas de Governo – destaque dos mais expressivos

Demonstram-se, no quadro acima, todos os programas de governo do Estado e os recursos neles autorizados e realizados, contendo ainda uma análise da participação individual. Os programas Temáticos, também denominados temas de políticas públicas, compuseram 41,45% e os programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado participaram com 58,55% dos empenhos realizados no exercício de 2016.

Os Programas Temáticos de maior participação na realização dos recursos empenhados no exercício de 2016 foram: Saúde Mais Perto de Você com 16,24% e Educação Integral e Humanizada com 12,56%.

Na série dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado destacam-se com maior volume de recursos empenhados: Manutenção da Secretaria da Fazenda com 18,35%, Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária com 7,76%, Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça com 6,36% e Manutenção da Polícia Militar com 5,09%.

QUADRO 20 – Demonstrativo da Despesa Executada por Função – 2016

FUNÇÃO DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EMP/AUT	% PART/EMP
04	ADMINISTRACAO	1.802.552.239,00	1.703.041.139,41	94,48	19,80
10	SAUDE	1.622.389.503,00	1.407.531.830,51	86,76	16,37
12	EDUCACAO	1.336.538.610,00	1.241.481.471,35	92,89	14,44
06	SEGURANCA PUBLICA	844.040.479,00	810.477.746,59	96,02	9,42
09	PREVIDENCIA SOCIAL	703.470.000,00	667.205.739,81	94,84	7,76
28	ENCARGOS ESPECIAIS	602.276.810,00	599.179.848,14	99,49	6,97
02	JUDICIARIA	586.755.238,00	585.644.819,73	99,81	6,81
26	TRANSPORTE	610.046.505,00	387.695.266,28	63,55	4,51

FUNÇÃO DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EMP/AUT	% PART/EMP
01	LEGISLATIVA	351.747.170,00	321.872.582,91	91,51	3,74
03	ESSENCIAL A JUSTICA	316.291.020,00	292.497.863,50	92,48	3,40
20	AGRICULTURA	375.163.049,00	201.231.817,58	53,64	2,34
14	DIREITOS DA CIDADANIA	175.319.831,00	167.744.123,16	95,68	1,95
17	SANEAMENTO	110.038.363,00	52.531.293,72	47,74	0,61
08	ASSISTENCIA SOCIAL	37.964.167,00	31.732.204,51	83,58	0,37
18	GESTAO AMBIENTAL	92.794.787,00	30.362.200,49	32,72	0,35
24	COMUNICACAO	29.906.783,00	28.498.466,54	95,29	0,33
23	COMERCIO E SERVICOS	56.510.313,00	26.916.056,45	47,63	0,31
13	CULTURA	32.632.346,00	20.534.329,48	62,93	0,24
16	HABITACAO	22.842.134,00	8.233.039,74	36,04	0,10
21	ORGANIZACAO AGRARIA	16.492.085,00	7.103.206,42	43,07	0,08
11	TRABALHO	8.356.805,00	2.837.701,11	33,96	0,03
22	INDUSTRIA	6.155.505,00	2.567.480,44	41,71	0,03
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	4.649.225,00	1.532.516,99	32,96	0,02
27	DESPORTO E LAZER	5.919.917,00	1.359.820,45	22,97	0,02
15	URBANISMO	3.165.000,00	200.000,00	6,32	0,00
25	ENERGIA	4.514.113,00	149.112,52	3,30	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	550.968.592,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**10.309.500.589,00**	**8.600.161.677,83**	**83,42**	**100**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. I, fls. 371 a 384.

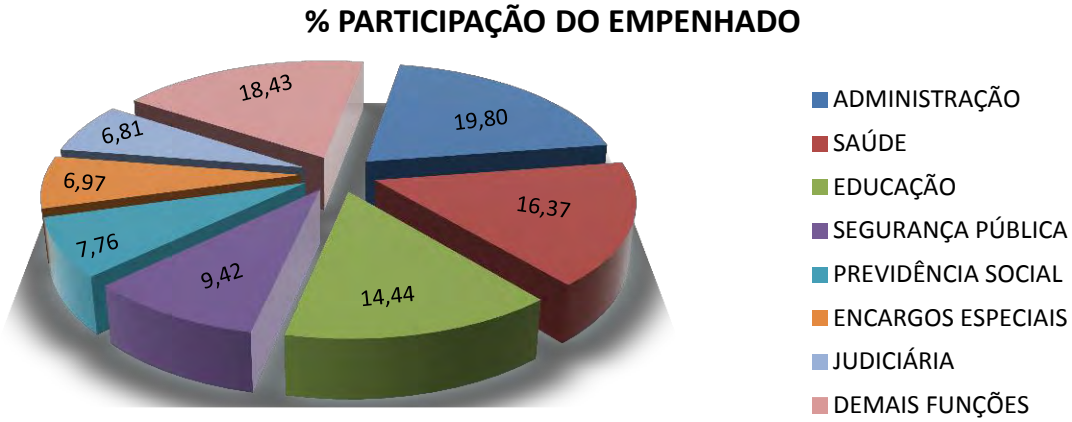


GRÁFICO 09 – Despesas Executadas por Função de Governo

O quadro acima, referente às despesas por função de governo, demonstra que 83,42% dos recursos autorizados foram empenhados. Destacamos dentre elas as que tiveram os mais expressivos quantitativos de recursos aplicados: Administração com R$ 1.703.041.139,41, Saúde com R$ 1.407.531.830,51,

Educação com R$ 1.241.481.471,35, Segurança Pública com R$ 810.477.746,59, Previdência Social com R$ 667.205.739,81, Encargos Especiais com R$ 599.179.848,14 e Judiciária com R$ R$ 585.644.819,73, totalizando o montante de R$ 7.014.562.595,54.

Na análise dos recursos empenhados, comparados com o autorizado, verificaram-se as seguintes funções com baixos índices de realizações: Energia, Urbanismo, Desporto e Lazer, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Habitação, com 3,30%, 6,32%, 22,97%, 32,72%, 32,96%, 33,96% e 36,04%, respectivamente.

QUADRO 21 – Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo - 2016

FUNÇÃO DE GOVERNO		2015	% PART	2016	% PART	% EVOL
01	LEGISLATIVA	300.469.967,81	4,01	321.872.582,91	3,74	7,12
02	JUDICIARIA	519.293.173,34	6,94	585.644.819,73	6,81	12,78
03	ESSENCIAL A JUSTICA	104.004.479,94	1,39	292.497.863,50	3,40	181,24
04	ADMINISTRACAO	1.651.703.340,20	22,06	1.703.041.139,41	19,80	3,11
06	SEGURANCA PUBLICA	702.073.157,55	9,38	810.477.746,59	9,42	15,44
08	ASSISTENCIA SOCIAL	29.827.745,78	0,4	31.732.204,51	0,37	6,38
09	PREVIDENCIA SOCIAL	522.570.184,63	6,98	667.205.739,81	7,76	27,68
10	SAUDE	1.312.963.159,54	17,54	1.407.531.830,51	16,37	7,20
11	TRABALHO	1.240.760,62	0,02	2.837.701,11	0,03	128,71
12	EDUCACAO	1.094.133.002,86	14,62	1.241.481.471,35	14,44	13,47
13	CULTURA	24.434.340,69	0,33	20.534.329,48	0,24	-15,96
14	DIREITOS DA CIDADANIA	134.859.142,02	1,8	167.744.123,16	1,95	24,38
15	URBANISMO	3.927.655,16	0,05	200.000,00	0,00	-94,91
16	HABITACAO	43.790.429,95	0,58	8.233.039,74	0,10	-81,20
17	SANEAMENTO	44.272.206,08	0,59	52.531.293,72	0,61	18,66
18	GESTAO AMBIENTAL	37.642.532,02	0,5	30.362.200,49	0,35	-19,34
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	7.790.508,39	0,1	1.532.516,99	0,02	-80,33
20	AGRICULTURA	192.821.977,04	2,58	201.231.817,58	2,34	4,36
21	ORGANIZACAO AGRARIA	589.057,10	0,01	7.103.206,42	0,08	1.105,86
22	INDUSTRIA	5.523.635,40	0,07	2.567.480,44	0,03	-53,52
23	COMERCIO E SERVICOS	10.750.045,06	0,14	26.916.056,45	0,31	150,38
24	COMUNICACAO	15.089.379,52	0,2	28.498.466,54	0,33	88,86
25	ENERGIA	117.903,29	0	149.112,52	0,00	26,47
26	TRANSPORTE	197.381.290,51	2,64	387.695.266,28	4,51	96,42
27	DESPORTO E LAZER	1.828.367,47	0,02	1.359.820,45	0,02	-25,63
28	ENCARGOS ESPECIAIS	526.952.053,89	7,04	599.179.848,14	6,97	13,71
TOTAL		**7.486.049.495,86**	**100**	**8.600.161.677,83**	**100**	**14,88**
DIFERENÇA EM R$		**1.114.112.181,97**				

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. I, fls. 289 a 304 de 2015 e Vol. I , fls. 371 a 384 de 2016.

O quadro acima demonstra análises da evolução ocorrida na execução de 2016 em relação a 2015 que apresentou um acréscimo de 14,88%, bem como da participação de cada função sobre o gasto realizado nesses dois exercícios.

Na análise da evolução nota-se aumento expressivo nas funções: Organização Agrária – 1.105,86%, Essencial a Justiça – 181,24%, Comércio e Serviços – 150,38%, Trabalho – 128,71%, Transporte – 96,42% e Comunicação – 88,86%. Menciona-se também, aquelas que apresentaram maior percentual de redução: Urbanismo – (94,91%), Habitação – (81,20%), Ciência e Tecnologia – (80,33%), Indústria – (53,52%), Desporto e Lazer – (25,63%), Gestão Ambiental – (19,34%) e Cultura – (15,96%).

3.1.1 Execução Orçamentária – Por GESTÃO

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2016, levando-se em consideração as "Gestões", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 22 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Administração Direta" - 2016

	CATEGORIA E GRUPO	AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**4.894.190.145,00**	**4.803.331.345,07**	**90.858.799,93**	**1,86**	**90,77**
1	Pessoal e Encargos Sociais	3.105.942.432,00	3.073.680.024,40	32.262.407,60	1,04	58,09
2	Juros e Encargos da Dívida	183.965.154,00	183.386.605,91	578.548,09	0,31	3,47
3	Outras Despesas Correntes	1.604.282.559,00	1.546.264.714,76	58.017.844,24	3,62	29,21
DESPESAS DE CAPITAL		**911.403.915,00**	**488.355.580,68**	**423.048.334,32**	**46,42**	**9,23**
4	Investimentos	570.055.804,00	147.604.519,45	422.451.284,55	74,11	2,79
5	Inversões Financeiras	171.000,00	170.778,23	221,77	0,13	0,00
6	Amortização da Dívida	341.177.111,00	340.580.283,00	596.828,00	0,17	6,44
TOTAL		**5.805.594.060,00**	**5.291.686.925,75**	**513.907.134,25**	**8,85**	**100**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. III, fls. 711 a 713.

QUADRO 23 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Autarquias" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**420.685.178,00**	**387.479.486,92**	**33.205.691,08**	**7,89**	**52,62**
1	Pessoal e Encargos Sociais	274.137.996,00	265.307.759,76	8.830.236,24	3,22	36,03
2	Juros e Encargos da Dívida	1.097.251,00	1.083.177,70	14.073,30	1,28	0,15
3	Outras Despesas Correntes	145.449.931,00	121.088.549,46	24.361.381,54	16,75	16,44
DESPESAS DE CAPITAL		**626.948.515,00**	**348.867.639,96**	**278.080.875,04**	**44,35**	**47,38**
4	Investimentos	617.248.515,00	339.167.639,96	278.080.875,04	45,05	46,06
6	Amortização da Dívida	9.700.000,00	9.700.000,00	0,00	0,00	1,32
TOTAL		**1.047.633.693,00**	**736.347.126,88**	**311.286.566,12**	**29,71**	**100**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. IV, fls. 953 e 954

QUADRO 24 – Receita e Despesa Realizada Quanto a Gestão –"Fundações" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**51.608.051,00**	**48.109.157,29**	**3.498.893,71**	**6,78**	**91,01**
1	Pessoal e Encargos Sociais	44.264.889,00	43.405.770,19	859.118,81	1,94	82,11
3	Outras Despesas Correntes	7.343.162,00	4.703.387,10	2.639.774,90	35,95	8,90
DESPESAS DE CAPITAL		**10.564.758,00**	**4.752.217,05**	**5.812.540,95**	**55,02**	**8,99**
4	Investimentos	10.253.593,00	4.444.125,50	5.809.467,50	56,66	8,41
6	Amortização da Dívida	311.165,00	308.091,55	3.073,45	0,99	0,58
TOTAL		**62.172.809,00**	**52.861.374,34**	**9.311.434,66**	**14,98**	**100**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. IV, fl. 1076.

QUADRO 25 – Despesa Realizada por Gestão – "Fundos" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**2.569.545.288,00**	**2.441.760.497,97**	**127.784.790,03**	**4,97**	**96,92**
1	Pessoal e Encargos Sociais	1.638.997.724,00	1.596.741.309,98	42.256.414,02	2,58	63,38
2	Juros e Encargos da Dívida	111.504,00	0,00	111.504,00	100	0,00
3	Outras Despesas Correntes	930.436.060,00	845.019.187,99	85.416.872,01	9,18	33,54
DESPESAS DE CAPITAL		**273.586.147,00**	**77.505.752,89**	**196.080.394,11**	**71,67**	**3,08**
4	Investimentos	260.078.853,00	66.439.049,52	193.639.803,48	74,45	2,64
5	Inversões Financeiras	13.507.294,00	11.066.703,37	2.440.590,63	18,07	0,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**550.968.592,00**	**0,00**	**550.968.592,00**	**100**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	550.968.592,00	0,00	550.968.592,00	100	0,00
TOTAL		**3.394.100.027,00**	**2.519.266.250,86**	**874.833.776,14**	**25,78**	**100**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. IV, fls. 1163 e 1164.

QUADRO 26 – Resumo Total da Despesa Realizada – Todas as Gestões - 2016

GESTÃO	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.803.331.345,07	488.355.580,68	5.291.686.925,75	61,53
AUTARQUIAS	387.479.486,92	348.867.639,96	736.347.126,88	8,56
FUNDAÇÕES	48.109.157,29	4.752.217,05	52.861.374,34	0,62
FUNDOS	2.441.760.497,97	77.505.752,89	2.519.266.250,86	29,29
TOTAL	**7.680.680.487,25**	**919.481.190,58**	**8.600.161.677,83**	**100**

FONTE: Quadros 22 a 25.

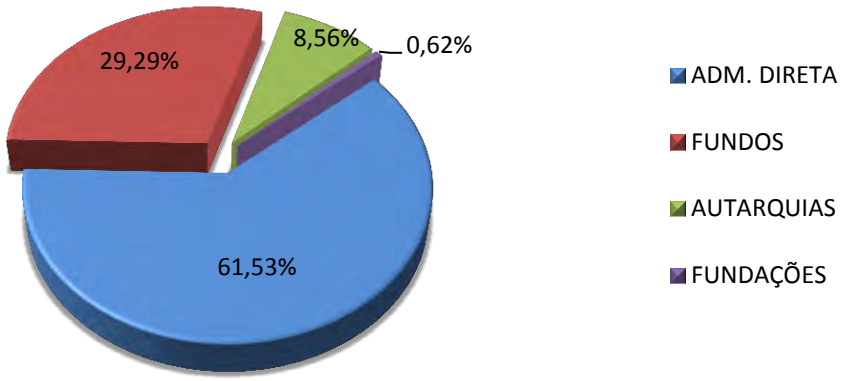


GRÁFICO 10 – Percentual de Participação da Receita e Despesa Realizada por Gestão

O orçamento autorizado, por Gestão, está distribuído na Administração Direta, Autarquias, Fundações e nos Fundos Especiais, no âmbito dos poderes do Estado, demonstrados nos Quadros 22 a 26 e Gráfico 10, contemplando os dispêndios executados no exercício.

Da análise dos indicadores constatou-se que a Administração Direta aplicou 61,53% dos recursos empenhados consignados no Orçamento Geral do Estado, que correspondem a R$ 5.291.686.925,75. Por outro lado, chama-se atenção para as Fundações, responsáveis pela menor execução orçamentária, com aplicação de R$ 52.861.374,34, apenas, representando um percentual de 0,62% do total empenhado do orçamento do Estado.

Sobre a análise individual de cada Gestão tecemos alguns comentários julgados mais relevantes tais como:

a) Na “Administração Direta” restou um saldo no seu orçamento autorizado em percentual equivalente a 8,85% em relação ao montante realizado, porém os dados demonstrados evidenciam que o gasto na categoria despesa de capital restou em percentual 46,42%, ou seja, dos R$ 911,4 milhões dotados, só

foram gastos R$ 488,4 milhões. Referida sobra da dotação autorizada foi conduzida pelo grupo dos investimentos com 74,11%;

b) Nas “Autarquias”, os dados demonstraram um saldo residual em porcentagem correspondente a 29,71%, com 7,89% nas despesas correntes e 44,35% nas de capital, esta última influenciada pelo grupo dos investimentos com 45,05%;

c) As “Fundações” demonstraram um saldo restante de 14,98% de seu orçamento autorizado. Na despesa corrente deixou de executar 6,78% e na despesa de capital o índice foi de 55,02%;

d) O gasto realizado no orçamento dos “Fundos” apresentou-se menor que a previsão atualizada em 25,78%. As despesas correntes restaram sem empenhar 4,97%, já nas despesas de capital, abstenção na aplicação foi de 71,67%. É importante citar a reserva de contingência, como o fator que mais influenciou para o alto índice de abstenção na aplicação de recursos no orçamento dos Fundos, visto que os recursos nela dotados não apresentaram execução neste exercício.

QUADRO 27 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2016

GESTÃO	PESSOAL	% PART	OUTROS CUSTEIOS	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
ADM. DIRETA	3.073.680.024,40	61,73	1.729.651.320,67	64,02	488.355.580,68	53,11	5.291.686.925,75	61,53
AUTARQUIAS	265.307.759,76	5,33	122.171.727,16	4,52	348.867.639,96	37,94	736.347.126,88	8,56
FUNDAÇÕES	43.405.770,19	0,87	4.703.387,10	0,17	4.752.217,05	0,52	52.861.374,34	0,62
FUNDOS	1.596.741.309,98	32,07	845.019.187,99	31,28	77.505.752,89	8,43	2.519.266.250,86	29,29
TOTAL	**4.979.134.864,33**	**100**	**2.701.545.622,92**	**100**	**919.481.190,58**	**100**	**8.600.161.677,83**	**100**

FONTE: Quadros 22 a 25.

3.1.2 Execução Orçamentária – Por PODER

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2016, levando-se em consideração a execução orçamentária dos “Poderes”, está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 28 – Despesa Realizada por Poder – "Executivo" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**6.906.827.412,00**	**6.662.657.262,91**	**244.170.149,09**	**3,54**	**88,40**
1	Pessoal e Encargos Sociais	4.299.438.509,00	4.220.507.724,73	78.930.784,27	1,84	56,00
2	Juros e Encargos da Dívida	185.088.909,00	184.392.805,04	696.103,96	0,38	2,45
3	Outras Despesas Correntes	2.422.299.994,00	2.257.756.733,14	164.543.260,86	6,79	29,95
DESPESAS DE CAPITAL		**1.751.866.920,00**	**874.710.415,48**	**877.156.504,52**	**50,07**	**11,60**
4	Investimentos	1.387.226.571,00	513.110.780,21	874.115.790,79	63,01	6,80
5	Inversões Financeiras	13.678.294,00	11.237.481,60	2.440.812,40	17,84	0,15
6	Amortização da Dívida	350.962.055,00	350.362.153,67	599.901,33	0,17	4,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**550.968.592,00**	**0,00**	**550.968.592,00**	**100**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	550.968.592,00	0,00	550.968.592,00	100	0,00
TOTAL EXECUTIVO		**9.209.662.924,00**	**7.537.367.678,39**	**1.672.295.245,61**	**18,16**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 2 – Poder Executivo.

QUADRO 29 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Judiciário" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**519.021.219,00**	**518.429.597,42**	**591.621,58**	**0,11**	**94,41**
1	Pessoal e Encargos Sociais	423.117.777,00	422.627.824,16	489.952,84	0,12	76,97
2	Juros e Encargos da Dívida	85.000,00	76.978,57	8.021,43	9,44	0,01
3	Outras Despesas Correntes	95.818.442,00	95.724.794,69	93.647,31	0,10	17,43
DESPESAS DE CAPITAL		**30.683.714,00**	**30.678.708,12**	**5.005,88**	**0,02**	**5,59**
4	Investimentos	30.457.493,00	30.452.487,24	30.452.487,24	99,98	5,55
6	Amortização da Dívida	226.221,00	226.220,88	226.220,88	100	0,04
TOTAL JUDICIÁRIO		**549.704.933,00**	**549.108.305,54**	**596.627,46**	**0,11**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 2 – Poder Judiciário.

QUADRO 30 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Legislativo" - 2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**331.620.917,00**	**325.373.780,67**	**6.247.136,33**	**1,88**	**98,21**
1	Pessoal e Encargos Sociais	212.275.835,00	211.519.489,32	756.345,68	0,36	63,84
3	Outras Despesas Correntes	119.345.082,00	113.854.291,35	5.490.790,65	4,60	34,37
DESPESAS DE CAPITAL		**31.476.793,00**	**5.918.565,79**	**25.558.227,21**	**81,20**	**1,79**
4	Investimentos	31.476.793,00	5.918.565,79	25.558.227,21	81,20	1,79
TOTAL LEGISLATIVO		**363.097.710,00**	**331.292.346,46**	**31.805.363,54**	**8,76**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 2 – Poder Legislativo.

QUADRO 31 – Despesa Realizada por Poder – "Ministério Público" -2016

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/EXEC	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**178.559.114,00**	**174.219.846,25**	**4.339.267,75**	**2,43**	**95,52**
1	Pessoal e Encargos Sociais	128.510.920,00	124.479.826,12	4.031.093,88	3,14	68,25
3	Outras Despesas Correntes	50.048.194,00	49.740.020,13	308.173,87	0,62	27,27
DESPESAS DE CAPITAL		**8.475.908,00**	**8.173.501,19**	**302.406,81**	**3,57**	**4,48**
4	Investimentos	8.475.908,00	8.173.501,19	302.406,81	3,57	4,48
TOTAL MINISTÉRIO PÚBLICO		**187.035.022,00**	**182.393.347,44**	**4.641.674,56**	**2,48**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 2 – Ministério Público.

QUADRO 32 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" - 2016

PODERES	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
EXECUTIVO	6.662.657.262,91	874.710.415,48	7.537.367.678,39	87,64
JUDICIÁRIO	518.429.597,42	30.678.708,12	549.108.305,54	6,38
LEGISLATIVO	325.373.780,67	5.918.565,79	331.292.346,46	3,85
MINISTÉRIO PÚBLICO	174.219.846,25	8.173.501,19	182.393.347,44	2,13
TOTAL	**7.680.680.487,25**	**919.481.190,58**	**8.600.161.677,83**	**100**

FONTE: Quadros 28 a 31.

QUADRO 33 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" – por Categoria e Grupo - 2016

PODERES	PESSOAL	% PART	OUTROS CUSTEIOS	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
EXECUTIVO	4.220.507.724,73	84,76	2.442.149.538,18	90,40	874.710.415,48	95,13	7.537.367.678,39	87,64
JUDICIÁRIO	422.627.824,16	8,49	95.801.773,26	3,55	30.678.708,12	3,34	549.108.305,54	6,38
LEGISLATIVO	211.519.489,32	4,25	113.854.291,35	4,21	5.918.565,79	0,64	331.292.346,46	3,85
MINISTÉRIO PÚBLICO	124.479.826,12	2,50	49.740.020,13	1,84	8.173.501,19	0,89	182.393.347,44	2,13
TOTAL	**4.979.134.864,33**	**100**	**2.701.545.622,92**	**100**	**919.481.190,58**	**100**	**8.600.161.677,83**	**100**

FONTE: Quadros 28 a 31.

Nos Quadros 28 a 31 estão demonstrados os recursos aplicados por Poder no exercício de 2016, bem como, as análises de participação de cada grupo no respectivo Poder e da diferença correspondente ao saldo não aplicado em relação às dotações atualizadas.

No Poder Executivo restou um saldo orçamentário de 18,16% em relação ao montante autorizado, sendo: 3,54% nas despesas correntes, 50,07% nas de capital, carecendo melhoria no planejamento orçamentário para a categoria.

No Poder Judiciário o saldo orçamentário foi de apenas 0,11% do orçamento autorizado, sendo 0,11% nas despesas correntes e 0,02% nas despesas de capital.

O Poder Legislativo empenhou a importância de R$ 331,3 milhões, restando a aplicar em percentual 8,76% do seu orçamento autorizado. As despesas correntes restaram sem aplicação 1,88% e as de capital 81,20% de saldo orçamentário no referido poder, durante o exercício em análise.

O saldo não executado do Ministério Público foi de 2,48%, sendo 2,43% nas despesas correntes e 3,57% nas despesas de capital.

O Quadro 32 demonstra a execução dos gastos dos Poderes do Estado e a análise da participação de cada um deles sobre o orçamento geral, evidenciando os seguintes resultados: o Poder Executivo com 87,64%, o Poder Judiciário com 6,38%, o Poder Legislativo com 3,85% e o Ministério Público com 2,13% de participação sobre as despesas realizadas do Estado no exercício de 2016.

O Quadro 33 demonstra as despesas por categoria e grupo de despesa sendo: as correntes distinguindo as de custeio e as despesas de pessoal.

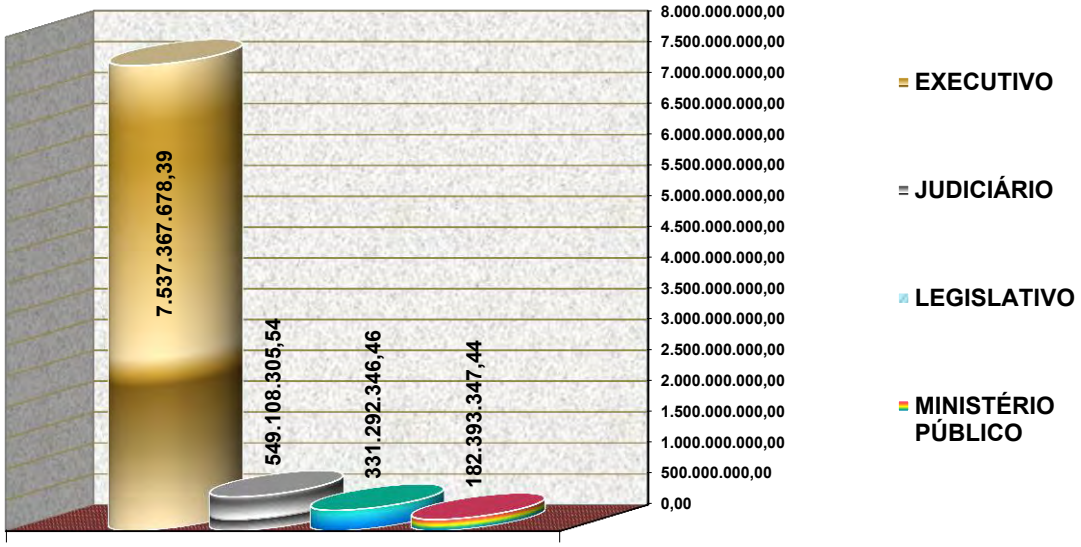


GRÁFICO 11 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério Público

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO

3.2.1 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial, no tocante aos diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público, compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei 4.320/1964). Nesse ângulo, devem ser atendidos os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O resultado patrimonial é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, registradas segundo os princípios da competência e oportunidade. (**Fonte MCASP**)

A gestão patrimonial demonstra e controla a situação do patrimônio, composto por bens móveis, imóveis, intangíveis, créditos, obrigações e valores, registrados nos ativos e passivos dos órgãos e entidades do Estado, evidenciando o resultado da execução orçamentária e extraorçamentária, aumentando ou diminuindo, quantitativa ou qualitativamente, o patrimônio público na forma dos quadros e gráficos a seguir:

QUADRO 34 – Balanço Patrimonial - Geral do Estado – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
ATIVO	**9.543.670.357,00**	**100**	**10.725.500.300,95**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**6.077.036.105,99**	**63,68**	**5.391.193.909,28**	**50,27**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	814.543.496,42	8,53	777.865.935,98	7,25
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.109.140.184,95	11,62	933.378.658,89	8,70
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	4.082.524.579,70	42,78	3.619.180.134,71	33,74
ESTOQUES	70.156.181,88	0,74	60.112.178,93	0,56
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	671.663,04	0,01	657.000,77	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**3.466.634.251,01**	**36,32**	**5.334.306.391,67**	**49,73**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	152.661.005,15	1,60	2.351.546.059,85	21,92
INVESTIMENTOS	281.507.091,11	2,95	258.157.957,67	2,41
IMOBILIZADO	2.790.473.983,29	29,24	2.483.280.121,89	23,15
INTANGIVEL	241.992.171,46	2,54	241.322.252,26	2,25

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
PASSIVO	**32.921.469.388,99**	**100**	**30.465.812.877,35**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.333.423.012,77**	**4,05**	**1.447.399.274,46**	4,75
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	311.265.348,96	0,95	354.221.929,91	1,16
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	1.114.833,72	0,00	260.120.539,38	0,85
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	321.890.570,77	0,98	297.076.161,09	0,98
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.444,07	0,00	25,76	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	4.340.443,82	0,01	5.324.352,72	0,02
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	694.810.371,43	2,11	530.656.265,60	1,74
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**31.588.046.376,22**	**95,95**	**29.018.413.602,89**	**95,25**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	26.370.908,17	0,08	25.012.729,05	0,08
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.483.583.619,79	7,54	2.540.499.430,96	8,34
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	189.742.476,59	0,58	168.815.368,91	0,55
PROVISOES A LONGO PRAZO	28.754.961.838,07	87,34	26.148.145.047,83	85,83
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	133.387.533,60	0,41	135.941.026,14	0,45
PATRIMONIO LIQUIDO	**-23.377.799.031,99**	**-244,96**	**-19.740.312.576,40**	**-184,05**
RESULTADOS ACUMULADOS	-23.377.799.031,99	-244,96	-19.740.312.576,40	-184,05
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**9.543.670.357,00**	**100**	**10.725.500.300,95**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14, Vol. I, fl. 27.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**10.997.130.635,10**	**11.196.400.844,57**	**-1,78**
ATIVO FINANCEIRO	5.216.133.747,41	4.576.378.700,80	13,98
ATIVO PERMANENTE	5.780.996.887,69	6.620.022.143,77	-12,67
PASSIVO	**34.648.445.451,20**	**31.104.466.691,66**	**11,39**
PASSIVO FINANCEIRO	779.435.501,44	430.835.669,46	80,91
PASSIVO PERMANENTE	33.869.009.949,76	30.673.631.022,20	10,42
SALDO PATRIMONIAL	**-23.651.314.816,10**	**-19.908.065.847,09**	**18,80**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14A , Vol. I , fl. 29.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	160.822.247,82	172.857.208,97
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**160.822.247,82**	**172.857.208,97**
OBRIGACOES CONVENIADAS	715.875.451,02	498.100.140,44
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.124.951.322,71	2.065.352.195,19
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.840.826.773,73**	**2.563.452.335,63**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14A , Vol. I , fl. 29.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	21.762.636,18	48.623.288,09
0101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-42.032.559,47	-29.873.018,13
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	2.619.132,46	-6.572.000,68
0103	CONTRAPARTIDA	6.226.264,25	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-15.976.643,60	-28.576.961,09
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.830.080,17	956.458,88
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	11.957.141,88	17.700.383,03
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-388.424,42	469.169,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	67.692,38	61.887,44
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	7.208.759,59	6.329.204,31
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.461.068,79	10.072.226,51
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	6.401.566,61	4.543.965,77
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	199.805.283,45	179.886.702,70
0226	ALIENACAO DE BENS	10.258.017,85	6.941.935,41
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MIL.	1.968.891,00	942.295,97
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	19.760.619,86	27.893.040,83
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	4.990,48	19.295,19
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	382.279,23	1.687.508,93
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	2.972.277,17	2.308.661,22
0238	ICMS - FECOEP	307.404,31	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	29.705.056,02	22.634.898,24
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	4.093.059.986,09	3.627.898.405,39
0242	ASSISTENCIA MEDICA	-73.646.801,60	975.646,18
0245	TRANSF. REC. FUNDO A FUNDO	0,00	859,79
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	277.756,65	-277.036,67
0247	ATENCAO BASICA	501.828,77	628.138,03
0248	GESTAO DO SUS	6.903.992,24	8.875.860,38
0249	INVESTIMENTOS	25.786.676,86	20.847.483,35
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	26.141.535,83	2.411.629,10
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	10.599.157,58	14.288.894,25
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	93.857.598,07	192.506.700,33
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-17.688.389,15	13.775.834,14
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	-2.828.916,52	-2.828.916,52
5236	DOACAO	432.286,96	390.591,97
TOTAL		**4.436.698.245,97**	**4.145.543.031,34**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14A , Vol. I , fl. 29.

O quadro 34 demonstra o Balanço Patrimonial Geral do Estado relativo ao exercício de 2016. Nele constata-se que o Ativo Circulante está composto de 63,68% e o Ativo Não Circulante de 36,32%.

O subgrupo do Ativo Circulante mais expressivo foi a dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo com 42,78% e no Ativo Não Circulante o mais representativo foi o Imobilizado com 29,24%.

Os Passivos formam compostos de 4,05% do Circulante e 95,95% do Não Circulante. Neste último, as Provisões a Longo Prazo atingiram 87,34% do total do Passivo Não Circulante, com um montante acumulado de R$ 28,8 bilhões, correspondente às Provisões Matemáticas Previdenciárias e um Passivo Real a Descoberto de R$ 23,4 bilhões em 2016.

No Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros, demonstra a evolução em comparação ao ano de 2015. O Ativo Financeiro teve aumento de 13,98%, o Passivo Financeiro teve crescimento de 80,91%.

O Ativo Permanente teve redução de (12,67%) e o Passivo Permanente aumento de 10,42%, em comparação com o ano de 2015.

O saldo patrimonial teve aumento de 18,80%, passando de (R$ 19,9 bilhões) em 2015 para (R$ 23,7 bilhões) em 2016.

No Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte de recursos, mostra um saldo financeiro positivo de R$ 4.436.698.245,97 e deste montante, R$ 4.093.059.986,09, pertencem ao RPPS dos servidores públicos.

3.2.2 Balanços Patrimoniais por Gestão (Administração)

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2016, levando-se em consideração a situação patrimonial por “Gestão”, está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 35 – Balanço Patrimonial – “Administração Direta” – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2016**	**% PART**	**2015**	**% PART**
ATIVO	**4.551.396.478,44**	**100**	**6.048.696.128,40**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**1.932.080.621,27**	**42,45**	**1.357.630.009,79**	**22,45**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	536.278.871,25	11,78	546.744.449,99	9,04
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.374.657.973,47	30,20	795.024.995,43	13,14
ESTOQUES	20.611.673,75	0,45	15.465.481,12	0,26
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	532.102,80	0,01	395.083,25	0,01
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	40.294.995,89	0,89	2.232.554.879,60	36,91
INVESTIMENTOS	281.487.893,05	6,18	258.138.759,61	4,27
IMOBILIZADO	2.297.532.968,23	50,48	2.200.372.479,40	36,38
PASSIVO	**4.950.606.230,00**	**100**	**4.044.506.337,12**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.862.563.576,91**	**37,62**	**1.161.499.660,54**	**28,72**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	370.566.987,66	7,49	326.583.720,90	8,07
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	1.114.833,72	0,02	260.120.539,38	6,43

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	133.953.911,97	2,71	94.054.450,97	2,33
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	973,91	0,00	25,76	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	4.340.443,82	0,09	5.324.352,72	0,13
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.352.586.425,83	27,32	475.416.570,81	11,75
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**3.088.042.653,09**	**62,38**	**2.883.006.676,58**	**71,28**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	26.370.908,17	0,53	25.012.729,05	0,62
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.483.583.619,79	50,17	2.488.931.700,11	61,54
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	189.742.476,59	3,83	168.815.368,91	4,17
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	388.345.648,54	7,84	200.246.878,51	4,95
PATRIMONIO LIQUIDO	**-399.209.751,56**	**-8,77**	**2.004.189.791,28**	**33,13**
RESULTADOS ACUMULADOS	-399.209.751,56	-8,77	2.004.189.791,28	33,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**4.551.396.478,44**	**100**	**6.048.696.128,40**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. III, fl. 686.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**4.551.396.478,44**	**6.048.696.128,40**	**-24,75**
ATIVO FINANCEIRO	726.036.586,00	653.793.103,94	11,05
ATIVO PERMANENTE	3.825.359.892,44	5.394.903.024,46	-29,09
PASSIVO	**5.074.584.083,32**	**4.156.565.907,15**	**22,09**
PASSIVO FINANCEIRO	598.105.188,45	316.738.375,93	88,83
PASSIVO PERMANENTE	4.476.478.894,87	3.839.827.531,22	16,58
SALDO PATRIMONIAL	**-523.187.604,88**	**1.892.130.221,25**	**-127,65**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14A, Vol. III, fl. 687.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	96.037.771,30	99.450.631,18
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**96.037.771,30**	**99.450.631,18**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
OBRIGACOES CONVENIADAS	708.708.593,29	492.179.187,61
OBRIGACOES CONTRATUAIS	774.722.442,89	781.262.141,09
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.483.431.036,18**	**1.273.441.328,70**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14A, Vol. III, fl. 687.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	33.123.015,58	47.185.315,85
0101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-41.754.426,71	-29.873.018,13
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	766.452,67	2.009.790,25
0103	CONTRAPARTIDA	2.583.447,11	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-10.875.945,53	-22.547.873,89
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.830.080,17	956.458,88
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	11.949.507,00	15.796.859,23
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-388.424,42	469.169,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	67.692,38	61.887,44
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	2.033.624,03	2.962.459,30
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	771.427,69	997.063,44
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	-1,38	0,00
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	117.910.915,70	111.661.219,63
0226	ALIENACAO DE BENS	6.824.625,94	3.633.728,13
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MIL.	1.968.891,00	942.295,97
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	15.044.819,19	22.212.159,18
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	-1.280,25	13.568,61
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	348.183,28	-2.093,05
0238	ICMS - FECOEP	-19.102.013,52	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	-92.570.429,77	-59.934.938,08
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	100.247.578,36	222.144.788,59
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-2.934.146,10	18.338.657,70
5236	DOACAO	87.805,13	27.229,96
TOTAL		**127.931.397,55**	**337.054.728,01**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14A, Vol. III, fl. 687.

O quadro acima evidencia, no exercício, um superávit financeiro da Administração Direta, no montante de R$ 127.931.397,55, por fonte de recursos. Nele podemos observar fontes deficitárias tais como: 0101 Recursos Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino, 0104 Recursos do Tesouro, 0238 ICMS – FECOEP, 0240 Recursos Próprios e 4220 Operações de Crédito Externas, mostrando-se necessário melhorar o planejamento e o controle do gasto público.

O Quadro do Balanço Patrimonial acima evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2016, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 42,45%;

b) Ativo Não Circulante: 57,55%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 37,62%;

b) Passivo Não Circulante: 62,38%;

c) Patrimônio Líquido: (8,77%).

QUADRO 36 – Balanço Patrimonial – "Autarquias" – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2016**	**% PART**	**2015**	**% PART**
ATIVO	**879.051.443,71**	**100**	**609.749.268,06**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**186.249.993,72**	**21,19**	**108.555.074,37**	**17,80**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	69.797.431,33	7,94	56.564.358,14	9,28
CREDITOS A CURTO PRAZO	103.180.133,52	11,74	39.967.871,88	6,55
ESTOQUES	13.225.101,34	1,50	11.964.085,23	1,96
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	47.327,53	0,01	58.759,12	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**692.801.449,99**	**78,81**	**501.194.193,69**	**82,20**
INVESTIMENTOS	19.198,06	0,00	19.198,06	0,00
IMOBILIZADO	450.790.080,47	51,28	259.852.743,37	42,62
INTANGIVEL	241.992.171,46	27,53	241.322.252,26	39,58
PASSIVO	**172.483.189,51**	**100**	**201.139.080,16**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**144.187.058,65**	**83,59**	**163.342.949,30**	**81,21**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	41.910.684,00	24,30	44.761.564,35	22,25
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	17.951.618,03	10,41	46.962.628,85	23,35
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	470,16	0,00	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	84.324.286,46	48,89	71.618.756,10	35,61
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**28.296.130,86**	**16,41**	**37.796.130,86**	**18,79**
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	28.296.130,86	16,41	37.796.130,86	18,79
PATRIMONIO LIQUIDO	**706.568.254,20**	**80,38**	**408.610.187,90**	**67,01**
RESULTADOS ACUMULADOS	706.568.254,20	80,38	408.610.187,90	67,01
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**879.051.443,71**	**100**	**609.749.268,06**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. IV, fl. 936.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2016**	**2015**	**% EVOL**
ATIVO	**879.051.443,71**	**609.749.268,06**	**44,17**
ATIVO FINANCEIRO	104.315.897,88	87.226.720,38	19,59
ATIVO PERMANENTE	774.735.545,83	522.522.547,68	48,27
PASSIVO	**213.482.472,76**	**233.349.110,89**	**-8,51**
PASSIVO FINANCEIRO	58.381.241,49	69.059.468,67	-15,46
PASSIVO PERMANENTE	155.101.231,27	164.289.642,22	-5,59
SALDO PATRIMONIAL	**665.568.970,95**	**376.400.157,17**	**76,82**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 937.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2016**	**2015**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	46.104.476,14	53.839.269,21
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**46.104.476,14**	**53.839.269,21**
OBRIGACOES CONVENIADAS	1.244.700,00	1.809.700,00
OBRIGACOES CONTRATUAIS	91.769.957,51	117.561.610,57
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**93.014.657,51**	**119.371.310,57**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 937.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2016**	**2015**
0100	RECURSOS ORDINARIOS	-9.691.195,73	1.249.334,51
0103	CONTRAPARTIDA	3.118.706,50	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-730.000,00	-1.210.000,00
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	-389.385,44	0,00
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	5.640.145,77	7.226.492,26
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	6.401.567,99	0,00
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	13.690.919,78	4.163.652,09
0226	ALIENACAO DE BENS	2.481.825,54	2.145.266,85
0240	RECURSOS PROPRIOS	46.587.855,89	41.622.334,34
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	-3.592.624,36	-29.638.088,26
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-14.754.243,03	-4.562.823,56
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	-2.828.916,52	-2.828.916,52
TOTAL		**45.934.656,39**	**18.167.251,71**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 937.

A composição da situação patrimonial das Autarquias, Quadro 36, evidencia a aplicação de recursos, assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 21,19%;

b) Ativo Não Circulante: 78,81%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 83,59%;

b) Passivo Não Circulante: 16,41%;

c) Patrimônio Líquido: 80,38%.

QUADRO 37 – Balanço Patrimonial – “Fundações” – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2016**	**% PART**	**2015**	**% PART**
ATIVO	**14.925.252,79**	**100**	**3.491.873,69**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**9.345.465,12**	**62,62**	**2.767.385,72**	**79,25**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	536.800,29	3,60	667.146,75	19,11
CREDITOS A CURTO PRAZO	8.613.887,76	57,71	1.918.488,62	54,94
ESTOQUES	193.997,07	1,30	175.998,52	5,04
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	780,00	0,01	5.751,83	0,16
ATIVO NAO CIRCULANTE	**5.579.787,67**	**37,38**	**724.487,97**	**20,75**
IMOBILIZADO	5.579.787,67	37,38	724.487,97	20,75
PASSIVO	**9.376.924,59**	**100**	**4.230.721,12**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**8.690.447,11**	**92,68**	**3.705.388,39**	**87,58**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	3.863.018,46	41,20	1.409.737,69	33,32
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	1.007.172,68	10,74	658.311,73	15,56
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	3.820.255,97	40,74	1.637.338,97	38,70
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**686.477,48**	**7,32**	**525.332,73**	**12,42**
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	686.477,48	7,32	525.332,73	12,42
PATRIMONIO LIQUIDO	**5.548.328,20**	**37,17**	**-738.847,43**	**-21,16**
RESULTADOS ACUMULADOS	5.548.328,20	37,17	-738.847,43	-21,16
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**14.925.252,79**	**100**	**3.491.873,69**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. IV, fl. 1064.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2016**	**2015**	**% EVOL**
ATIVO	**14.925.252,79**	**3.491.873,69**	**327,43**
ATIVO FINANCEIRO	971.787,73	931.893,62	4,28
ATIVO PERMANENTE	13.953.465,06	2.559.980,07	445,06
PASSIVO	**10.985.434,14**	**5.900.950,67**	**86,16**
PASSIVO FINANCEIRO	3.248.874,13	1.832.156,36	77,33
PASSIVO PERMANENTE	7.736.560,01	4.068.794,31	90,14
SALDO PATRIMONIAL	**3.939.818,65**	**-2.409.076,98**	**-263,54**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. III, fl. 1065.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2016**	**2015**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	157.894,76	157.894,76
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**157.894,76**	**157.894,76**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	9.090.443,31	6.910.851,25
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**9.090.443,31**	**6.910.851,25**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. III, fl. 1065.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	-862.321,24	-87.927,47
0101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-278.132,76	0,00
0103	CONTRAPARTIDA	19.358,50	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-1.810.698,07	-1.604.087,20
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	96.895,49	198.094,68
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	9.703,30	8.861,28
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	72.079,27	264.827,51
0240	RECURSOS PROPRIOS	476.029,11	319.968,46
TOTAL		**-2.277.086,40**	**-900.262,74**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. III, fl. 1065.

Este demonstrativo evidencia a composição da situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 62,62%;

b) Ativo Não Circulante: 37,38%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 92,68%;

b) Passivo Não Circulante: 7,32%;

c) Patrimônio Líquido: 37,17%.

QUADRO 38 – Balanço Patrimonial – “Fundos” – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
ATIVO	**5.551.757.460,16**	**100**	**4.534.463.574,42**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**5.117.637.815,19**	**92,18**	**4.290.514.667,06**	**94,62**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	207.930.393,55	3,75	173.889.981,10	3,83
CREDITOS A CURTO PRAZO	790.965.979,51	14,25	464.740.530,62	10,25
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	4.082.524.579,70	73,54	3.619.180.134,71	79,81
ESTOQUES	36.125.409,72	0,65	32.506.614,06	0,72
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	91.452,71	0,00	197.406,57	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**434.119.644,97**	**7,82**	**243.948.907,36**	**5,38**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	397.548.498,05	7,16	221.618.496,21	4,89
IMOBILIZADO	36.571.146,92	0,66	22.330.411,15	0,49

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
PASSIVO	**29.242.463.322,99**	**100**	**26.686.837.282,57**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**486.358.760,12**	**1,66**	**487.124.503,89**	**1,83**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	226.468.731,43	0,77	204.933.130,71	0,77
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	168.977.868,09	0,58	155.400.769,54	0,58
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	90.912.160,60	0,31	126.790.603,64	0,48
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**28.756.104.562,87**	**98,34**	**26.199.712.778,68**	**98,17**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	51.567.730,85	0,19
PROVISOES A LONGO PRAZO	28.754.961.838,07	98,33	26.148.145.047,83	97,98
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	1.142.724,80	0,01	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**-23.690.705.862,83**	**-426,72**	**-22.152.373.708,15**	**-488,53**
RESULTADOS ACUMULADOS	-23.690.705.862,83	-426,72	-22.152.373.708,15	-488,53
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**5.551.757.460,16**	**100**	**4.534.463.574,42**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. IV, fl. 1137.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**5.551.757.460,16**	**4.534.463.574,42**	**22,43**
ATIVO FINANCEIRO	4.384.809.475,80	3.834.426.982,86	14,35
ATIVO PERMANENTE	1.166.947.984,36	700.036.591,56	66,70
PASSIVO	**29.349.393.460,98**	**26.708.650.722,95**	**9,89**
PASSIVO FINANCEIRO	119.700.197,37	43.205.668,50	177,05
PASSIVO PERMANENTE	29.229.693.263,61	26.665.445.054,45	9,62
SALDO PATRIMONIAL	**-23.797.636.000,82**	**-22.174.187.148,53**	**7,32**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 1138.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	18.522.105,62	19.409.413,82
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**18.522.105,62**	**19.409.413,82**
OBRIGACOES CONVENIADAS	5.922.157,73	4.111.252,83
OBRIGACOES CONTRATUAIS	1.249.368.479,00	1.159.617.592,28
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.255.290.636,73**	**1.163.728.845,11**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 1138.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	-806.862,43	276.565,20
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	1.852.679,79	-8.581.790,93
0103	CONTRAPARTIDA	504.752,14	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-2.560.000,00	-3.215.000,00
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	7.634,88	1.903.523,80

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	5.467.625,51	3.168.650,33
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	2.039.792,03	1.839.809,53
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00	4.543.965,77
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	68.131.368,70	63.797.003,47
0226	ALIENACAO DE BENS	951.566,37	1.162.940,43
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	4.715.800,67	5.680.881,65
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	6.270,73	5.726,58
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	34.095,95	1.689.601,98
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	2.972.277,17	2.308.661,22
0238	ICMS - FECOEP	19.409.417,83	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	75.211.600,79	40.627.533,52
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	4.093.059.986,09	3.627.898.405,39
0242	ASSISTENCIA MEDICA	-73.646.801,60	975.646,18
0245	TRANSF. REC. FUNDO A FUNDO	0,00	859,79
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	277.756,65	-277.036,67
0247	ATENCAO BASICA	501.828,77	628.138,03
0248	GESTAO DO SUS	6.903.992,24	8.875.860,38
0249	INVESTIMENTOS	25.786.676,86	20.847.483,35
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	26.141.535,83	2.411.629,10
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	10.599.157,58	14.288.894,25
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	-2.797.355,93	0,00
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-0,02	0,00
5236	DOACAO	344.481,83	363.362,01
TOTAL		**4.265.109.278,43**	**3.791.221.314,36**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14A, Vol. IV, fl. 1138.

O Quadro 38 mostra a composição da situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 92,18%;

b) Ativo Não Circulante: 7,82%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 1,66%;

b) Passivo Não Circulante: 98,34%;

c) Patrimônio Líquido: (426,72%).

Os Fundos Estaduais demonstraram um déficit no Patrimônio do Estado de (426,72%) sobre seus Ativos, ou seja, (R$ 23.690.705.862,83) de Passivo Real a Descoberto, acumulado até 2016 em razão das contabilizações das Projeções Atuariais de RPPS.

3.2.3 Balanços Patrimoniais - por Poder

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2016, levando-se em consideração a situação patrimonial dos "Poderes", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 39 – Balanço Patrimonial –"Poder Executivo"– 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2016**	**% PART**	**2015**	**% PART**
ATIVO	**10.615.336.941,95**	**100**	**10.906.005.589,23**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**7.127.123.379,59**	**67,14**	**5.707.079.805,46**	**52,33**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	756.922.328,85	7,13	747.806.798,46	6,86
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.220.043.298,33	20,91	1.282.279.871,74	11,76
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	4.082.524.579,70	38,46	3.619.180.134,71	33,19
ESTOQUES	67.193.566,20	0,63	57.392.538,29	0,53
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	439.606,51	0,00	420.462,26	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**3.488.213.562,36**	**32,86**	**5.198.925.783,77**	**47,67**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	437.843.493,94	4,12	2.454.173.375,81	22,50
INVESTIMENTOS	281.480.024,51	2,65	258.130.891,07	2,37
IMOBILIZADO	2.526.897.872,45	23,80	2.245.299.264,63	20,59
INTANGIVEL	241.992.171,46	2,28	241.322.252,26	2,21
PASSIVO	**34.324.144.102,93**	**100**	**30.906.496.443,06**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.451.357.832,88**	**7,14**	**1.786.025.299,34**	**5,78**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	631.624.407,68	1,84	570.544.266,24	1,85
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	1.114.833,72	0,00	260.160.996,68	0,84
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	318.803.996,52	0,93	295.775.391,33	0,96
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.444,07	0,00	25,76	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	4.340.443,82	0,01	5.324.352,72	0,02
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.495.472.707,07	4,36	654.220.266,61	2,12
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**31.872.786.270,05**	**92,86**	**29.120.471.143,72**	**94,22**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	26.370.908,17	0,08	25.012.729,05	0,08
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.483.583.619,79	7,24	2.540.499.430,96	8,22
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	189.742.476,59	0,55	168.815.368,91	0,55
PROVISOES A LONGO PRAZO	28.754.961.838,07	83,77	26.148.145.047,83	84,60
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	418.127.427,43	1,22	237.998.566,97	0,77
PATRIMONIO LIQUIDO	**-23.708.807.160,98**	**-223,34**	**-20.000.490.853,83**	**-183,39**
RESULTADOS ACUMULADOS	-23.708.807.160,98	-223,34	-20.000.490.853,83	-183,39
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**10.615.336.941,95**	**100**	**10.906.005.589,23**	**100**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14, Vol. I, fl. 28.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**10.615.336.941,95**	**10.906.005.589,23**	**-2,67**
ATIVO FINANCEIRO	5.139.556.962,41	4.529.214.093,20	13,48
ATIVO PERMANENTE	5.475.779.979,54	6.376.791.496,03	-14,13
PASSIVO	**34.556.026.121,85**	**31.056.093.854,20**	**11,27**
PASSIVO FINANCEIRO	692.843.664,70	383.379.867,35	80,72
PASSIVO PERMANENTE	33.863.182.457,15	30.672.713.986,85	10,40
SALDO PATRIMONIAL	**-23.940.689.179,90**	**-20.150.088.264,97**	**18,81**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14A, Vol. I, fl. 30.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	160.822.247,82	172.857.208,97
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**160.822.247,82**	**172.857.208,97**
OBRIGACOES CONVENIADAS	715.665.451,02	498.100.140,44
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.080.239.260,00	2.016.692.761,40
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.795.904.711,02**	**2.514.792.901,84**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14A, Vol. I, fl. 30.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	42.721.906,67	51.953.506,88
0101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-42.032.559,47	-29.873.018,13
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	2.619.132,46	-6.572.000,68
0103	CONTRAPARTIDA	6.226.264,25	0,00
0104	RECURSOS DO TESOURO	-15.978.143,60	-28.578.461,09
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.830.080,17	956.458,88
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	11.957.141,88	17.700.383,03
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-388.424,42	469.169,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	67.692,38	61.887,44
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	7.208.759,59	6.329.204,31
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.461.068,79	10.072.226,51
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	6.401.566,61	4.543.965,77
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	199.805.283,45	179.886.702,70
0226	ALIENACAO DE BENS	10.116.893,53	6.907.398,82
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MIL.	1.968.891,00	942.295,97
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTER	19.760.619,86	27.893.040,83
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTER	4.990,48	19.295,19
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	382.279,23	1.687.508,93
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	2.972.277,17	2.308.661,22
0238	ICMS - FECOEP	307.404,31	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	18.322.975,80	19.685.636,26
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	4.093.059.986,09	3.627.898.405,39
0242	ASSISTENCIA MEDICA	-73.646.801,60	975.646,18
0245	TRANSF. REC. FUNDO A FUNDO	0,00	859,79
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	277.756,65	-277.036,67

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0247	ATENCAO BASICA	501.828,77	628.138,03
0248	GESTAO DO SUS	6.903.992,24	8.875.860,38
0249	INVESTIMENTOS	25.786.676,86	20.847.483,35
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	26.141.535,83	2.411.629,10
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	10.599.157,58	14.288.894,25
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	94.468.464,07	192.506.700,33
4220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-17.688.389,15	13.775.834,14
4221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	-2.828.916,52	-2.828.916,52
5236	DOACAO	401.906,75	336.866,26
TOTAL		**4.446.713.297,71**	**4.145.834.225,85**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14A, Vol. I, fl. 30.

A situação patrimonial do Poder Executivo que, em 2016, está assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 67,14%;

b) Ativo Não Circulante: 32,86%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 7,14%;

b) Passivo Não Circulante: 92,86%;

c) Patrimônio Líquido: (223,34%).

QUADRO 40 – Balanço Patrimonial – “Poder Legislativo” – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
ATIVO	**103.093.085,57**	**100**	**84.409.759,63**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**25.469.068,43**	**24,70**	**8.534.907,80**	**10,11**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.904.939,11	15,43	5.593.847,12	6,63
CREDITOS A CURTO PRAZO	9.055.106,57	8,78	2.162.122,59	2,56
ESTOQUES	382.602,45	0,37	658.120,69	0,78
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	126.420,30	0,12	120.817,40	0,14
ATIVO NAO CIRCULANTE	**77.624.017,14**	**75,30**	**75.874.851,83**	**89,89**
INVESTIMENTOS	1.670,20	0,00	1.670,20	0,00
IMOBILIZADO	77.622.346,94	75,29	75.873.181,63	89,89

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
PASSIVO	**8.268.724,18**	**100**	**6.833.702,18**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**8.268.724,18**	**100**	**6.833.702,18**	**100**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	2.641.654,52	31,95	4.254.811,28	62,26
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	1.869.465,00	22,61	357.888,73	5,24
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	3.757.604,66	45,44	2.221.002,17	32,50
PATRIMONIO LIQUIDO	**94.824.361,39**	**91,98**	**77.576.057,45**	**91,90**
RESULTADOS ACUMULADOS	94.824.361,39	91,98	77.576.057,45	91,90
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**103.093.085,57**	**100**	**84.409.759,63**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**103.093.085,57**	**84.409.759,63**	**22,13**
ATIVO FINANCEIRO	15.904.939,11	5.593.847,12	184,33
ATIVO PERMANENTE	87.188.146,46	78.815.912,51	10,62
PASSIVO	**15.387.938,86**	**7.797.781,82**	**97,34**
PASSIVO FINANCEIRO	15.387.938,86	7.592.308,21	102,68
PASSIVO PERMANENTE	0,00	205.473,61	-100,00
SALDO PATRIMONIAL	**87.705.146,71**	**76.611.977,81**	**14,48**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
OBRIGACOES CONTRATUAIS	8.109.959,62	5.332.143,20
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**8.109.959,62**	**5.332.143,20**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	456.939,89	-2.211.372,41
0226	ALIENACAO DE BENS	21.018,68	20.240,02
0240	RECURSOS PROPRIOS	619.527,47	192.671,30
4219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	-610.866,00	0,00
5236	DOACAO	30.380,21	0,00
TOTAL		**517.000,25**	**-1.998.461,09**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

O demonstrativo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Legislativo, cujos grupos de contas, em 2016, estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 24,70%;

b) Ativo Não Circulante: 75,30%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 100,00%;

b) Patrimônio Líquido: 91,98%.

QUADRO 41 – Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2016**	**% PART**	**2015**	**% PART**
ATIVO	**221.598.301,87**	**100**	**160.197.131,47**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**81.996.469,62**	**37,00**	**39.046.544,55**	**24,37**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36.353.641,00	16,41	20.172.521,25	12,59
CREDITOS A CURTO PRAZO	43.547.693,51	19,65	17.109.470,08	10,68
ESTOQUES	2.030.352,75	0,92	1.682.530,62	1,05
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	64.782,36	0,03	82.022,60	0,05
ATIVO NAO CIRCULANTE	**139.601.832,25**	**63,00**	**121.150.586,92**	**75,63**
IMOBILIZADO	139.601.832,25	63,00	121.150.586,92	75,63
PASSIVO	**37.536.326,06**	**100**	**20.310.392,33**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**37.192.771,81**	**99,08**	**19.740.617,20**	**97,19**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	5.593.778,48	14,90	1.536.484,63	7,57
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	-40.457,30	-0,20
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	829.701,46	2,21	894.285,25	4,40
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	30.769.291,87	81,97	17.350.304,62	85,43
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**343.554,25**	**0,92**	**569.775,13**	**2,81**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	343.554,25	0,92	569.775,13	2,81
PATRIMONIO LIQUIDO	**184.061.975,81**	**83,06**	**139.886.739,14**	**87,32**
RESULTADOS ACUMULADOS	184.061.975,81	83,06	139.886.739,14	87,32
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**221.598.301,87**	**100**	**160.197.131,47**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2016**	**2015**	**% EVOL**
ATIVO	**221.598.301,87**	**160.197.131,47**	**38,33**
ATIVO FINANCEIRO	55.309.258,43	37.277.991,33	48,37
ATIVO PERMANENTE	166.289.043,44	122.919.140,14	35,28
PASSIVO	**68.549.683,55**	**36.506.014,93**	**87,78**
PASSIVO FINANCEIRO	66.120.991,18	35.794.453,19	84,72
PASSIVO PERMANENTE	2.428.692,37	711.561,74	241,32
SALDO PATRIMONIAL	**153.048.618,32**	**123.691.116,54**	**23,73**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
OBRIGACOES CONVENIADAS	210.000,00	0,00
OBRIGACOES CONTRATUAIS	29.034.506,05	37.796.945,95
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**29.244.506,05**	**37.796.945,95**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	-21.545.282,27	-1.174.389,50
0226	ALIENACAO DE BENS	105.809,07	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	10.627.740,45	2.604.201,93
5236	DOACAO	0,00	53.725,71
TOTAL		**-10.811.732,75**	**1.483.538,14**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

O demonstrativo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário, cujos grupos de contas, no exercício de 2016, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 37,00%;

b) Ativo Não Circulante: 63,00%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 99,08%;

b) Passivo Não Circulante: 0,92%

c) Patrimônio Líquido: 83,06%.

QUADRO 42 – Balanço Patrimonial – “Ministério Público” – 2015 e 2016

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
ATIVO	**57.102.305,71**	**100**	**45.788.364,24**	**100**
ATIVO CIRCULANTE	**10.724.977,66**	**18,78**	**4.805.879,13**	**10,50**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.362.587,46	9,39	4.292.769,15	9,38
CREDITOS A CURTO PRAZO	4.771.875,85	8,36	100.422,14	0,22
ESTOQUES	549.660,48	0,96	378.989,33	0,83
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	40.853,87	0,07	33.698,51	0,07
ATIVO NAO CIRCULANTE	**46.377.328,05**	**81,22**	**40.982.485,11**	**89,50**
INVESTIMENTOS	25.396,40	0,04	25.396,40	0,06
IMOBILIZADO	46.351.931,65	81,17	40.957.088,71	89,45

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2016	% PART	2015	% PART
PASSIVO	**4.980.513,92**	**100**	**3.072.883,40**	**100**
PASSIVO CIRCULANTE	**4.980.513,92**	**100**	**3.072.883,40**	**100**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	2.949.580,87	59,22	1.352.591,50	44,02
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	387.407,79	7,78	48.595,78	1,58
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.643.525,26	33,00	1.671.696,12	54,40
PATRIMONIO LIQUIDO	**52.121.791,79**	**91,28**	**42.715.480,84**	**93,29**
RESULTADOS ACUMULADOS	52.121.791,79	91,28	42.715.480,84	93,29
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**57.102.305,71**	**100**	**45.788.364,24**	**100**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
ATIVO	**57.102.305,71**	**45.788.364,24**	**24,71**
ATIVO FINANCEIRO	5.362.587,46	4.292.769,15	24,92
ATIVO PERMANENTE	51.739.718,25	41.495.595,09	24,69
PASSIVO	**8.481.706,94**	**4.069.040,71**	**108,44**
PASSIVO FINANCEIRO	5.082.906,70	4.069.040,71	24,92
PASSIVO PERMANENTE	3.398.800,24	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL	**48.620.598,77**	**41.719.323,53**	**16,54**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2016	2015
OBRIGACOES CONTRATUAIS	7.567.597,04	5.530.344,64
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**7.567.597,04**	**5.530.344,64**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2016	2015
0100	RECURSOS ORDINARIOS	129.071,89	55.543,12
0104	RECURSOS DO TESOURO	1.500,00	1.500,00
0226	ALIENACAO DE BENS	14.296,57	14.296,57
0240	RECURSOS PROPRIOS	134.812,30	152.388,75
TOTAL		**279.680,76**	**223.728,44**

FONTE: SIAFEM, Anexo 14A – Balanço Patrimonial.

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público, cujos grupos de contas estão, em 2016, assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 18,78%;

b) Ativo Não Circulante: 81,22%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 100,00%;

b) Patrimônio Líquido: 91,28%.

3.3 GESTÃO FINANCEIRA

3.3.1 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, possibilitando a apuração a apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício.

A Gestão Financeira do Estado tem como instrumento operacional o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, por força da Lei nº 1.115/1999, para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seu art. 8º, e art. 28 da Lei nº 3.048/2015, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício.

Para maior evidenciação, demonstram-se, nos quadros a seguir, os Balanços Financeiros apurados no exercício em análise:

QUADRO 43 – Resumo do Balanço Financeiro - Geral do Estado – 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**9.061.591.893,60**	**37,58**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**8.600.161.677,83**	**35,67**
ORDINARIA	5.688.990.934,96	23,59	ORDINARIA	4.310.454.952,13	17,88
VINCULADA	3.372.600.958,64	13,99	VINCULADA	4.289.706.725,70	17,79
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**8.820.561.626,23**	**36,58**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**8.820.561.626,23**	**36,58**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**1.832.290.388,36**	**7,60**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**1.793.698.598,70**	**7,44**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.397.046.070,69**	**18,24**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**4.897.068.076,12**	**20,31**
TOTAL	**24.111.489.978,88**	**100**	**TOTAL**	**24.111.489.978,88**	**100**

FONTE: Anexo 13 - Volume I, fls. 21 e 22.

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de recursos financeiros, destacando as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentária) e os ingressos e dispêndios independentes da execução orçamentária (extraorçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por 37,58% de receita orçamentária, sendo 23,59% de recursos ordinários e 13,99% de recursos vinculados, as transferências financeiras alcançaram 36,58%, os recebimentos extraorçamentários 7,60% e 18,24% refere-se ao saldo financeiro proveniente do exercício anterior (2015).

O dispêndio de recursos orçamentários alcançou 35,67%, desdobrados por destinação de recursos, com 17,88% em recursos ordinários e 17,79% em recursos vinculados. As transferências financeiras concedidas foram 36,58%, os pagamentos extraorçamentários atingiram 7,44% e o saldo para o exercício seguinte corresponderam a 20,31%.

O saldo financeiro inicial, do período anterior de R$ 4.397.046.070,69, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as despesas orçamentárias, as transferências concedidas e as despesas extraorçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício seguinte, no valor de R$ 4.897.068.076,12.

3.3.2 Balanço Financeiro por Poderes

O Balanço Financeiro dos Poderes é o demonstrativo que possibilita a apuração do resultado financeiro dos órgãos e entidades pertencentes ao referido poder em um determinado exercício de forma consolidada. Para evidenciar este resultado elaboramos o quadro abaixo:

QUADRO 44 – Resumo do Balanço Financeiro – “Poder Executivo” – 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**9.004.006.183,12**	**38,36**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**7.537.367.678,39**	**32,11**
ORDINARIA	5.687.902.654,33	24,23	ORDINARIA	3.296.661.909,76	14,04
VINCULADA	3.316.103.528,79	14,13	VINCULADA	4.240.705.768,63	18,07
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**7.780.903.290,70**	**33,16**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**8.774.375.267,60**	**37,39**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**2.221.019.184,57**	**9,46**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**2.149.609.499,67**	**9,16**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.464.002.727,45**	**19,02**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**5.008.578.940,18**	**21,34**
TOTAL	**23.469.931.385,84**	**100**	**TOTAL**	**23.469.931.385,84**	**100**

FONTE: Anexo 13 - Volume I, fls. 23 e 24.

O quadro acima demonstra a situação financeira do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 5.008.578.940,18.

QUADRO 45 – Resumo do Balanço Financeiro –"Poder Legislativo"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**2.166.481,16**	**0,61**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**331.292.346,46**	**93,37**
ORDINARIA	5.461,12	0,00	ORDINARIA	327.176.641,14	92,21
VINCULADA	2.161.020,04	0,61	VINCULADA	4.115.705,32	1,16
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**331.558.963,48**	**93,44**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**3.000,00**	**0,00**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**15.500.303,49**	**4,37**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**7.619.309,68**	**2,15**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**5.593.847,12**	**1,58**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**15.904.939,11**	**4,48**
TOTAL	**354.819.595,25**	**100**	**TOTAL**	**354.819.595,25**	**100**

FONTE: SIAFEM, Balanço Financeiro – Poder Legislativo.

O resumo acima demonstra a situação financeira do Poder Legislativo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 15.904.939,11.

QUADRO 46 – Resumo do Balanço Financeiro –"Poder Judiciário"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**55.191.974,40**	**8,40**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**549.108.305,54**	**83,60**
ORDINARIA	903.124,08	0,14	ORDINARIA	504.288.189,73	76,78
VINCULADA	54.288.850,32	8,26	VINCULADA	44.820.115,81	6,82
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**525.538.642,93**	**80,02**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**45.783.267,56**	**6,97**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**55.254.159,51**	**8,41**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**25.528.111,97**	**3,89**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**20.788.553,24**	**3,17**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**36.353.645,01**	**5,54**
TOTAL	**656.773.330,08**	**100**	**TOTAL**	**656.773.330,08**	**100**

FONTE: SIAFEM, Balanço Financeiro – Poder Judiciário.

O demonstrativo acima revela a situação financeira do Poder Judiciário, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 36.353.645,01.

QUADRO 47 – Resumo do Balanço Financeiro –"Ministério Público"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**227.254,92**	**0,12**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**182.393.347,44**	**94,18**
ORDINARIA	179.695,43	0,10	ORDINARIA	182.328.211,50	94,15
VINCULADA	47.559,49	0,02	VINCULADA	65.135,94	0,03
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**182.560.729,12**	**94,27**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**400.091,07**	**0,21**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**6.568.382,68**	**3,39**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**5.493.109,90**	**2,84**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.292.769,15**	**2,22**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**5.362.587,46**	**2,77**
TOTAL	**193.649.135,87**	**100**	**TOTAL**	**193.649.135,87**	**100**

FONTE: SIAFEM, Balanço Financeiro – Ministério Público.

O quadro acima demonstra a situação financeira do Ministério Público, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar ou manter as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 5.362.587,46.

3.3.3 Balanço Financeiro por Gestão

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos de receitas, os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os ativos e passivos financeiros.

Para maior evidenciação, demonstram-se nos quadros a seguir, os balanços financeiros apurados no exercício de 2016, de cada *Gestão*:

QUADRO 48– Resumo do Balanço Financeiro –"Administração Direta"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**6.731.475.458,50**	**41,50**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**5.291.686.925,75**	**32,62**
ORDINARIA	5.688.416.735,69	35,07	ORDINARIA	4.013.598.108,36	24,74
VINCULADA	1.043.058.722,81	6,43	VINCULADA	1.278.088.817,39	7,88
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**6.871.334.991,43**	**42,36**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**8.548.467.217,15**	**52,70**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**2.039.670.596,10**	**12,57**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**1.796.734.690,99**	**11,08**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**578.956.020,08**	**3,57**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**584.548.232,22**	**3,60**
TOTAL	**16.221.437.066,11**	**100**	**TOTAL**	**16.221.437.066,11**	**100**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume III, fls. 683 e 684.

O demonstrativo acima indica a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o ano seguinte, no valor de R$ 584.548.232,22.

QUADRO 49 – Resumo do Balanço Financeiro –"Autarquias"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**217.527.409,94**	**22,90**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**736.347.126,88**	**77,50**
ORDINARIA	517.643,42	0,06	ORDINARIA	273.453.705,46	28,78
VINCULADA	217.009.766,52	22,84	VINCULADA	462.893.421,42	48,72
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	558.328.117,19	**58,76**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**18.892.022,35**	**1,99**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	87.181.788,02	**9,18**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**90.709.144,71**	**9,55**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	87.068.433,28	**9,16**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**104.157.454,49**	**10,96**
TOTAL	**950.105.748,43**	**100**	**TOTAL**	**950.105.748,43**	**100**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume IV, fls. 933 e 934.

O quadro acima revela a situação financeira das Autarquias, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o ano seguinte, no valor de R$ 104.157.454,49.

QUADRO 50 – Resumo do Balanço Financeiro –"Fundações"- 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**402.872,70**	**0,74**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**52.861.374,34**	**96,53**
ORDINARIA	1.827,16	0,00	ORDINARIA	18.904.828,72	34,53
VINCULADA	401.045,54	0,74	VINCULADA	33.956.545,62	62,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**51.288.924,80**	**93,65**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**264.720,89**	**0,48**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**2.141.237,18**	**3,91**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**670.185,99**	**1,22**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**931.803,62**	**1,70**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**968.557,08**	**1,77**
TOTAL	**54.764.838,30**	**100**	**TOTAL**	**54.764.838,30**	**100**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume IV, fls. 1061 e 1062.

O quadro acima demonstra a situação financeira das Fundações do Estado, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 968.557,08.

QUADRO 51 – Resumo do Balanço Financeiro –"Fundos"– 2016

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**2.112.186.152,46**	**28,36**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**2.519.266.250,86**	**33,82**
ORDINARIA	54.728,69	0,00	ORDINARIA	4.498.309,59	0,06
VINCULADA	2.112.131.423,77	28,36	VINCULADA	2.514.767.941,27	33,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**1.339.609.592,81**	**17,98**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**252.937.665,84**	**3,40**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**169.348.408,95**	**2,27**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**300.136.009,53**	**4,03**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**3.827.721.639,98**	**51,39**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**4.376.525.867,97**	**58,75**
TOTAL	**7.448.865.794,20**	**100**	**TOTAL**	**7.448.865.794,20**	**100**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume IV, fls. 1134 e 1135.

O demonstrativo acima sintetiza a situação financeira dos Fundos, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 4.376.525.867,97.

3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto e evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é o demonstrativo que apura a geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em um determinado período. Para evidenciar este resultado elaboramos o quadro a seguir:

QUADRO 52 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado 2015 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2016**	**2015**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.088.913.072,68**	**675.996.494,42**	**61,08**
INGRESSOS	18.997.496.720,04	20.321.058.375,01	-6,51
DESEMBOLSOS	17.908.583.647,36	19.645.061.880,59	-8,84
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-512.482.664,01**	**-281.180.364,58**	**82,26**
INGRESSOS	13.658.432,72	22.514.721,69	-39,34
DESEMBOLSOS	526.141.096,73	303.695.086,27	73,25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-76.408.403,24**	**78.032.013,29**	**-197,92**
INGRESSOS	209.843.339,19	377.240.286,21	-44,37
DESEMBOLSOS	286.251.742,43	299.208.272,92	-4,33
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**500.022.005,43**	**472.848.143,13**	**5,75**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**4.397.046.070,69**	**3.924.197.927,56**	**12,05**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**4.897.068.076,12**	**4.397.046.070,69**	**11,37**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Consolidado - Volume I, fl. 35.

No quadro acima, demostra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 1.088.913.072,68, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ -512.482.664,01) e nas atividades de financiamentos um fluxo de caixa negativo de (R$ -76.408.403,24) indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 500.022.005,43.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: 61,08%, 82,26% e (197,92%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

No demonstrativo, a evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 11,37%, em comparação com o exercício anterior.

QUADRO 53 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Adm. Direta" 2015 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**202.295.969,03**	**268.344.492,14**	**-24,61**
INGRESSOS	15.119.484.397,07	13.696.354.334,60	10,39
DESEMBOLSOS	14.917.188.428,04	13.428.009.842,46	11,09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-97.393.658,57**	**-91.633.750,68**	**6,29**
INGRESSOS	5.548.730,87	8.135.113,26	-31,79
DESEMBOLSOS	102.942.389,44	99.768.863,94	3,18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-99.310.098,32**	**67.918.673,20**	**-246,22**
INGRESSOS	175.133.552,56	357.104.961,33	-50,96
DESEMBOLSOS	274.443.650,88	289.186.288,13	-5,10
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**5.592.212,14**	**244.629.414,66**	**-97,71**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**578.956.020,08**	**334.307.316,02**	**73,18**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**584.548.232,22**	**578.936.730,68**	**0,97**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume III, fl. 690.

No quadro da Administração Direta, demostra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 202.295.969,03, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 97.393.658,57) e nas atividades de financiamentos um fluxo de caixa negativo de (R$ 99.310.098,32), indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 5.592.212,14.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: (24,61%), 6,29% e (246,22%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 0,97%, em comparação com o exercício anterior.

QUADRO 54 – Resumo da Demonstração do Fluxo de Caixa "Autarquias" 2015 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**349.023.006,74**	**154.814.476,18**	**125,45**
INGRESSOS	786.342.929,14	537.266.692,57	46,36
DESEMBOLSOS	437.319.922,40	382.452.216,39	14,35
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-354.995.070,58**	**-168.128.097,31**	**111,15**
INGRESSOS	334.372,23	2.292.941,55	-85,42
DESEMBOLSOS	355.329.442,81	170.421.038,86	108,50

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**23.061.085,05**	**10.326.834,63**	**123,31**
INGRESSOS	34.561.085,05	19.510.324,88	77,14
DESEMBOLSOS	11.500.000,00	9.183.490,25	25,22
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**17.089.021,21**	**-2.986.786,50**	**-672,15**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**87.068.433,28**	**96.670.538,10**	**-9,93**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**104.157.454,49**	**93.683.751,60**	**11,18**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume IV, fl. 940.

No quadro das Autarquias, demostra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 349.023.006,74, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 354.995.070,58) e já nas atividades de financiamentos um fluxo de caixa positivo de R$ 23.061.085,05, indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 17.089.021,21.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: 125,45%, 111,15% e 123,31%, provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 11,18%, em comparação com o exercício anterior.

QUADRO 55 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Fundos” 2015 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	2016	2015	% EVOL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**604.663.039,22**	**321.546.758,37**	**88,05**
INGRESSOS	3.505.998.516,84	6.318.779.415,68	-44,51
DESEMBOLSOS	2.901.335.477,62	5.997.232.657,31	-51,62
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-56.007.512,81**	**-21.054.574,21**	**166,01**
INGRESSOS	7.775.329,62	12.086.666,88	-35,67
DESEMBOLSOS	63.782.842,43	33.141.241,09	92,46
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**148.701,58**	**-7.918,34**	**-1.977,94**
INGRESSOS	148.701,58	625.000,00	-76,21
DESEMBOLSOS	0,00	632.918,34	-100,00
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**548.804.227,99**	**300.484.265,82**	**82,64**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**3.827.721.639,98**	**3.520.622.055,84**	**8,72**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**4.376.525.867,97**	**3.821.106.321,66**	**14,54**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume IV, fl. 1141.

No quadro dos Fundos Estaduais, demostra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 604.663.039,22, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 56.007.512,81) e já nas atividades de financiamentos um fluxo de caixa positivo de R$ 148.701,58, indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 548.804.227,99.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: 88,05%, 166,01% e (1.977,94%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 14,54%, em comparação com o exercício interior.

QUADRO 56 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Fundações” 2015 e 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2016**	**2015**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**4.431.267,06**	**1.171.678,39**	**278,20**
INGRESSOS	51.722.518,88	39.279.290,67	31,68
DESEMBOLSOS	47.291.251,82	38.107.612,28	24,10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-4.086.422,05**	**-363.942,38**	**1.022,82**
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	4.086.422,05	363.942,38	1.022,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-308.091,55**	**-205.576,20**	**49,87**
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	308.091,55	205.576,20	49,87
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**36.753,46**	**602.159,81**	**-93,90**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**931.803,62**	**348.933,21**	**167,04**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**968.557,08**	**951.093,02**	**1,84**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume IV, fl. 1068.

No quadro das Fundações, demostra que nas atividades operacionais geraram um fluxo de caixa positivo de R$ 4.431.267,06, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 4.086.422,05) e nas atividades de financiamentos um fluxo de caixa negativo de (R$ 308.091,55), indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 36.753,46.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: 278,20%, 1.022,82% e 49,87%, provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 1,84%, em comparação com o exercício anterior.

3.4 ARRECADAÇÃO/DESEMBOLSO E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

A posição financeira demonstra a previsão e o cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ao art. 28 da Lei nº 3.048/2015, e divulgados por meio do Decreto n° 5.378, de 16 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial nº 4.560, de 16/02/2016, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício, apresentada a seguir, nos quadros, resumos e balanços específicos.

3.4.1 Execução da Receita e Despesa por Fonte de Recursos

Nos quadros a seguir estão demonstradas, de forma resumida, as receitas arrecadadas e as despesas executadas do Estado no exercício de 2016, por fonte de recurso, bem como, o superávit e/ou déficit originários da diferença entre a receita e a despesa, conforme dados extraídos do Comparativo da Receita e Despesa por Fonte de recurso extraídos do Sistema de Administração para Estados e Municípios – SIAFEM, consistindo no acompanhamento da execução orçamentária.

QUADRO 57 – Arrecadação e Desembolso - Por Fonte – Geral do Estado – 2015 e 2016

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2015			EXERCÍCIO 2016			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
0100	5.101.042.687,65	3.803.245.221,08	1.297.797.466,57	5.688.990.934,96	4.274.827.553,67	1.414.163.381,29	8,97
0101	847.432,83	324.761.813,29	-323.914.380,46	543.291,11	373.388.239,82	-372.844.948,71	15,11
0102	1.910.784,54	1.030.235.201,93	-1.028.324.417,39	1.633.310,82	1.078.925.637,10	-1.077.292.326,28	4,76
0103	0,00	0,00	0,00	81.643,24	12.733.436,66	-12.651.793,42	0,00
0104	0,00	53.212.798,09	-53.212.798,09	0,00	35.627.398,46	-35.627.398,46	-33,05
0210	1.163.110,11	312.193,22	850.916,89	1.103.451,40	344.086,73	759.364,67	-10,76
0211	28.720.204,97	28.487.540,35	232.664,62	25.618.920,26	33.281.416,75	-7.662.496,49	-3.393,37
0214	704.475.677,93	705.498.208,76	-1.022.530,83	764.074.312,44	761.500.000,00	2.574.312,44	-351,76
0216	17.869.505,06	17.849.686,90	19.818,16	16.383.176,95	16.377.372,01	5.804,94	-70,71
0217	19.710.090,45	16.223.604,37	3.486.486,08	18.049.206,53	17.720.095,97	329.110,56	-90,56
0223	3.666.037,92	694.447,71	2.971.590,21	2.251.616,60	3.417.703,60	-1.166.087,00	-139,24
0224	9.988.086,23	5.451.120,22	4.536.966,01	27.191.352,58	25.334.489,05	1.856.863,53	-59,07
0225	38.906.794,87	53.166.325,55	-14.259.530,68	44.060.741,46	31.579.897,00	12.480.844,46	-187,53
0226	11.065.313,60	5.208.059,59	5.857.254,01	6.924.179,80	4.085.194,82	2.838.984,98	-51,53

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2015			EXERCÍCIO 2016			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
0227	3.533.957,99	3.055.010,03	478.947,96	2.435.889,91	1.503.125,44	932.764,47	94,75
0228	3.237.517,04	1.287.549,42	1.949.967,62	3.219.985,77	11.364.523,76	-8.144.537,99	-517,68
0229	7.576,54	123.274,38	-115.697,84	1.056,36	0,00	1.056,36	-100,91
0235	10.231.132,06	9.745.288,31	485.843,75	7.034.572,67	8.343.426,82	-1.308.854,15	-369,40
0237	1.626.608,96	1.507.352,15	119.256,81	1.805.453,92	1.147.390,37	658.063,55	451,80
0238	0,00	0,00	0,00	44.334.897,78	24.851.445,47	19.483.452,31	0,00
0240	226.137.637,48	188.721.207,44	37.416.430,04	261.158.801,90	225.555.393,10	35.603.408,80	-4,85
0241	1.054.956.703,63	522.283.525,61	532.673.178,02	1.353.235.012,99	666.787.668,10	686.447.344,89	28,87
0242	249.063.289,78	248.453.992,72	609.297,06	268.481.152,22	343.164.006,30	-74.682.854,08	-12.357,22
0246	1.875.921,46	3.209.035,36	-1.333.113,90	2.179.371,97	1.624.578,65	554.793,32	-141,62
0247	301.669,46	62.278,12	239.391,34	314.958,84	443.467,85	-128.509,01	-153,68
0248	1.377.536,65	3.764.000,85	-2.386.464,20	1.446.468,89	3.493.741,08	-2.047.272,19	-14,21
0249	6.113.346,45	2.774.870,60	3.338.475,85	8.239.991,32	3.301.887,81	4.938.103,51	47,91
0250	251.805.379,72	247.630.715,81	4.174.663,91	276.534.759,05	253.250.903,31	23.283.855,74	457,74
0251	9.724.885,36	7.789.658,29	1.935.227,07	10.470.909,66	14.325.636,27	-3.854.726,61	-299,19
4219	285.677.715,38	108.499.988,49	177.177.726,89	52.713.063,26	169.272.374,63	-116.559.311,37	-165,79
4220	87.052.027,38	89.656.202,42	-2.604.175,04	169.267.240,32	200.872.839,31	-31.605.598,99	1.113,65
4221	0,00	2.828.916,52	-2.828.916,52	0,00	0,00	0,00	-100,00
5236	34.042,69	310.408,28	-276.365,59	1.812.168,62	1.716.747,92	95.420,70	-134,53
TOTAL	**8.132.122.674,19**	**7.486.049.495,86**	**646.073.178,33**	**9.061.591.893,60**	**8.600.161.677,83**	**461.430.215,77**	**-28,58**

FONTE: COREDE, Geral do Estado, Volume I, fl. 284 de 2015 e Volume I, fl. 346 de 2016.

QUADRO 58 – Arrecadação e Desembolso - Por Fonte – Poder Executivo - 2015 e 2016

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2015			EXERCÍCIO 2016			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
0100	5.100.554.096,14	2.881.288.096,39	2.219.265.999,75	5.687.902.654,33	3.261.234.511,30	2.426.668.143,03	9,35
0101	847.432,83	324.761.813,29	-323.914.380,46	543.291,11	373.388.239,82	-372.844.948,71	15,11
0102	1.910.784,54	1.030.235.201,93	-1.028.324.417,39	1.633.310,82	1.078.925.637,10	-1.077.292.326,28	4,76
0103	0,00	0,00	0,00	81.643,24	12.733.436,66	-12.651.793,42	0,00
0104	0,00	53.208.298,09	-53.208.298,09	0,00	35.427.398,46	-35.427.398,46	-33,42
0210	1.163.110,11	312.193,22	850.916,89	1.103.451,40	344.086,73	759.364,67	-10,76
0211	28.720.204,97	28.487.540,35	232.664,62	25.618.920,26	33.281.416,75	-7.662.496,49	-3.393,37
0214	704.475.677,93	705.498.208,76	-1.022.530,83	764.074.312,44	761.500.000,00	2.574.312,44	-351,76
0216	17.869.505,06	17.849.686,90	19.818,16	16.383.176,95	16.377.372,01	5.804,94	-70,71
0217	19.710.090,45	16.223.604,37	3.486.486,08	18.049.206,53	17.720.095,97	329.110,56	-90,56
0223	3.666.037,92	694.447,71	2.971.590,21	2.251.616,60	3.417.703,60	-1.166.087,00	-139,24
0224	9.988.086,23	5.451.120,22	4.536.966,01	27.191.352,58	25.334.489,05	1.856.863,53	-59,07
0225	38.896.127,63	53.083.853,15	-14.187.725,52	44.060.741,46	31.579.897,00	12.480.844,46	-187,97
0226	10.896.020,54	4.944.312,29	5.951.708,25	6.817.592,07	4.085.194,82	2.732.397,25	-54,09
0227	3.533.957,99	3.055.010,03	478.947,96	2.435.889,91	1.503.125,44	932.764,47	94,75
0228	3.237.517,04	1.287.549,42	1.949.967,62	3.219.985,77	11.364.523,76	-8.144.537,99	-517,68

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2015			EXERCÍCIO 2016			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
0229	7.576,54	123.274,38	-115.697,84	1.056,36	0,00	1.056,36	-100,91
0235	10.231.132,06	9.745.288,31	485.843,75	7.034.572,67	8.343.426,82	-1.308.854,15	-369,40
0237	1.626.608,96	1.507.352,15	119.256,81	1.805.453,92	1.147.390,37	658.063,55	451,80
0238	0,00	0,00	0,00	44.334.897,78	24.851.445,47	19.483.452,31	0,00
0240	188.053.057,90	150.706.990,55	37.346.067,35	206.498.344,99	180.670.141,35	25.828.203,64	-30,84
0241	1.054.956.703,63	522.283.525,61	532.673.178,02	1.353.235.012,99	666.787.668,10	686.447.344,89	28,87
0242	249.063.289,78	248.453.992,72	609.297,06	268.481.152,22	343.164.006,30	-74.682.854,08	-12.357,22
0246	1.875.921,46	3.209.035,36	-1.333.113,90	2.179.371,97	1.624.578,65	554.793,32	-141,62
0247	301.669,46	62.278,12	239.391,34	314.958,84	443.467,85	-128.509,01	-153,68
0248	1.377.536,65	3.764.000,85	-2.386.464,20	1.446.468,89	3.493.741,08	-2.047.272,19	-14,21
0249	6.113.346,45	2.774.870,60	3.338.475,85	8.239.991,32	3.301.887,81	4.938.103,51	47,91
0250	251.805.379,72	247.630.715,81	4.174.663,91	276.534.759,05	253.250.903,31	23.283.855,74	457,74
0251	9.724.885,36	7.789.658,29	1.935.227,07	10.470.909,66	14.325.636,27	-3.854.726,61	-299,19
4219	285.677.715,38	108.499.988,49	177.177.726,89	52.713.063,26	166.856.674,31	-114.143.611,05	-164,42
4220	87.052.027,38	89.656.202,42	-2.604.175,04	169.267.240,32	200.872.839,31	-31.605.598,99	1.113,65
4221	0,00	2.828.916,52	-2.828.916,52	0,00	0,00	0,00	-100,00
5236	34.042,69	1.451,07	32.591,62	81.783,41	16.742,92	65.040,49	99,56
TOTAL	**8.093.369.542,80**	**6.525.418.477,37**	**1.567.951.065,43**	**9.004.006.183,12**	**7.537.367.678,39**	**1.466.638.504,73**	**-6,46**

FONTE: COREDE, Poder Executivo, Volume V, fl. 1587 de 2015 e SIAFEM/COREDE de 2016.

3.4.2 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e Poder Executivo

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades financeiras do Estado, por fonte de recursos distinguindo os recursos vinculados e os recursos não vinculados e os restos a pagar processados e não processados do Estado (consolidados) e do Poder Executivo inclusive os remanescentes de exercícios anteriores:

QUADRO 59 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidado 2016

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		**4.886.483.816,34**	**14.296.067,31**	**145.162.424,85**	**24.679.902,20**	**181.537.836,57**	**4.520.807.585,41**	**178.378.831,42**	**483.316.451,46**
RECURSOS VINCULADOS A EDUCACAO	0000	96.160.270,10	10.367.201,17	134.677.830,98	830.223,09	45.491.855,34	-95.206.840,48	15.363.493,18	107.008.751,87
RECURSOS VINCULADOS A SAUDE	0000	77.351.410,83	66.129,90	1.498.671,88	876.950,85	285.907,85	74.623.750,35	2.803.937,58	376.307.699,59

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
RECURSOS VINCULADOS A PREVIDENCIA SOCIAL - RPPS	0241	4.097.289.776,97	0,00	296,00	0,00	0,00	4.097.289.480,97	4.229.494,88	0,00
RECURSOS VINCULADOS A SEGURIDADE SOCIAL	0237	3.405.547,86	0,00	36.154,19	208.421,05	0,00	3.160.972,62	188.695,45	0,00
CONTRAPARTIDA	0103	7.784.524,82	0,00	1.123.127,94	0,00	2.593,26	6.658.803,62	560.451,97	0,00
COTA-PARTE DO INDESP	0210	2.023.638,55	875,78	78,75	0,00	4.765,26	2.017.918,76	188.840,37	0,00
COTA-PARTE COMPENSACAO FINANCEIRA RECURSOS HIDRICOS	0217	9.513.911,88	16.063,22	509.905,77	257.456,73	42.016,60	8.688.469,56	1.479.709,97	0,00
RECURSOS DE CONVENIOS COM INICIATIVA PRIVADA	0223	8.556.737,90	0,00	3.259,62	0,00	0,00	8.553.478,28	91.949,49	0,00
CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	0224	6.932.304,45	8.813,00	0,00	0,00	0,00	6.923.491,45	521.924,84	0,00
RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	0225	217.974.633,10	53.413,40	228.549,75	9.330.055,90	526.628,45	207.835.985,60	8.061.135,45	0,00
ALIENACAO DE BENS	0226	18.325.370,35	0,00	128.315,97	1.455.169,82	5.282.893,47	11.458.991,09	1.224.599,81	0,00
COTA-PARTE CONVENIO DETRAN/SSP/PM	0227	2.100.939,18	1.520,00	8.157,50	43.341,50	4.105,80	2.043.814,38	74.923,38	0,00
OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS - INTERNAS	0228	19.865.183,78	0,00	33.188,41	0,00	0,00	19.831.995,37	71.375,51	0,00
OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS - EXTERNAS	0229	6.270,73	0,00	0,00	1.280,25	0,00	4.990,48	0,00	0,00
TERMO DE ADESAO COM ORGAOS FEDERAIS	0234	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COTA-PARTE COMPENSACAO FINANCEIRA - PETROLEO	0235	479.937,65	0,00	4.626,40	0,00	2.093,05	473.218,20	90.938,97	0,00
ICMS - FECOEP	0238	20.554.048,15	0,00	605,51	0,00	19.387.529,60	1.165.913,04	1.248.825,47	0,00
RECURSOS PROPRIOS	0240	154.666.560,46	3.561.012,78	5.040.637,11	5.644.182,09	99.828.877,42	40.591.851,06	17.612.135,55	0,00
ASSISTENCIA MEDICA	0242	1.980.213,58	80.967,67	291.728,36	989.432,08	46.958,44	571.127,03	74.217.928,63	0,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNA EM MOEDA	4219	116.158.138,13	7,00	965.100,48	404.859,14	14.538,95	114.773.632,56	20.916.044,49	0,00
OPERACOES DE CREDITO EXTERNA EM MOEDA	4220	24.918.906,59	140.063,39	612.190,23	1.809.613,18	10.615.268,76	11.741.771,03	29.431.026,43	0,00
OPERACOES DE CREDITO VINCULADA - PIRMC	4221	0,00	0,00	0,00	2.828.916,52	0,00	-2.828.916,52	0,00	0,00
DOACAO	5236	435.491,28	0,00	0,00	0,00	1.804,32	433.686,96	1.400,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)		**329.649.931,07**	**17.948.888,38**	**113.777.620,91**	**18.623.636,03**	**28.903.754,71**	**150.396.031,04**	**56.126.539,06**	**1.023.622.584,61**
RECURSOS ORDINARIOS	0000	329.649.931,07	17.948.888,38	113.777.620,91	18.623.636,03	28.903.754,71	150.396.031,04	56.126.539,06	1.023.622.584,61
TOTAL (III) = (I + II)		**5.216.133.747,41**	**32.244.955,69**	**258.940.045,76**	**43.303.538,23**	**210.441.591,28**	**4.671.203.616,45**	**234.505.370,48**	**1.506.939.036,07**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. V, fl. 1389.

QUADRO 60 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2016

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		**4.862.647.956,58**	**13.747.816,93**	**144.828.757,49**	**24.464.881,40**	**181.473.614,24**	**4.498.132.886,52**	**166.469.244,81**	**483.316.451,46**
RECURSOS VINCULADOS A EDUCACAO	0000	96.160.270,10	10.367.201,17	134.677.830,98	830.223,09	45.491.855,34	-95.206.840,48	15.363.493,18	376.307.699,59
RECURSOS VINCULADOS A SAUDE	0000	77.351.410,83	66.129,90	1.498.671,88	876.950,85	285.907,85	74.623.750,35	2.803.937,58	107.008.751,87
RECURSOS VINCULADOS A PREVIDENCIA SOCIAL - RPPS	0241	4.097.289.776,97	0,00	296,00	0,00	0,00	4.097.289.480,97	4.229.494,88	0,00
RECURSOS VINCULADOS A SEGURIDADE SOCIAL	0237	3.405.547,86	0,00	36.154,19	208.421,05	0,00	3.160.972,62	188.695,45	0,00
CONTRAPARTIDA	0103	7.784.524,82	0,00	1.123.127,94	0,00	2.593,26	6.658.803,62	560.451,97	0,00
COTA-PARTE DO INDESP	0210	2.023.638,55	875,78	78,75	0,00	4.765,26	2.017.918,76	188.840,37	0,00
COTA-PARTE COMPENSACAO FINANCEIRA RECURSOS HIDRICOS	0217	9.513.911,88	16.063,22	509.905,77	257.456,73	42.016,60	8.688.469,56	1.479.709,97	0,00
RECURSOS DE CONVENIOS COM INICIATIVA PRIVADA	0223	8.556.737,90	0,00	3.259,62	0,00	0,00	8.553.478,28	91.949,49	0,00
CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	0224	6.932.304,45	8.813,00	0,00	0,00	0,00	6.923.491,45	521.924,84	0,00
RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	0225	217.974.633,10	53.413,40	228.549,75	9.330.055,90	526.628,45	207.835.985,60	8.061.135,45	0,00
ALIENACAO DE BENS	0226	18.207.872,60	0,00	128.315,97	1.455.169,82	5.282.893,47	11.341.493,34	1.224.599,81	0,00
COTA-PARTE CONVENIO DETRAN/SSP/PM	0227	2.100.939,18	1.520,00	8.157,50	43.341,50	4.105,80	2.043.814,38	74.923,38	0,00
OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS - INTERNAS	0228	19.865.183,78	0,00	33.188,41	0,00	0,00	19.831.995,37	71.375,51	0,00
OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS - EXTERNAS	0229	6.270,73	0,00	0,00	1.280,25	0,00	4.990,48	0,00	0,00
COTA-PARTE COMPENSACAO FINANCEIRA - PETROLEO	0235	479.937,65	0,00	4.626,40	0,00	2.093,05	473.218,20	90.938,97	0,00
ICMS - FECOEP	0238	20.554.048,15	0,00	605,51	0,00	19.387.529,60	1.165.913,04	1.248.825,47	0,00
RECURSOS PROPRIOS	0240	130.978.578,66	3.012.762,40	4.814.969,75	5.429.161,29	99.764.655,09	17.957.030,13	6.205.414,94	0,00
ASSISTENCIA MEDICA	0242	1.980.213,58	80.967,67	291.728,36	989.432,08	46.958,44	571.127,03	74.217.928,63	0,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNA EM MOEDA	4219	116.158.138,13	7,00	857.100,48	404.859,14	14.538,95	114.881.632,56	20.413.178,49	0,00
OPERACOES DE CREDITO EXTERNA EM MOEDA	4220	24.918.906,59	140.063,39	612.190,23	1.809.613,18	10.615.268,76	11.741.771,03	29.431.026,43	0,00
OPERACOES DE CREDITO VINCULADA - PIRMC	4221	0,00	0,00	0,00	2.828.916,52	0,00	-2.828.916,52	0,00	0,00
DOACAO	5236	405.111,07	0,00	0,00	0,00	1.804,32	403.306,75	1.400,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)		**276.909.005,83**	**17.948.818,38**	**88.893.997,25**	**18.412.960,74**	**9.947.536,89**	**141.705.692,57**	**26.656.036,57**	**1.023.622.584,61**
RECURSOS ORDINARIOS	0000	276.909.005,83	17.948.818,38	88.893.997,25	18.412.960,74	9.947.536,89	141.705.692,57	26.656.036,57	1.023.622.584,61
TOTAL (III) = (I + II)		**5.139.556.962,41**	**31.696.635,31**	**233.722.754,74**	**42.877.842,14**	**191.421.151,13**	**4.639.838.579,09**	**193.125.281,38**	**1.506.939.036,07**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. V, fl. 1386.

Capítulo 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE OS LIMITES LEGAIS

CAPITULO 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS

Os limites legais, previstos nas Constituições Federal, Estadual e Leis Complementares, devem ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas. Neste sentido, o Governo do Estado cumpriu os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Sendo que a despesa de pessoal do poder executivo situou-se dentro do limite legal, porém excedeu o limite prudencial em 1,79%.

4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO

No que concerne a gastos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 18, §§ 1º e 2º, assim estatui:

> "Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
>
> § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal.
>
> § 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.".

Seguem demonstrados a seguir, quadros concernentes à despesa total com pessoal Consolidada e do Poder Executivo.

QUADRO 61– Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Consolidado – 2016

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.485.045.992,78**
Pessoal Ativo	4.835.373.657,08
Pessoal Inativo e Pensionista	649.672.335,70
Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF) (II)	1.259.411.376,63
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	51.874.137,08
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	14.745.101,01
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	543.119.802,84
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	649.672.335,70
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	4.225.634.616,15
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	15.099.895,52
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	2.344,50
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.227,06
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	9.467.211,77
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	5.629.112,19
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + VI)	4.231.263.728,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.293.584.929,36
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**58.01**
LIMITE MÁXIMO 60%	**4.376.150.957,62**
LIMITE PRUDENCIAL 57%	**4.157.343.409,74**
LIMITE DE ALERTA 54%	**3.938.535.861,85**

FONTE: RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) - Balanço Geral do Estado – Vol. V, fl. 1388.

Os gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito geral do Estado, representaram **58,01%** da Receita Corrente Líquida, situando-se dentro do limite legal, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – 60%. O limite prudencial ficou acima em 1,01%, do previsto que é 57%, paragrafo único do art. 22 da LRF.

QUADRO 62 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Poder Executivo – 2016

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**4.741.834.904,63**
Pessoal Ativo	4.092.162.568,93
Pessoal Inativo e Pensionista	649.672.335,70
Outr. Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)(II)	1.220.707.861,05
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	40.629458,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	874.172,07
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	529.531.895,28
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	649.672.335,70
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP(III) = (I - II)	**3.521.127.043,58**
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	4.988.048,09

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	2.344,50
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	482.208,02
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	4.503.495,57
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + V)	**3.525.630.539,15**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**7.293.584.929,36**
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**48,34**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	3.573.856.615,39
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	3.395.163.784,62
LIMITE DE ALERTA (inciso do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	3.216.470.953,85

FONTE: RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. V fl. 1382.

Os gastos com pessoal e encargos sociais, relativos ao Poder Executivo, representaram **48,34%** da Receita Corrente Líquida, situando-se dentro do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 49%. Porém ficou acima do limite prudencial que é 46,55% (parágrafo único, art. 22 da LRF).

Como prevenção ao fato ora citado, durante o exercício em análise, este Órgão de Controle Interno oficializou aos gestores de órgãos e entidades, inclusive com o envio de orientações técnicas no decorrer do exercício, alertando sobre a imperiosa necessidade de adoção de medidas de retorno aos índices legais permitidos, esculpidos nos arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se, que foram adotadas medidas pelos gestores estaduais, cujo teor está contido na mensagem do Governador encaminhada à Assembleia Legislativa, Anexo Único à Mensagem nº 11, de 1º de fevereiro de 2017, anexo a este Relatório. No entanto, não foram suficientes para atingir o limite prudencial, ficando o Poder Executivo, no encerramento do exercício em análise, acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Relatório de Gestão Fiscal e quadro acima.

QUADRO 63 – Evolução do Gasto de Pessoal por "Poder" e Limites sobre a RCL 2015/2016

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		% Gasto pessoal/ RCL 2016	% Limite Máximo da LRF	% Limite Prudencial	% Evolução da Despesa 2015/2016
	2015	2016				
Executivo (*)	3.296.248.868,83	3.525.630.539,15	48,34	49	46,55	6,96
Legislativo	199.459.200,08	198.807.489,07	2,73	3	2,85	-0,33
Judiciário	363.852.913,98	385.664.019,00	5,29	6	5,7	5,99
Ministério Público	115.404.764,91	121.161.681,12	1,66	2	1,9	4,99
CONSOLIDADO (*)	**3.974.965.747,80**	**4.231.263.728,34**	**58,01**	**60**	**57**	**6,45**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL/ 2016			**7.293.584.929,36**			

FONTE: RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. V, fl. 1388.

A evolução dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder em 2016, em relação ao ano de 2015, atingiu a média de 6,45%, destacando com maior elevação os Poderes: Executivo e Judiciário, com aumento de 6,96% e 5,99% respectivamente.

4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição Federal, em seu artigo 212, estabelece que os Estados devam aplicar anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências.

Neste exercício em análise o Estado atendeu o que determina a Lei, encerrando o ano com o índice de aplicação correspondente a 25.12%, ou seja, 0,12% acima do limite mínimo legal.

Para confirmar a situação, através dos dados contábeis da despesa, bem como sua evolução percentual no exercício em análise em relação ao anterior, detalhamos no quadro a seguir os gastos realizados na Educação, com respectivos índices em 2016 e 2015:

QUADRO 64 – Comparativo da Despesa Realizada com Educação – 2015 e 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	% 2016/2015
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	5.379.794.221,57	6.080.250.479,50	*13,02*
Aplicação na Educação	1.346.944.972,75	1.527.280.565,30	*13,39*
% de Aplicação Realizada	25,04	25,12	*0,32*
% LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO A APLICAR	25	25	*0*

FONTE: RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72), Vol. V, fls. 1369 a 1371 e exercício de 2015

O gasto realizado na educação em 2016 foi de R$ 1.527.280.565,30, valor correspondente a 25,12% das receitas líquidas de impostos, índice acima do

limite legal em 0,12%. Como a constituição prevê em seu art. 212 que os Estados apliquem no mínimo vinte e cinco por cento da receita de impostos no exercício e este percentual foi alcançado, caracterizou-se o cumprimento do limite legal estabelecido, conforme dados demonstrados acima.

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2016, constatou-se um acréscimo de **13,39%** em relação ao exercício de 2015, acima da evolução da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais que atingiu índice de 13,02%. No exercício de 2015 atingiu 25,04% e em 2016, 25,12%,um aumento de 0,08 em relação ao índice anterior.

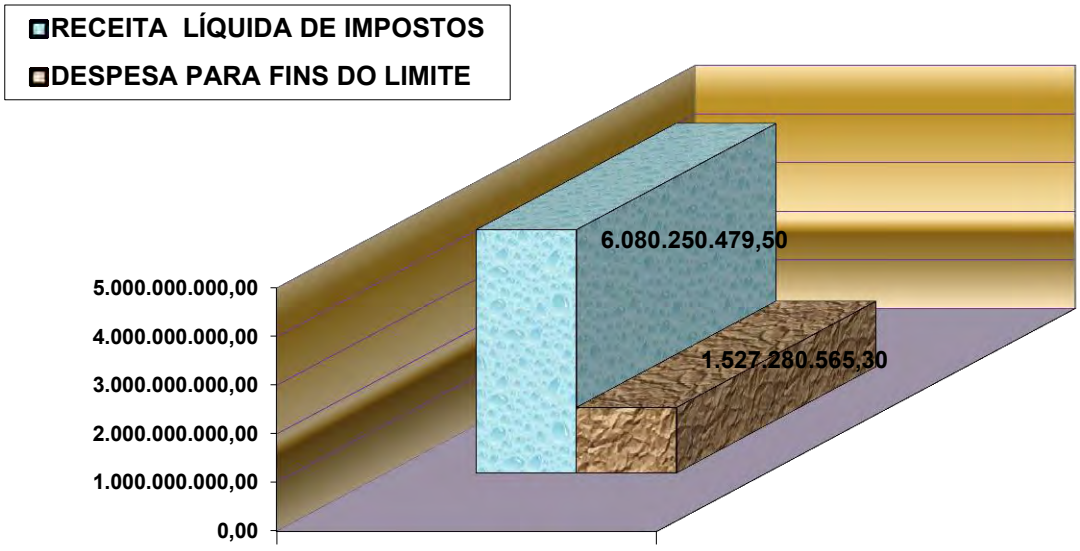


GRÁFICO 12 – Limite de Despesas com Educação

4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e ainda a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 asseguram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O inciso II do artigo 77 do ADCT determina que os Estados e o Distrito Federal devam aplicar 12% (doze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde, do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155, dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea "*a*", e inciso II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos seus Municípios.

> "A Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 6º, determina: Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "*a*" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.".

No quadro a seguir, apresenta-se o demonstrativo da participação das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais em 2016 e exercício anterior, bem como, o limite constitucional, a margem de aplicação e evolução 2016/2015.

QUADRO 65 – Comparativo da Despesa Realizada com Saúde – 2015 e 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	% 2016/2015
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	5.379.792.132,55	6.080.250.215,61	13,02
Aplicação na Saúde	1.031.085.201,93	1.091.368.781,75	5,85
% de Aplicação Realizada	19,17	17,94	-6,42
% LIMITE CONSTITUCIONAL	12	12	0

FONTE: RREO – Art. 77 – (LC 141/2012. Art. 35), Vol V, fls. 1372 e 1373 e exercício de 2015.

Conforme demonstrado no quadro acima, no exercício de 2016, foram gastos na Saúde, 17,94% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando em 5,94% o limite constitucional, que é de 12%.

Comparando o período 2016 com o de 2015, constata-se que a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, apresentou uma evolução de 13,02%, e a Aplicação de Recursos na Saúde no montante de R$ 1.091.368.781,75, teve um acréscimo de 5,85%, em relação aos gastos do exercício anterior, evolução interior à Receita Liquida de impostos.

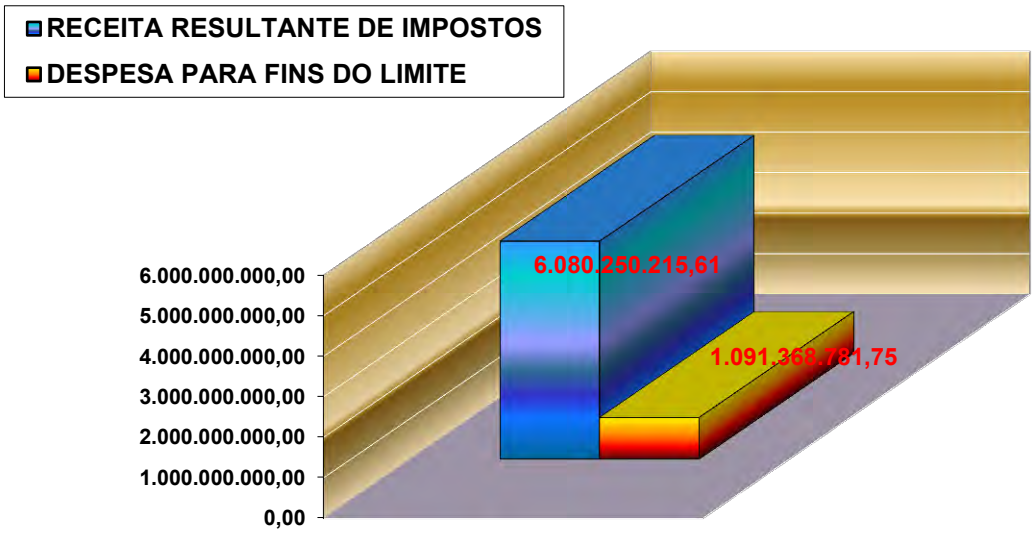


GRÁFICO 13 – Limite de Despesas com Saúde

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida, que se constituem pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais repassadas, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como, as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o § 3° do artigo 2° da LRF, apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

QUADRO 66 – Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida – 2015 e 2016

DESCRIÇÃO	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	**8.185.904.024,60**	**9.488.480.445,42**
DEDUÇÕES (II)	**-1.881.132.079,88**	**-2.194.895.516,06**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-601.807.530,60	-689.984.649,62
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-989.222.780,45	-11.426.632.943,56
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	--287.984.189,62	-359.054.509,08
COMP. FINANC. ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-2.117.579,21	-3.223.413,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**6.304.771.944,72**	**7.293.584.929,36**
DIFERENÇA EM VALOR (2016 – 2015)	**988.812.984,64**	
% EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**15,68**	

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, Vol. V, fl. 1361 e exercício de 2015.

QUADRO 67– Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida - 2016

ESPECIFICAÇÃO	2016
Receitas Correntes	**9.488.480.445,42**
(-) Transferências Constitucionais Repassados	-689.984.649,62
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	-359.054.509,08
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	-3.223.413,80
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	-1.142.632.943,56
Receita Corrente Líquida	**7.293.584.929,36**

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, Vol. V, fl. 1361.

Verificou-se, no exercício em análise, que a Receita Corrente Líquida teve um acréscimo de 15,68 % em relação ao ano de 2015, valor correspondente a R$ 988.812.984,64, sendo neste caso, superior ao índice de inflação IPCA, que foi de 6,29% em 2016.

Demonstra-se, no quadro a seguir, a Receita Corrente Líquida dos últimos quatro (4) anos, bem como, a análise de sua evolução dos últimos três (3) exercícios em relação ao anterior e o somatório acumulado neste referido período.

QUADRO 68 – Evolução da Receita Corrente Líquida - 2013 a 2016

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
ANO DE 2013	ANO DE 2014	ANO DE 2015	ANO DE 2016	% EVOL. PERÍODO
5.323.440.128,75	6.071.450.294,61	6.304.771.944,72	7.293.584.929,36	33,57
➢% EVOLUÇÃO	14,05	3,84	15,68	

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, Vol. V, fl. 1361e exercícios de 2013 a 2016.

4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, com base no inciso I, art. 29 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Classificam-se como Dívida Consolidada ou Fundada os compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei Federal nº 4.320/64, artigos 98 e 105, § 4º.

O Resultado Nominal tem como objetivo medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, entre o exercício atual e o anterior.

As Operações de Crédito são compromissos financeiros, assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão de aceite de título, aquisição financeira de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Os limites da dívida e das operações de crédito são fixados em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicados, igualmente, a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, percentuais máximos, estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal 40 e 43.

As Garantias correspondem às fianças e avais concedidos pelo ente federativo, em operações de crédito, inclusive com recurso de fundos de aval, a assunção de risco creditício em linhas de crédito, o seguro de crédito à exportação e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual.

QUADRO 69 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2015 e 2016

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2015		ANO DE 2016		Limite Máximo	% 2016/ 2015
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL		
RCL	6.304.771.944,72	-	7.293.584.929,36	-	-	15,68
Divida Consolidada Líquida	2.523.586.132,80	40,03	2.410.379.476,46	33,05	200%	-4,48
Operações de Crédito	362.423.645,32	5,75	188.481.260,79	2,58	16%	-47,99

FONTE: Anexo 7 (LRF art. 48), Vol. V, fl. 1387 e exercício de 2015.

A Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito do Estado, no exercício de 2016, foram de R$ 2.410.379.476,46 e R$ 188.481.260,79. Sendo que a Divida Consolidada Líquida apresenta uma redução de (4,48)%, enquanto que as Operações de Crédito apresentou uma redução de (47,99)%, em relação ao exercício de 2015. Esses compromissos apresentaram reduções de 4,48 e 47,99% respectivamente, em relação ao ano anterior.

Com relação à Receita Corrente Líquida, a Dívida Consolidada Líquida apresentou índice de 33,05% e as Operações de Crédito índice de 2,58%. Esses números demonstram que o Estado se encontra em situação bastante favorável, quando comparados ao limite máximo demostrado no quadro acima.

QUADRO 70 – Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	Variação %
	Valor (R$)	Valor (R$)	2016/2015
Divida consolidada	3.270.150.236,68	3.076.926.621,72	-5,91
Deduções	746.564.103,88	666.547.145,26	-10,72
Dívida Consolidada Líquida	2.523.586.132,80	2.410.379.476,46	-4,49
Receita Corrente Líquida	6.304.771.944,72	7.293.584.929,36	15,68
% da Dívida Consolidada/RCL	51,87	42,19	-18,66
% da Dívida Consolidada Líquida/RCL	40,03	33,05	-17,44
Limite de Comprometimento Permitido 200%	12.609.543.889,44	14.587.169.858,72	15,68

FONTE –RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea “b”), Vol. V, fl. 1383 e exercício de 2015.

É importante salientar que a Dívida Consolidada Líquida, em 2016, reduziu em (4,49)%, e as deduções em (10,72)% e esta última mostra uma redução no endividamento, compreendendo as disponibilidades de caixa bruta demais haveres financeiros, excluídos os restos a pagar processados (exceto Precatórios), que resultou na Dívida Consolidada Líquida e, se comparada com o ano de 2015, superior em 110 milhões de reais

A Dívida Consolidada Líquida reduziu em 2016 com relação a 2015 em 4,49%, passando de R$ 2,5 bilhões, em 2015 para R$ 2,4 bilhões, em 2016.

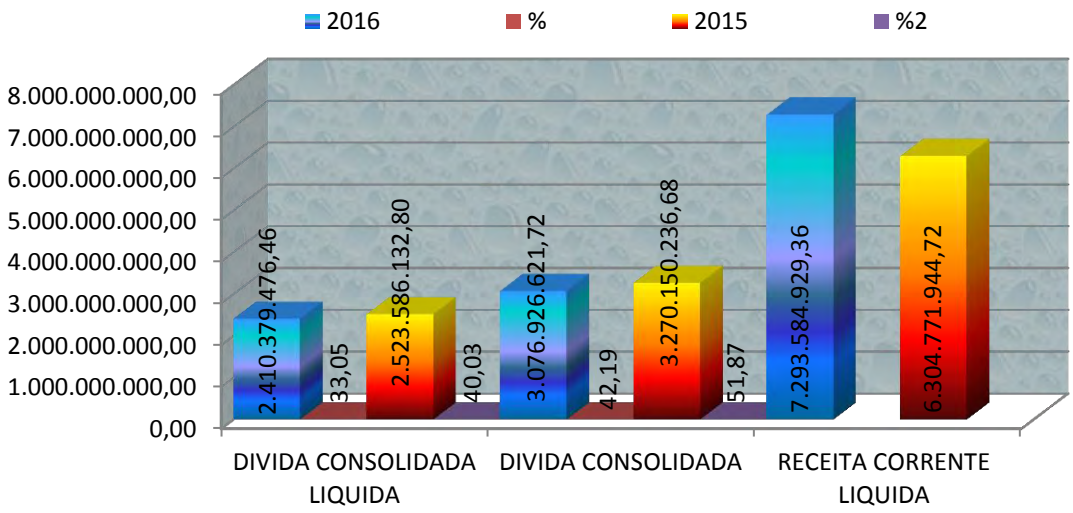


GRÁFICO 14 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida

O Gráfico acima demonstra percentual de 40,03% e 51,87% da Dívida Consolidada Líquida e da Dívida Consolidada, respectivamente, sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200%, definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 71 – Composição e Variação da Dívida Interna e Externa - 2015/2016

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	2015	2016	COMPOSIÇÃO	Variação % 2016/2015
			2016	
Dívida Interna (a)	1.951.717.894,89	1.914.791.144,46	62,23	-1,89
Dívida Externa (b)	1.124.604.243,83	946.022.092,50	30,75	-15,88
Precatórios de Exercícios Anteriores ©	193.828.097,96	216.113.384,76	7,02	11,50
RESULTADO = a + b + c	**3.270.150.236,68**	**3.076.926.621,72**	**100,00**	-6,27

FONTE:RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea "b"), Vol. V, fl. 1383 e exercício de 2015.

A dívida Consolidada de 2016 foi de R$ 3.076.926.621,72, composta por 62,23% Interna, 30,75% Externa e 7,02% correspondente aos Precatórios.

Analisando a relação com o ano anterior, verifica-se uma redução na dívida interna e externa de 1,89% e 15,88% respectivamente, ao passo que precatórios aumentaram em 11,50% em relação ao exercício de 2015.

QUADRO 72 – Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31/12/2015 (a)	Em 31/10/2016 (b)	Em 31/12/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.270.150.236,68	3.034.864.981,11	3.076.926.621,72
DEDUÇÕES (II)	746.564.103,88	949.618.027,49	666.547.145,26
Ativo Disponível	760.317.340,25	750.556.278,18	766.734.543.03
Haveres Financeiros	85.284.534,83	231.262.642,95	182.645.668,12
(-) Restos a Pagar Processados	99.037.771,20	32.200.893,64	282.0833.065,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.523.586.132,80	2.085.246.953,62	2.410.379.476,46
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-		
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**2.523.586.132,80**	**2.085.246.953,62**	**2.410.379.476,46**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Em 31/12/2016 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	**325.132.522,84**	**(113.206.656,34)**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2016	**545.302.000,00**

FONTE: RREO – Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. V, fl. 1366 e exercício de 2015.

O Resultado Nominal compreende o saldo da dívida fiscal líquida de 31 de dezembro de 2016, deduzida a dívida fiscal líquida de 31 de dezembro de 2015. Verificou-se, neste período, o resultado nominal de (R$ 113.206.656,34), valor que se encontra dentro da meta fixada para o exercício em análise que foi de R$ 545.302.000,00. A meta fixada previa aumento da dívida em 2016, porém, houve redução conforme demonstrado no quadro acima.

QUADRO 73 – Demonstrativo do Resultado Primário - Biênio 2015 e 2016

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	2016	2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**8.100.229.256,25**	**7.192.080.935,40**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**234.902.326,28**	**446.722.386,18**
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	203.612.805,18	366.714.315,01
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	7.665.175,18	11.832.747,28
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	5.993.257,54	10.681.974,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.230.534,01	10.525.971,20
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.400.554,37	46.967.378,28
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**17.631.088,38**	**57.493.349,48**
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	**8.117.860.344,63**	**7.249.574.284,88**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	2016	2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**7.530.987.093,27**	**6.714.852.428,59**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	184.469.194,48	157.278.926,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**7.346.517.898,79**	**6.557.573.501,73**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**834.669.214,08**	**617.249.947,01**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (XII)	11.066.703,37	113.453,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIII)	350.588.374,55	327.254.837,13
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XIV) = (XI - XII - XIII)	**473.014.136,16**	**289.881.656,86**

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (XV)	**234.504.781,35**	**152.779.507,38**
RESERVAS DO RPPS (XVI)	**-**	**-**
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (XVII) = (X +XIV +XV + XVI)	**8.054.036.816,30**	**7.000.234.665,87**
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII) = (VII – XVII)	**63.823.528,33**	**249.339.619,01**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**107.103.686,00**	**66.702.214,96**
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de 2016	**-374.005.000,00**	

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. V, fl. 1367 e exercício de 2015.

QUADRO 74– Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2015 e 2016

DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA	2016	2015
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	**8.117.860.344,63**	**7.249.574.284,88**
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (IX) = (III + VII + VIII)	**8.054.036,816,30**	**7.000.234.665,87**
RESULTADO PRIMÁRIO	**63.823.528,33**	**249.339.619,01**
META FIXADA	-374.005.000,00	-477.675.000,00
% EM RELAÇÃO À META	**- 17,06**	**-52,20**

FONTE: RREO – Anexo 6(LRF, art. 53, inciso III), Vol. V, fl. 1367 e exercício de 2015.

Receita Primária - corresponde ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

Despesa Primária Líquida - corresponde ao total das despesas orçamentárias, deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O Resultado Primário do Estado, apurado no exercício de 2016, foi de R$ 63.823.528,33, e representou em percentual um índice negativo de (17,06) em função da meta negativa fixada para o exercício, neste caso o referido índice corresponde a um superavit primário.

QUADRO 75 – Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2015 e 2016

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2015	2016	% 2016/2015
Operações de Crédito	362.423.645,32	188.451.260,79	-48,00
Internas	282.963.825,66	37.861.910,09	-86,62
Externas	79.459.819,66	150.619.350,70	89,55
Por Antecipação da receita	-	-	0,00
Total das Operações de Crédito (A)	362.423.645,32	188.451.260,79	-48,00
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	6.304.771.944,72	7.293.584.929,36	15,68
% Operações de Créd. Int. e Externas sobre a RCL (A/B)	5,75	2,58	-55,06
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16%	16%	

FONTE: RGF – Anexo 4 – (LRF, art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III, alínea “c”) fl 1387 e exercício de 2015.

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, em seu art. 12, § 2º, a contratação de operações de crédito, em cada exercício, fica limitada ao montante da despesa de capital.

Outro limite imposto pela Resolução n° 43 do Senado Federal, em seu art. 7º, inciso I, determina que o montante global das operações de créditos em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL.

Denota-se, também, que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inciso III, c/c a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Em 2016 as operações de crédito apresentaram uma redução, se comparadas ao exercício anterior, de - 48,00%, e com relação à Receita Corrente Líquida, neste exercício, também houve uma redução, ou seja, 2,58% em 2016 contra 5,75% do ano de 2015. (Limite Constitucional 16,00%).

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR

QUADRO 76 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2015 e 2016

Processados					*Não Processados*					*Saldo 2015 + inscrições 2016*
Saldo em 2015	**Inscritos em 2016**	**Cancelados**	**Pagos**	**A pagar**	**Saldo em 2015**	**Inscritos em 2016**	**Cancelados**	**Pagos**	**A pagar**	
118.676.017,70	-	14.099.556,50	80.503.410,06	24.073.051,14	182.063.032,17	-	37.670.157,30	92.917.432,09	51.475.442,78	75.548.493,92
-	258.940.045,76	-	-	-		234.505.370,48	-	-	-	493.445.416,24
118.676.017,70	258.940.045,76	14.099.556,50	80.503.410,06	24.073.051,14	182.063.032,17	234.505.370,48	37.670.157,30	92.917.432,09	51.475.442,78	568.993.910,16
% EVOLUÇÃO	64,08									

FONTE: RGF – Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”), Vol. V, fl. 1389.

As despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não processados, apresentou um aumento de (64,08%) em 2016, com relação a 2015.

Em dezembro de 2015, existia um saldo inscrito de restos a pagar de R$ 300.739.049,87, dos quais R$ 118.676.017,70 eram processados e R$ 182.063.032,17não processados. Durante o exercício de 2016 foram cancelados R$ 51.769.713,80 e pagos R$ 173.420.842,15, restando saldo a pagar de R$ 75.548.493,92 para o exercício seguinte.

Os Restos a Pagar inscritos em 2016 atingiram a importância de R$ 493.445.416,24, sendo R$ 258.940.075,76 processados e R$ 234.505.370,48 não processados. Esses valores, acrescidos do saldo remanescente de exercícios anteriores, alcançaram o montante de R$ 568.993.910,16 e seu pagamento deverá ocorrer durante o exercício de 2017.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada no artigo 36, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito."

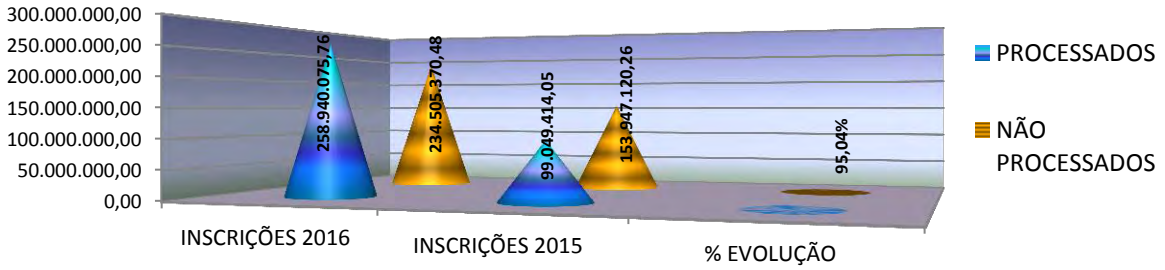


GRÁFICO 15 – Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2016/2015

4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 77–Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores - Geral do Estado – 2016

DESPESAS	AUTORIZADA (a)	EXECUTADA (b)	% EXECUTADA /AUTORIZADA	% PART/EXEC	DIFERENÇA © = (a) – (b)
Despesas Correntes	**657.810.528,46**	**625.484.574,94**	**95,09**	**84,70**	**32.325.953,52**
Pessoal e Encargos	402.068.803,73	388.037.605,40	96,51	52,55	14.031.198,33
Outras Despesas Correntes	255.741.724,73	237.446.969,54	92,85	32,15	18.294.755,19
Despesas de Capital	**176.861.829,94**	**112.997.415,88**	**63,89**	**15,30**	**63.864.414,06**
Investimentos	174.577.132,94	112.683.298,30	64,55	15,26	61.893.834,64
Inversões Financeiras	1.970.579,00	0,00	0,00	0,00	1.970.579,00
Amortização da Dívida	314.118,00	314.117,58	100,00	0,04	0,42
TOTAL	**834.672.358,40**	**738.481.990,82**	**88,48**	**100,00**	**96.190.367,58**

FONTE:IMPBY – Geral do Estado - Volume I, fls. 161.

A "despesa de exercícios anteriores" realizada em 2016, demonstrada no quadro acima, no total de R$ 738.481.990,82, é composta de 84,70% com

despesas correntes e de 15,30% com despesas de capital. A execução total foi de 88,48% dos recursos autorizados.

4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA

QUADRO 78 – Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2016

TRIBUTO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO Principal + Juros e Multas da Dívida	RECEBIMENTO Principal + Juros e Multas da Dívida (-)	CANCELAMENTO	AJUSTES FINANC E N/FINANC	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	SALDO PARA 2016
ICMS	2.142.446.513,39	264.922.111,64	19.878.411,54	288.715,44	9.767,64	139.104.574,86	2.526.315.840,55
IPVA	34.347.289,12	0,00	20.752.621,60	5.137.287,35	0,00	1.798.208,35	10.255.588,52
N/TRIBUT	55.761.077,09	59.444.013,47	7.318.903,39	520.607,95	0,00	4.416.404,79	111.781.984,01
SUBTOTAL	2.232.554.879,60	324.366.125,11	47.949.936,53	5.946.610,74	9.767,64	145.319.188,00	2.648.353.413,08
PROCON	9.238.336,19	0,00	27.997,34	0,00	0,00	573.349,19	9.783.688,04
TOTAL	**2.241.793.215,79**	**324.366.125,11**	**47.977.933,87**	**5.946.610,74**	**9.767,64**	**145.892.537,19**	**2.658.137.101,12**
% EVOLUÇÃO	**18,57**						

FONTE: Movimentação da Dívida Ativa – Vol. V, fls.1316 a 1319.

Os direitos do Estado, provenientes da Dívida Ativa, em 2015, foram de R$ 2.241.793.215,79. Durante o exercício de 2016 ocorreram inscrições no valor de R$ 324.366.125,11; recebimentos relativos ao principal, juros e multas de R$ 47.977.933,87, cancelamento R$ 5.946.610,74, ajustes R$ 9.767,64 e atualização monetária de R$ 145.892.537,19, ficando, como créditos a receber, no final do exercício, a importância de R$ 2.658.137.101,12.

A diferença entre os saldos demonstrados revela um acréscimo da Dívida Ativa, em 2016, de 18,57% em relação ao ano anterior.

Capítulo 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

Com a visão estratégica de modernizar a gestão das políticas públicas do Estado, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, foi construído tendo por base o plano de governo proposto durante a campanha eleitoral, do planejamento estratégico institucional da maioria das secretarias e entidades e do planejamento estratégico do Estado, levaram-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.

O PPA 2016-2019 muda o foco da Gestão Pública e organiza a atuação por meio de diálogo e passa a olhar as mudanças na vida do cidadão criando uma nova cultura na Administração Pública que valoriza a gestão para resultados e o foco no cidadão, sendo estruturado por **eixos estratégicos, programas temáticos e de gestão** que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual:

- Eixo Estratégico: representa as escolhas estratégicas responsáveis pelo alcance dos resultados desejados, permeando os caminhos a serem percorridos para o sucesso de sua missão, estabelecendo-se as prioridades da Governança a partir do alinhamento das instituições às estratégias.

- Programa Temático: organiza as ações de Governo, articulando-as com a finalidade de concretizar os objetivos pretendidos, mediante o enfrentamento de problemas ou aproveitamento de oportunidades, com indicadores e metas; e

- Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Os temas (políticas públicas) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de estado, levando-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante.

Dentro desse contexto, o PPA 2016-2019, agrega 21 (vinte e um) programas temáticos e 37 (trinta e sete) programas de gestão e manutenção de serviços do Estado, executados pelo Poder Executivo, ressaltando que não integram no PPA os programas destinados exclusivamente a operações especiais e no caso das ações orçamentárias de todos os programas são discriminados nas leis orçamentárias anuais.

Assim, o novo modelo agregou vantagens ao Plano, resgatando a função planejamento, incorporando compromissos de governo e permitindo seu efetivo monitoramento, especialmente em relação aos seis eixos estratégico seguintes:

- I - Saúde;
- II - Educação e Conhecimento;
- III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos;
- IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente;
- V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura;
- VI - Gestão Pública.

Caracteriza-se de fundamental importância na gestão do PPA 2016-2019 a articulação dos meios necessários para viabilizar o alcance de seus objetivos e a consecução das suas metas, de maneira a aperfeiçoar os mecanismos de integração de políticas públicas, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas, de forma a executar os recursos públicos de forma racional e efetiva.

Foram definidos Indicadores Prioritários para a Administração Pública, conforme disposto no Anexo IV da Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015 – PPA, vinculados às áreas de resultados de segurança pública, transporte e logística, educação, saúde, projetos estruturantes, habitação social e desenvolvimento agropecuário, como forma de assegurar a concentração de esforços em áreas prioritárias da gestão governamental.

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A estrutura básica e operacional do Poder Executivo foi estabelecida pela Lei n.º 2.986, de 13 de julho de 2015, e respectivas alterações mediante a Medida Provisória nº 3, de 27 de janeiro de 2016, permitindo por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades que a integram, compreendendo a Administração Direta e Indireta.

5.1.1 Unidades da Administração Direta

Com o intuito de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo aos limites de atribuições e competências estabelecidas, balizados pelos seis eixos estratégicos, definidos no Plano Plurianual 2016/2019, a Administração Direta é composta por:

- Casa Civil
- Casa Militar
- Controladoria Geral do Estado

- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO
- Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO
- Procuradoria-Geral do Estado
- Secretaria da Administração
- Secretaria da Cidadania e Justiça
- Secretaria da Comunicação Social
- Secretaria da Educação, Juventude e Esportes
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos
- Secretaria da Saúde
- Secretaria da Segurança Pública
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
- Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Secretaria do Planejamento e Orçamento
- Secretaria do Trabalho e Assistência Social
- Secretaria Geral de Governo e Articulação Política

5.1.2. Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

Com o propósito de desenvolver as funções do Governo, de forma descentralizada, nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, a Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por:

AUTARQUIAS:

- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins– ADAPEC

- Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM
- Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR
- Agência Tocantinense de Saneamento – ATS
- Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO
- Banco do Empreendedor
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-TO
- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS
- INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV
- Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS
- Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS
- Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

FUNDOS ESPECIAIS:

- Fundo Cultural
- Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental
- Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos
- Fundo de Defesa Agropecuária – FUNPEC
- Fundo de Desenvolvimento Econômico
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES
- Fundo de Fardamento da Polícia Militar
- Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros
- Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio – FUNGERP
- Fundo de Modernização da Polícia Militar

- Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO
- Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário
- Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
- Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia
- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP TO
- Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUEMA
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC
- Fundo Estadual de Recursos Naturais
- Fundo Estadual para a Criança, o Adolescente e o Jovem
- Fundo Estadual Sobre Drogas
- Fundo para as Relações de Consumo – PROCON
- Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins
- Fundo Tocantinense de Economia Solidária – FTES
- Recursos sob a Supervisão da SEFAZ
- Reserva de Contingência sob a Supervisão da SEPLAN

FUNDAÇÕES:

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins - FAPTO
- Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT
- Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2016

Com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas de governo calcadas em eixos estratégicos, o Poder Executivo estabeleceu diretrizes voltadas para a realização de programas, com objetivos definidos para cada órgão e

entidade, cujas estratégias para alcançá-los foram estruturadas em ações orçamentárias definidas no Plano Plurianual 2016/2019, sendo autorizados para o exercício de 2016 recursos da ordem de **R$ 9.209.662.924,00**, e executados o valor de **R$ 7.537.367.678,39**, demonstrando um bom nível de execução, correspondente a **81,84%,** de acordo como evidenciado no quadro a seguir.

QUADRO 79 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA

PROGRAMASTEMÁTICOS		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC	EIXO
1165	SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	1.611.569.841,00	1.396.720.492,97	86,67	I
SUBTOTAL		**1.611.569.841,00**	**1.396.720.492,97**	**86,67**	
1156	EDUCAÇÃO INTEGRAL E HUMANIZADA	1.155.547.556,00	1.080.088.616,54	93,47	II
1157	EDUCAÇÃO, TECNOLÓGICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR	23.198.130,00	7.917.134,81	34,13	II
1158	CULTURA	31.680.346,00	20.534.329,48	64,82	II
1159	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	5.268.587,00	1.532.478,99	29,09	II
SUBTOTAL		**1.215.694.619,00**	**1.110.072.559,82**	**91,31**	
1160	SEGURANÇA CIDADÃ	121.340.836,00	103.256.256,17	85,10	III
1161	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.427.933,00	2.316.034,52	24,57	III
1162	TRABALHO E MERCADO	21.539.369,00	13.957.634,63	64,80	III
1163	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	20.303.690,00	6.830.809,84	33,64	III
1164	DIREITOS HUMANOS	9.497.557,00	3.519.466,60	37,06	III
SUBTOTAL		**182.109.385,00**	**129.880.201,76**	**71,32**	
1147	AGRICULTURA FAMILIAR	52.073.412,00	40.860.943,56	78,47	IV
1148	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	60.536.073,00	35.641.325,65	58,88	IV
1149	INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS	155.275.648,00	10.100.165,80	6,50	IV
1150	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	84.478.137,00	21.764.518,77	25,76	IV
SUBTOTAL		**352.363.270,00**	**108.366.953,78**	**30,75**	
1151	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO	114.682.726,00	40.832.505,13	35,60	V
1152	TRANSPORTE E LOGÍSTICA	563.359.235,00	342.818.320,99	60,85	V
1153	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	54.706.287,00	20.097.393,93	36,74	V
1155	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, TURISMO E MINERAÇÃO	39.938.381,00	10.632.479,34	26,62	V
SUBTOTAL		**772.686.629,00**	**414.380.699,39**	**53,63**	

PROGRAMASTEMÁTICOS		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC	EIXO
1166	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	427.303.431,00	368.642.796,17	86,27	VI
1167	GESTÃO MAIS PERTO DE VOCÊ	10.082.980,00	9.916.368,47	98,35	VI
1173	JUSTIÇA	13.981.662,00	11.657.447,05	**83,38**	VI
SUBTOTAL		**451.368.073,00**	**390.216.611,69**	**86,45**	
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS		**4.585.791.817,00**	**3.549.637.519,41**	**77,41**	

Verifica-se que do total do orçamento autorizado para os Programas Temáticos houve a execução de 77,41% e dos 21 programas, 10 tiveram execução abaixo de 50% do orçamento autorizado.

PROGRAMA DE GESTÃO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC
1096	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	14.676.401,00	14.550.500,89	99,14
1098	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	62.309.613,00	62.283.971,75	99,96
1100	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	11.551.361,00	11.373.397,21	98,46
1101	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	40.540.901,00	39.936.809,52	98,51
1102	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	1.584.888.585,00	1.578.389.927,17	99,59
1103	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	21.593.438,00	19.576.962,08	90,66
1104	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	15.039.725,00	14.811.996,34	98,49
1105	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	8.746.650,00	8.624.099,91	98,60
1106	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	23.560.112,00	23.485.944,69	99,69
1108	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	114.583.054,00	112.040.311,24	97,78
1111	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE	10.819.662,00	10.811.337,54	99,92
1112	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.093.864,00	28.447.968,70	97,78
1113	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA DEFESA E PROTEÇÃO SOCIAL	88.417.587,00	88.304.776,23	99,87
1114	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	266.130.270,00	265.950.908,05	99,93
1115	MANUTENÇÃO DA CASA CIVIL	4.016.921,00	3.990.313,14	99,34
1116	MANUTENÇÃO DA CASA MILITAR	8.915.133,00	8.879.183,49	99,60
1118	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DE ESTADO	9.506.496,00	9.485.161,51	99,78
1119	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO	60.473.100,00	60.396.617,01	99,87
1120	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	453.936.821,00	437.769.662,05	96,44

PROGRAMA DE GESTÃO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC
1121	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	67.554.275,00	67.540.918,76	99,98
1122	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	1.254.438.592,00	667.205.739,81	53,19
1123	MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	22.192.771,00	20.615.805,90	92,89
1124	MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	7.090.132,00	6.865.223,91	96,83
1125	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS	44.987.270,00	44.876.945,29	99,75
1127	MANUTENÇÃO DA AGENCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	8.170.861,00	6.859.974,05	83,96
1128	MANUTENÇÃO DA JUNTA COMERCIAL	7.703.795,00	6.995.623,71	90,81
1129	MANUTENÇÃO DO BANCO DO EMPREENDEDOR	7.571.221,00	7.255.462,31	95,83
1130	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	42.589.370,00	41.434.408,76	97,29
1131	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS	32.278.919,00	32.032.971,86	99,24
1132	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	13.472.298,00	13.102.388,09	97,25
1133	MANUTENÇÃO DA AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	78.992.272,00	78.936.488,91	99,93
1134	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS	8.414.613,00	6.814.505,45	80,98
1135	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	75.055.439,00	64.614.879,48	86,09
1139	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO RADIOFUSÃO EDUCATIVA	7.170.440,00	6.931.762,41	96,67
1140	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA	1.138,00	1.038,00	91,21
1172	MANUTENÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS	20.571.928,00	19.763.104,75	96,07
1143	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA	96.816.079,00	96.773.069,01	99,96
SUBTOTAL		**4.623.871.107,00**	**3.987.730.158,98**	**86,24**
TOTAL GERAL (Temáticos e Gestão)		**9.209.662.924,00**	**7.537.367.678,39**	**81,84**

FONTE: SIAFEM – Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária

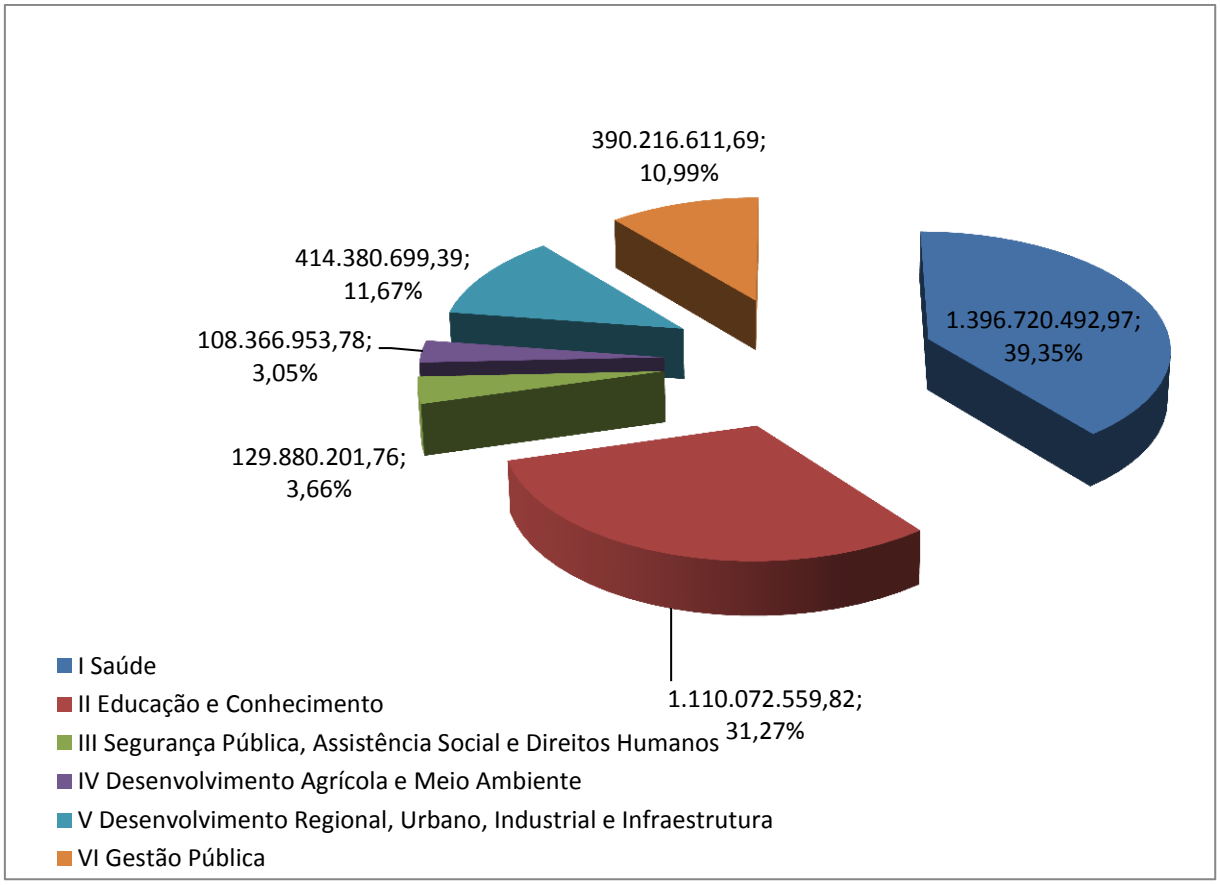
A execução orçamentária dos Programas de Gestão e Manutenção das Unidades Gestoras do Poder Executivo atingiu o índice médio de **86,24%** do montante autorizado, demonstrando um bom grau de eficiência, ressalvando os custos com pessoal.

5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas, o Plano de Governo, composto por programas, objetivos, indicadores, metas e ações, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, com foco no desenvolvimento econômico, logística e infraestrutura, serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros) e o desenvolvimento social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, a execução orçamentária no montante de **R$ 3.549.637.519,41,** foi direcionada às áreas estratégicas de saúde, a educação e conhecimento, segurança pública, assistência social e direitos humanos, desenvolvimento agrícola e meio ambiente, desenvolvimento regional, urbano, industrial e infraestrutura e a gestão pública, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no quadro abaixo:

Gráfico 16 - Valores por Eixos Estratégicos



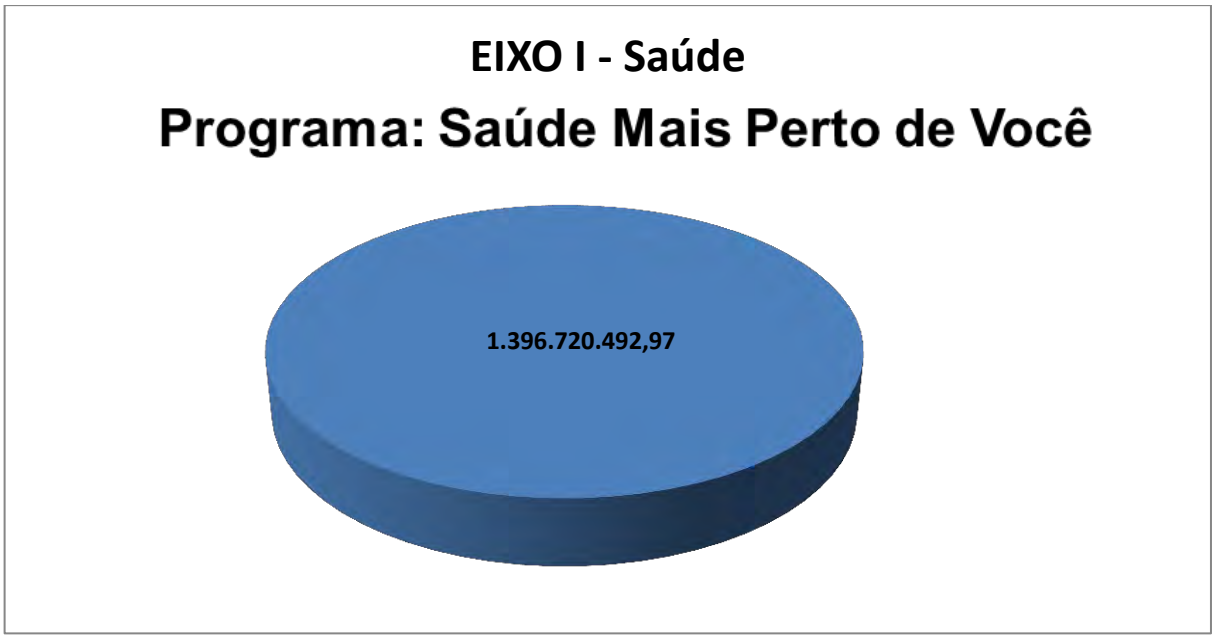
O demonstrativo acima elucida uma maior concentração de investimentos nas áreas de Saúde (39,35%) e Educação e Conhecimento (31,27%), e, com menor expressividade nas áreas de Desenvolvimento Agrícola e Meio

Ambiente (3,05%) e Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos (3,66%).

5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Apresenta-se abaixo demonstrações gráficas relativas à execução orçamentária por eixo estratégicos e programas temáticos a eles vinculados, evidenciando os investimentos realizados em cada área da gestão governamental.

Gráfico 17. Eixo I - Saúde

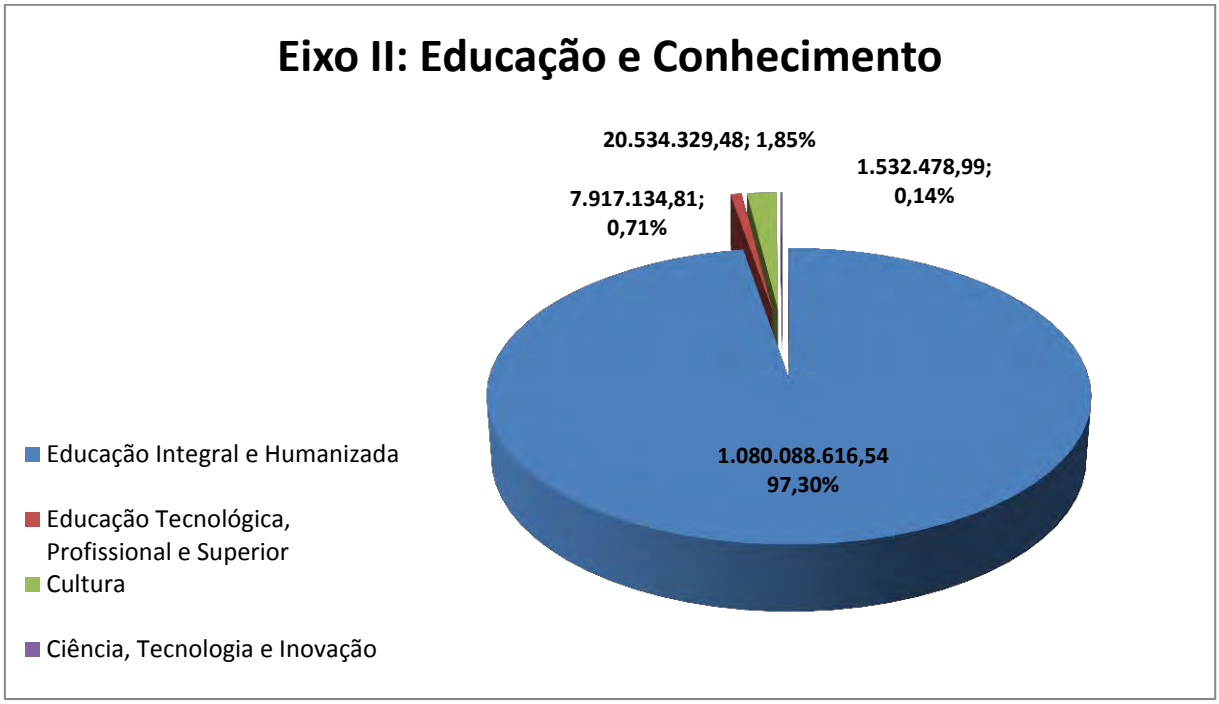


QUADRO 80 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO I

PROGRAMA DE GOVERNO	VALOR EMPENHADO	%
Saúde Mais Perto de Você	1.396.720.492,97	100

No Eixo I – Saúde foi executado o Programa: Saúde Mais Perto de Você, que converge as políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema de saúde do governo do Estado

Gráfico 18: Eixo II - Educação e Conhecimento.

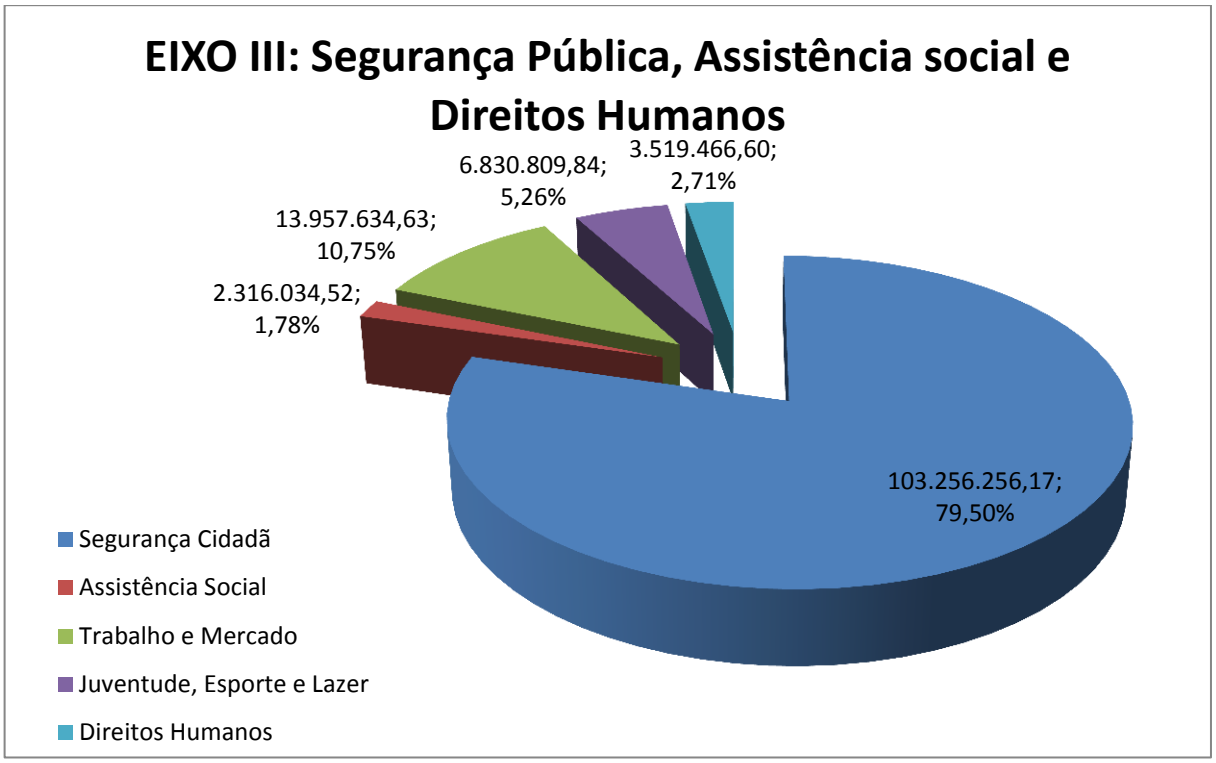


QUADRO 81 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO II

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1156	Educação Integral e Humanizada	1.080.088.616,54	97,30
1157	Educação Tecnológica, Profissional e Superior	7.917.134,81	0,71
1158	Cultura	20.534.329,48	1,85
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação	1.532.478,99	0,14
TOTAL		**1.110.072.559,82**	**100**

No Eixo II – Educação e Conhecimento, foram executados 4 (quatro) Programas, dos quais o programa Educação Integral e Humanizada, representou 97,30% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação, com 0,14% e Educação Tecnológica, Profissional e Superior, com 0,71%.

Gráfico 19: Eixo III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos.

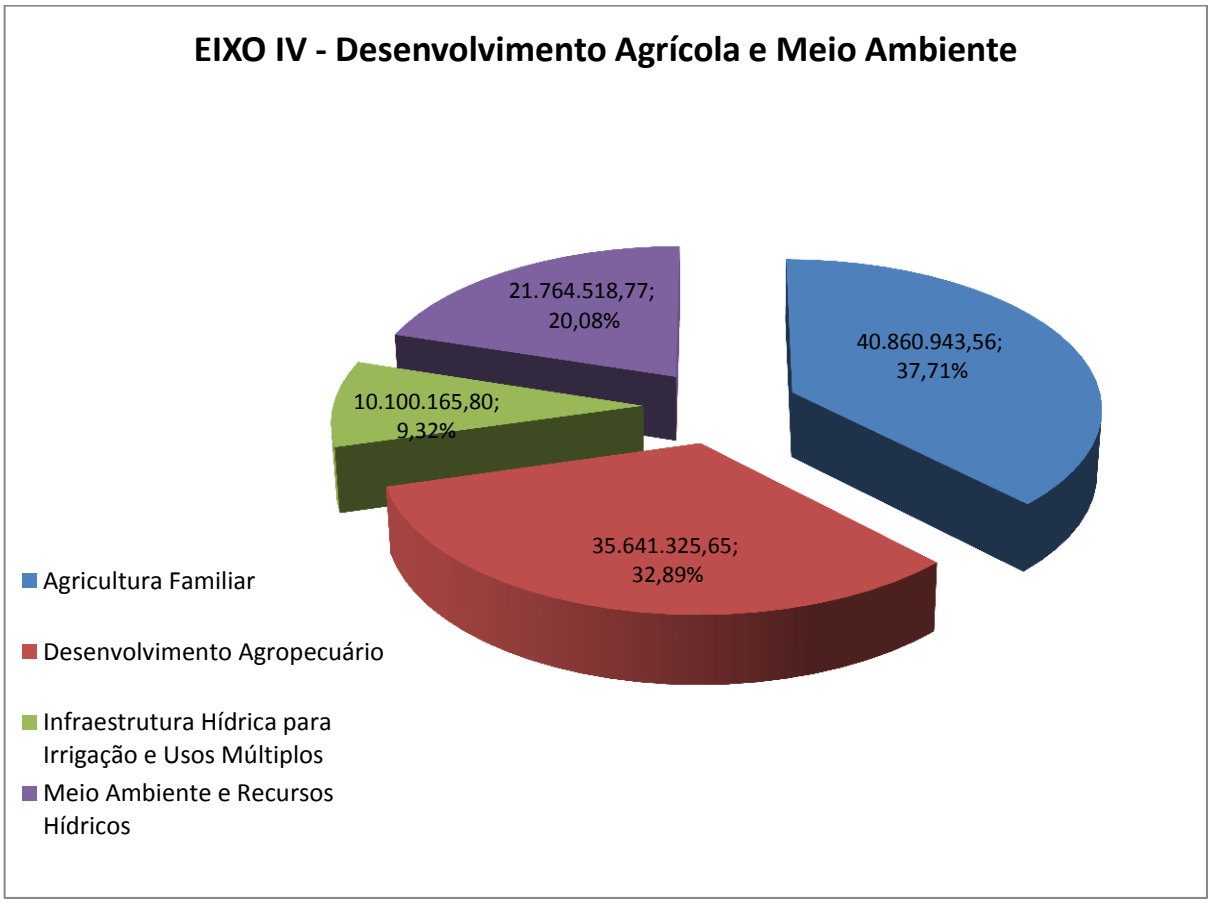


QUADRO 82 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO III

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1160	Segurança Cidadã	103.256.256,17	79,50
1161	Assistência Social	2.316.034,52	1,78
1162	Trabalho e Mercado	13.957.634,63	10,75
1163	Juventude, Esporte e Lazer	6.830.809,84	5,26
1164	Direitos Humanos	3.519.466,60	2,71
TOTAL		**129.880.201,76**	**100**

No Eixo III – Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, foram executados 5 (cinco) Programas, dos quais o programa Segurança Cidadã, representou 79,50% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de Assistência Social (1,78%) e Direitos Humanos (2,71%).

Gráfico 20: Eixo IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

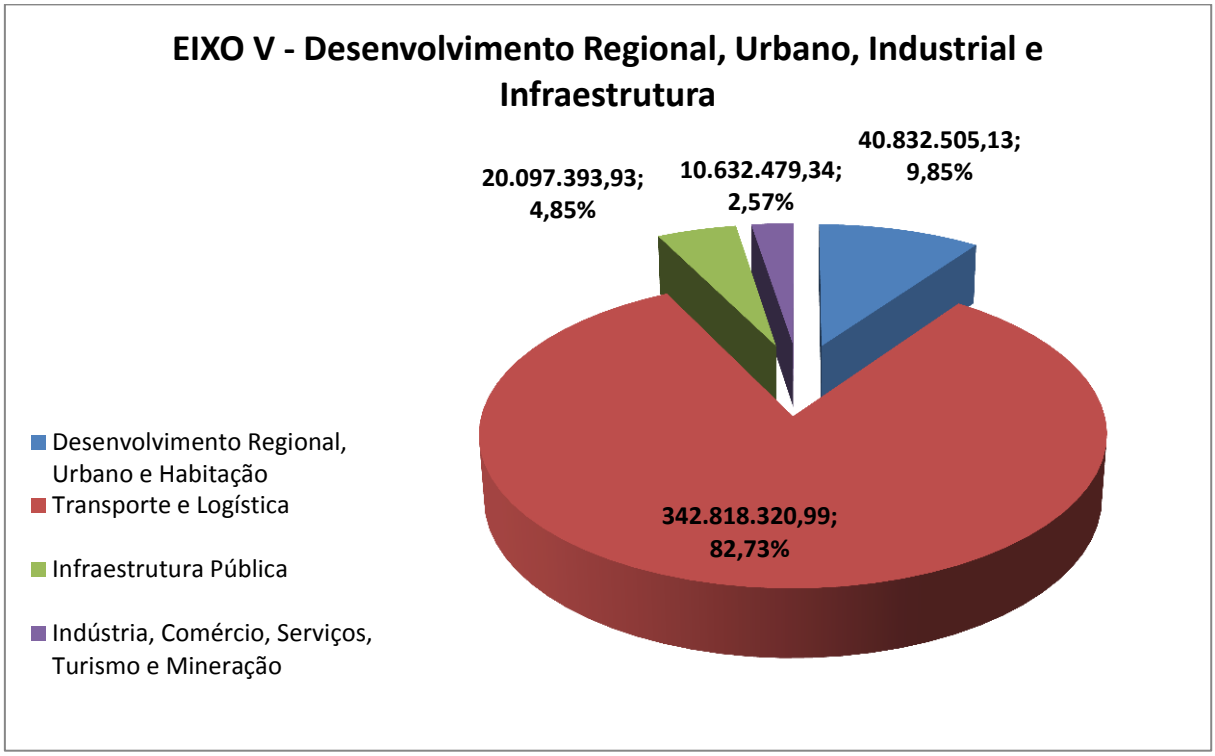


QUADRO 83 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO IV

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1147	Agricultura Familiar	40.860.943,56	37,71
1148	Desenvolvimento Agropecuário	35.641.325,65	32,89
1149	Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos	10.100.165,80	9,32
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	21.764.518,77	20,08
TOTAL		**108.366.953,78**	**100**

No Eixo IV – Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, foram executados 4 (quatro) Programas, dos quais o programa Agricultura Familiar, recepcionou o maior investimento, na ordem de 37,71% dos recursos, seguido do programa Desenvolvimento Agropecuário com investimento na ordem de 32,89% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nos programas Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Uso Múltiplos (9,32%) e Meio Ambiente e Recursos Hídricos (20,08%).

Gráfico 21: Eixo V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura

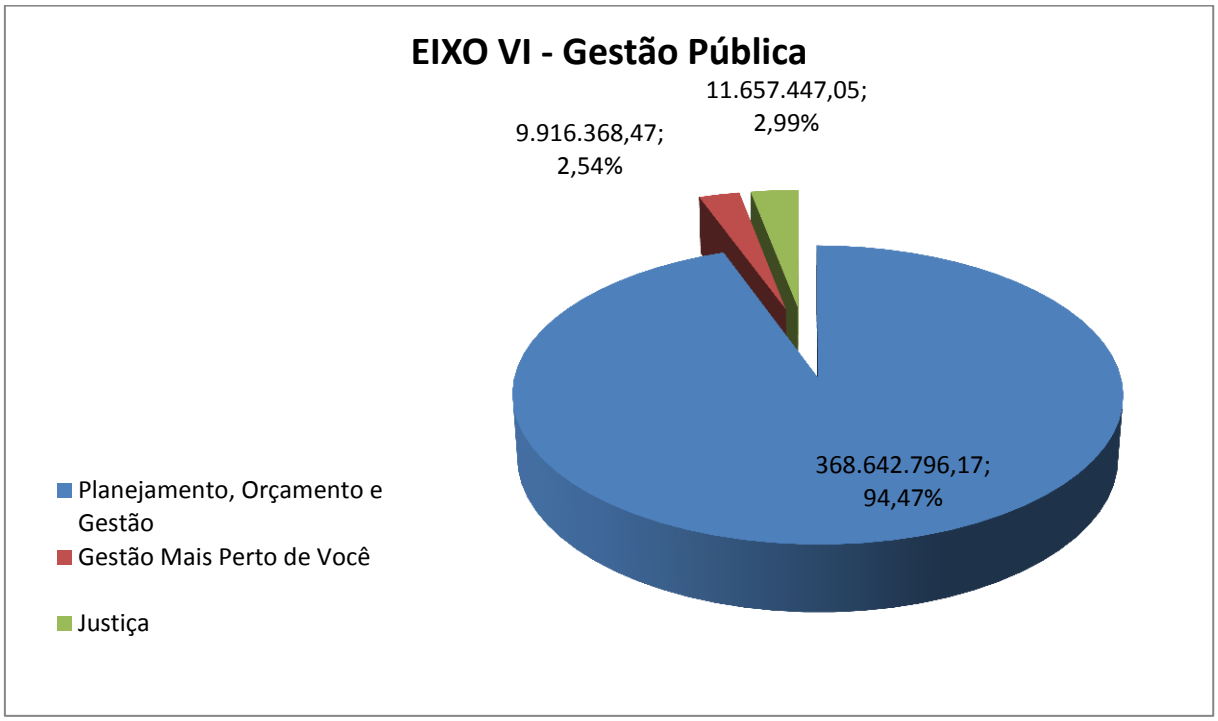


QUADRO 84 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO V

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	40.832.505,13	9,85
1152	Transporte e Logística	342.818.320,99	82,73
1153	Infraestrutura Pública	20.097.393,93	4,85
1155	Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração	10.632.479,34	2,57
TOTAL		**414.380.699,39**	**100**

No Eixo V – Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura foram executados 4 (quatro) Programas, dos quais o programa Transporte e Logística, representou um investimento de 82,73% dos recursos destinados ao referido Eixo, seguido do Programa Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação (9,85%) e com menores investimentos os Programas Infraestrutura Pública(4,85%) e Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração (2,57%).

Gráfico 22: Eixo VI – Gestão Pública



QUADRO 85 – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VINCULADOS AO EIXO VI

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão	368.642.796,17	94,47
1167	Gestão Mais Perto de Você	9.916.368,47	2,54
1173	Justiça	11.657.447,05	2,99
TOTAL		**390.216.611,69**	**100**

No Eixo VI – Gestão Pública foram executados 3 (três) Programas, dos quais o programa Planejamento, Orçamento e Gestão, contabilizou uma execução de 94,47% dos recursos destinados ao referido Eixo, e com menores investimentos os Programas Gestão Mais Perto de Você 2,54% e Justiça com 2,99%.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
1062	Implementação do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC/TO	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
640.800,00	-160.985	479.815,00	53.297,22	53.297,22	53.297,22	426.517,78	11,10	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-164.408	25.592,00	25.591,43	25.591,43	25.591,43	0,57	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0100	40.000,00	-21.781,00	18.219,00	18.219,00	18.219,00	18.219,00	0,00	100,00	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.30	0100	65.000,00	-64.359,00	641,00	640,65	640,65	640,65	0,35	99,94	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.33	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.39	0100	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	6.732,00	6.732,00	6.731,78	6.731,78	6.731,78	0,22	99,99	100,00	100,00

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	3.423	3.423,00	3.422,09	3.422,09	3.422,09	0,91	99,97	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.33	0103	0,00	3.423,00	3.423,00	3.422,09	3.422,09	3.422,09	0,91	99,97	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
450.800,00	0	450.800,00	24.283,70	24.283,70	24.283,70	426.516,30	5,38	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0225	0,00	101.847,00	101.847,00	18.907,50	18.907,50	18.907,50	82.939,50	18,56	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.30	0225	0,00	53.233,00	53.233,00	2.286,20	2.286,20	2.286,20	50.946,80	4,29	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.33	0225	0,00	47.680,00	47.680,00	0,00	0,00	0,00	47.680,00	0,00		
20.573.1148	33.90.36	0225	0,00	25.718,00	25.718,00	1.215,00	1.215,00	1.215,00	24.503,00	4,72	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.39	0225	0,00	74.508,00	74.508,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	72.633,00	2,51	100,00	100,00
20.573.1148	44.90.52	0225	450.800,00	-302.986,00	147.814,00	0,00	0,00	0,00	147.814,00	0,00		

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
15	20	20	25	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	15	11	73,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada parcialmente , tendo em vista que algumas atividades planejadas foram realizadas, apoio a eventos tecnicos: **2º Dia de Campo** na Unidade de Referência Tecnológica (URT) do ABC em Almas e o Dia de Campo na Unidade de Referência Tecnológica (URT) de Araguatins; realizacao de **tres Reunioes** Ordinarias do Grupo Gestor do ABC-TO e uma reunião extraordinaria onde foram discutidos assuntos referentes as atividades desenvolvidas pelos parceiros visando a divulgacao, capacitacao e transferencia de tecnologias que possibitam produzir com redução da emissão de gases de efeito estufa, articulacoes entre as instituicoes parceiras do Plano ABC-TO, a colaboracao na atuacao e compartilhamento das informacoes e a acao proporcionou tambem a participaçao de tecnicos da Seagro em eventos de difusao de tecnologias no ambito do Plano ABC, como: o 8° Seminario da Cadeia Produtiva do Arroz do Tocantins;participação na Expogoias, Bahia Farm Show e Agrobalsas, onde foi possivel participar de palestras tecnicas e intercambio de informacoes; participacao no Encontro Técnico de Sistemas de Producao Sustentaveis ABC, realizado pela Embrapa e empresas parceiras na Fazenda Brejinho em Pedro Afonso; **apresentação das acoes e os resultados alcançados do ABC/TO durante o III Workshop de Meio Ambiente**- Agricultura de Baixa Emissão de Carbono promovido pela Faculdade Catolica Do Tocantins – UBEC; além disso, a coordenacão do Grupo Gestor ABC-TO participou do **Curso de Capacitação de ABC Cerrado** promovido pelo SENAR-TO, no período de 09 a 13 de maio/2016, Palmas-TO e participacao nas **atividades de Capacitacao Continuada (MÓDULO TO),** no período de 08 a 10 novembro/2016, na Embrapa Pesca e Aquicultura e na UAT Unidade de Apredizagem Tecnológica UAT Centro Agrotecnológico de Palmas-TO com a presença de 60 técnicos de empresas públicas e privadas. O percentual de execução da ação se deve, especialmente, em função da atuacao dos parceiros e entidades que compoem o Grupo Gestor ABC. Parceiro na realização do **8º Congresso Internacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Indústria de Base Florestal e de Geração de Energia MADEIRA 2016**, 16 e 17 de junho. Nesta ação encontra-se orçamento de fonte 0225, referente a 02 convênios os quais são relatados abaixo:

. Convênio MAPA 793211/2013 - Objeto: Promover a capacitação de técnicos para que estes possam ser difusores de tecnologias, e consequentemente, contribuam para o fortalecimento da silvicultura no Tocantins. Neste convênio foram executados as seguintes atividades: **participação de três técnicos da Seagro na semana de silvicultura em Curitiba-PR com os seguintes eventos: WOODTrade Brazil, Lignum Brasil e 2º ExpoMadeira & Construção e Encontro Brasileiro de Energia da Madeira** , em março/2016; **missão técnica em Imperatriz-MA**, nesta oportunidade, 4 representantes do Seagro, incluindo o Secretario da Pasta, visitaram a Suzano Celulose visando conhecer o sistema de parcerias e ampliar a comercialização do maciço florestal do eucalipto tocantinense, mostrar as potencialidades do Tocantins, atraindo investimentos para o setor de silvicultura; realização do **Encontro técnico de heveicultura – Santa Fé-TO**, capacitando 49 produtores, em junho/2016; realização do **1° Dia técnico do Açai,** capacitando 100 produtores e técnicos, em outubro/2016 e **realização de Campo de iLPF**, no Centro Agrotecnológico de Palmas, 88 participantes;realização do **Dia de Campo em Seringueira**, Fazenda Araiã, Marianópolis-TO, 64 participantes e participação de 03 técnicos da Seagro no Workshop Cultura da Seringueira, Goianésia-GO. Convênio MAPA 806634/2014 - Objeto: Fomentar o uso de biodigestores no Estado do Tocantins. O plano de trabalho referente a este convênio encontra-se em fase de readequação, contudo mesmo com a baixa execução deste convênio no exercício 2016, foi possivel autuar um processo para aquisição de um biodigestor que será instalado em um Colégio Agropecuário do Estado – fase de licitacao. Além disso, foi realizada missão técnica a Brasília - DF, na qual 03 técnicos puderam conhecer e se capacitar em um caso de sucesso na utilização desta tecnologia, na Fazenda Miunça.

No que diz respeito ao orçamento e financeiro da acao, houve a reducao no orçamento inicial decorrente de cancelamentos realizados para suplementação de ações prioritarias da Seagro, sendo distribuidas nas acoes: 1080 - Realizacao da Feira Tecnologia Agropecuaria (Agrotins) e 2228 - Manutencao de Recursos Humanos, além disso, despesas com exercicios anteriores foi para realização de pagamentos de diárias. Ressalta-se ainda que na acao foram realizados pagamentos com diarias, combustivel e passagens para auxiliar nos deslocamentos visando a participacao nos eventos tecnicos, pagamentos de colaborador eventual e pagamentos de inscricoes para capacitacao dos tecnicos.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2117	Manutenção dos Centros de Difusão Agrotecnológica	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
426.700,00	-272.105	154.595,00	154.593,38	154.593,38	126.896,38	1,62	99,99	100,00	82,08

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
426.700,00	-272.105	154.595,00	154.593,38	154.593,38	126.896,38	1,62	99,99	100	82,08

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0100	50.000,00	-48.760,00	1.240,00	1.239,75	1.239,75	1.239,75	0,25	99,97	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.30	0100	165.000,00	-135.854,00	29.146,00	29.145,55	29.145,55	3.598,55	0,45	99,99	100,00	12,34
20.573.1148	33.90.39	0100	211.700,00	-91.405,00	120.295,00	120.294,48	120.294,48	118.144,48	0,52	99,99	100,00	98,21
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	3.914,00	3.914,00	3.913,60	3.913,60	3.913,60	0,40	99,98	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
2	2	2	2	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	2	1	50,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, levando em conta que algumas atividades planejadas foram realizadas, tais como: manutencaoo preventiva e aquisicao de pecas e lubrificantes de veiculos e tratores lotados no **Centro Agrotecnologico de Palmas** e foram realizados pagamentos referente ao fornecimento de energia eletrica do exercicio vigente. Alem disso, houve a realizacao de visitas tecnicas ao Modulo Irradiador da Ovinocaprinocultura de Ponte Alta do Tocantins visando o planejamento da revitalizacao das estruturas. O pagamento de despesas de exercicios anteriores foi utilizado para o pagamento de energia eletrica. Os cancelamentos orçamentarios foram utilizados para suplementacao de acoes prioritarias desta Secretaria, sendo-as: 1080 - Realizacao da Feira de Tecnologia Agropecuaria - Agrotins e para suplementar a acao 2228 - Manutencao de Recursos Humanos.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuaria

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2135	Promoção de Atividades de Inovação Agrotecnológica e Pesquisas Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
360.000,00	-329.932	30.068,00	30.007,40	30.007,40	17.792,60	60,60	99,79	100,00	59,29

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
360.000,00	-329.932	30.068,00	30.007,40	30.007,40	17.792,60	60,60	99,79	100	59,29

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0100	90.000,00	-76.284,00	13.716,00	13.715,25	13.715,25	13.715,25	0,75	99,99	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.30	0100	135.000,00	-133.008,00	1.992,00	1.991,08	1.991,08	1.991,08	0,92	99,95	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.33	0100	0,00	1.145,00	1.145,00	1.144,27	1.144,27	1.144,27	0,73	99,93	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.36	0100	0,00	1.000,00	1.000,00	942,00	942,00	942,00	58,00	94,20	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.39	0100	135.000,00	-122.785,00	12.215,00	12.214,80	12.214,80	0,00	0,20	99,99	100,00	0,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
9	14	14	19	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	9	7	77,77	Concluída

Análise:

A açao foi executada parcialmente, levando em consideracao a realização das atividades planejadas, abaixo relacionadas:

Melhoria da Qualidade Genética dos Rebanhos - esta atividade busca a melhoria genética do rebanho pecuário, por meio de capacitacoes tecnicas, qualificacao do pecuarista, disponibilizacao de biotecnologias por meio da Inseminacao Artificial em Tempo Fixo – IATF e pela introdução de touros melhoradores em rebanhos comerciais – Pro Genetica. **(Atividade 01) Foram capacitadas 161 pessoas, entre tecnicos e pecuaristas durante a Agrotins/2016**, por meio de **palestras e mini cursos** . **(Atividade 02)Durante a FEAPA** – Feira de Alimentaçao e Agricultura Familiar de Palmeiras que ocorreu em maio, onde foram apresentados aos produtores rurais de Palmeiras e regiao os critérios para participarem das atividades de IATF. **(Atividade 03)**Foram **realizados protocolos de IATF** nos municípios de Palmas, Palmeiras, Luzinópolis e Santa Rosa do Tocantins – totalizando 262 protocolos realizados em 39 propriedades. **(Atividade 04)** Foi realizado o **Seminário de Sensibilizacao ao Pro-Genetica Tocantins** que contou com a participacao de técnicos do Ruraltins, Sebrae, bancos, MAPA e com a participacao de colaborador técnico da Emater – MG, tendo como objetivo difundir a importância de um programa de melhoria da qualidade genética dos rebanhos bovinos no Tocantins, visando a comercializaçao de touros em feiras com o enfoque de disseminar materiais genéticos (touros, sêmen, fêmeas) com qualidade e confiabilidade aprovada. **(Atividade 05)** Ocorreu uma **visita técnica** uma propriedade rural que já trabalha com a venda de touros registrados. Visando, portanto a melhoria da qualidade genética do rebanho pecuário, por meio de ferramentas de inovação tecnológica, a Seagro vem buscando formar mão de obra qualificada oferecendo cursos de Inseminação Artificial e levando aos pequenos pecuaristas a técnica de IATF. **(Atividade 06)**No de ano de 2016 foram **realizados 07 cursos com 56 participantes**, em uma parceria com a empresa Alta Genética. Durante o ano de 2016 foram realizadas apenas 10% das inseminaçoes artificiais em tempo fixo planejadas em funçao da reduçao orçamentária, o que dificultou dar continuidade com os processos de protocolos IATF.

(Atividade 7) Implantação de Apiários e Meliponários Didáticos - esta atividade demandada no Planejamento Estratégico da Apicultura 2016/2019 elaborado no âmbito da Câmara Setorial da Apicultura, fórum que reúne 24 instituições apoiadoras da apicultura e presidida pela representatividade maior do setor, a FETOAPI – Federação Tocantinense de Apicultura, e que se propunha a buscar informaçoes técnicas nas condiçoes tocantinenses de clima, solo, vegetação e manejo, que gerassem resultados de experimentos e pesquisas voltadas ao atendimento das demandas dos apicultores.

Os valores pagos pela ação se referem ao pagamento de diárias para técnicos e servidores, combustivel e pagamento de diária para colaborador eventual para apoio nas mobilizações aos produtores que iriam receber a Inseminacao Artificial em Tempo Fixo, bem como no momento da execução da tecnologia.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2010	Apoio a Realização de Eventos Agropecuários	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.330.000,00	681.097	3.011.097,00	2.961.096,06	2.961.096,06	1.455.676,06	50.000,94	98,33	100,00	49,16

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
90.000,00	631.097	721.097,00	721.096,06	721.096,06	85.676,06	0,94	99,99	100	11,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.50.41	0100	90.000,00	468.720,00	558.720,00	558.720,00	558.720,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
20.573.1148	33.50.92	0100	0,00	153.400,00	153.400,00	153.400,00	153.400,00	76.700,00	0,00	100,00	100,00	50,00
20.573.1148	33.90.14	0100	0,00	6.671,00	6.671,00	6.670,50	6.670,50	6.670,50	0,50	99,99	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.30	0100	0,00	2.306,00	2.306,00	2.305,56	2.305,56	2.305,56	0,44	99,98	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.240.000,00	50.000	2.290.000,00	2.240.000,00	2.240.000,00	1.370.000,00	50.000,00	97,81	100	61,16

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.40.41	0104	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.50.41	0104	2.040.000,00	250.000,00	2.290.000,00	2.240.000,00	2.240.000,00	1.370.000,00	50.000,00	97,81	100,00	61,16
20.573.1148	33.50.43	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	18	1.800,00	Concluída

Análise:

A acao foi executada com êxito, tendo em vista que no exercicio 2016 foram realizados 18 (dezoito) eventos atraves de formalização de convênios entre Seagro e Sindicatos Rurais. Os eventos foram realizados nos seguintes municipios: Miracema, Pium, Miranorte, Colméia, Formoso do Araguaia, Divinópolis, Guaraí, Arraias, Araguaina, Paraíso do Tocantins, Palmeirópolis, Tocantinópolis, Araguaçu, Marianópolis, Almas, Lagoa da Confusão, Augustinópolis e Dois Irmãos. Ressalta-se ainda que, os recursos pagos com diárias e combustivel, foram para realizar a fiscalização dos convênios concedidos, ou seja, o cumprimento das metas propostas no Plano de trabalho. Além disso, houve pagamento de despesas de exercicios anterior referente as Exposições de Pecuária Solidária de Araguaçu e Sandolândia. Observa-se que a meta fisica da ação orçamentária alcançou 1.800% da meta inicialmente prevista. Isso ocorreu em função dos recursos de emendas parlamentares alocadas na referida ação, que ocorreu no âmbito do legislativo no momento de apreciação após a submissão do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016 de iniciativa do Poder Executivo. Tais recursos foram alocados na ordem de R$ 2.240.000,00, somando-se ao valor inicialmente alocado que foi da ordem de R$ 90.000,00, além disso, extrapolando o valor inicialmente proposto em 2.589%. Ressalta-se que naquele momento os parlamentares autores das respectivas emendas deveriam ter proposto ainda o acréscimo de meta física, o que não foi exigido pela Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento, que é o órgão diretamente responsável pela inclusão das referidas emendas parlamentares. Além dos fatos já mencionados, acrescenta-se ainda as suplementações de recursos orçamentários de fonte 0100 e 0104 ocorridas duranteo exercício 2016 na ordem de R$ 681.097,00.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2140	Promoção e Difusão de Tecnologias Sociais	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
230.000,00	-190.000	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-190.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.30	0100	65.000,00	-65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.33	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.36	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.39	0100	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
40.000,00	0	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	44.90.52	0225	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	50	60	70	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	40	4	10,00	Concluída

Análise:

A acao foi executada parcialmente, tendo em vista não ter havido disponibilização financeira para prosseguir com execução da meta fisica, contudo, vale salientar que apenas foi possivel o alcance de 10% da execucao fisica, por meio de parceria com o Ruraltins, o que neste sentido houve a possibilidade de transferência de tecnologias através dos cursos: **defensivos naturais, bokashi** (é "composto orgânico" produzido a partir de uma mistura de materiais como farelos de cereais (como arroz e trigo), tortas de oleaginosas (de soja e mamona, por exemplo), de farinha de osso e de peixe, de fosfatos de rocha, cinzas e outros resíduos), **compostagem e biofertilizantes** para um público de aproximadamente 70 participantes por dia durante 03 dias da Agrotins em Palmas. As realizaçoes dos cursos foram essenciais para transferências de novas tecnologias e conhecimentos diversos que seria uma alternativa aos pequenos produtores, estudantes e tecnicos para producao, controle de doenca e pragas entre outros. Além disso, nao foi possivel a utilização dos R$ 40.000,00 na fonte 0225 - Recursos de Convenios com Órgaos Federais pois houve frustacao no processo de captacao de recursos, porem ha previsao de dar continuidade com o processo de captaçao para os anos de 2017 a 2019.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 | Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 | Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2069	Fortalecimento das Organizações Sociais Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
948.000,00	1.889.904	2.837.904,00	2.219.903,55	1.859.903,55	239.458,75	618.000,45	78,22	83,78	12,87

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
490.000,00	-90.096	399.904,00	399.903,55	399.903,55	239.458,75	0,45	99,99	100	59,87

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.90.14	0100	30.000,00	-27.266,00	2.734,00	2.733,75	2.733,75	2.733,75	0,25	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.30	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.90.33	0100	220.000,00	-26.751,00	193.249,00	193.249,00	193.249,00	32.804,20	0,00	100,00	100,00	16,97
20.608.1148	33.90.39	0100	190.000,00	-13.100,00	176.900,00	176.900,00	176.900,00	176.900,00	0,00	100,00	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.92	0100	0,00	27.021,00	27.021,00	27.020,80	27.020,80	27.020,80	0,20	99,99	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
380.000,00	1.620.000	2.000.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	0,00	540.000,00	73	100	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.50.41	0104	380.000,00	-150.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00		
20.608.1148	44.40.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	44.50.42	0104	0,00	1.770.000,00	1.770.000,00	1.460.000,00	1.460.000,00	0,00	310.000,00	82,48	100,00	0,00
20.608.1148	44.90.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
78.000,00	292.500	370.500,00	292.500,00	0,00	0,00	78.000,00	78,94	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	44.90.52	0225	78.000,00	292.500,00	370.500,00	292.500,00	0,00	0,00	78.000,00	78,94	0,00	

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
220	240	260	280	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	220	232	105,45	Concluída

Análise:

A ação foi executada com exito, tendo em vista que foi possivel apoiar 232 organizações entre associações e cooperativas e atingiu um total de 3.140 agricultores familiares de todas as regiões do Estado. Durante o periodo da Agrotins/2016 os agricultores participaram de diversas atividades como: dia de campo, seminários, palestras e várias outras atividades, onde o principal objetivo é que estes agricultores busquem melhores resultados em suas propriedades. Estes agricultores recebem todo apoio necessário para participarem da feira como: transporte, alimentação e hospedagem e também são acompanhados por um colaborador para orientar sobre as programações da feira. Além dos atendimentos na Agrotins foram realizados atendimentos internos de associações e cooperativas. Os recursos pagos em diárias foram para participação em Evento: 23ª FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo e 12ª Feira Latino Americana de Economia Solidária em Santa Maria - RS. Os recursos provenientes a fonte 0100 foram pagos despesas com locacao de onibus para transporte dos agricultores familiares e pagamento com hospedagem e alimentação durante a Agrotins 2016. Ressalta-se que as despesas pagas de exercicios anteriores foram referentes a hospedageme e alimentação de agricultores na edição da Agrotins 2014. Já na fonte 0225 foi realizado empenho para aquisicao de patrulha mecanizada (grade aradora, trator e caminhao) para atender pequenos e médios produtores de Palmas do convenio 780864/2012/MAPA, porém não houve liquidação. E no que tange a fonte 0104, fonte de recursos de Emendas Parlamentares referente as contribuicoes foram apenas empenhados e foram destinados para capacitacao de agricultores de diversas organizações agropecuarias do Estado, já os auxilios foram destinados a aquisição de 11 tratores com grade, visando assim fortalecer as organizações sociais agropecuárias do Estado. Porém esses recursos ainda não foram pagos. A alteração do valor no orcamento inicial se deu por conta das Emendas Parlamentares que não estavam previstas anteriormente por este motivo houve a suplementação orçamentária de R$ 1.620.000,00.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2076	Fortalecimento do Sistema de Comercialização e Abastecimento Agropecuário	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
234.000,00	-69.746	164.254,00	164.251,43	164.251,43	164.251,43	2,57	99,99	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
234.000,00	-69.746	164.254,00	164.251,43	164.251,43	164.251,43	2,57	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.605.1148	33.90.14	0100	30.000,00	-25.657,00	4.343,00	4.342,50	4.342,50	4.342,50	0,50	99,98	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.30	0100	85.000,00	-75.912,00	9.088,00	9.087,80	9.087,80	9.087,80	0,20	99,99	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.33	0100	0,00	1.593,00	1.593,00	1.592,28	1.592,28	1.592,28	0,72	99,95	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.39	0100	119.000,00	15.286,00	134.286,00	134.285,59	134.285,59	134.285,59	0,41	99,99	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.92	0100	0,00	14.944,00	14.944,00	14.943,26	14.943,26	14.943,26	0,74	99,99	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
10	10	10	10	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	10	2	20,00	Concluída

Análise:

A açao foi executada parcialmente, tendo em vista foram realizados atividades de cadastros junto aos fornecedores de dados de preços do mercado e a própria atualização do sistema visando a publicação das informações a sociedade, desta forma fotelecendo o **Sistema de Informação de Mercado Agricola-SIMA** nos municipios de Araguaina, Gurupi e Lagoa da Confusão e cabe ressaltar que, parte do recurso foi redirecionada para o pagamento de despesas com energia elétrica do exercício anterior, além disso, os recursos utilizados na açao foi para o pagamento de diarias dos servidores, combustivel para realização das viagens técnicas, não foi possivel ampliar o percentual atingindo uma vez que, nao houve liberaçao do saldo financeiro previsto para o andamento regular da ação, o que implicou na inexecução de outros planejamentos.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
1048	Implantação de Centros de Abastecimento e Comercialização	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.578.000,00	-1.803.000	775.000,00	0,00	0,00	0,00	775.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-190.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.605.1148	33.90.14	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.30	0100	65.000,00	-65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.39	0100	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.388.000,00	-1.613.000	775.000,00	0,00	0,00	0,00	775.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.605.1148	44.40.51	0104	438.000,00	337.000,00	775.000,00	0,00	0,00	0,00	775.000,00	0,00		
20.605.1148	44.50.52	0104	1.750.000,00	-1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.90.51	0104	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A acao não foi executada, posto que, nao houve efetivação de convenios com os municipios para a implantaçao de feiras e centros de abastecimento. A dificuldade na inexecução da acao ocorreu, haja vista que, os municípios interessados não apresentaram a documentação regular e necessária para a efetivação dos mesmos. Entretanto, para o próximo ano 2017 pretende-se realizar convênios junto aos municipios com o propósito de iniciar a implantação de Centros de Abastecimento e Comercialização.

No que tange aos cancelamentos realizados na fonte de recurso 0100, foram destinados a suplementaçao nas acoes prioritarias da Seagro. Já na fonte 0104, os recursos foram cancelados para suplementar outras açoes desta Secretaria, que precisaram de suplementacao para utilização desse recurso.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
1080	Realização da Feira de Tecnologia Agropecuária - Agrotins	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.660.000,00	1.104.584	5.764.584,00	5.521.767,33	5.521.767,33	3.515.397,51	242.816,67	95,78	100,00	63,66

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
3.660.000,00	503.719	4.163.719,00	4.163.717,75	4.163.717,75	2.157.347,93	1,25	99,99	100	51,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.14	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.30	0100	100.000,00	7.973,00	107.973,00	107.972,54	107.972,54	107.972,54	0,46	99,99	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.39	0100	3.530.000,00	-821.633,00	2.708.367,00	2.708.366,60	2.708.366,60	701.996,78	0,40	99,99	100,00	25,91
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	1.347.379,00	1.347.379,00	1.347.378,61	1.347.378,61	1.347.378,61	0,39	99,99	100,00	100,00

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	108.405	108.405,00	108.376,00	108.376,00	108.376,00	29,00	99,97	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.39	0103	0,00	108.405,00	108.405,00	108.376,00	108.376,00	108.376,00	29,00	99,97	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000.000,00	452.460	1.452.460,00	1.244.836,08	1.244.836,08	1.244.836,08	207.623,92	85,70	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.39	0225	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	837.622,50	837.622,50	837.622,50	162.377,50	83,76	100,00	100,00
20.573.1148	33.90.93	0225	0,00	452.460,00	452.460,00	407.213,58	407.213,58	407.213,58	45.246,42	89,99	100,00	100,00
20.573.1148	44.90.52	0225	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Doacao — **5236**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	40.000	40.000,00	4.837,50	4.837,50	4.837,50	35.162,50	12,09	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.573.1148	33.90.39	5236	0,00	40.000,00	40.000,00	4.837,50	4.837,50	4.837,50	35.162,50	12,09	100,00	100,00

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	1	100,00	Concluída

Análise:

A açao foi executada com exito levando em conta a realizacao da Feira de Tecnologia Agropecuária Agrotins 2016 que ofereceu a oportunidade de aprimoramento tecnológico com a difusao de tecnologias produtivas e sustentáveis por meio de palestras temáticas e tecnicas, oficinas, clinicas tecnológicas, dinâmicas e unidades de campo da área animal e vegetal instaladas, stands de expositores montados, oferecendo inúmeras oportunidades aos participantes do evento.

A feira teve a presença de 630 expositores e 85.866 visitantes. Foram desenvolvidas 2.128 atividades de transferência de tecnologia, com a capacitacao de 15.087 pessoas através de palestras, dinâmicas, cursos, etc. O evento propiciou uma movimentação econômica de mais de R$ 451 milhoes em propostas de financiamento e venda direta de produtos agropecuários, bem como uma circulação estimada de R$ 27 milhoes diretamente no comercio local de Palmas e municipios circunvizinhos, com a contratacao de serviços e aquisicao de produtos, o que possibilitou a geracao de cerca de 1.200 empregos temporários na estruturacao da Feira de Tecnologia.

O projeto da Feira de Tecnologia Agropecuaria, foi embasado sob fortes princípios tecnicos, solidificando assim, a sustentabilidade desta acao, com os excelentes resultados colhidos.

Os recurso foram utilizados para contratacao de empresas espacializadas na estruturaçao do evento, como montagem e manutençao de pavilhoes, tendas, sanitários quimicos, locaçao de moveis e equipamento entre outros, bem como na prestação de serviços de apoio como segurança, serviços especializados de pedreiro, carpinteiro, pintor, eletricista, limpeza, seguro pessoal e outros além de outras despesas, como aquisição de material de consumo diversos como material de limpeza, higiene, generos alimentícios e outros.

Foram suplementados recursos na fonte 0225 para a devoluçao de saldo do convenio n° 816332/2015/MAPA, suplementação de recursos de outras açoes da Seagro para prioritariamente atender as demandas da ação 1080 - Realizacao da Feira de Tecnologia Agropecuaria - Agrotins, os recursos utilizados para pagamento de despesas de exercicios anteriores foram utilizados para pagamento de despesas de edicoes anteriores da Agrotins. Com relaçao a próxima ediçao da feira, já foi elaborado o projeto técnico com o andamento de 15 processos. Consideramos assim que a açao tem sido um efetivo mecanismo no fortalecimento do agronegocio.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
1040	Fomento ao Desenvolvimento Local e Regional - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
8.720.000,00	90.343	8.810.343,00	296.370,03	140.269,23	140.269,23	8.513.972,97	3,36	47,32	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	46.436	46.436,00	45.033,76	45.033,76	45.033,76	1.402,24	96,98	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.90.14	0100	0,00	8.473,00	8.473,00	8.472,75	8.472,75	8.472,75	0,25	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.30	0100	0,00	3.230,00	3.230,00	3.229,22	3.229,22	3.229,22	0,78	99,97	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.39	0100	0,00	4.061,00	4.061,00	4.060,80	4.060,80	4.060,80	0,20	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.47	0100	0,00	20.633,00	20.633,00	19.232,71	19.232,71	19.232,71	1.400,29	93,21	100,00	100,00
20.608.1148	44.90.35	0100	0,00	10.039,00	10.039,00	10.038,28	10.038,28	10.038,28	0,72	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	44.90.52	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	43.907	43.907,00	42.236,68	11.016,52	11.016,52	1.670,32	96,19	26,08	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	44.90.35	0103	0,00	39.703,00	39.703,00	38.033,32	11.016,52	11.016,52	1.669,68	95,79	28,96	100,00
20.608.1148	44.90.47	0103	0,00	4.204,00	4.204,00	4.203,36	0,00	0,00	0,64	99,98	0,00	

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
8.720.000,00	0	8.720.000,00	209.099,59	84.218,95	84.218,95	8.510.900,41	2,39	40,27	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	44.90.14	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
20.608.1148	44.90.35	4220	4.780.000,00	-16.814,00	4.763.186,00	192.286,15	84.218,95	84.218,95	4.570.899,85	4,03	43,79	100,00
20.608.1148	44.90.39	4220	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00		
20.608.1148	44.90.47	4220	0,00	16.814,00	16.814,00	16.813,44	0,00	0,00	0,56	99,99	0,00	
20.608.1148	44.90.51	4220	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00	0,00	0,00	0,00	1.370.000,00	0,00		
20.608.1148	44.90.52	4220	1.970.000,00	0,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00	0,00		
20.608.1148	44.90.93	4220	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
36	44	20	0	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	36	15	41,66	Concluída

Análise:

A acao foi executada parcialmente, tendo em vista que foram concluidas as atividades da consultoria para elaboracao de **cartilhas tecnicas**, com a entrega e liquidacao dos **quatro produtos.** Com esta conclusao sera feita a distribuicao para os agricultores familiares com informacoes sobre irrigacao, biodigestores, agroecologia e boas praticas de fabricacao Foram tambem realizadas visitas as comunidades quilombolas nos municipios de Mateiros, Sao Felix e Santa Tereza, na regiao do Jalapao: Mumbuca, Prata e Barra da Aroeira, respectivamente, para avaliaçao e levantamento do cenario produtivo em cada comunidade; definir a localizacao das areas para construçao das agroindústrias e mobilizacao das comunidades. Estas atividades foram realizadas em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Economico que tambem desenvolve acoes do PDRIS na regiao com foco no turismo de base comunitaria. Foi dada continuidade nas atividades para construcao dos matadouros frigorificos nos municipios que se adequaram as **diretrizes do projeto**, **11** (onze) ao todo (Ananas, Araguaçu, Arapoema, Barrolandia, Campos Lindos, Novo Acordo, Parana, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Sao Valerio da Natividade e Wanderlandia). Contratado o consultor para realizacao do diagnostico da oferta e demanda de ovinos e caprinos para o desenvolvimento da atividade e processamento de carnes e pele na regiao central do Estado do Tocantins, bem como, para realizar um estudo de viabilidade tecnica para o funcionamento do Modulo de Capacitaçao e transferencia de Tecnologia. Em fase de conclusao a licitaçao para contratacao de consultoria que ira elaborar o plano estadual de agroenergia e marco regulatorio de biocombustiveis do Estado do Tocantins. Elaborados Termos de Referencia nas areas de psicultura, apicultura e agrometeorologia, alem de aquisicoes de equipamentos mobiliarios e de informatica para estruturacao da unidade tecnica na Seagro, os quais estao em processo de análise junto ao Banco. A baixa execucao da meta no quadrimestre foi devido as adquacoes e alinhamentos realizados no projeto, que foi encaminhado ao Banco Mundial para aprovaçao, e este precisou de prazo para aprovar as mudanças propostas. Logo, os 15% da meta executa foram realizadas por meio das atividades supracitadas e conforme o plano de aquisições do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sutentável - PDRIS.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2074	Fortalecimento do Setor Agroindustrial do Estado	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-165.182	24.818,00	24.764,80	24.764,80	24.764,80	53,20	99,78	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-165.182	24.818,00	24.764,80	24.764,80	24.764,80	53,20	99,78	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.605.1148	33.90.14	0100	40.000,00	-32.055,00	7.945,00	7.944,75	7.944,75	7.944,75	0,25	99,99	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.30	0100	65.000,00	-63.179,00	1.821,00	1.820,44	1.820,44	1.820,44	0,56	99,96	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.33	0100	0,00	1.723,00	1.723,00	1.722,36	1.722,36	1.722,36	0,64	99,96	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.36	0100	0,00	1.700,00	1.700,00	1.648,50	1.648,50	1.648,50	51,50	96,97	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.39	0100	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.47	0100	0,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	0,00	100,00	100,00	100,00
20.605.1148	33.90.92	0100	0,00	11.314,00	11.314,00	11.313,75	11.313,75	11.313,75	0,25	99,99	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	60	60	70	Unidade	un

Referencia:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	50	43	86,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que, as atividades planejadas foram sendo realizadas conforme planejado. Houve o apoio de 18 (dezoito) agroindústrias, sendo-as: 11 (onze) unidades de beneficiamento de mel - uma em cada município (municípios: Aliança, Araguaçu, Brejinho de Nazare, Colinas, Crixas, Figueiropolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Nazare, Nova Olinda e Wanderlandia), 01 (um) abatedouro de aves (município de Porto Alegre), 01 (um) casa de farinha (município de Figueiropolis) e 06 (seis) laticínios (municípios Colméia, Monte Santo, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Santa Fé do Araguaia).

- Quanto as unidades beneficiadoras de mel. Foram realizadas visitas tecnicas in loco a 11 (onze) municípios, supracitado, para ministrar palestra sobre Boas Práticas de Fabricação e verificaçao das condiçoes locais dos empreendimentos apicolas.
- Quanto à casa de farinha do município de Figueiropolis. Esta açao faz parte de um projeto de revitalizaçao de agroindustrias do Grupo de Trabalho formado pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico do Estado (Seden) e Agricultura e Pecuária (Seagro), Ruraltins e Embrapa, que tem por objetivo promover o desenvolvimento economico do Estado por meio do desenvolvimento agroindustrial. Para isso, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar que tem tres linhas de açao: apoio aos sistemas de produçao, apoio à gestao de unidades agroindustrias e apoio à produçao e comercializaçao de produtos derivados da mandioca. Inicialmente, 03 casas de farinha instaladas nos municípios de Brejinho de Nazare, Cariri e Figueiropolis, foram pré selecionadas para serem avaliadas quanto aos itens: - sistemas de produçao, gestao de unidades de processamento e comercializaçao de produtos, com a finalidade de receberem apoio para reativar a produção de farinha de mandioca. No final do processo de avaliaçao, apenas a casa de farinha do município de Figueirópolis foi selecionada para ser contemplada com o projeto de revitalizaçao. Até o fim deste quadrimestre já foram realizadas 02 (duas) visitas técnica ao município de Figueirópolis, 01 (um) reunião de motivaçao em Associativismo e Cooperativismo com os assentados do PA Renascer, 01 (um) diagnostico tecnico com vistas a regularizaçao sanitaria da casa de farinha, 01 (um) projeto de readequaçao estrutural da casa de farinha, com vistas à obtençao do registro sanitário.
- Quanto laticínios apoiados, direta e indiretamente, foram: Laticínio Leites Mel e Laticínios Volanda (Colmeia-TO), Laticínios Milk Norte (Monte Santo TO), Laticínios Paraíso (Paraíso do Tocantins TO), Laticínios Nutri Mais (Porto Nacional TO) e Laticínios Bianna (Santa Fé do Araguaia TO). As referidas agroindustrias de lácteos recebem matéria-prima dos tanques de resfriamento cedidos pela Seagro e, desta forma, o apoio as agroindustrias e realizado atraves de orientaçao aos produtores sobre a importância da qualidade da matéria-prima para obtençao do produto final, correta utilizaçao dos tanques, procedimentos de higienização dos tanques antes e após o uso, manutenção da cadeia do frio durante o armazenamento e distribuição do leite, dentre outras instruções técnicas.
- Quanto ao Abatedouro de aves. O abatedouro de aves é de propriedade particular, localizado no município de Porto Alegre do Tocantins e está sob reforma com apoio técnico da Seagro com vistas à regularização sanitária para ingresso no Serviço de Inspeção Estadual (SIE). A capacidade estimada será de 200 aves/dia.

Apoio direto as agroindustrias - Apoio a 01 agroindustria (Queijaria), no município de Porto Nacional; e Apoio na elaboraçao de 01 projeto agroindustrial de Polpa de frutas, doces e composta de frutas.

Apoio indireto as agroindustrias - Apoio realizado por meio de contatos via telefone ou e-mail, desta forma, vinte (20) atendimentos foram realizados, alcançando-se 14 municípios.

- Direta - foram realizados 04 (quatro) atendimentos nos municípoios: Paraíso do Tocantins (abatedouro de bovinos), Palmas (casa de farinha), Santa Rosa (abatedouro de suínos e aves) e Porto Alegre do Tocantins (abatedouro de aves). E
- Indireta - foram realizados 16 (dezesseis) atendimentos nos municípios: Natividade (abatedouro de bovinos), Pequizeiro (abatedouro de suínos), Gurupi (abatedouro de aves), Tocantinópolis (processamento de banana cristalizada, entreposto de pescado), Silvanópolis (processamento de linguiça), Fátima (processamento de mandioca, abatedouro de aves), Colméia (abatedouro de bovinos, suínos e pescados, beneficiamento de leite), Araguaçu (processamento de queijo), Palmas (fabricaçao de bolosa), Guaraí (beneficiamento de leite).

Outras atividades desenvolvidas - Foram desenvolvidas atividades junto ao Grupo de Trabalho para Elaboração de Legislação para a Agricultura Familiar, composto pelas instituições: Ruraltins, VISA Estadual, Adapec, Seagro e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOCON), com vistas à elaboração de uma legislação sanitária Estadual que dispõe sobre a habilitação sanitária de empreendimento familiar rural e estabelecimento agroindustrial de pequeno porte no Estado. Neste segundo quadrimestre, foram realizadas 03 (três) reuniões e uma minuta de lei foi elaborada e está sob avaliação da CAOCON.

Apoio ao Programa PDRIS - O Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), também foi apoiado em 03 (três) atividades, sendo duas atividades realizadas: elaboração de cartilha sobre as Boas Práticas de Fabricação em empreendimentos da agricultura familiar e elaboração de projeto de engenharia para construção de matadouros de bovinos e outra realizada para elaboração de termo de referencia para a aquisição de máquinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento da Missao Veterinária de Habilitaçao da União Européia em visita ao Frigorífico Minerva, localizado no município de Araguaína. Na oportunidade, também foram realizadas visitas às propriedades rurais, nos municípios de Aliança e Abreulandia. Como também foi apoiado em 03 (três) atividades, sendo duas atividades realizadas: elaboraçao de cartilha sobre as Boas Práticas de Fabricaçao em empreendimentos da agricultura familiar já em fase final para entrega. E elaboração de projeto de engenharia para construção de matadouros de bovinos com fase em andamento. E outra concluída o termo de referência para a aquisição de máquinas e equipamentos fomento às Casas de Mel e Entreposto.

Realização de Eventos - Durante a Agrotins 2016, no período de 04 a 06 de maio do corrente ano, realizou 02 (dois) minicursos, um por turno (matutino e vespertino), com carga horária de 04 (quatro) horas cada minicurso, sendo 01(um) sobre Processamento Pós-colheita de Vegetais e Hortaliças, e outro minicurso sobre Secagem de Frutas. Os minicursos tiveram um público presente de 77 participantes, distribuídos em 14 municípios (Gurupi, Formoso do Araguaia, Palmas, Porto Alegre, Palmeirópolis, Guaraí, Sítio Novo, Marianópolis, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Dianópolis, Colinas, Porto Nacional). Também foi registrada a presença de acadêmicos do Instituto Federal do Estado do Pará. Participaram dos minicursos: produtores rurais, técnicos da Ruraltins, Embrapa, SEDER, Vigilância Sanitária Municipal, estudantes de Escolas técnicas ou Institutos Federais do Tocantins e do Pará, acadêmicos da Unitins e da Católica do Tocantins.

Fiscalização de Convênios/Contratos - Foram realizadas 03 (três) visitas técnicas in loco e vistoriados 33 (trinta e três) tanques de resfriamento de leite. A finalidade das visitas foi de apoiar a agroindústria, monitorar os tanques, orientar e averiguar as condições de conservação dos tanques, local de instalação, manuseio e higienização do equipamento, cumprimento da finalidade para a qual o tanque foi cedido, levantamento de informações referentes à produção leiteira, quantidade famílias beneficiadas e indústria para a qual o leite coletado está sendo comercializado. As permissionárias visitadas foram: 01- Sindicato Rural de Paraíso, situado no município de Paraíso do Tocantins - 16 (dezesseis) tanques

vistoriados. Os tanques estão instalados nos municípios de Miracema do Tocantins, Barrolândia, Abreulândia, Divinópolis, Paraíso do Tocantins, Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia; 02- Cooperativa dos Produtores do Vale do Araguaia (VALLECOOP), situada no município de Araguaína - 16 (dezesseis) tanques vistoriados. Os tanques estão instalados nos municípios de Santa Fé do Araguaia do Tocantins, Aragominas, Piraquê, Xambioá e Nova Olinda; e 03- Escolas Família Agrícola (EFA), situada no município de Porto Nacional – 01 tanque vistoriado. O tanque está instalado na própria Escola. Além disso, foram realizadas 01 visita técnica in loco e vistoriados 02 tanques de resfriamento de leite, a permissionária visitada foi: A Associação de Pequenos Produtores de Leite de Cabra de Palmas – ASCABRAS, situada no município de Palmas – 02 tanques vistoriados. Totalizou-se 35 tanques de resfriamentos de leite vistoriados in loco. Totalizaram assim 43 agroindustrias apoiadas no ano de 2016.

Ainda com relação ao item Fiscalização de Convênios/Contratos, foi realizada visita técnica in loco ao município de São Bento em duas agroindústrias sendo uma casa de farinha e outra beneficiadora de arroz, para realizar perícia técnica conforme solicitação da CGE através do parecer n. 170/CGE/2016, com vistas a apuração de possível dano ao erário público, referente a tomada de conta em desfavor do município de São Bento.

Quanto à casa de farinha do município de Figueirópolis. Esta ação faz parte de um projeto de revitalização de agroindústrias do Grupo de Trabalho formado pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico do Estado (SEDEN) e Agricultura e Pecuária (Seagro), Ruraltins e Embrapa, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico do Estado por meio do desenvolvimento agroindustrial.

A Seagro está em processo de organização do evento Oficina de Boas Práticas Apícolas do Campo a Mesa, previsto para realização no ano de 2017, por meio da conclusão do formulário aberto que visa a compra de materiais para realização do curso e contribuir para fortalecimento do Setor Agroindustrial do Estado.

Os valores de despesas referentes ao exercício anterior referem-se aos pagamentos de diárias. Os recursos cancelados desta ação 2074 foram destinados para suplementação de ações prioritárias da Seagro, sendo elas: Ação 1080 Realização da Feira de Tecnologia Agropecuária – Agrotins e ação 2228 Manutencao de Recursos Humanos.

O contigenciamento de recursos impediu o atendimento do produto em 100%, todavia as difilcudades financeiras foram executadas em 86% da meta para o ano de 2016.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2068	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.272.900,00	-1.049.870	1.223.030,00	142.792,35	139.679,85	139.679,85	1.080.237,65	11,67	97,82	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.085.300,00	-999.870	85.430,00	73.825,21	73.825,21	73.825,21	11.604,79	86,41	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.90.14	0100	90.000,00	-63.372,00	26.628,00	26.113,50	26.113,50	26.113,50	514,50	98,06	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.30	0100	395.000,00	-381.467,00	13.533,00	2.532,59	2.532,59	2.532,59	11.000,41	18,71	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.33	0100	50.000,00	-34.055,00	15.945,00	15.944,09	15.944,09	15.944,09	0,91	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.36	0100	0,00	2.709,00	2.709,00	2.708,25	2.708,25	2.708,25	0,75	99,97	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.39	0100	550.300,00	-549.024,00	1.276,00	1.188,00	1.188,00	1.188,00	88,00	93,10	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.92	0100	0,00	25.339,00	25.339,00	25.338,78	25.338,78	25.338,78	0,22	99,99	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.93	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.90.30	0103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.90.39	0103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	-50.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	44.50.52	0104	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.137.600,00	0	1.137.600,00	68.967,14	65.854,64	65.854,64	1.068.632,86	6,06	95,48	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.608.1148	33.90.14	0225	0,00	115.610,00	115.610,00	52.331,25	49.218,75	49.218,75	63.278,75	45,26	94,05	100,00
20.608.1148	33.90.30	0225	0,00	109.020,00	109.020,00	2.994,46	2.994,46	2.994,46	106.025,54	2,74	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.33	0225	0,00	39.600,00	39.600,00	1.548,43	1.548,43	1.548,43	38.051,57	3,91	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.36	0225	0,00	59.400,00	59.400,00	12.093,00	12.093,00	12.093,00	47.307,00	20,35	100,00	100,00
20.608.1148	33.90.39	0225	0,00	9.950,00	9.950,00	0,00	0,00	0,00	9.950,00	0,00		
20.608.1148	44.90.52	0225	1.137.600,00	-333.580,00	804.020,00	0,00	0,00	0,00	804.020,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
11	11	11	11	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	11	11	100,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que as atividades foram realizadas de modo continuo, com foco no gerenciamento eficiente das cadeias produtivas, garantindo aos produtores rurais geração de trabalho e renda, proporcionando acesso a novos mercados. As atividades contemplam capacitaçao tecnica, qualificaçao do produtor rural, estudos e diagnosticos que subsidiem a elaboração de politicas publicas que atendam as demandas do setor, alem de atividades de fomento à produçao e a comercializaçao dos produtos agropecuarios.

CADEIA PRODUTIVA DA APICULTURA – Com objetivo de apoiar a disseminaçao de informaçoes e a capacitaçao de produtores nas atividades de apicultura e meliponicultura, foi realizado no dia 9 de dezembro o 7º Encontro de Apicultores e 1º Encontro de Meliponicultores de Palmas TO, com o tema "Unir para Crescer". O evento foi realizado em parceria com a Cooperativa dos Apicultores de Palmas e Associação dos Meliponicultores de Palmas, beneficinado 35 pessoas. Pela manha foram realizadas as palestras tecnicas e a solenidade de posse da diretoria da Associaçao dos Meliponicultores de Palmas (AMPA). No periodo da tarde houve a realizacao de aulas praticas sobre: Transferencias de colonias de abelhas das especies tiuba e jatai (sem ferrao), para caixas racionais; como dividir os enxames, das especies marmelada, jatai e irai; como produzir atrativos à base de capim santo para caixas iscas e como aplicar o "verniz ecologico" para o tratamento de caixas racionais.

CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA – Foram realizadas reunioes tecnicas e a elaboraçao do plano de açao para o desenvolvimento desta cadeia, foi criada a Camara Setorial que é um Fórum de discussão permanente sobre o desenvolvimento do setor junto aos atores diretamente envolvidos como ferramenta de elaboração de politicas públicas que venham ao encontro de suas demandas.

CADEIA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE CORTE- Em 2016 foi realizado o **Circuito da Pecuária** com a finalidade de apresentar aos produtores tocantinenses as inovaçoes tecnologicas do setor pecuario e as diversas ferramentas utilizadas na busca de melhoria de produtividade; praticas, manejos, estrategias de produçao animal e com isso, gerar mais lucro em suas propriedades rurais. O evento foi realizado no municipio de Barrolandia em parceria com empresa privada e contou com a participaçao de 70 pessoas entre

produtores, tecnicos e estudantes da area.

CADEIA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE LEITE – Em 2016 foi realizado o **I Workshop da Pecuaria de leite,** em parceria com a Adapec, Ruraltins, MAPA e as empresas privadas Alta Genetics e Phostins. O evento teve por finalidade levar ao produtor informaçoes referentes aos diversos elos que compoem a cadeia produtiva do leite. O evento foi realizado no periodo de 26 a 29/09/2016 com o Tema: Impacto do melhoramento genetico na produçao de leite, contou com os palestrantes das empresas: Empresa Alta Genetics - Manejo nutricional em vacas de leite; Empresa Phostins e do MAPA Programa Leite mais saudavel – Decreto 8533 MAPA. Público total: 91 pessoas. Os eventos foram realizados nos municípois Colmeia (26/09), Augustinópolis (27/09) e Taguatinga (29/09).

CADEIA PRODUTIVA DA EQUIDEOCULTURA - Foram realizadas palestras sobre Criaçao, Sanidade e Treinamento do Cavalo de Esporte e Trabalho e dinamicas praticas Conformaçao Comparativa de Raças em Equinos no Centro Agrotecnológico de Palmas em parceria com a Faculdade Católica

CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA E PESCA

- **Realizacao de diagnosticos em todo estado e Estudo/pesquisa de aquicultura e pesca artesanal**

Realizacao de Viagem com visitas aos pescadores da colonia de Garimpinho (Z-18) com 28 participantes, localizada no município de Araguaina e colônia de Pau d'Arco (Z-17), com 18 participantes. Atraves de uma unica viagem foram atendidas as metas 1 e 5. Foi realizada aplicaçao de questionário p/ confecçao de Diagnostico da Pesca Artesanal. Palestras sobre educaçao ambiental ministrada pelo Naturatins.

Realização de Viagem com visitas aos pescadores da colonia dos municipios de Lagoa da Confusao e Formoso do Araguaia, onde foram visitadas as Aldeias Macauba (16 pessoas) e Fontoura na ilha do Bananal (29 pessoas), p/ aplicaçao de questionário p/ confecção de Diagnóstico da Pesca Artesanal. Desta forma foram contempladas Metas 1 e 5 em uma única viagem.

Dos 3 diagnósticos planejados, o diagnóstico da pesca artesanal fecha o ano de 2016 com 50 % realizado. Os outros 2 não iniciaram por falta de recursos financeiros. Ou seja, no total podemos concluir que a meta foi 15% realizada no ano de 2016. Em relacao à meta 5 - Estudo/pesquisa de aquicultura e pesca artesanal alcançou 40% realizada, superando em 10% as estimativas iniciais.

- **Implantação de Parque Aquícola**

Gestão de acompanhamento e readequaçao do projeto junto a equipe do PDRIS visando o bom andamento da proposta. Esta meta continua em análise no BIRD avaliando a liberaçao de recursos financeiros. Foram feitas várias tentativas de alocar recursos para a concretizacao desta meta, mas todas estao em fase de avaliaçao.

- **Capacitação de Técnicos**

Esta meta foi 150 % realizada, a meta acima do previsto se justifica por aproveitar que varios tecnicos de órgaos governamentais estiveram na Agrotins 2016 para outras atividades e visando a economicidade e eficiencia, optou-se então por promover a capacitaçao neste período. Também foram capacitadas 23 pessoas entre técnicos de empresas privadas, produtores e professores.

- **Campeonato de pesca esportiva**

Houve participação da Seagro no Iº Encontro de Caiaques no município de São Salvador com foco em divulgar a pesca esportiva sobre caiaques. Foi realizado 60% desta meta.

- **Realização do Iº workshop da pesca esportiva**

Foi realizado durante a Agrotins, com objetivo de contribuir com a organizacao da cadeia produtiva da pesca esportiva possibilitando o envolvimento de parceiros dos setores públicos e privados, atraves de palestra téc., mesa redonda, encaminhamentos e discussão da cadeia produtiva. Junto ao workshop também ocorreu o Iº Torneio de arremesso intitulado "Tucunaré azul". O evento contou com participacao de tecnicos e gestores ligados a pesca esportiva, guias de pesca e pescadores.

Atividades extras:

- **Reuniões:**

05/09: Embrapa Pesca e Aquicultura: Reunião Pré-viagem Garimpinho e Pau d'Arco

22/09: Reunião Piscishow (Seagro): Apresentaçao da proposta do evento e contra-partida da Secretaria para participação do evento.

26/09: Reunião MPF: Questão dos Parques Aquícolas de Sucupira: Crédito, entreposto, acesso e pessoas não autorizadas atuando na área.

14/10/2016 – Reunião Pré-campo Projeto PescAraguaia – Viagem para a ilha do Bananal;

18/10/2016 – Reunião Naturatins sobre a elaboração do Termo de Piracema do Estado.

- **Participação em eventos**

06/10/2016 – Dia técnico do Açaí – Local – Auditório Seagro;

10 E 11/10/2016 – ECOB – Encontro dos Comitês de Bacias Hidrigráficas do Tocantins

07 e 08/11/2016: Auxilio na elaboração e participação do Seminário de Educação Ambiental na Pesca Artesanal do Tocantins. No dia 08/11/2016 e gerente Thiago Fontolan Tardivo realizou a palestra: Politicas Públicas na Pesca Artesanal do Tocantins. Público estimado entre 70 participantes.

- **Confecção de artigos**

Término do artigo confeccionado juntamente com os técnicos da Embrapa Pesca e Aquicultura para publicaçao nos Boletins da Instituição denominado de "Produção, sazonalidade e comercializacao das principais especies capturadas pela pesca artesanal no rio Araguaia-TO".

Balanço do 1º ano do Projeto: Conhecimento e Adaptacao tecnológica para desenvolvimento sustentavel da pesca artesanal do rio Araguaia.

Dados relevantes:

- 8 expediçoes;
- 14 municipios;
- 15 comunidades;
- 8 Instituições envolvidas;
- Cerca de 10.000 km percorridos;
- Público total estimado: 741
- Levantamento de dados das oficinas: Petrechos, embarcaçoes, conservaçao, locais e especies;
- Aplicacao de questionarios para diagnostico da cadeia da pesca artesanal do rio Araguaia: 218 questionários aplicados – resultado e análises previstas para Fevereiro/2017;
- Propostas de trabalho de percepcao das demandas a curto, médio e longo prazo nas questoes de Captura, Politicas públicas e Assistencia Técnica e extensao Rural – ATER para serem encaminhadas até Fevereiro/2017.
- Apoio a atividades da Diretoria de Politicas de Aquicultura e Pesca: atendimentos ao público, resposta de e-mails e demandas do setor, apoio ao Gabinete com informações das colonias (dados, contatos e enderecos);
- Auxilio no envio dos equipamentos frigorifico de pescado referente ao termo de cessao a SEDER.

CADEIA DA FRUTICULTURA

CONVENIO 806421/2014 - Produção Integrada de Frutas realizou em 2016, 10 reunioes técnicas, nos municípios: Pium, Porto Nacional, Rio dos Bois, Pedro Afonso, Juarina, Bernardo Sayão, Pau D'Arco, Santa Maria do Tocantins, Caseara, Dianopólis, Fortaleza do Tabocao, Aparecida do Rio Negro onde atendeu 188 produtores cadastrados no Projeto de PI, onde receberam assistência sobre a correcao do solo, adubacao, indução floral, aplicacao de defensivos e controle de pragas e doenças dentro da metodologia aceita no Programa de Producao Integrada – PI, tudo em parceria com a Embrapa. No período de setembro a novembro de 2016 o Convenio da Produção Integrada de Frutas no Tocantins teve suas atividades paralisadas devido o pedido de prorrogação do prazo de vigencia e alteração do Plano de Trabalho. O novo termo aditivo foi autorizado no final de novembro, prorrogando desta forma o referido Convênio pelo prazo de 18 meses, a sua nova vigência passa ser até 29/06/2018 sendo possível assim realizar a última atividade prevista para o ano de 2016.

- Cumprindo ainda a meta do Convenio, a equipe da Produçao Integrada de Frutas do Tocantins, esteve no Estado da Bahia nos municípios de Lençois, Itaberaba, Iaçu e Cruz das Almas, em visita: as instalacoes da EMBRAPA Mandioca e Fruticultura; lavouras de abacaxi da região; Cooperativa Agroindustrial de Itaberaba (COOPAITA) e ao polo produtivo de frutíferas orgânicas da Bioenergia, com o intuito de conhecer o trabalho de multiplicacao de mudas de banana, a producao de mudas de abacaxi, as perspectivas de mercado para produção e a dinâmica de trabalho em cooperativismo para serem multiplicadores de informações aos produtores do Tocantins.
- Dentro ainda da meta de fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura no Tocantins, a Seagro em parceria com a COAPA realizou em Pedro Afonso a II Jornada de Diversificacao Agrícola, onde caravanas de produtores e estudantes do TO e de outros Estados, técnicos, professores e pesquisadores participaram de palestras e demonstracoes práticas nas estacoes de abacaxi, mamão, maracujá, banana e mandioca. O evento contou com um público de 250 pessoas.

CADEIA DE GRAOS

Realizaçao da Abertura Oficial da Colheita da Safra de Graos 2015/2016

Realizada na Fazenda Nossa Senhora do Carmo no município de Porto Nacional, a abertura oficial da safra 2015/2016, foram apresentadas palestras sobre o manejo de adubaçao da soja para a obtençao de alta produtividade, seguro agrícola e tendencias climáticas para a safra 2016/2017. O evento contou com a participacao aproximada de 200 pessoas.

Os tecnicos da area realizaram e participaram de diversas atividades voltadas para o fortalecimento da cadeia produtiva de graos, entre elas: I Encontro Técnico sobre Sistemas de Produçao Sustentaveis – 120 pessoas; VI Jornada Tecnológica de Pedro Afonso – 300 pessoas; 8º Seminárioa da Cadeia Produtiva do Arroz no Tocantins – 300 pessoas; Reunioes tecnicas com produtores visando melhorar a produçao agrícola e o relacionamento deste com o Governo e outras instituicoes parceiras, atendendo um totol de 119 produtores de graos do Estado. Em parceria com a Embrapa Criou do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Arroz no Tocantins-PROATO e a Rede Estadual de Avaliaçao de Cultivares de Soja e Milho Safrinha

Abertura do Plantio de Graos Safra 2016/20017 - A Associacao dos Produtores de Soja e Milho do Tocantins (Aprosoja-TO) em parceria com a Seagro promoveu a abertura do plantio do grãos no Estado, no dia 14 de outubro, na fazenda Nossa Senhora do Carmo, em Porto Nacional, com um público estimado de 300 pessoas.

CONVENIO 821819/2015 - Capacitaçao de tecnicos e produtores para difusao de boas praticas agrícolas de produção e beneficiamento de arroz, feijao e mandioca no Estado do Tocantins.

- Meta 1 – Etapa 1- Mobilização dos atores regionais em termos de producao, condiçoes de agroindústrias e identificacao de polos estrategicos para implantação do Convênio nº 821819/2015 Seagro/MAPA - realização de diagnóstico *in loco* com a participação dos 33 tecnicos do Ruraltins selecionados para participarem do Convenio e Equipe de Apoio: Seagro, Ruraltins Palmas e SFA/TO, nas Regionais de Araguatins, Araguaina, Miracema do Tocantins e Paraíso.
- Meta 2 – Etapa 1 - 1^0 Modulo Capacitaçao de Boas Práticas Agrícolas e de Beneficiamento das culturas de Arroz, Feijão e Mandioca. Módulo realizado no período de 13 a 15 de dezembro de 2016, iniciando as etapas de Capacitaçoes dos Técnicos participantes do Convênio n° 821819/2015 Seagro/MAPA. O evento contou com a participação de 40 técnicos, sendo que, 33 foram selecionados para o Projeto e os outros 07 participaram do Projeto através das suas Instituiçoes que são o Ruraltins e Secretaria do Desenvolvimento Rural de Palmas.

CADEIA DE AGROENERGIA E FLORESTAS PLANTADAS

O evento MADEIRA 2016 foi realizado no Palacio Araguaia em Palmas oportunizando que técnicos, produtores, empresários e estudantes se aprimorem e discutam sobre a importancia da Silvicultura e seus demais ramificacoes: comercio, exploraçao, novos mercados entre outros. Ao todo foram 375 inscritos e ao final foram emitidos 263 certificados de participacao.

CADEIA DE FLORES

Criacao do Grupo Gestor sobre Producao e Comercializacao de Flores Tropicais do Tocantins com o intuito consolidar a cultura no Tocantins, onde conta com a participação de varias Instituiçoes Governamentais e Não-Governamentais que trabalham em prol do setor. Participacao da Associacao Tocantinense dos Produtores de Flores, Folhagens, Sementes e Mudas com stand na Agrotins 2016, onde contou com um público médio de 300 pessoas durante todo o evento, com uma venda R$ 5.000,00.

OUTRAS ATIVIDADES

- Houve a instalaçao e manutençao do Projeto de Vitrine tecnologica para Agrotins 2016 e 2017 - a vitrine tecnológica na area da Feira, para posterior apresentaçao do manejo das culturas de frutas (Abacaxi, Banana, Mamão e Coco). Os trabalhos realizados foram no sentido de adubar, limpar, montagem do sistema de irrigaçao e outros tratos culturais necessários para o desenvolvimento das lavouras.

- Recepçao das comitivas de Representantes do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Produtores da Cooperativa Frisia – PR e a Caravana de Produtores de Arroz de Santa Catarina que vieram ao Tocantins para conhecer as potencialidades do Tocantins na área de graos, frutas e pecuária, onde estes visitaram o Projeto Hidroagrícola do São João, Produtores de Formoso do Araguaia e da Lagoa da Confusao.

Avaliando a execucao física e financeira da ação e considerando os entraves no decorrer do exercício, tais como demora em licitações, transferencia de recursos para outras ações, constata-se que apesar disto a meta foi cumprida em 100%,ou seja, 11(onze) cadeias produtivas fortalecidas, principalmente devido à formalizaçao de parcerias para execução das atividades planejadas. A reduçao inicial no saldo orçamentário se deu em funçao da busca de um equilíbrio maior entre o orçamento disponibilizado e o atendimento a todas as ações propostas no PPA. A ação obteve resultados satisfatórios, tendo em vista as diversas atividades realizadas com o objetivo de fortalecimento das cadeias produtivas. Os recursos foram utilizados com o pagamento de diarias, combustível, pagamento de diária para colaborador eventual entre outras despesas de custeio.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Ação:

Código	Título	Prioritária
2075	Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Dados Agrometeorológicos	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-176.256	13.744,00	13.742,63	13.742,63	13.742,63	1,37	99,99	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
190.000,00	-176.256	13.744,00	13.742,63	13.742,63	13.742,63	1,37	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
20.545.1148	33.90.14	0100	40.000,00	-35.128,00	4.872,00	4.872,00	4.872,00	4.872,00	0,00	100,00	100,00	100,00
20.545.1148	33.90.30	0100	65.000,00	-64.328,00	672,00	671,05	671,05	671,05	0,95	99,85	100,00	100,00
20.545.1148	33.90.33	0100	0,00	4.282,00	4.282,00	4.281,91	4.281,91	4.281,91	0,09	99,99	100,00	100,00
20.545.1148	33.90.36	0100	0,00	942,00	942,00	942,00	942,00	942,00	0,00	100,00	100,00	100,00
20.545.1148	33.90.39	0100	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.545.1148	33.90.92	0100	0,00	2.976,00	2.976,00	2.975,67	2.975,67	2.975,67	0,33	99,98	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
25	25	25	25	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	25	15	60,00	Concluída

Análise:

A acao foi executa parcialmente com exito, tendo em vista que houve o **fortalecimento de 15% do sistema de gerenciamento de dados**, por meio das seguintes atividades:

- Execucao das atividades diarias de monitoramento, compilacao e envio ao INMET, dos dados meteorologicos realizado nas estacoes meteorologicas, bem como atividades de manutenção das estacoes de Palmas, Porto Nacional, Peixe e Araguaina. Foram realizadas reunioes periodicas com os observadores da Estacao de Palmas, para nivelamento das informações;
- Nosso banco de dados agrometeorologicos aliado as analises dos modelos matematicos e das imagens de satelites, efetuadas pelo Meteorologista da UNITINS (parceiro da SEAGRO), viabilizaram a elaboracao de informacoes e produtos agrometeorologicos das areas destinadas ao setor produtivo reforcando, assim, informacoes que venham a subsidiar o setor agropecuario, comercio, turismo, sociedade civil, instituicoes publicas e privadas, etc., beneficiarios diretos dos produtos gerados;
- Essas informacoes/produtos sao disponibilizadas/divulgadas no nosso Portal da Agrometeorologia (agrometeorologia.seagro.to.gov.br), com atualizacoes semanais e quinzenais;
- Semanalmente gravamos as resenhas agrometeorologicas e disponibilizamos nas diversas redes sociais (facebook, youtube e whatsApp), bem como no nosso Portal. Essas resenhas são gravadas no Studio da UNITINS, graças a parceria existente conosco;
- Participei de reunioes do Forum de Mudanças Climaticas, na sede da SEMARH.
- Foram instaladas, por tecnicos do INMET, mais 02(duas) Estacoes Meteorologicas Automaticas no Estado (municipios de Colinas e Lagoa da confusao), totalizando 22(vinte e duas) Estacoes, com recurso do referido orgao.
- Realizamos o **2º Encontro para Discussao e Analise das Tendencias Agroclimatologicas**, evento de grande importancia para o TO, uma vez que propicia aos tecnicos, produtores, empresarios, professores e academicos a oportunidade de aumentar o grau de conhecimento sobre as mudanças climaticas, traçar cenarios futuros para orientar as politicas publicas e nortear o setor agricola, visando a adocao de medidas mitigatorias ocasionadas pelas mudanças climaticas no setor rural. Este evento foi realizado no auditorio da Embrapa, pela Seagro e Embrapa, com apoio e patrocinio de diversas Empresas/Instituticoes. O evento teve duracao de 01(um) dia e contou com a participacao de 219 (duzentas e dezenove pessoas) nas palestras e 31 (trinta e um) participantes da reuniao tecnica realizada a partir das 15:00 (reuniao restrita a equipe tecnica). Um dos resultados desse Encontro foi a formalizacao de um Grupo de Trabalho da Agrometeorologia do TO, objetivando o nivelamento e aprimoramento das atividades realizadas pelos tecnicos do setor e areas afins;
- Foram efetuadas 03(tres) reunioes com esse Grupo de Trabalho da Agrometeorologia, no auditório da Seagro;
- Houveram atendimentos ao publico e para a mídia (radio e TV);

Portanto, os recursos da acao foram utilizados para pagamento com: reconhecimento de dívidas de diárias do exercicio anterior; pagamento de diarias e aquisicao de combustível para realizacao de visistas técnicas para instalação de estaçoes meteorológicas automaticas e aquisicao de passagens aereas e pagamento de diárias a colaborador eventual com o objetivo de ministrar palestra no **2º Encontro de Agrometeorologia.** Ressalta-se que em decorrencia do corte orçamentario ocorrido, o aprimoramento das atividades do setor de Agrometeorologia, no que tange a pesquisa e gerenciamneto do banco de dados foi prejudicado, uma vez que para isso e necessario a estruturacao de um serviço meteorologico devidamente equipado e diversificado (aquisicao de equipamentos de telecomunicacao e informática), para ir de encontro aos utilizadores reais, de forma a subsidiar a cadeia produtiva do Estado com um volume maior de informacoes e elementos que venham auxilia-los no processo de planejamento e de tomada de decisao agricola.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

37010 Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos

Programa:

1151 Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
2133	Produção, reforma e ou ampliação de habitação de interesse social	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	13.103.553	13.103.553,00	4.770.279,32	3.970.028,77	3.940.075,86	8.333.273,68	36,40	83,22	99,24

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	700.357	700.357,00	621.831,00	621.831,00	618.835,70	78.526,00	88,78	100	99,51

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.47	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.40.51	0100	0,00	2.996,00	2.996,00	2.995,30	2.995,30	0,00	0,70	99,97	100,00	0,00
16.482.1151	44.90.51	0100	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00		
16.482.1151	44.90.92	0100	0,00	697.360,00	697.360,00	618.835,70	618.835,70	618.835,70	78.524,30	88,73	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	2.250.000	2.250.000,00	26.957,61	26.957,61	0,00	2.223.042,39	1,19	100	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	44.40.51	0225	0,00	50.000,00	50.000,00	26.957,61	26.957,61	0,00	23.042,39	53,91	100,00	0,00
16.482.1151	44.90.51	0225	0,00	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	9.893.000	9.893.000,00	3.861.295,49	3.061.044,94	3.061.044,94	6.031.704,51	39,03	79,27	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	44.40.51	4219	0,00	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00		
16.482.1151	44.50.51	4219	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
16.482.1151	44.90.51	4219	0,00	8.425.456,00	8.425.456,00	3.861.295,49	3.061.044,94	3.061.044,94	4.564.160,51	45,82	79,27	100,00
16.482.1151	44.90.92	4219	0,00	467.544,00	467.544,00	0,00	0,00	0,00	467.544,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4.909	1.641	1.989	2.448	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4.909	802	16,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que foram entregues 802 unidades habitacionais no ano de 2016. No município de Palmas foram entregues 202 unidades habitacionais no mês de julho de 2016, do programa Pró-Moradia.

Também foram entregues 600 unidades habitacionais, do programa Minha Casa, Minha Vida 1, sendo 30 unidades habitacionais em cada um dos municípios abaixo relacionados:

Aliança do Tocantins, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Lagoa da Confusão, Peixe, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Conceição do Tocantins, Silvanópolis, Pindorama, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Oliveira de Fátima, Sucupira, Chapada da Natividade, Ipueiras, Dianópolis, Lavandeira e Taguatinga.

Com a vinculação da estrutura da extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação à Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, houve o remanejamento dos recursos planejados para esta ação de forma a equiparar o orçamento inicial planejado, por isso, cabe dizer que a ação foi suplementada por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, esta movimentação.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

37010	Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
2057	Fiscalização e acompanhamento de obras de habitação e infraestrutura urbana	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.39	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.47	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4.909	1.641	1.989	2.448	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4.909	3.425	69,76	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que foram realizadas neste exercício, cerca de 3.425 vistorias em vários municípios do interior e em Palmas, sendo eles: SANTA ROSA DO TOCANTINS 30 UNIDADES "MCMV-1"; LAGOA DA CONFUSÃO - 30 UNIDADES "MCMV-1"; DUERÉ - 30 UNIDADES "MCMV-1"; ALIANÇA DO TOCANTINS - 30 UNIDADES "MCMV-1"; SANTA RITA DO TOCANTINS - 30 "MCMV-1"; REIXE - 30 UNIDADES "MCMV-1"; FIGUEIRÓPOLIS - 30 UNIDADES "MCMV-1"; PALMAS - 202 UNIDADES "PRÓ-MORADIA" (ARSO 131); PALMAS 80 UNIDADES VERTICIAS "PRÓ-MORADIA" (ALC NO 43); DARCINÓPOLIS - 82 UNIDADES "PRÓ-MORADIA"; WANDERLÂNDIA - 1 UNIDADE "EMENDA PARLAMENTAR (Pav. de vias públicas com bloquete)"; BANDEIRANTES - 1 UNIDADE "EMENDA PARLAMENTAR (Construção de praça e academia ao ar livre)"; ITAPORÃ - 1 UNIDADE "EMENDA PARLAMENTAR (Const. de passeios e calçadas em diversas vias do município)".

Com a vinculação da estrutura da extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação à Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, houve o remanejamento dos recursos planejados para esta ação de forma a equiparar o orçamento inicial planejado, por isso, cabe dizer que a ação foi suplementada por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, esta movimentação.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

37010 Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos

Programa:

1151 Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
2055	Execução de projeto de trabalho social	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	5.920.000	5.920.000,00	92.000,00	0,00	0,00	5.828.000,00	1,55	0,00	

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.36	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.39	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	650.000	650.000,00	92.000,00	0,00	0,00	558.000,00	14,15	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	44.90.30	0225	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
16.482.1151	44.90.39	0225	0,00	600.000,00	600.000,00	92.000,00	0,00	0,00	508.000,00	15,33	0,00	

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	5.270.000	5.270.000,00	0,00	0,00	0,00	5.270.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.482.1151	44.90.30	4219	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00		
16.482.1151	44.90.39	4219	0,00	5.200.000,00	5.200.000,00	0,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00		

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.429	1.641	1.989	2.448	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1.429	2.645	185,09	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que durante todo o ano foi possível assistir aproximadamente 2.645 famílias pelo trabalho social com acompanhamento, visitas técnicas e plantão social.

Neste 3º quadrimestre, temos a realização das seguintes atividades relacionadas abaixo. Cabe salientar que a referida ação contempla todas as etapas do trabalho social com atividades realizadas pelas três gerências subordinadas a Diretoria Social Habitacional, sendo elas: Gerência de Cadastro e Habilitação, Gerência de Projeto Social Habitacional e Pós-Ocupação, num total de 1.040 atendimentos.

É importante destacar que a realização física sem a utilização de recurso é possível, pois o trabalho social é tarefa rotineira dos técnicos da SEINF.

Com a vinculação da estrutura da extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação à Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, houve o remanejamento dos recursos planejados para esta ação de forma a equiparar o orçamento inicial planejado, por isso, cabe dizer que a ação foi suplementada por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, esta movimentação.

O valor empenhado refere-se ao processo 0098/69010/2015 - Contratação de empresa especializada em execução de projeteos sociais junto aos beneficiários de programas habitacionais e projeto técnico social do programa "Minha casa, minha vida".

Acompanhamento do Trabalho Social dos Municípios e Palmas	- Visitas técnicas domiciliares aos beneficiários para levantamento do Diagnóstico Social, encaminhamentos de beneficiários para o CRAS/inserção no item 2.6 e Reprogramação das atividades do Trabalho Técnico Social. - Entrega das unidades habitacionais nos municípios: Lavandeira, Taguatinga, Sucupira, Ipueiras, Chapada da Natividade.	**01**	Município de Darcinópolis - 0232.193-25
	Conclusão do Processo Licitatório do trabalho Técnico Social: Belo Vale e Saneamento para Todos.	**01**	Município de Ananás - FNHIS e Pró Moradia
Acompanhamento do Pós Ocupação	Atividade de monitoramento iniciada após a mudança dos beneficiários para o empreendimento. A finalidade é estabelecer o contato contínuo com a comunidade beneficiária criando instrumentos para lidar com as adaptações e evitar situações de venda, troca, cessão ou aluguel das Unidades Habitacionais. Além de contribuir e fomentar a organização comunitária e	**250** **Famílias**	Programa "ARSO 131" - 0231.425-04/2007

	representativa estabelecendo autonomia entre eles e trabalhar ações voltadas para educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda, focando a participação da comunidade para as mudanças previstas e desejáveis do Programa.	**Famílias**	
		210 Famílias	Programa "Minha Casa Minha Vida - Belo Vale - 0318.355-11/2009
Ação de Parceria entre Secretaria do Desenvolvimento Social do município de Palmas com Habitação	A Parceria visa a inclusão de moradores nas atividades oferecidas pelo CRAS como também a atualização de informações no sistema CADÚNICO do governo federal.	**452**	ARSO 131

PLANTÃO SOCIAL:

EMPREENDIMENTOS	**PROGRAMA**	**QUANTIDADE**
ARSO 131	Pró - Moradia	229
ARSO 131 Comunidade (in loco)	Pró Moradia	108
ARSO 92/APTO	Pró Moradia	224
ACLNO 33	Pró - Moradia	93
TAQUARI T22/260	Pró moradia	308
TAQUARI PPI	PPI-Intervenção em Favelas	78
TOTAL		1.040

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

70250	Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
3012	Construção de Empreendimento Público	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.400.000,00	39.440	1.439.440,00	1.439.439,38	1.091.776,37	963.460,40	0,62	99,99	75,84	88,24

Alienacao de Bens — **0226**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.400.000,00	39.440	1.439.440,00	1.439.439,38	1.091.776,37	963.460,40	0,62	99,99	75,84	88,24

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.451.1151	44.40.51	0226	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.451.1151	44.90.51	0226	1.000.000,00	439.440,00	1.439.440,00	1.439.439,38	1.091.776,37	963.460,40	0,62	99,99	75,84	88,24

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
78.000	10.000	10.000	10.000	Metro Quadrado	m²

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	78.000	22.684	29,08	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista a execução da implantação de infraestrutura, drenagem e pavimentação asfáltica das Quadras ALCNO 43 e ARSO 75, implantação de redes de distribuição de água, coleta de esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais, pavimentação com sinalização e calçadas de vias na ALC NO 33/43 e a implantação da iluminação pública na Quadra ARSO 131, em Palmas - TO.

Cabe salientar que as movimentações financeiras foram realizadas por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, este fluxo.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

70250	Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
3028	Implantação da rede de abastecimento de água em Empreendimentos de HIS em Produção	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
220.000,00	-200.000	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00		

Alienacao de Bens — **0226**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
220.000,00	-200.000	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.512.1151	44.90.51	0226	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.512.1151	44.90.92	0226	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
15.000	5.000	5.000	5.000	Metro	m

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	15.000	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista que os serviços de implantação de rede de distribuição de água nas quadras ALC-NO – 33/43 está aguardando o fornecimento de material pela concessionária de abastecimento de água e de saneamento básico do Estado do Tocantins, SANEATINS e que até a presente data não se manifestou a respeito. O contrato referente à execução de serviços naquelas quadras contempla: pavimentação, drenagem, abastecimento de agia e saneamento básico, e que a pavimentação e drenagem já estão sendo executadas normalmente.

Cabe salientar que as movimentações financeiras foram realizadas por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, este fluxo.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

70250	Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Objetivo:

Promover o acesso à moradia digna, com integração das famílias beneficiadas num contexto de sustentabilidade econômica, ambiental e social

Ação:

Código	Título	Prioritária
3031	Implantação de Rede de Esgotamento Sanitário em Empreendimentos de HIS em Produção	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
330.000,00	-277.414	52.586,00	0,00	0,00	0,00	52.586,00	0,00		

Alienacao de Bens — **0226**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
330.000,00	-277.414	52.586,00	0,00	0,00	0,00	52.586,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.512.1151	44.90.51	0226	300.000,00	-277.414,00	22.586,00	0,00	0,00	0,00	22.586,00	0,00		
16.512.1151	44.90.92	0226	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
20.000	7.000	7.000	6.000	Metro	m

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	20.000	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que os serviços de implantação de rede de esgoto nas quadras ALC-NO – 33/43 está aguardando o fornecimento de material pela concessionária de abastecimento de água e de saneamento básico do Estado do Tocantins, SANEATINS que até a presente data não se manifestou a respeito. O contrato referente à execução de serviços naquelas quadras contempla: pavimentação, drenagem, abastecimento de agia e saneamento básico, e que a pavimentação e drenagem já estão sendo executadas normalmente.

Cabe salientar que as movimentações financeiras foram realizadas por crédito adicional sem cancelamento, ficando a cargo da SEPLAN, este fluxo.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4120	Pavimentação de Rodovias em Parcerias	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
118.615.854,00	-8.864.387	109.751.467,00	46.186.982,17	45.665.058,71	45.665.058,71	63.564.484,83	42,08	98,86	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	3.147.385	3.148.385,00	3.148.383,09	3.148.383,09	3.148.383,09	1,91	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.61	0100	0,00	49.609,00	49.609,00	49.608,18	49.608,18	49.608,18	0,82	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	3.098.776,00	3.098.776,00	3.098.774,91	3.098.774,91	3.098.774,91	1,09	99,99	100,00	100,00

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE — **0224**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
20.712.854,00	-2.392.515	18.320.339,00	17.899.390,27	17.377.466,81	17.377.466,81	420.948,73	97,70	97,08	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0224	19.212.854,00	-3.892.515,00	15.320.339,00	14.979.637,56	14.457.714,10	14.457.714,10	340.701,44	97,77	96,51	100,00
26.782.1152	44.90.92	0224	1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	2.919.752,71	2.919.752,71	2.919.752,71	80.247,29	97,32	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
15.000,00	0	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0225	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
36.310.000,00	-10.219.257	26.090.743,00	25.139.208,81	25.139.208,81	25.139.208,81	951.534,19	96,35	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4219	4.010.000,00	-3.358.466,00	651.534,00	0,00	0,00	0,00	651.534,00	0,00		
26.782.1152	44.90.61	4219	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4219	32.000.000,00	-6.860.791,00	25.139.209,00	25.139.208,81	25.139.208,81	25.139.208,81	0,19	99,99	100,00	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Bens e/ou Servicos — **4221**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
61.577.000,00	0	61.577.000,00	0,00	0,00	0,00	61.577.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4221	45.000.000,00	0,00	45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4221	16.577.000,00	0,00	16.577.000,00	0,00	0,00	0,00	16.577.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
100	100	100	100	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	100	37	37,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista execução de serviços de complementação de terraplenagem e pavimentação asfáltica nas Rodovias TO-164, trecho: Entrocamento TO-230/Muricilândia, num total de 21,10 km e Rodovia TO-010, trecho: Entrocamento TO-404 (Araguatins)/Entrocamento TO-201 (Buriti do Tocantins), num total de 10,80 km.

No exercício ainda foram executados no município de Palmas, os serviços de pavimentação de 2 km com sinalação e calçadas e vias da Quadra ALC NO 33/43 e pavimentação asfáltica tipo CBUQ e TSD em 3,79 km Avenida NS-15 e LO-13 (interligação).

Ao final, temos que esta ação possibilitou a pavimentação de aproximadamente 37,63 km de rodovias, proporcionando segurança, rapidez do transporte, melhorando a trafegabilidade e promovendo a interligação entre os municípios do Estado.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, suplementaram as ações 4121 - Pavimentação de Vias Urbanas e 4039 - Elaboração de Projetos, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Os pagamentos de despesas de exercício anterior, liquidaram o processo nº 01201/38960/2015 - TO-010; 00711/38960/2014, 0102/38450/2009; 00502/38960/2014; 1027/38960/2009; 3807/38960/2014; 00355/38960/2014 e 0502/38960/2014.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4026	Construção e Reforma de Obras de Arte Especial	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
8.174.000,00	849.249	9.023.249,00	900.243,61	900.243,61	900.125,46	8.123.005,39	9,97	100,00	99,98

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	899.249	900.249,00	900.243,61	900.243,61	900.125,46	5,39	99,99	100	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.35	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0100	0,00	160.906,00	160.906,00	160.905,14	160.905,14	160.786,99	0,86	99,99	100,00	99,92
26.782.1152	33.90.92	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	261.846,00	261.846,00	261.845,48	261.845,48	261.845,48	0,52	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	477.497,00	477.497,00	477.492,99	477.492,99	477.492,99	4,01	99,99	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
150.000,00	-50.000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.40.51	0104	150.000,00	-50.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
23.000,00	0	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4219	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Bens e/ou Servicos — **4221**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
8.000.000,00	0	8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4221	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4221	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
600	600	600	600	Metro linear	m

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	600	82	13,66	Concluída

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista a execução de aproximadamente 82,06 metros lineares referente à construção de obras de arte especiais na NS-15 em Palmas, com a finalidade de melhorar a trafegabilidade e segurança aos usuários daquela via pública.

Neste exercício, as dificuldades orçamentárias e financeiras do Governo do Estado impossibilitou à execução de obras de artes especiais devido à repriorização de algumas ações mais relevantes ao órgão.

Em relação às despesas de exercícios anteriores pagas, temos os processos: 374/3896/2016, processo - 01234/3896/2015 - Contrato - 0116/2014; processo 0587/3896/2014.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, deram-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3048	Pavimentação de Rodovia Estadual - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
15.000.000,00	-10.799.501	4.200.499,00	0,00	0,00	0,00	4.200.499,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
15.000.000,00	-10.799.501	4.200.499,00	0,00	0,00	0,00	4.200.499,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4220	15.000.000,00	-10.799.501,00	4.200.499,00	0,00	0,00	0,00	4.200.499,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
16	24	24	0	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	16	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que neste exercício, foi realizada uma revisão do termo de acordo com o Banco Mundial bem como o atendimento das exigências quanto aos ajustes necessários para regularização de ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta e outras licenças, para posteriormente configuração do processo de licitação da pavimentação das TO-444 e TO-447 que liga Paraíso do Tocantins ao município da Chapada da Areia, prevista pra início no exercício de 2017.

A movimentação financeira ocorrida na ação, suplementou a Ação 3042 -Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4045	Fiscalização de Obras Hídricas	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.802.000,00	-2.000	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.000,00	-2.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.784.1152	33.90.30	0100	2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.500.000,00	0	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.784.1152	44.90.39	0225	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00		
26.784.1152	44.90.51	0225	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.300.000,00	0	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.784.1152	44.90.14	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		
26.784.1152	44.90.30	4220	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		
26.784.1152	44.90.35	4220	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00		
26.784.1152	44.90.52	4220	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
2	2	3	3	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	2	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que as obras contratadas ainda se encontram paralisadas devido à falta de recursos de contrapartida bem como ainda as indefinições existentes quanto ao órgão gerenciador do projeto PRODOESTE, que estão em fase de acepção com o Banco Mundial.

Cabe salientar que esta ação monitora a fiscalização de obras hídricas e que neste exercício não foram demandadas as supervisões nas obras hídricas pertencentes ao Governo do Estado do Tocantins.

A movimentação financeira ocorrida deu-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4039	Elaboração de Projetos	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.171.000,00	1.854.216	7.025.216,00	4.685.078,49	4.685.078,49	4.245.107,40	2.340.137,51	66,68	100,00	90,60

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	48.508	49.508,00	49.507,76	49.507,76	49.507,76	0,24	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.35	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	49.508,00	49.508,00	49.507,76	49.507,76	49.507,76	0,24	99,99	100,00	100,00

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos — **0217**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
10.000,00	-10.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0217	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
550.000,00	4.254.972	4.804.972,00	4.635.570,73	4.635.570,73	4.195.599,64	169.401,27	96,47	100	90,50

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.35	4219	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.51	4219	200.000,00	0,00	200.000,00	181.129,19	181.129,19	181.129,19	18.870,81	90,56	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	4219	200.000,00	4.254.972,00	4.454.972,00	4.454.441,54	4.454.441,54	4.014.470,45	530,46	99,98	100,00	90,12

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
4.610.000,00	-2.439.264	2.170.736,00	0,00	0,00	0,00	2.170.736,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.39	4220	4.610.000,00	-2.439.264,00	2.170.736,00	0,00	0,00	0,00	2.170.736,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
625	625	625	625	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	625	8	1,28	Concluída

Análise:

A ação foi executada parcialmente, tendo em vista que ainda se encontra em processo licitatório 1.382 km de projetos de restauração de rodovias estaduais pavimentadas, dentro do programa PDRIS, financiado pelo BIRD.

A meta física do exercício, refere-se à execução parcial do contrato 097/14, referente a elaboração de projetos executivo de terraplenagem e pavimentação asfáltica do arruamento, acesso a Unitins, e ao laboratório, urbanismo, microdrenagem, abastecimento de água, rede de esgoto e de resíduos sólidos, iluminação pública, combate a incêndio e controle de acesso e segurança, do Centro Agrotecnológico de Palmas - AGROTINS.

As suplementações ocorridas na ação referem-se ao pagamento do reajustamento do contrato 031/2012 - Projeto Básico da pavimentação da Rodovia TO-455, como despesas de exercícios anteriores.

As dificuldades enfrentadas para executar a meta física são devido a morosidade do BIRD em analisar, solicitar alterações e aprovar a documentação do processo licitatório mencionado no 1º parágrafo.

A movimentação financeira ocorrida na ação, suplementou Ação 3042 - Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3062	Suporte Logístico para Gerenciamento do Transporte - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.801.000,00	-4.301.000	500.000,00	219.879,20	102.679,20	102.679,20	280.120,80	43,97	46,69	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
4.800.000,00	-4.300.000	500.000,00	219.879,20	102.679,20	102.679,20	280.120,80	43,97	46,69	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.30	4220	300.000,00	-102.680,00	197.320,00	0,00	0,00	0,00	197.320,00	0,00		
26.782.1152	44.90.39	4220	0,00	102.680,00	102.680,00	102.679,20	102.679,20	102.679,20	0,80	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.52	4220	4.500.000,00	-4.300.000,00	200.000,00	117.200,00	0,00	0,00	82.800,00	58,60	0,00	

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	30	30	0	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	40	34	85,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista a aquisição de 27 Micro Corel5/40GB/WIN10/19.5 POL máster e 1 KIT CAMERA DSLR COM ACESSÓRIOS CANON 7D e 6 Softwares de Backup, conforme processo nº 129/13019/2014.

Cabe salientar que se trata de aquisição com recursos do Banco Mundial no âmbito do Projeto PDRIS e que visa melhorar a capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte e da logística no Estado do Tocantins.

Com a aprovação da Lei nº 3.154 de dezembro 2016, que autoriza o Governo do Estado a Reestruturar o Acordo de Empréstimo nº 8185-BR, firmado com o Banco Mundial (Bird) permitindo a retirada de US$ 75 milhões como contrapartida, do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS), o Governo do Estado pretende avançar na execução do projeto em 2017.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, suplementou a Ação 3059 - Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA - PDRIS, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4076	Gerenciamento de Pavimento	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.550.000,00	-650.000	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
650.000,00	-650.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0100	150.000,00	-150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.30	0100	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.900.000,00	0	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.35	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.51	4220	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.500	1.500	1.500	1.500	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1.500	6.000	400,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que neste exercício foi realizado o levantamento das condições do pavimento da malha viária (campanha de 2016), refeitos relatórios e elaborados os quadros comparativos com referência 2015/2016 em aproximadamente 6.000 Km. Foram elaborados ainda, os termos de referência para revitalização dos contadores volumétricos (Contagem de Tráfego) para sistematização da campanha de 2017 e atualização do sistema rodoviário estadual (SRE 2016) da malha viária, atualizando desta forma os bancos de dados referenciais de pavimento.

Ressaltamos que a execução física sem a execução financeira, foi possível em virtude dos trabalhos rotineiros realizados pelos engenheiros e técnicos de campo desta Agência e da Diretoria de Gerenciamento de Pavimento e Controle.

Informamos ainda que houve uma subestimação da meta física da ação quando da confecção do PPA 2016-2019 e que a meta física correta seria de 5.822 quilômetros, que correspondem à malha viária pavimentada do Estado do Tocantins. Enfatizamos que tal meta foi revista e corrigida para a execução do PPA 2017.

As movimentações financeiras na ação, suplementaram as ações 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais e 4006 - Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4003	Apoio à Capacidade de Gerência do Transporte - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
7.200.500,00	-1.451.000	5.749.500,00	813.346,43	595.179,47	522.418,80	4.936.153,57	14,14	73,17	87,77

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.33	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
7.199.500,00	-1.450.000	5.749.500,00	813.346,43	595.179,47	522.418,80	4.936.153,57	14,14	73,17	87,77

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.14	4220	500.000,00	0,00	500.000,00	197.083,75	180.863,25	175.519,50	302.916,25	39,41	91,76	97,04
26.782.1152	44.90.33	4220	500.000,00	-450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.35	4220	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	434.670,63	238.758,09	171.341,17	1.865.329,37	18,89	54,92	71,76
26.782.1152	44.90.39	4220	2.299.000,00	-1.000.000,00	1.299.000,00	0,00	0,00	0,00	1.299.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4220	1.600.500,00	0,00	1.600.500,00	181.592,05	175.558,13	175.558,13	1.418.907,95	11,34	96,67	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	30	30	0	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	40	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não está sendo executada a contento, levando em conta que continuam sendo efetivados os desembolsos referentes a diárias, necessárias para execução de levantamentos de campo e fiscalização de obras e serviços, e pagamentos dos serviços de Supervisão e Auditorias Técnicas de Obras de Reabilitação de Rodovias do CREMA. Os desembolsos realizados são referentes ao pagamento de diárias e supervisão de obras, não gerando, assim, os produtos necessários para atingir a meta física.

As atividades que fazem parte desta ação teriam seu início no terceiro trimestre do exercício de 2015, porém, foram revistas e discutidas com o Banco Mundial durante a Revisão de Meio Termo do Acordo de Empréstimo - PDRIS. Esta proposta de relocação de recursos foi encaminhada à SEAIN para análise, e suas atividades só poderão ser iniciadas após a sua aprovação que até a presente data não teve aval.

Com a aprovação da Lei nº 3.154 de dezembro 2016, que autoriza o Governo do Estado a Reestruturar o Acordo de Empréstimo n? 8185-BR, firmado com o Banco Mundial (Bird) permitindo a retirada de US$ 75 milhões como contrapartida, do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS), o Governo do Estado pretende avançar na execução do projeto em 2017.

As despesas de exercícios anteriores, referem-se ao pagamento do processo 0527/38960/2014 - Serviços de Consultoria para supervisão, auditorias técnicas de obras de reabilitação de rodovias do CREMA.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, deu-se por meio dos créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4163	Recuperação e Manutenção da Malha Viária Não Pavimentada	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
32.407.000,00	4.189.821	36.596.821,00	6.003.227,83	6.003.227,83	6.003.227,83	30.593.593,17	16,40	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	4.042.061	4.043.061,00	4.043.058,67	4.043.058,67	4.043.058,67	2,33	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	1.808.082,00	1.808.082,00	1.808.080,81	1.808.080,81	1.808.080,81	1,19	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	2.231.979,00	2.231.979,00	2.231.977,86	2.231.977,86	2.231.977,86	1,14	99,99	100,00	100,00

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos — **0217**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
90.000,00	437.101	527.101,00	474.399,94	474.399,94	474.399,94	52.701,06	90,00	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.47	0217	90.000,00	70.614,00	160.614,00	107.913,52	107.913,52	107.913,52	52.700,48	67,18	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	0217	0,00	366.487,00	366.487,00	366.486,42	366.486,42	366.486,42	0,58	99,99	100,00	100,00

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE — **0224**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.236.000,00	0	1.236.000,00	895.111,03	895.111,03	895.111,03	340.888,97	72,41	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.47	0224	0,00	436.000,00	436.000,00	196.199,58	196.199,58	196.199,58	239.800,42	44,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.47	0224	236.000,00	-236.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0224	1.000.000,00	-200.000,00	800.000,00	698.911,45	698.911,45	698.911,45	101.088,55	87,36	100,00	100,00

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
880.000,00	-880.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0240	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0240	780.000,00	-780.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
200.000,00	0	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.92	4219	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
30.000.000,00	0	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4220	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.000	1.000	1.000	1.000	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1.000	83	8,30	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista a execução de 83 km, referentes ao **Contrato 09/2015** - Execução de serviços de terraplenagem, revestimento primário e obras complementares, na Rodovia TO-432, Trecho: Colinas do Tocantins/Itapiratins, com extensão de 57,90 Km. Executado 20,00 km em 2016. Obra concluída; **Contrato 12/15** - Execução de serviços de terraplenagem, revestimento primário e obras de arte correntes e especiais na Estrada Vicinal no município de Muricilândia, Trecho: Entroncamento TO-222/Povoado Baviera, com extensão de 63,68 Km. Executado 15,00 km em 2016. Obra ainda em andamento e **Contrato 15/2015** - Execução de serviços de terraplenagem, revestimento primário e obras complementares, na Rodovia TO-486, Trecho: Santa Rosa do Tocantins/Natividade, com extensão de 64,40 Km. Executado 48,00 km em 2016. Obra já concluída. Cabe salientar que as restrições orçamentárias ocorridas no exercício, frustraram o real desempenho da ação, porém a realização das obras acima mencionadas, contribuíram de forma significativa no garantia da livre trafegabilidade nas rodovias estaduais não pavimentadas com segurança aos usuários.As despesas de exercícios anteriores, saldou os seguintes processos: 01200/3896/2015; 0347/3896/2014; 00940/38960/2015 e 00941/38960/2015.As movimentações financeiras ocorridas no exercício nesta ação, suplementou a Ação 4006 - Assistência e Manutenção dos Residências Rodoviárias, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4164	Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
47.784.681,00	2.633.676	50.418.357,00	45.076.827,16	44.915.088,66	44.896.055,41	5.341.529,84	89,40	99,64	99,95

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
720.681,00	3.505.452	4.226.133,00	4.226.131,24	4.226.131,24	4.226.131,24	1,76	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	701.000,00	-487.320,00	213.680,00	213.679,16	213.679,16	213.679,16	0,84	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	33.90.92	0100	0,00	436.321,00	436.321,00	436.320,84	436.320,84	436.320,84	0,16	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	33.90.93	0100	19.681,00	-19.681,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	3.576.132,00	3.576.132,00	3.576.131,24	3.576.131,24	3.576.131,24	0,76	99,99	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
300.000,00	-300.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.50.51	0104	300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos — **0217**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.200.000,00	4.529.848	5.729.848,00	5.529.961,21	5.368.222,71	5.349.189,46	199.886,79	96,51	97,07	99,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0217	0,00	2.816.964,00	2.816.964,00	2.696.217,90	2.534.479,40	2.534.479,40	120.746,10	95,71	94,00	100,00
26.782.1152	33.90.39	0217	0,00	1.627.546,00	1.627.546,00	1.548.406,30	1.548.406,30	1.529.373,05	79.139,70	95,13	100,00	98,77
26.782.1152	33.90.47	0217	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.92	0217	800.000,00	485.338,00	1.285.338,00	1.285.337,01	1.285.337,01	1.285.337,01	0,99	99,99	100,00	100,00

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE — **0224**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	0	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0224	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
440.000,00	1.214.726	1.654.726,00	0,00	0,00	0,00	1.654.726,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0240	430.000,00	574.392,00	1.004.392,00	0,00	0,00	0,00	1.004.392,00	0,00		
26.782.1152	33.90.39	0240	10.000,00	640.334,00	650.334,00	0,00	0,00	0,00	650.334,00	0,00		

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
45.024.000,00	-6.316.350	38.707.650,00	35.320.734,71	35.320.734,71	35.320.734,71	3.386.915,29	91,25	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4219	3.000.000,00	-219.723,00	2.780.277,00	0,00	0,00	0,00	2.780.277,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4219	42.024.000,00	-6.096.627,00	35.927.373,00	35.320.734,71	35.320.734,71	35.320.734,71	606.638,29	98,31	100,00	100,00

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
800	800	800	800	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	800	4.200	525,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram conservadas as rodovias pavimentadas em todas as regiões do Estado. Os valores pagos são referentes as despesas nas compras de materiais de consumo e insumos usados pelas 07 (sete) Residências Rodoviárias para conservação das rodovias pavimentadas, como por exemplo, material

betuminoso, britas e agregados, combustível, lubrificantes, fornecimentos de peças e mão de obra especializada para funcionamento e manutenção das máquinas usadas em serviços de conservação e manutenção de rotina das rodovias, através dos serviços de tapa buracos, roçagem lateral, limpeza de dispositivos de drenagem, manutenção em pontes, pavimentação e demais serviços, conseguindo reproduzir a finalidade da ação de recuperar, manter e conservar as rodovias pavimentadas e manter a malha viária estadual em bom estado para garantir a segurança e melhorar a trafegabilidade dos veículos.

Residências rodoviárias e respectivas rodovias onde tiveram trechos com serviços de manutenção de rotina:

Porto Nacional: TO-020, TO-030, TO-050, TO-070, TO-130, TO-255, TO-453, TO-457, TO-464.

Araguaína: TO-420, TO-010, TO-416, TO-164, TO-130, TO-427, TO-230, TO-226.

Tocantinópolis: TO-010, TO-134, TO-210, TO-405, TO-413.

Guaraí: TO-164, TO-239, TO-245, TO-430, TO-432.

Gurupi: TO-181, TO-498.

Dianópolis: TO-040, TO-110, TO-296, TO-369, TO-387, TO-476.

Paraiso: TO-080, TO-162, TO-164, TO-255, TO-348, TO-444, TO-455.

Cabe salientar que houve uma subestimação da meta física, mas que tal ocorrência já foi sanada na revisão do PPA 2017.

As despesas de exercícios anteriores, liquidaram os seguintes processos: 1089/38960/2010; 063/3700/2011; 800/3700/2011; 0132/38960/2013; 0249/38960/2013; 065/38960/2014; 0389/38960/2014; 0390/38960/2014; 391/38960/2014; 597/38960/2014 e 1124/38960/2015.

As movimentações financeiras ocorridas no exercício nesta ação, suplementaram a Ação - 4006 - Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias e 4121 - Pavimentação de Vias Urbanas, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4006	Assistência e Manutenção às Residências Rodoviárias	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
11.710.000,00	3.076.361	14.786.361,00	11.248.375,25	8.317.102,92	8.268.206,86	3.537.985,75	76,07	73,94	99,41

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
810.000,00	262.005	1.072.005,00	1.048.439,39	938.438,64	937.508,64	23.565,61	97,80	89,50	99,90

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0100	150.000,00	85.865,00	235.865,00	235.865,00	125.864,25	125.244,00	0,00	100,00	53,36	99,50
26.782.1152	33.90.30	0100	500.000,00	203.743,00	703.743,00	680.178,53	680.178,53	680.178,53	23.564,47	96,65	100,00	100,00
26.782.1152	33.90.36	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0100	100.000,00	-53.140,00	46.860,00	46.859,79	46.859,79	46.859,79	0,21	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	33.90.92	0100	60.000,00	25.537,00	85.537,00	85.536,07	85.536,07	85.226,32	0,93	99,99	100,00	99,63

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos — **0217**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
7.500.000,00	167.147	7.667.147,00	7.522.300,76	6.499.456,78	6.451.490,72	144.846,24	98,11	86,40	99,26

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0217	4.800.000,00	1.999.663,00	6.799.663,00	6.784.856,66	5.772.697,65	5.772.697,65	14.806,34	99,78	85,08	100,00
26.782.1152	33.90.39	0217	1.100.000,00	-396.802,00	703.198,00	573.158,82	573.158,82	525.192,76	130.039,18	81,50	100,00	91,63
26.782.1152	33.90.92	0217	1.600.000,00	-1.435.714,00	164.286,00	164.285,28	153.600,31	153.600,31	0,72	99,99	93,49	100,00

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
3.400.000,00	2.647.209	6.047.209,00	2.677.635,10	879.207,50	879.207,50	3.369.573,90	44,27	32,83	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0240	3.000.000,00	2.304.709,00	5.304.709,00	2.677.635,10	879.207,50	879.207,50	2.627.073,90	50,47	32,83	100,00
26.782.1152	33.90.39	0240	400.000,00	342.500,00	742.500,00	0,00	0,00	0,00	742.500,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
7	7	7	7	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	7	7	100,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram efetuados pagamentos com diárias, serviços e peças de reposição para máquinas e veículos rodoviários, combustíveis e material betuminoso, utilizados na manutenção das estradas estaduais.

Cabe salientar ainda, que durante o exercício, às 07 Residências Rodoviárias localizadas nos municípios: RR-01 Porto Nacional, RR-02 Araguaína, RR-03 Tocantinópolis, RR-04 Guaraí, RR-05 Gurupi, RR-06 Dianópolis e RR-07 Paraíso do Tocantins, foram devidamente assistidas e mantidas.

As movimentações financeiras ocorridas neste exercício na ação, suplementaram a Ação - 4163 - Recuperação e Manutenção da Malha Viária Não Pavimentada; Ação 4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias; Ação 4121 - Pavimentação de Vias Urbanas; Ação - 4164 - Recuperação e Manutenção da Malha Viária o Pavimentada e Ação 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

As despesas de exercícios anteriores, liquidaram os processos: 0046/38960/2014 e 0752/37000/2012.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4106	Melhoramento do Acesso para Escoamento da Produção Agrícola dos Municípios	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.516.000,00	-741.000	1.775.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1.675.000,00	5,63	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
840.000,00	-740.000	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.40.42	0104	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00
26.782.1152	44.40.51	0104	840.000,00	-840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE — **0224**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	0	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0224	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.625.000,00	0	1.625.000,00	0,00	0,00	0,00	1.625.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.20.93	0225	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.51	0225	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.93	0225	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
250	250	250	250	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	250	15	6,00	Paralisada

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foi firmado e realizado o pagamento referente ao convênio 004/2016 - Processo nº 000333/38960/2016 - Emenda Parlamentar para realização de serviços em estradas vicinais através da terraplenagem, cascalhamento, construção de pontes e bueiros no P.A. Chobó, município de Chapada da Natividade, num total de aproximadamente 15.000 metros lineares ou 15 km, proporcionando melhorar a trafegabilidade nos mais diversos tipos de transportes e pessoas dos municípios tocantinense.

Cabe salientar que normalmente a aplicação da ação em estradas vicinais é feita através de convênios com as prefeituras municipais, onde há o repasse financeiro por parte do Estado aos municípios, ficando a cargo dos mesmos a definição do tipo de obras a serem realizadas, elaboração de projetos e execução dos serviços.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, deu-se por meio da SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3042	Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.700.000,00	16.149.468	42.849.468,00	36.658.835,37	33.292.249,91	33.291.216,60	6.190.632,63	85,55	90,81	99,99

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
26.700.000,00	16.149.468	42.849.468,00	36.658.835,37	33.292.249,91	33.291.216,60	6.190.632,63	85,55	90,81	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.35	4220	1.500.000,00	511.795,00	2.011.795,00	864.578,31	864.578,31	863.545,00	1.147.216,69	42,97	100,00	99,88
26.782.1152	44.90.51	4220	25.000.000,00	12.897.945,00	37.897.945,00	32.854.529,34	29.506.678,88	29.506.678,88	5.043.415,66	86,69	89,81	100,00
26.782.1152	44.90.92	4220	200.000,00	2.739.728,00	2.939.728,00	2.939.727,72	2.920.992,72	2.920.992,72	0,28	99,99	99,36	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.000	1.000	0	0	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1.000	1.459	145,90	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foi possível realizar os serviços e obras de melhoramento nas estradas vicinais não pavimentadas do Programa PDRIS - BANCO MUNDIAL, proporcionando as populações desses municípios maior rapidez e segurança no uso das estradas, para fins de escoamento da produção e tráfego rotineiro de pessoas.

As obras com ordem de serviço até dezembro/2016 estão em plena execução e no ano de 2016 foram executados aproximadamente 1.459,00 km nos seguintes locais abaixo discriminados por grupos:

REGIÃO CENTRO-OESTE - 425,00 km executados em 2016.

Grupo I: Marianópolis, Chapada de Areia, Caseara, Monte Santo e Divinópolis - Obras concluídas. **Grupo II:** Araguacema, Abreulandia, Dois Irmãos, Miracema e Miranorte - Obras concluídas. **Grupo III:** Lajeado, Tocantínia, Pugmil, Paraíso, Barrolandia - Obras concluídas. **Grupo IV :** Pium, Cristalandia, Lagoa da Confusão, Nova Rosalandia, Oliveira de Fátima - Obras concluídas.

REGIÃO SUDOESTE - 478,00 km executados em 2016.

Grupo V: Talismã, Araguaçu, Alvorada, Figueirópolis, Sandolandia - Obras concluídas. **Grupo VI:** Palmeirópolis, São Salvados, Jaú do Tocantins, Peixe, Sucupira - Obras concluídas. **Grupo VII:** Cariri do Tocantins, Formoso do Araguaia, Gurupi, Dueré e Aliança do TO - 120,00 km executados. **Grupo VIII:** Crixás do TO, Santa Rita do TO, Fátima, Ipueira, Brejinho de Nazaré - 224,00 executados. **Grupo IX:** Aparecida do Rio Negro, Porto Nacional, Monte do Carmo, Palmas, Silvanópolis - 90,00 km executados.

REGIÃO NOROESTE - 556,07 km em 2016.

Grupo X: Aragominas, Araguaina, Araguanã, Carmolândia, Piraquê, Xambioá - 80,00 km executados. **Grupo XI:** Arapoema, Muricilandia, Pau Darco, Santa Fé do Araguaia, Bandeirantes - 70,00 km executados.

Grupo XII : Bernardo Sayão, Colinas, Couto Magalhaes, Juarina, Pequizeiro - 90,00 km executados. **Grupo XIII:** Brasilandia, Comélia, Itaporã, Presidente Kennedy, Tupiratins - 80,00 km executados. **Grupo XIV:** Goianorte, Tupirama, Guaral, Fortaleza do Tabocão, Rio dos Bois - 80,00 km executados.

As movimentações financeiras realizadas na ação, deram-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN. As despesas de exercícios anteriores, liquidaram os processos: 00836/38960/2015; 00837/38960/2015; 00620/38960/2014; 00621/38960/2014; 00622/38960/2014 e 00246/38960/2013.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3059	Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
171.105.402,00	3.672.770	174.778.172,00	122.504.480,73	113.735.824,20	113.531.625,44	52.273.691,27	70,09	92,84	99,82

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	833.473	834.473,00	834.472,50	834.472,50	834.472,50	0,50	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	834.473,00	834.473,00	834.472,50	834.472,50	834.472,50	0,50	99,99	100,00	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
171.104.402,00	2.839.297	173.943.699,00	121.670.008,23	112.901.351,70	112.697.152,94	52.273.690,77	69,94	92,79	99,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4220	151.104.402,00	13.567.536,00	164.671.938,00	114.929.995,78	106.161.339,25	105.957.140,49	49.741.942,22	69,79	92,37	99,80
26.782.1152	44.90.92	4220	20.000.000,00	-10.728.239,00	9.271.761,00	6.740.012,45	6.740.012,45	6.740.012,45	2.531.748,55	72,69	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
300	300	300	300	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	300	670	223,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que os serviços de pavimentação, restauração, manutenção e conservação das estradas estaduais pavimentadas com o objetivo de oferecer boas condições de trafegabilidade, segurança e qualidade aos usuários foram executados dentro do programado para o ano de 2016, superando a meta física estimada.

Estão sendo realizados serviços de tapa buracos, micro revestimento, sinalização, roçagem lateral e manutenção nos dispositivos de drenagem pluvial em 06 (seis) lotes contratuais, correspondentes às 06 (seis) residências rodoviárias da AGETO.

Cabe salientar ainda que houve uma subestimação da meta física, mas que já foi providenciada a correção no PPA para o exercício seguinte.

Trechos de rodovias em execução:

Lote 01 **(Executados só serviços de manutenção da malha rodoviária já recuperada no ano anterior).**

BR-153 / Porto Nacional / Palmas / Lajeado / Miracema / Miranorte.

Lote 02 **(Executados só serviços de manutenção da malha rodoviária já recuperada no ano anterior)**

Paraiso / Monte Santo, Monte Santo / Divinópolis, Pium / Cristalandia, Nova Rosalandia / Cristalandia, Cristalandia / Lagoa da Confusão, Pium / Pugmil.

LOTE 03 **(Total de km de rodovias restauradas: 230,70 km)**

1 Natividade / São Valério
2 São Valério / Entr BR-242
3 Entr BR-242 / Alvorada
4 Alvorada / Araguaçú
5 Araguaçú / Divida TO/GO (São Miguel)

LOTE 04 **(Total de km de rodovias restauradas: 175,80 km)**

1 Principe / Conceição do Tocantins

2 Conceição do Tocantins / Arraias

3 Arraias / Divisa TO/GO

LOTE 05 **(Total de km de rodovias restauradas: 138,20 km)**

TO-130 1 Bielândia / Barra do Ouro

TO-222 2 Filadélfia / Bielândia
TO-222 3 Bielândia / Ent. TO-424 (Acesso Babaçulândia)
TO-222 4 Ent. TO-424 (Aces. Babaçulândia) / Araguaina (Av. Filadélfia)
TO-222 5 Araguaina / Novo Horizonte
TO-222 6 Novo Horizonte / Aragominas
TO-222 7 Aragominas / Muricilândia

TO-222 8 Mucilândia / Santa Fé do Araguaia
TO-222 9 Santa Fé do Araguaia / Porto Lemos
TO-424 10 Babaçulândia / Entr. TO-222

LOTE 06 (Total de km de rodovias restauradas: 125,00 km)

TO-010 1 Entr. BR-230 (Transaraguaia) / Araguatins
TO-010 2 Araguatins / Entr. TO-404
TO-010 3 Buriti / São Sebastião
TO-126 4 Sítio Novo / Itaguatins
TO-126 5 Tocantinópolis / Aguiarnópolis
TO-134 6 Axixá / Entr. BR-230 (São Bento)
TO-134 7 Luzinópolis / Angico
TO-134 8 Angico / Darcinópolis
TO-201 9 Divisa TO-MA (Ponte) / Sítio Novo
TO-201 10 Sítio Novo / Axixá
TO-201 11 Axixá / Augustinópolis
TO-201 12 Augustinópolis / Buriti
TO-201 13 Buriti / Esperantina
TO-403 14 Itaúba / Sampaio
TO-404 15 Praia Norte / Augustinópolis
TO-404 16 Augustinópolis / Entr. TO-010
TO-407 17 Carrasco Bonito / Entr. TO-201
Ligação 18 Entr. TO-201 / Bela Vista (Balsa)

As despesas de exercícios anteriores, liquidaram os seguintes contratos: 0012/38960/2014 e 0072/38960/2014.

As movimentações financeiras ocorridas neste exercício na ação, deram-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4114	Operacionalização dos Postos de Pesagem e Fiscalização Rodoviária	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
603.000,00	-187.000	416.000,00	287.455,02	283.671,68	280.521,68	128.544,98	69,09	98,68	98,88

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
3.000,00	-3.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	500,00	-500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0100	1.500,00	-1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.92	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Proprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
600.000,00	-184.000	416.000,00	287.455,02	283.671,68	280.521,68	128.544,98	69,09	98,68	98,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0240	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0240	500.000,00	-84.000,00	416.000,00	287.455,02	283.671,68	280.521,68	128.544,98	69,09	98,68	98,88
26.782.1152	33.90.92	0240	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3	3	4	4	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	3	14	466,66	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista as manutenções rotineiras, tais como reparos nos equipamentos eletrônicos e vistorias realizadas nos postos de pesagem a seguir: Posto de Pesagem da Serra Geral, Novo Alegre, Arraias, Jaú do Tocantins, Araguaçu, Lagoa da Confusão, Caseara, Couto Magalhães, Porto Lemos, Miracema, Luzimanguês, Taquaralto e Balança Móvel 020 e 018 em Porto Nacional, garantindo assim, a manutenção e segurança das rodovias estaduais abrangidas por estes postos.

É importante dizer que o Estado hoje possui sob domínio da AGETO 14 postos de pesagem operando mencionados acima. No primeiro quadrimestre, foi possível a manutenção rotineira em apenas um desses postos e nos quadrimestres seguintes, foram realizadas as conservações nos 14 postos.

Cabe salientar que a meta física foi subestimada, mas que tal lapso já está sendo sanado para a execução do próximo PPA.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, suplementou a ação 4006 - Assistência e Manutenção às Residências Rodoviárias, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4130	Promoção da Segurança nas Rodovias Estaduais e Educação para o Trânsito	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.981.000,00	-2.852.054	2.128.946,00	139.566,49	31.323,99	31.230,40	1.983.686,51	6,55	22,44	99,70

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	0	1.000,00	649,99	649,99	649,99	350,01	64,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	0,00	1.000,00	649,99	649,99	649,99	350,01	64,99	100,00	100,00

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
4.980.000,00	-2.852.054	2.127.946,00	138.916,50	30.674,00	30.580,41	1.983.336,50	6,52	22,08	99,69

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0240	300.000,00	-231.610,00	68.390,00	0,00	0,00	0,00	68.390,00	0,00		
26.782.1152	33.90.30	0240	400.000,00	0,00	400.000,00	138.916,50	30.674,00	30.580,41	255.390,50	34,72	22,08	99,69
26.782.1152	33.90.36	0240	0,00	167.536,00	167.536,00	0,00	0,00	0,00	167.536,00	0,00		
26.782.1152	33.90.39	0240	4.230.000,00	-2.873.530,00	1.356.470,00	0,00	0,00	0,00	1.356.470,00	0,00		
26.782.1152	33.90.92	0240	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.52	0240	0,00	135.550,00	135.550,00	0,00	0,00	0,00	135.550,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
500	500	500	500	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	500	6	1,20	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista a execução de instalação da sinalização vertical em 6 km na rodovia TO-387, trecho (apertado da hora): Jaú - Palmeirópolis, com o objetivo de garantir segurança e conforto na trafegabilidade das rodovias e segurança aos usuários.

Cabe salientar que o processo nº 2015/38960/000996 - Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de sinalização vertical e obras complementares (defensas metálicas) para dar manutenção as rodovias e estradas do estado do Tocantins, foi revogado mas encontra-se em fase de resolução de pendências para nova análise e posteriormente licitação.

No decorrer do exercício, a escassez de recursos do tesouro estadual e a dependência da liberação de recursos da união, através de outros órgãos, não possibilitaram uma maior execução desta ação.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, suplementaram as Ações: 4114 - Operacionalização dos Postos de Pesagem e Fiscalização Rodoviária; 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais; 4082 - Implantação e Manutenção de Sinalização Nas Rodovias Estaduais; 4006 - Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias e 4164 - Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada, deram-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4082	Implantação e Manutenção de Sinalização Nas Rodovias Estaduais	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
111.000,00	3.410	114.410,00	3.168,00	3.168,00	3.168,00	111.242,00	2,76	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
110.000,00	0	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.93	0225	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00		

Recursos Proprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	4.410	4.410,00	3.168,00	3.168,00	3.168,00	1.242,00	71,83	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0240	0,00	4.410,00	4.410,00	3.168,00	3.168,00	3.168,00	1.242,00	71,83	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
500	500	510	515	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	500	50	10,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, levando em conta que foi realizada a Sinalização Vertical de 9 (nove) mata burros na TO-365 - num total de 50 km, trecho de Ipueiras-TO ao entroc. da BR-153, onde foram adquiridas 36 placas de advertência modelo A-40, Passagem de nível com barreira, com o custo de R$ 3.168,00 (três mil, cento e sessenta e oito reais). Sendo 18 placas A-40 com a informação de "A 100 m" e 18 placas com seta indicando a localização do obstáculo. Todas SEM poste de instalação. A sinalização é de 500 mm conforme medidas recomendadas pelo CONTRAN, página 133.

As movimentações financeiras ocorridas neste exercício na ação, suplementaram a Ação 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais; Ação 4006 - Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias e Ação 4026 - Construção e Reforma de Obras de Arte Especial, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4122	Policiamento e Fiscalização de Trânsito Rodoviário	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
106.750,00	43.250	150.000,00	138.492,50	69.861,00	64.967,25	2.757,50	92,32	50,44	92,99

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
6.750,00	-6.750	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	6.750,00	-6.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	50.000	150.000,00	138.492,50	69.861,00	64.967,25	2.757,50	92,32	50,44	92,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.14	0240	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	30.027,75	25.134,00	0,00	100,00	60,05	83,70
26.782.1152	33.90.15	0240	0,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	33.590,25	33.590,25	0,00	100,00	44,78	100,00
26.782.1152	33.90.30	0240	100.000,00	-75.000,00	25.000,00	13.492,50	6.243,00	6.243,00	2.757,50	53,97	46,27	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
500	500	500	500	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	500	810	162,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo vista o pagamento de diárias para treinamentos dos agentes de trânsito por equipe especializada da AGETO; deslocamento de agentes aos postos de fiscalização e ainda material de consumo destinado aos postos fiscais do BPMRED, garantindo assim, maior fiscalização e segurança aos usuários e a população tocantinense.

O BPMRED possui fiscalização ostensiva na Rodovia TO-080 - Posto Fiscal Palmas-Luzimanguês-Paraíso do Tocantins, TO-050 - Posto Fiscal Palmas - Porto Nacional e TO-222 - Araguaína - Entroncamento para Babaçulândia/Filadelfia e, nesse segundo quadrimestre, foram autuadas e enviadas aos proprietários de veículos infratores, cerca de 13.854 notificações de infrações durante todo o exercício.

Em relação à meta física, cabe salientar que a soma em quilômetros de rodovias abrangidas pela fiscalização dos três postos fiscais, correspondem à 270 quilômetros de abrangência. Cabe salientar ainda que, a meta física foi subestimada e que tal erro já foi sanado para a execução do PPA 2017.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, suplementou a ação 4006 - Assistência e Manutenção às Residências Rodoviárias, e deu-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4121	Pavimentação de Vias Urbanas	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
38.251.075,00	52.898.574	91.149.649,00	66.352.350,04	57.311.740,89	57.119.450,96	24.797.298,96	72,79	86,37	99,66

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	7.276.368	7.277.368,00	7.277.365,68	7.250.195,09	7.236.218,00	2,32	99,99	99,62	99,80

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-999,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00		
26.782.1152	44.40.51	0100	0,00	195.750,00	195.750,00	195.750,00	195.750,00	195.750,00	0,00	100,00	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	1.779.335,00	1.779.335,00	1.779.333,98	1.753.825,98	1.739.848,89	1,02	99,99	98,56	99,20
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	5.302.282,00	5.302.282,00	5.302.281,70	5.300.619,11	5.300.619,11	0,30	99,99	99,96	100,00

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	8.629.864	8.629.864,00	8.629.862,44	8.629.862,44	8.629.862,44	1,56	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0103	0,00	6.855.347,00	6.855.347,00	6.855.346,70	6.855.346,70	6.855.346,70	0,30	99,99	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.92	0103	0,00	1.774.517,00	1.774.517,00	1.774.515,74	1.774.515,74	1.774.515,74	1,26	99,99	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.150.000,00	-320.000	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.40.51	0104	850.000,00	-20.000,00	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00		
26.782.1152	44.50.51	0104	300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.050.000,00	-378.500	1.671.500,00	0,00	0,00	0,00	1.671.500,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	0225	650.000,00	749.574,00	1.399.574,00	0,00	0,00	0,00	1.399.574,00	0,00		
26.782.1152	44.90.93	0225	1.400.000,00	-1.128.074,00	271.926,00	0,00	0,00	0,00	271.926,00	0,00		

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	410.207	410.207,00	410.206,62	410.206,62	410.206,62	0,38	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.92	0240	0,00	410.207,00	410.207,00	410.206,62	410.206,62	410.206,62	0,38	99,99	100,00	100,00

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
35.050.075,00	37.280.635	72.330.710,00	50.034.915,30	41.021.476,74	40.843.163,90	22.295.794,70	69,17	81,98	99,56

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.40.51	4219	50.075,00	0,00	50.075,00	0,00	0,00	0,00	50.075,00	0,00		
26.782.1152	44.90.51	4219	30.000.000,00	22.266.062,00	52.266.062,00	30.020.343,16	21.006.904,60	21.006.904,60	22.245.718,84	57,43	69,97	100,00
26.782.1152	44.90.92	4219	5.000.000,00	15.014.573,00	20.014.573,00	20.014.572,14	20.014.572,14	19.836.259,30	0,86	99,99	100,00	99,10

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
100.000	100.000	100.000	100.000	Metro Quadrado	m^2

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	100.000	258.444	258,44	Concluida

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista a execução dos serviços relacionados abaixo por contrato e região, proporcionando melhor qualidade de vida da população nesses centros urbanos, viabilizando acesso e locomoção de pessoas e cargas:

- Contrato 007/2014 - Execução dos serviços de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, nas quadras 307sul, 309sul e 407 sul em Palmas - TO. Execução física: 61.653 (M^2);

- Contrato 016/2014 - Execução dos serviços de engenharia para mobilidade, acessibilidade e sinalização viária (pavimentação e drenagem) urbana do Bairro Maracanã, no município de Araguaína, Estado do Tocantins, com 89.605,37 m2 de extensão. Execução física: 82.681 (M²);

- Contrato 064/2014 - Execução física das obras relacionadas à pavimentação asfáltica tipo TSD, drenagem superficial, sinalização viária, passeios com acessibilidade, galerias pluviais com obras complementares à funcionalidade do sistema de águas pluviais e elaboração dos projetos básico e executivo, a serem realizadas no setor Santa Rosa em Colinas do Tocantins - TO. Execução física: 48.494 (M²);

- Contrato 079/2014 - Execução física das obras relacionadas à pavimentação asfáltica tipo TSD, drenagem superficial, sinalização viária, passeios com acessibilidade, galeria pluviais com obras complementares à funcionalidade do sistema de águas pluviais e elaboração dos projetos básico e executivo, a serem realizadas nos setores: Vila Nova; Nova Capital; Jardim dos Ipês; Parque Liberdade e Novo Horizonte, em Porto Nacional - TO. Execução física: 46.280 (M²);

- Contrato 107/2014 - Execução de serviços de pavimentação, recapeamento e recuperação asfáltica no Parque Agroindustrial de Paraíso do Tocantins - TO, com 39.928,80 m2 de extensão. Execução física: 19.335 (M²) (sendo 3.973 de restauração).

Cabe salientar que a princípio, o convênio firmado entre Governo do Tocantins e Caixa Econômica Federal, atenderia somente alguns municípios. Porém, o aditamento do convênio incluiu outros municípios bem como outras obras, o que acarretou em um aumento da meta física divergindo do anteriormente planejado.

As movimentações financeiras ocorridas nesta ação suplementaram a ação 4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias e 4164 - Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada, Apoio a Capacidade Gerência do Transporte - PDRIS, 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais e 3062 - Suporte Logístico para Gerenciamento do Transporte - PDRIS, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

As despesas de exercícios anteriores, liquidaram os processos: 00607/38960/2014; 0402/38960/2014; 00348/38960/2014; 0567/38960/2014; 0561/38960/2014; 549/38960/2014; 553/38960/2014; 548/38960/2014; 666/38450/2008; 0552/38960/2014.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3041	Melhoramento das Rodovias Vicinais - PDRS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	-50.000	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	-50.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.92	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	0	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.51	4220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.92	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
100	100	0	0	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	100	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista que as obras do PDRS referente ao Lote II, região Noroeste, município de Goiatins e Região do Jalapão, Lote III, municípios de Mateiros e São Felix, estão paralisadas em função de questões orçamentárias de contrapartida do Tesouro do Estado.

Cabe salientar que o Projeto PDRS já foi finalizado e o valor na fonte 4220, trata-se de uma reserva para pagamento de reajustamento que não foram finalizados ainda, uma vez que também se faz necessário recursos de contrapartida.

As movimentações ocorridas na ação, suplementaram as Ações: 3042 - Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS, 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais e 4006 - Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
3019	Elaboração do Plano Estadual de Logística e Transporte - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.500.000,00	50.000	2.550.000,00	1.382.892,70	1.382.892,70	1.382.892,70	1.167.107,30	54,23	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
200.000,00	-200.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.92	0100	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	250.000	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	100	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.92	0103	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.300.000,00	0	2.300.000,00	1.132.892,70	1.132.892,70	1.132.892,70	1.167.107,30	49,25	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.35	4220	500.000,00	727.350,00	1.227.350,00	1.132.892,70	1.132.892,70	1.132.892,70	94.457,30	92,30	100,00	100,00
26.782.1152	44.90.39	4220	1.000.000,00	-315.000,00	685.000,00	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.92	4220	800.000,00	-412.350,00	387.650,00	0,00	0,00	0,00	387.650,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	0	0	0	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	1	100,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista a conclusão do Plano Estadual de Logística e Transporte - PELT.

Cabe salientar que a entrega do Relatório 11 - Plano de Ação do PELT e Relatório 12 - Relatório Final + Sumário Executivo, foram os últimos dados necessários à finalização do Plano que após concluído terá a finalidade de desenvolver a logística de transporte do Estado dando suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas em investimentos de infraestrutura.

As movimentações financeiras ocorridas na ação, deu-se por meio da transferência de créditos adicionais. As despesas de exercício anterior saldaram o processo nº 000082/3896/2015.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152	Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4167	Regularização Ambiental de Obras de Infraestrutura Rodoviária	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.244.034,00	-114.034	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
114.034,00	-114.034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.35	0100	11.534,00	-11.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.92	0100	100.500,00	-100.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
80.000,00	0	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.92	4219	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.050.000,00	0	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.14	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.35	4220	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.39	4220	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
30	50	60	40	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	30	70	233,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista as seguintes execuções por quadrimestre, relacionadas abaixo:

No primeiro quadrimestre, foram obtidos os seguintes documentos:

- Duas Licenças de Operações (LO), referentes às rodovias TO-431 (trecho Guaraí / Beira Rio) e TO-342 (trecho Miranorte Dois Irmãos);

- Uma Licença de Instalação (LI), referente a TO-432 (trecho Colinas / Itapiratins);

- Uma Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE), referente a implantação de rede de energia elétrica no Município de Aparecida do Rio Negro;

- Declaração de Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos para as obras de drenagem da Quadra 407 Sul, em Palmas-TO.

No segundo quadrimestre, foram efetivadas: A ação está sendo executada a contento, uma vez que, foram efetivadas em:

- Vistorias técnicas às rodovias TO -141 (trecho: Palmeirópolis - divisa TO/GO) e TO-444/447 (trecho: Paraíso – Chapada de Areia), componente de pavimentação asfáltica de rodovias estaduais do PDRIS, visando a complementação das fichas de Avaliação de Impactos Ambiental e Social – AISA, para posterior licenciamento ambiental junto ao Naturatins;

- Realização de vistorias técnicas aos 20 (vinte) pontos críticos, contemplados no PDRIS (componente de melhoramento de estradas estaduais não pavimentadas), visando a complementação das fichas de Avaliação de Impactos Ambiental e Social – AISA para posterior licenciamento ambiental junto ao Naturatins;

- Obtenção, junto ao IBAMA, de autorização para realizar manutenção e cascalhamento nas rodovias TO-255 e TO-476, na região do Jalapão;

- Obtenção, junto ao ICMBio, de autorização para realizar manutenção e cascalhamento nas rodovias TO-255 e TO-476, nos trechos que interceptam a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – EESGT, localizada na região do Jalapão;

- Obtenção das Autorizações nº 17 e 18/2016, junto à Funai, para execução de obras do PDRIS (pontes e galerias) nas estradas vicinais localizadas dentro das Terras Indígenas Xerente e Funil, em Tocantínia /TO;

- Elaboração de quatro (04) relatórios de supervisão ambiental, por meio do contrato nº 024/2014 (Consórcio Nippon/Cobrape), voltados à manutenção das Licenças de Instalação (LI) emitidas pelo Naturatins, relativas às obras do PDRIS, componente Vicinais, nos municípios: Lajeado, Tocantínia, Araguaçu e Alvorada.

- Elaboração de três (03) relatórios de supervisão ambiental, por meio do contrato nº 025/2014 (Nippon), para manutenção da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE) emitida pelo Naturatins, relativas às obras de conservação, restauração e manutenção de rodovias estaduais pavimentadas, contempladas no PDRIS, componente CREMA: Lote 04.

No mês, foram obtidas 4 (quatro) licenças/autorizações ambientais, bem como a manutenção de 4 (quatro) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE).

- Elaboração doRelatório de Supervisão Ambiental e requerimento, junto ao Naturatins, da Licença de Operação (LO), referente a pavimentação asfáltica da a TO-210, trecho:

Nazaré – TO

- Obtenção da Autorização de Exploração Florestal - AEF nº 2053-2016, junto ao Naturatins, relativa a implantação das obras de drenagem e pavimentação da Quadra 407 Sul, em Palmas/TO;

- Elaboração do Relatório de Supervisão Ambiental e requerimento, junto ao Naturatins, da Licença de Operação (LO) para a obra de pavimentação asfáltica da TO-455, trecho: entroncamento TO-080 - Porto Nacional;

- Requerimento, junto ao Naturatins, da Licença de Instalação (LI) da TO-164, trecho: Muricilandia / entroncamento BR-230;

- Elaboração de três (03) relatórios de supervisão ambiental, por meio do contrato nº 024/2014 (Consórcio Nippon/Cobrape), voltado à manutenção das Licenças de Instalação (LI) relativas às obras do PDRIS, componente Vicinais, nos municípios: Sandolândia, Fátima e Figuerópolis;

- Elaboração de dois (02) Relatórios de Supervisão Ambiental, por meio do contrato nº 025/2014 (Nippon), para manutenção da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DDLAE, relativas às obras de conservação, restauração e manutenção de rodovias estaduais pavimentadas (CREMA), contempladas no PDRIS, lote 03.

No mês, foram obtidas 1 (uma) autorização (AEF), bem como a manutenção de 3 (três) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE). Além disso, foram requerias mais 3 (três) licenças ambientais, mas ainda não emitidas pelo órgão ambiental (Naturatins).

- Obtenção da Autorização de Exploração Florestal – AEF nº 2802-2016, emitida pelo Naturatins, referente a implantação do projeto Alça Vária de Palmas/TO;

- Obtenção da Outorga de Direito de Uso ou de Intervenção em Recursos Hídricos nº 2901/2016, emitida pelo Naturatins, relativa a implantação do projeto Alça Vária de Palmas/TO;

- Obtenção, junto a Fundação de Meio Ambiente de Palmas/TO, das Licenças Municipal Prévia (LMP nº 41/2016) e de Instalação (LMI nº 45/2016), relativas a implantação do Projeto Alça Viária de Palmas/TO;

- Elaboração de TDR nº 04/2016, referente a contratação de empresa de consultoria para a elaboração do estudo ambiental (RCA/PCA), voltado ao licenciamento ambiental da obra de pavimentação asfáltica da TO-141, trecho: Palmeirópolis - Divisa TO/GO, contemplada no PDRIS;

- Elaboração de onze (11) relatórios supervisão ambiental, por meio do contrato nº 024/2014 (Consórcio Nippon/Cobrape), voltados à manutenção das Licenças de Instalação (LI) das obras PDRIS, componente Vicinais, nos municípios: Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, São Salvador, Sucupira, Peixe, Oliveira de Fátima, Palmas, Monte do Carmo, Silvanópolis Aparecida do Rio Negro e Porto Nacional.

No mês, foram obtidas 4 (quatro) autorização/licenças ambientais, bem como a manutenção de 11 (onze) Licenças de Instalação (LI).

- Autorização para Uso Alternativo do Solo e Autorização para Supressão da Vegetação (ASV) nº 1700.5201600001, emitida pelo IBAMA, referente a implantação das obras do PDRIS nas Terras Indígenas Xerente e Funil;

- Elaboração de três (03) relatórios de supervisão ambiental, por meio do contrato nº 024/2014 (Consórcio Nippon/Cobrape), voltados á manutenção das Licenças de Instalação (LI) das obras do PDRIS, componente vicinais, nos municípios de Nova Rosalândia, Cristalândia e Lagoa da Confusão;

- Elaboração de dois (02) relatórios de supervisão ambiental, por meio do contrato nº 025/2014 (Nippon), relativas às obras do PDRIS, componente CREMA, lotes 05 e 06, para manutenção da DDLAE.

No mês, foram obtidas 2 (duas) autorização (ASV), bem como a manutenção de 3 (três) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE).

Considerações Finais do 2º Quadrimestre:

- Ressalta-se que em razão da greve dos servidores, a emissão de licenças/autorizações, por parte do Naturatins, segue em ritmo lento;
- Os estudos ambientais e atividades necessárias a obtenção de licencas/autorizações, de baixa e média complexidades, estão sendo elaborados/realizados por técnicos da Diretoria de Meio Ambiente desta Agência, utilizando-se de equipamentos (computador, GPS, maquina fotográfica, veículo) e diárias. Os estudos de alta complexidade serão elaborados por consultoria especializada contratada por meio de licitação.

No terceiro quadrimestre, efetivou-se:

- Elaboração de 11 (onze) relatórios de Supervisão Ambiental, voltados a Renovação/Manutenção de 11 (onze) Licenças de Instalação (LI), relativas aos municípios de Lajeado, Carmolândia, Santa Rita, Fátima, Xambioá, Brejinho de Nazaré, Piraquê, Araguanã, Barrolândia, Tocantínia e Aragominas, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), Subprograma Vicinais.

- Elaboração de 1 (um) Relatório de Andamento de Supervisão Ambiental da Regional R5, trecho TO-373, entroncamento BR-242 – Alvorada – com 81,9 km e de 3 (três) Relatórios Preliminares de Supervisão Ambiental da Regional R3, TO-201, trechos: Buriti do Tocantins – Esperantina, com 36,8 km; Axixá do TO – Augustinópolis, com 20,4 km; Augustinópolis – Buriti do TO, com 41,6 km, voltados a manutenção de 1 (uma) Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE) das obras do Subcomponente CREMA do PDRIS.

No mês, foram mantidas 11 (onze) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE).

- Obtenção de 1 (uma) Autorização, junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para realizar a manutenção na ponte sobre o Rio Piabanha, dentro da Terra Indígena Xerente.

- Obtenção de 1 (uma) Dispensa de Licenciamento Ambiental, junto ao IBAMA, para promover a reforma da ponte sobre o Rio Piabanha, localizada na Terra Indígena Xerente.

- Elaboração de 12 (doze) relatórios de Supervisão Ambiental, voltados a Renovação/Manutenção de 12 (doze) Licenças de Instalação (LI), relativas aos municípios de Araguaína, Araguacema, Formoso do Araguaia, Brasilândia, Cariri do Tocantins, Colméia, Dueré, Gurupi, Oliveira de Fátima, Itaporã, Aliança e Presidente Kennedy, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), Subprograma Vicinais.

- Elaboração de 4 (quatro) Relatórios Preliminares de Supervisão Ambiental, sendo: dois referentes a TO-424 (entr. TO-222 – Babaçulândia, com 37,8 km) e a TO-222 (Araguaína – Novo Horizonte, com 14 km), na Regional R2; e mais dois referente a TO-404 (Augustinópolis – entr. TO-010, com 20,6 km) e a TO-403 (entr. TO-404 – Sampaio, com 9,7 km), visando a manutenção de 1 (uma) Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE) das obras do Subcomponente CREMA do PDRIS.

- Obtenção de 1 (uma) Dispensa de Licenciamento Ambiental, junto ao IBAMA, para promover a manutenção da rodovia TO-126, trecho: Tocantinópolis - Maurilândia, dentro da Terra Indígena Apinajé.

- Obtenção de 1 (uma) Licença de Instalação (LI nº 3421-2016) junto ao Naturatins, referente a obra de pavimentação asfáltica da TO-428, trecho: Santa Maria / Recursolândia.

No mês, foram obtidos 1 (uma) autorização e 2 (duas) Dispensas de Licenciamento Ambiental, 1 (uma) Licença de Instalação (LI), bem como a manutenção de 12 (doze) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE).

- Elaboração de 4 (quatro) relatórios de Supervisão Ambiental, voltados a Renovação/Manutenção de 4 (quatro) Licenças de Instalação (LI), relativas aos municípios de Dois Irmãos, Tupiratins, Pium e Paraíso do Tocantins, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), Subprograma Vicinais.

- Elaboração de 4 (quatro) Relatórios Preliminares de Supervisão Ambiental para a TO-222 (Regional R2), relativos ao seguintes trechos: i) Muricilândia – Santa Fé do Araguaia, com 11 km; ii) Santa Fé do Araguaia – Porto Lemos, com 57 km; iii) Novo Horizonte – Aragominas, com 25 km e; iv) Aragominas – Muricilândia, com 20 km, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), Subprograma CREMA.

No mês, foram mantidas 4 (quatro) Licenças de Instalação (LI) e 1 (uma) Declaração (DDLAE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Supervisão Ambiental das obras dos Subcomponentes Vicinais e CREMA é realizada por meio dos Contratos nº 024/2014 (Consórcio Nippon/Cobrape) e 025/2014 (Nippon). Quanto as demais autorizações, licenças, dispensas de licenciamentos obtidas no ano de 2016, os procedimentos foram realizados pela equipe de meio ambiente da própria Ageto, utilizando-se de diárias, veículos, etc. Entretanto, a realização física sem a devida realização financeira ocorreu porque erroneamente, as atividades desenvolvidas para supervisão ambiental do PDRIS, foram pagas por meio da ação de Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA - PDRIS, mas que não acarretou prejuízos, uma vez que foram pagos pela fonte 4220 de financiamento do projeto.

As movimentações financeiras na ação, suplementou a Ação 4198 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Programa:

1152 Transporte e Logística

Objetivo:

Fortalecer o sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Ação:

Código	Título	Prioritária
4162	Recuperação de Passivos Ambientais	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
701.000,00	-1.000	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
700.000,00	0	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.782.1152	44.90.14	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.35	4220	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.39	4220	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		
26.782.1152	44.90.51	4220	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4	6	6	4	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4	1	25,00	Concluída

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista que mesmo diante de atrasos, a documentação das empresas interessadas na Manifestação de Interesse - (MI) Nº 015/2016/AGETO/BIRD/PDRIS foram analisadas, sendo uma empresa selecionada. Foi aberto o processo nº 562/3896/2016 voltado a contratação da empresa selecionada. Atualmente o processo encontra-se na Gerencia Financeira do Órgão para emissão da Nota de Dotação (ND) e do Anexo.

Importa salientar que, efetivada a contratação, a empresa selecionada terá 180 (cento e oitenta) dias para elaborar os projetos de recuperação de áreas degradadas. Logo, mesmo com o início moroso, em razão dos trâmites burocráticos que o processo é obrigado a se submeter, mais de 80% da meta total dessa ação poderá ser atingida ao final do ano de 2017.

Informamos que a realização física da ação sem a devida realização financeira, foi possível graças aos trabalhos rotineiros desenvolvidos pelos técnicos deste órgão.

A movimentação financeira ocorrida na ação neste exercício, deu-se por meio de créditos adicionais e SEPLAN.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
1083	Realização do Salão do Livro do Tocantins	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
6.049.272,00	-3.594.793	2.454.479,00	2.452.259,62	2.452.099,62	2.452.099,62	2.219,38	99,90	99,99	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
6.000.000,00	-4.863.429	1.136.571,00	1.136.570,90	1.136.410,90	1.136.410,90	0,10	99,99	99,98	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.392.1156	33.90.30	0100	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.392.1156	33.90.32	0100	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.392.1156	33.90.36	0100	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.392.1156	33.90.39	0100	4.700.000,00	-4.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.392.1156	33.90.92	0100	0,00	1.136.571,00	1.136.571,00	1.136.570,90	1.136.410,90	1.136.410,90	0,10	99,99	99,98	100,00

Doacao 5236

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
49.272,00	-47.169	2.103,00	0,00	0,00	0,00	2.103,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.392.1156	33.90.39	5236	49.272,00	-47.169,00	2.103,00	0,00	0,00	0,00	2.103,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	0	0,00	Paralisada

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista as dificuldades financeiras do Estado.

O valor pago no exercício anterior refere-se à estrutura utilizada na Feira Literária Internacional do Tocantins - FLIT em 2012 e grupos culturais no Salão do Livro de 2015.

Houve suplementação na fonte 0235 oriunda da ação 2062. Crédito Adicional na fonte 0235. E redução nas fontes 0100 e 5236 para atender os dispêndios das ações 2157, 1018, 2086 e 2007.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2116	Manutenção do transporte escolar	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
124.713.504,00	-44.410.146	80.303.358,00	79.597.697,15	70.816.474,40	70.554.002,50	705.660,85	99,12	88,96	99,62

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE — **0101**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.000.000,00	5.316.209	7.316.209,00	7.316.207,39	1.441.561,63	1.367.214,95	1,61	99,99	19,70	94,84

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.40.41	0101	0,00	1.226.547,00	1.226.547,00	1.226.547,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	
12.368.1156	33.50.43	0101	0,00	38.789,00	38.789,00	38.789,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	
12.368.1156	33.90.33	0101	0,00	5.141.479,00	5.141.479,00	5.141.478,99	532.169,23	457.822,55	0,01	100,00	10,35	86,02
12.368.1156	33.90.92	0101	2.000.000,00	-1.090.607,00	909.393,00	909.392,40	909.392,40	909.392,40	0,60	99,99	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.93	0101	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00		

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE — **0211**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.340.100,00	0	1.340.100,00	1.340.100,00	0,00	0,00	0,00	100	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	44.90.52	0211	1.340.100,00	0,00	1.340.100,00	1.340.100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB — **0214**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
105.167.386,00	-57.347.442	47.819.944,00	47.114.970,23	47.114.970,23	47.004.675,65	704.973,77	98,52	100	99,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.40.41	0214	98.365.386,00	-57.924.118,00	40.441.268,00	40.017.264,72	40.017.264,72	40.017.264,72	424.003,28	98,95	100,00	100,00
12.368.1156	33.50.43	0214	1.600.000,00	1.316.286,00	2.916.286,00	2.831.622,36	2.831.622,36	2.776.132,96	84.663,64	97,09	100,00	98,04
12.368.1156	33.90.14	0214	202.000,00	0,00	202.000,00	5.694,00	5.694,00	5.694,00	196.306,00	2,81	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.33	0214	5.000.000,00	-739.610,00	4.260.390,00	4.260.389,15	4.260.389,15	4.205.583,97	0,85	99,99	100,00	98,71

Cota-Parte do Salario-Educacao — **0216**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
15.206.018,00	1.171.355	16.377.373,00	16.377.372,01	16.088.601,56	16.015.397,33	0,99	99,99	98,23	99,54

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.90.33	0216	15.206.018,00	1.171.355,00	16.377.373,00	16.377.372,01	16.088.601,56	16.015.397,33	0,99	99,99	98,23	99,54

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras — **0235**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000.000,00	-295.300	704.700,00	704.392,31	675.436,24	670.809,84	307,69	99,95	95,88	99,31

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.40.41	0235	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.33	0235	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	589.237,95	589.237,95	0,00	100,00	98,20	100,00
12.368.1156	33.90.47	0235	0,00	104.700,00	104.700,00	104.392,31	86.198,29	81.571,89	307,69	99,70	82,57	94,63

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
23.610	23.610	23.610	23.610	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	23.610	25.333	107,29	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram atendidos 25.333 alunos da Educação Básica em 138 municípios do Estado (Chapada de Areia por não possuir Escola Estadual), incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

O transporte escolar de alunos da Rede Estadual de Ensino foi realizado em parceria com as prefeituras, empresa contratada e repasse as Associações das Unidades Escolares.

A ação é de execução continua e diária, sendo assim, no início do ano letivo todos os alunos são atendidas em sua totalidade.

A despesa do exercício anterior refere-se ao pagamento do contrato emergencial de transporte escolar nos municípios de Araguaína e Xambioá.

Houve suplementação nas fontes 0101, 0214, 0235 e 0238 oriundas das ações 2062, 2209, 2157, 2109, 1016 e 2286. Crédito Adicional nas fontes 0101, 0216 e 0238. E redução nas fontes 0101, 0214 e 0235 para atender os dispêndios das ações 2109, 2157 e 2109.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2114	Manutenção do programa de alimentação escolar	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
19.894.391,00	8.086.058	27.980.449,00	27.918.892,25	27.287.796,00	27.286.164,75	61.556,75	99,78	97,73	99,99

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
8.505.264,00	-678.462	7.826.802,00	7.765.245,25	7.196.132,90	7.194.501,65	61.556,75	99,21	92,67	99,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.306.1156	33.50.43	0100	8.125.264,00	-438.462,00	7.686.802,00	7.686.802,00	7.117.689,65	7.117.689,65	0,00	100,00	92,59	100,00
12.306.1156	33.90.14	0100	377.000,00	-280.000,00	97.000,00	51.338,25	51.338,25	50.719,50	45.661,75	52,92	100,00	98,79
12.306.1156	33.90.30	0100	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00		
12.306.1156	33.90.36	0100	0,00	10.000,00	10.000,00	8.335,50	8.335,50	8.335,50	1.664,50	83,35	100,00	100,00
12.306.1156	33.90.92	0100	0,00	30.000,00	30.000,00	18.769,50	18.769,50	17.757,00	11.230,50	62,56	100,00	94,60

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
11.389.127,00	7.556.520	18.945.647,00	18.945.647,00	18.945.646,00	18.945.646,00	0,00	100	99,99	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.306.1156	33.50.43	0211	11.389.127,00	7.556.520,00	18.945.647,00	18.945.647,00	18.945.646,00	18.945.646,00	0,00	100,00	99,99	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
181.244	180.998	180.998	180.998	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	181.244	180.221	99,43	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que, foram atendidas as necessidades alimentares dos alunos da Rede Estadual, durante seu período de permanência nas Unidades Escolares, contribuindo para a redução das taxas de repetência e evasão escolar, bem como, com o crescimento e desenvolvimento dos mesmos. Sendo:

QTDE MUNICÍPIOS	QTDE ALUNOS	ORD	REGIONAL	QTDE MUNICÍPIOS	QTDE ALUNOS	ORD	REGIONAL	QT MUNICÍP	QT ALUNOS
17	35.959	6	GUARAI	8	7.096	10	PARAISO DO TO	12	13.903
12	16.387	7	GURUPI	17	17.921	11	PEDRO AFONSO	7	6.114
6	5.212	8	MIRACEMA DO TO	6	8.803	12	PORTO NACIONAL	11	14.229
10	8.608	9	PALMAS	9	27.972	13	TOCANTINOPOLIS	11	9.335
11	8.682					Total Geral		137	180.221

A ação atendeu ainda, despesas com diárias para os Conselheiros Estaduais de Alimentação Escolar que realizaram atividades de fiscalização da execução físico e financeira do Programa Nacional de Alimentação Escolar em 262 Unidades Escolares, conforme dados abaixo:

ORD	REGIONAL	QTDE ESCOLAS	ORD	REGIONAL	QTDE ESCOLAS
1	ARAGUATINS	47	7	MIRACEMA DO TOCANTINS	12
2	ARRAIAS	9	8	PALMAS	35
3	COLINAS DO TOCANTINS	11	9	PARAISO DO TOCANTINS	36
4	DIANOPOLIS	18	10	PEDRO AFONSO	20
5	GUARAI	9	11	PORTO NACIONAL	30
6	GURUPI	17	12	TOCANTINOPOLIS	18
			Total Geral		137

Houve supl. fontes 0100, 0211 e 0235 oriundas das ações 2062, 2157, 2007 e 2004. Crédito Adicional nas fontes 0211 e 0235.redução na fonte 0100 para atender os dispêndios das ações 2059,1086 e 2157.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2086	Implementação da avaliação da aprendizagem	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
560.000,00	4.122.973	4.682.973,00	4.649.594,23	4.158.273,43	4.157.485,93	33.378,77	99,28	89,43	99,98

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
204.000,00	2.828.773	3.032.773,00	3.032.772,63	2.888.272,63	2.887.485,13	0,37	99,99	95,23	99,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.90.14	0101	204.000,00	-134.099,00	69.901,00	69.900,75	69.900,75	69.113,25	0,25	99,99	100,00	98,87
12.368.1156	33.90.30	0101	0,00	1.883.400,00	1.883.400,00	1.883.400,00	1.883.400,00	1.883.400,00	0,00	100,00	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.32	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0101	0,00	1.079.472,00	1.079.472,00	1.079.471,88	934.971,88	934.971,88	0,12	99,99	86,61	100,00

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
356.000,00	0	356.000,00	322.621,60	322.621,60	322.621,60	33.378,40	90,62	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.90.30	0214	350.000,00	-322.622,00	27.378,00	0,00	0,00	0,00	27.378,00	0,00		
12.368.1156	33.90.39	0214	6.000,00	322.622,00	328.622,00	322.621,60	322.621,60	322.621,60	6.000,40	98,17	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
45.000	45.000	45.000	45.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	45.000	40.344	89,65	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que as 03 (três) etapas da Avaliação foram concluídas em 138 municípios (exceto Chapada de Areia por não possuir Escola Estadual).

Foi realizada Avaliação Diagnóstica no mês de março, Avaliação de Acompanhamento no mês de junho e a Avaliação da Aprendizagem em dezembro.

Foram avaliados 40.344 alunos, sendo, 7.137 alunos nas turmas do 5º ano do ensino fundamental nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Geografia; 17.019 alunos das turmas do 9º ano ensino fundamental nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia e Língua Inglesa; e 16.188 alunos das turmas da 3ª série do Ensino Médio nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Biologia, Química, Física, Geografia e Língua Inglesa.

Houve suplementação nas fontes 0100, 0101 e 0235 oriundas das ações 2137, 2042, 2062, 2209 e 1083. E redução nas fontes 0101 e 0235 para atender os dispêndios das ações 2286, 2293 e 2116.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
1017	Concessão de bolsa e auxílio aos estudantes do PRONATEC.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.700.000,00	684.972	2.384.972,00	770.406,12	453.904,06	190.000,06	1.614.565,88	32,30	58,91	41,85

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.700.000,00	684.972	2.384.972,00	770.406,12	453.904,06	190.000,06	1.614.565,88	32,30	58,91	41,85

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.18	0211	1.500.000,00	-350.000,00	1.150.000,00	570.406,00	253.904,00	0,00	579.594,00	49,60	44,51	0,00
12.363.1156	33.90.32	0211	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		
12.363.1156	33.90.39	0211	100.000,00	1.034.972,00	1.134.972,00	200.000,12	200.000,06	190.000,06	934.971,88	17,62	99,99	95,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4.000	4.000	4.000	4.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4.000	1.260	31,50	Concluída

Análise:

A ação foi executada parcialmente, tendo em vista que foram atendidos 1.260 estudantes com bolsa locomoção, alimentação complementar e kit material didático-pedagógico em 36 municípios.

Houve Crédito Adicional na fonte 0211. E redução na fonte 0211 para atender os dispêndios da ação 4052.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
1018	Concessão de bolsa e auxílio aos profissionais que atuam no PRONATEC.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.520.000,00	34.875	1.554.875,00	1.182.560,66	1.112.461,80	747.188,47	372.314,34	76,05	94,07	67,16

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	34.875	34.875,00	34.875,00	5.080,14	5.080,14	0,00	100	14,56	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.48	0100	0,00	34.875,00	34.875,00	34.875,00	5.080,14	5.080,14	0,00	100,00	14,56	100,00

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.520.000,00	0	1.520.000,00	1.147.685,66	1.107.381,66	742.108,33	372.314,34	75,50	96,48	67,01

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.18	0211	1.500.000,00	-1.343.990,00	156.010,00	0,00	0,00	0,00	156.010,00	0,00		
12.363.1156	33.90.32	0211	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00		
12.363.1156	33.90.48	0211	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.103.695,66	1.063.391,66	698.118,33	196.304,34	84,89	96,34	65,65
12.363.1156	33.90.92	0211	0,00	43.990,00	43.990,00	43.990,00	43.990,00	43.990,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
400	400	400	400	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	400	230	57,50	Concluída

Análise:

A ação foi executada parcialmente, tendo em vista que foram atendidos 230 profissionais com bolsa e kit de material didático-pedagógico em 36 municípios.

A despesas do exercício anterior referem-se a concessão de bolsa aos profissionais quem atuaram no PRONATEC em 2015.

Houve suplementação na fonte 0100 oriunda da ação 1083. E redução na fonte 0100 para atender os dispêndios das ações 2097, 2098, 2137, 2209 e 1027.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
1014	Aquisição e distribuição de material para realização das aulas práticas do PRONATEC	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
300.000,00	0	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00		

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
300.000,00	0	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.30	0211	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		
12.363.1156	33.90.32	0211	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4.800	4.800	4.800	4.800	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4.800	59	1,22	Concluída

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista que foram atendidas 59 turmas distribuídas em 49 cursos, ofertados em 36 municípios.

Em virtude da homologação de apenas 59 turmas por parte do Ministério da Educação esta Pasta optou por utilizar os materiais já adquiridos pela extinta Agência Tocantinense de Ciência e Tecnologia incorporada a esta Secretaria, não havendo necessidade de execução financeira e a baixa execução física.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2157	Realização e apoio a eventos educacionais	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.285.500,00	12.206.411	16.491.911,00	13.373.103,54	13.205.333,16	12.958.456,16	3.118.807,46	81,08	98,74	98,13

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE — **0101**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.285.500,00	11.584.320	12.869.820,00	12.633.383,38	12.617.613,00	12.526.236,00	236.436,62	98,16	99,87	99,27

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.50.43	0101	358.400,00	419.180,00	777.580,00	775.580,00	775.580,00	775.580,00	2.000,00	99,74	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.14	0101	303.000,00	-228.185,00	74.815,00	72.116,25	72.116,25	72.116,25	2.698,75	96,39	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.30	0101	152.800,00	2.835.570,00	2.988.370,00	2.988.369,11	2.988.369,11	2.988.369,11	0,89	99,99	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.31	0101	82.300,00	-58.481,00	23.819,00	7.970,62	0,00	0,00	15.848,38	33,46	0,00	
12.368.1156	33.90.33	0101	80.000,00	0,00	80.000,00	26.163,20	24.057,44	24.057,44	53.836,80	32,70	91,95	100,00
12.368.1156	33.90.36	0101	90.000,00	-27.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00	0,00		
12.368.1156	33.90.39	0101	164.000,00	8.647.042,00	8.811.042,00	8.750.890,20	8.750.890,20	8.659.513,20	60.151,80	99,31	100,00	98,95
12.368.1156	33.90.48	0101	55.000,00	-9.500,00	45.500,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	38.900,00	14,50	100,00	100,00
12.368.1156	33.90.92	0101	0,00	5.694,00	5.694,00	5.694,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.100.000,00	180.000	1.280.000,00	550.000,00	400.000,00	250.000,00	730.000,00	42,96	72,72	62,5

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.50.41	0104	1.000.000,00	-20.000,00	980.000,00	400.000,00	250.000,00	250.000,00	580.000,00	40,81	62,50	100,00
12.368.1156	33.50.43	0104	100.000,00	200.000,00	300.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	50,00	100,00	0,00

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras — **0235**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.900.000,00	252.330	2.152.330,00	0,00	0,00	0,00	2.152.330,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.20.39	0235	1.500.000,00	-1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.30	0235	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0235	0,00	2.152.330,00	2.152.330,00	0,00	0,00	0,00	2.152.330,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3	3	3	3	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	3	19	633,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram realizados e apoiados 19 eventos.

Os eventos realizados/apoiados foram:

- Palestras do Grêmio Estudantil; Fóruns sobre a Campanha Tocantins sem Zika; Conte até Dez nas Escolas; Observatório do Adolescente; Nós Propomos; Parlamento Jovem Brasileiro; Jovem Embaixador; Jovem Senador; XXVI Jogos Estudantis do Tocantins – JETS; III Jogos Paralímpicos – PARAJETS; Programa de Acesso Democrático à Universidade – PADU; Projeto Centro de Línguas; Concurso de Redação na Prevenção ao uso de Drogas; Fórum Tocantinense para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem; Projeto Farol; Projeto Mostra Ambiental – Escola Sustentável; Olimpíadas de Matemática; Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD; Oficina de Reciclagem com metodologias ativas
- A meta física da ação foi superada em virtude do aumento da demanda dos Programas e Projetos.

Houve suplementação nas fontes 0101, 0214, 0235 e 0238 oriundas das ações 2042, 1083, 2209, 2114, 2116, 2295, 1019 e 2293. Crédito Adicional na fonte 0238. E redução nas fontes 0101, 0235 e 0238 para atender os dispêndios das ações 2295, 2114, 2122, 2209 e 2116.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2009	Apoiar e desenvolver atividades e projetos lúdico-artísticos nas escolas	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
270.000,00	-262.200	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
270.000,00	-262.200	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	0,00	100	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.368.1156	33.50.43	0101	170.000,00	-170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0101	100.000,00	-92.200,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
30	40	50	60	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	30	1	3,33	Concluída

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista as dificuldades financeiras do Estado, assim a gestão optou por priorizar as atividades pedagógicas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

O projeto "Roda de conversa com autores tocantinenses" foi realizado em Palmas com a participação de 07 escritores da Academia Palmense de Letras e alunos da Rede Estadual de Ensino.

Houve redução na fonte 0101 para atender os dispêndios da ação 2209.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2016)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156 Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2018	Apoio às turmas do PRONATEC para a realização das aulas práticas.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
600.000,00	0	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00		

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
600.000,00	0	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.39	0211	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
200	200	200	200	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	200	59	29,50	Concluída

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista que foram atendidas apenas 59 turmas distribuídas em 49 cursos, ofertados em 36 municípios.

Em virtude da homologação de apenas 59 turmas por parte do Ministério da Educação esta Pasta optou por utilizar os materiais já adquiridos pela extinta Agência Tocantinense de Ciência e Tecnologia incorporada a esta Secretaria, não havendo necessidade de execução financeira e a baixa execução física.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Programa:

1156	Educação Integral e Humanizada

Objetivo:

Promover a formação cidadã do aluno

Ação:

Código	Título	Prioritária
2124	Monitoramento das turmas do PRONATEC	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
600.000,00	0	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00		

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
600.000,00	0	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.363.1156	33.90.39	0211	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
200	200	200	200	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	200	59	29,50	Concluída

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista que foram monitoradas 59 turmas distribuídas em 49 cursos, ofertados em 36 municípios.

O monitoramento das turmas foi realizado à distância pela equipe técnica, nos 36 municípios pactuados por meio do SisPronatec e SISTEC.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030 Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO

Programa:

1160 Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2005	Ampliação da capacidade de proteção individual	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
70.000,00	653.000	723.000,00	678.587,00	678.587,00	678.587,00	44.413,00	93,85	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
20.000,00	-20.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.30	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada — **0223**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	-50.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.92	0223	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
100	120	150	90	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	100	817	817,00	Concluída

Análise:

Está ação foi executada com êxito, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 70.000,00, sendo que no decorrer do exercício ocorreram alterações orçamentárias, resultando num acréscimo de R$ 653.000,00, totalizando orçamento autorizado de R$ 723.000,00, com valor total empenhado de R$ 678.587,00 demonstrados conforme abaixo:

Registra-se que foi suplementado no 1º quadrimestre, R$ 679.000,00 – Material de Consumo, para atender aquisição de coletes de proteção balística Nível III-A, em razão de falta de recurso orçamentário. E houve movimentação que é relativa à aquisição de 817 (oitocentos e dezessete) coletes de proteção balística Nível III-A em aramida, com duas capas, no valor de R$ 678.587,00, de fonte 0227 - cota parte do convênio DETRAN para atender todas as Unidades da PMTO, pois na ação não tinha recursos necessários a fim de fazer frente a tais montante, daí a necessidade da suplementação ora mencionada.

Ressalte-se, por seu turno, que com a liberação do montante do teto orçamentário de 2016 para esta Corporação, foram disponibilizados apenas R$ 70.000,00 para a ação em tela, porém, com a necessidade urgente de aquisição de coletes balísticos e outros equipamentos de proteção individual, houve gestão por parte do ordenador de despesa que resultou no levantamento do montante de R$ 679.000,00, fonte 0227, cota parte CONVÊNIO/DETRAN, fato esse que explica a superação da meta inicial.

Registra-se que foi realizado o cancelamento no 2º quadrimestre - Despesas de Exercício Anterior, no valor R$ 50.000,00, para atender aquisição de materiais e equipamentos para o Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA, em razão da falta de recurso orçamentário para as referidas despesas priorizadas em outra ação que também foi suplementado, no elemento de despesa material de consumo, no valor de R$ 19.874,00, para atender despesas com aquisição de material de proteção individual para a Companhia Independente de Operações Especiais - CIOE, em virtude da falta de recursos orçamentários para a referida despesa nesta ação.

Além disso, foi suplementado no 3º quadrimestre, o valor de R$ 44.000,00 para atender despesas com aquisição de material de proteção individual para a CIOE, através convênio DETRAN fonte 0227, em razão da falta de recursos orçamentários para a referida execução da ação, e também fora cancelado, R$ 39.000,00, para atender despesas com pagamento de uma parcela da indenização pago aos militares, em razão de falta de recurso orçamentário para a referida execução, como também foi feito redução do saldo orçamentário de R$ 874,00.

Assim está ação foi executada a contento, ressalte-se, por seu turno, que com a liberação do montante do teto orçamentário do exercício de 2016 para esta Corporação, fora disponibilizado apenas R$ 70.000,00 para a ação em tela, porém, com a necessidade urgente de aquisição de coletes balísticos e outros equipamentos de proteção individual houve gestão por parte do ordenador de despesa que resultou no levantamento de montante de R$ 679.000,00, fonte 0227, cota parte CONVÊNIO/DETRAN, fato esse que explica a superação da meta inicial.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema na CGE como Orçamento inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 090300 - Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Por fim, pelos excetos acima, verifica-se que a meta fora ultrapassada, pois os aportes de recursos de outras fontes possibilitaram ultrapassar a meta em 600%.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2006	Ampliação da frota de veículos.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
330.000,00	-200.000	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
90.000,00	0	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.52	0225	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00		

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
240.000,00	-200.000	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.52	0227	240.000,00	-200.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3	3	3	3	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	3	0	0,00	Não iniciada

Análise:

Está ação não foi executada a contento, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 330.000,00, sendo que no decorrer do exercício ocorreram alterações orçamentarias, resultando numa redução de R$ 200.000,00, totalizando orçamento autorizado de R$ 130.000,00, demonstrados conforme abaixo:

Registra-se que foi cancelado no 1º quadrimestre, R$ 200.000,00, na natureza de despesa – Equipamentos e Material Permanente, para atender as demandas da PMTO, em razão de falta de recursos orçamentários para aquisição de coletes balísticos e cones de sinalização refletiva. E não houve empenho nesta ação, como também não foi autuado nenhum processo para essa finalidade, conforme planejado para aquisição de veículos, contribuindo desta forma para não execução da ação de forma desejada, observando que, parte do orçamento foi transferido, priorizando outras ações, no entanto, a PMTO priorizou e manteve a modalidade de locação de veículos a qual foi viabilizada através de estudo minucioso, sendo considerada capaz para as atividades da PMTO, como segue abaixo:

Tendo em vista que a Polícia Militar do Estado do Tocantins está presente em todos os municípios do Estado, cumprindo fielmente sua missão constitucional, executando a atividade de polícia ostensiva ininterruptamente.

A Polícia Militar utiliza diversos tipos de modalidade de policiamento, visando o atendimento das necessidades da população tocantinense por Segurança Pública, notadamente na utilização de veículos motorizados, o que demanda de um maior quantitativo de viaturas e em condições de uso que atenda a necessidade de serviço.

Contudo, há de se considerar, ainda, que o emprego das viaturas da Polícia Militar é realizado de forma intensiva, trafegando em turno de 8 horas diárias, percorrendo cerca de 2.500 km mensais, e na capital, observa-se que no serviço de policiamento de Radiopatrulha, trafega em 2 turnos de 12 horas, chegando rodar 9.900 km mensais. Com isso, rapidamente é atingida a quilometragem onde se faz necessária à manutenção preventiva e corretiva, com execução de serviços e substituição de peças e lubrificantes.

Destarte, o setor público não pode deixar de torna-se eficiente sua gestão no que concerne a apoio logístico a atividade operacional, bem como seguir a tendência das organizações privadas, que ao longo da história moderna tem tido grandes êxitos nos resultados.

Seguindo esse novo conceito de eficiência na gestão de frotas, a maioria das Coirmãs (Polícias Militares do Brasil) adotam a modalidade de locação como melhor forma da administração, visando fornecer meios necessários de materiais para a execução das atividades de Segurança Pública.

Verificando que a administração pública moderna terceiriza o que não é atividade principal, e foca seus esforços em cumprir as suas atribuições essenciais, o Comando manteve a locação de veículos com a devida aprovação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Diante dos fatos conclui-se que o procedimento realizou-se com base nas vantagens administrativas e operacionais, a seguir:

1. Redução dos gastos correntes com a manutenção das viaturas por conta própria;
2. Previsibilidade de despesas traduzidas em mensalidades fixas de aluguel;
3. Racionalização das estruturas físicas e administrativas (oficinas, pessoal de mecânica, treinamento, controle, etc.);
4. Frota substituída por veículos 0 km a cada 12 meses;
5. Reposição em 24 horas de um veículo em manutenção, reduzindo o tempo de paralisação da viatura e dos militares que compõem a guarnição;
6. Eliminação dos custos de manutenção, inclusive com aquisição de pneus, peças e lubrificantes que serão substituídos pela empresa contratada;
7. Cobertura total de sinistro, inclusive contra terceiros, sem custo de franquia para administração pública;
8. Extinção de serviços de emplacamento/licenciamento (inicial e posteriores);
9. Eliminação de serviços de acompanhamento judicial e extrajudicial dos sinistros;
10. Cancelamento de serviços de controle de manutenção preventiva e garantia (peças, mão-de-obra, oficinas);
11. Eliminação de serviços de controle da manutenção corretiva;

12. Cancelamento de serviços de contabilização de todas as receitas/despesas acima mencionadas, reduzindo o número de processos em trâmite;

13. Eliminação de serviços de controles informatizados;

14. Redução do consumo de combustível;

15. Eliminação de despesas com depreciação dos veículos, uma vez que em virtude do uso em turnos ininterruptos eleva consideravelmente o percentual de desgaste;

16. Redução do custo de oportunidade do capital;

17. Eliminação de perdas com sinistros;

18. Assistência 24 horas;

19. Redução do valor necessário para investimento na renovação da frota.

As vantagens elencadas acima vislumbram que a modalidade adotada pela administração visa atender as necessidades existentes, atingindo os objetivos de redução dos gastos públicos em curto prazo, diante da escassez de recurso, de modo eficiente frente ao investimento realizado, e ao mesmo tempo resolve a carência por viaturas no serviço de radiopatrulha, maximizando os recursos humanos existentes na Corporação, otimizando a qualidade, produtividade e eficiência nos serviços prestados pela Polícia Militar, pois o aporte de veículos novos empregados diuturnamente irá reduzir a criminalidade de forma considerável, aumentando a satisfação da sociedade e a comodidade da tropa na execução da atividade fim, cumprindo a missão constitucional, ou seja, manutenção da ordem e paz social.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema na CGE como Orçamento inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 090300 - Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
1005	Ampliação de armamento da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.091.205,00	80.428	1.171.633,00	180.178,00	180.178,00	180.178,00	991.455,00	15,37	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	180.178	180.178,00	180.178,00	180.178,00	180.178,00	0,00	100	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.30	0100	0,00	96.213,00	96.213,00	96.213,00	96.213,00	96.213,00	0,00	100,00	100,00	100,00
06.181.1160	44.90.52	0100	0,00	83.965,00	83.965,00	83.965,00	83.965,00	83.965,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
900.000,00	0	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.52	0225	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00		

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
191.205,00	-99.750	91.455,00	0,00	0,00	0,00	91.455,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.52	0227	191.205,00	-99.750,00	91.455,00	0,00	0,00	0,00	91.455,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
80	50	80	80	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	80	40	50,00	Concluída

Análise:

A ação não foi executada a satisfatoriamente, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 1.091.205,00, sendo que no decorrer do exercício ocorreram alterações orçamentárias, resultando num acréscimo de R$ 80.428,00, totalizando orçamento autorizado de R$ 1.171.633,00, com valor total empenhado de apenas de R$ 180.178,00, demonstrados conforme abaixo:

Registra-se que foi feito suplementação no 1º quadrimestre, no valor de R$ 96.213,00, para atender despesas com aquisição de munições para CASA MILITAR, tendo em vista que a legislação vigente sobre compras de produtos controlados pelo Exército Brasileiro, não autoriza a CASA MILITAR realizar a operação em epígrafe; também foi suplementado no valor de R$ 83.965,00 - Créditos Adicionais, para atender a aquisição de armamento (PISTOLA 0.40) para CASA MILITAR, como também houve movimentação neste período de R$ 83.965,00, para atender aquisição de 40 (quarenta) pistolas.

Registra-se também que foi feito cancelamento no 2º quadrimestre, no valor R$ 99.750,00, visando adquirir coturnos para utilização no serviço operacional da PMTO, em razão de insuficiência de saldo orçamentário para execução da referida despesa, priorizada em outra ação.

Nota-se que houve movimentação no 3º quadrimestre no valor total de R$ 96.213,00, para atender aquisição de munições calibre .40 para a CASA MILITAR, tendo em vista que a legislação vigente sobre compras de produtos controlados pelo Exército Brasileiro, não autoriza a CASA MILITAR realizar a operação em epígrafe.

Por sua vez, nesta ação não foi autuado mais nenhum processo para atender as necessidades da PMTO, em razão de insuficiências de recursos financeiros por parte de transferências Governamental e através de convênios conforme planejado, contribuindo desta forma para não execução da ação de forma desejada, observando que, parte do orçamento foi transferido, priorizando outras ações.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema na CGE como Orçamento inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 090300 - Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2021	Assistência biopsicossocial aos profissionais da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.000,00	-1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
20	200	250	200	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	20	720	3.600,00	Andamento normal

Análise:

A ação está sendo executada com êxito tendo em vista que foram realizados 720 atendimentos no ano de 2016 atraves da fonte 023 em parceria coma iniciativa privada FUNDAÇÃO PRO TOCANTINS.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

10190 Fundo de Fardamento da Polícia Militar

Programa:

1160 Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
4059	Fornecimento de Fardamento.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	458.723	558.723,00	558.633,00	141.602,00	141.602,00	90,00	99,98	25,34	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	458.723	558.723,00	558.633,00	141.602,00	141.602,00	90,00	99,98	25,34	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.30	0100	100.000,00	458.723,00	558.723,00	558.633,00	141.602,00	141.602,00	90,00	99,98	25,34	100,00

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM 0227

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0	25,34	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
300	1.000	900	900	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	300	20.734	6.911,33	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 100.000,00, sendo que no decorrer do exercício ocorreram alterações orçamentárias, resultando num acréscimo de R$ 458.723,00, totalizando orçamento autorizado de R$ 558.723,00 com valor total empenhado de R$ 558.633,00, demonstrados conforme abaixo:

Registra-se que foi suplementado no 2º quadrimestre, Crédito Adicional no valor R$ 458.723,00, para atender despesas com aquisição de fardamento mediante cancelamento dos valores na Unidade Orçamentária - 09030 da PMTO, em razão da falta de recursos orçamentários para execução das referidas despesas na ação de fardamento, também houve movimentação no valor total R$ 417.031,00, destinado a atender despesas com aquisição de 7.040 (sete mil e quarenta) peças de fardamentos administrativos, a seguir: calça tergal, camisa tergal e saia, bem como, e aquisição no valor total R$ 141.602,00 destinado a atender despesas com aquisição de 13.694 (treze mil e seiscentos e noventa e quatro) peças de fardamentos administrativos, sendo: Gorro com pala, divisa de pano, luva, bucaneira, distintivos, divisa de metal, estrelas prateada, fivela, e insígnia, destinado para a tropa (oficiais e praças) da PMTO.

Ressalte-se, que com a liberação do montante teto orçamentários 2016 para esta Corporação, fora disponibilizado apenas R$ 100.000,00 para a ação em tela, porém, com a necessidade urgente de aquisição de fardamento houve gestão por parte do ordenador de despesa que resultou no levantamento de montante de R$ 458.723,00, fonte 0100, fato esse que explica a superação da meta inicial.

Existe um processo de aquisição de peças de fardamento, Processo nº 2014 1019 0095 - Registro de Preços em vigor, com saldo disponível para compras, no valor de R$ 1.380.832,18.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema da CGE como Orçamento Inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 101900 – Fundo de Fardamento da Polícia Militar.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2089	Implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
320.000,00	-312.550	7.450,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	-42.550	7.450,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.15	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.30	0100	10.000,00	-2.550,00	7.450,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00		
06.181.1160	33.90.33	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.36	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.39	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.92	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
270.000,00	-270.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.50.41	0104	220.000,00	-220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	44.90.52	0104	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
7.042	7.042	7.042	7.042	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	7.042	42.593	604,84	Concluída

Análise:

O objetivo de atendimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Proerd, para implementação no ano de 2016, foi alcançado com êxito. O Proerd atua nos currículos da educação infantil, ensino fundamental e no currículo pais, sendo o atendimento realizado no primeiro e no segundo semestre do ano letivo.

A meta física para o ano de 2016 foi superada em 604,84 %, com um total de 42.593 (quarenta e dois mil quinhentos e noventa e três) atendimentos. O segundo semestre fechou com o atendimento de 21.156 (vinte e um mil cento e cinquenta e seis) alunos dos currículos da educação infantil, ensino fundamental e 250 (duzentos e cinquenta) pessoas no currículo pais, totalizando 33 municípios do Estado atendidos pelo programa no referido semestre. No primeiro semestre do ano, foram atendidos 20.853 (vinte mil oitocentos e cinquenta e três) alunos e 334 (trezentos e trinta e quatro) pais, em 30 municípios do Estado.

Vale ressaltar que o programa vem alcançando valores mais significativos que a sua meta física inicial, sendo que boa parte dos recursos que ajudaram na execução das metas são de origem do próprio tesouro, por meio da Polícia Militar do Estado do Tocantins e através de parcerias firmadas nas prefeituras municipais atendidas pelo programa e por meio de doações feitas por parceiros.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

10170	Fundo de Modernização da Polícia Militar

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
4097	Manutenção da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.030.000,00	0	2.030.000,00	135.069,56	135.069,56	134.930,22	1.894.930,44	6,65	100,00	99,89

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
300.000,00	0	300.000,00	135.069,56	135.069,56	134.930,22	164.930,44	45,02	100	99,89

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.122.1160	33.90.30	0225	0,00	130.000,00	130.000,00	91.597,23	91.597,23	91.597,23	38.402,77	70,45	100,00	100,00
06.122.1160	33.90.39	0225	0,00	120.000,00	120.000,00	43.472,33	43.472,33	43.332,99	76.527,67	36,22	100,00	99,67
06.122.1160	44.90.51	0225	150.000,00	-130.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00		
06.122.1160	44.90.52	0225	150.000,00	-120.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00		

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.730.000,00	0	1.730.000,00	0,00	0,00	0,00	1.730.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.122.1160	33.90.30	0240	630.000,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.36	0240	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.37	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.39	0240	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.47	0240	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.92	0240	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00		
06.122.1160	33.90.93	0240	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
5	5	5	5	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	5	1	20,00	Concluída

Análise:

A ação não foi executada a contento, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 2.030.000,00, sendo que no decorrer do exercício ocorreram alterações orçamentárias dentro da mesma ação, não resultando acréscimo no orçamento autorizado, com valor total empenhado de R$ 135.069,56, demonstrados conforme abaixo:

Registra-se que foi suplementado - transposição de dotação no 1º quadrimestre nesta ação no valor de R$ 130.000,00 e no valor de R$ 120.000,00, para atender despesas com aquisição de materiais e serviços necessários para manutenção administrativa e operacional nas diversas Unidades da PMTO, através do convênio com o Banco do Brasil S/A; também foram feitos cancelamentos neste período nesta ação no valor de R$ 130.000,00 e no valor de R$ 120.000,00, para atender despesas com aquisição de materiais e serviços necessários para manutenção administrativa e operacional nas OPM's da PMTO, através do convênio com o Banco do Brasil S/A. Houve também movimentação no valor total empenhado de R$ 49.590,00, destinado atender despesas com suprimentos de fundos com material de consumo a diversas Unidades da PMTO; também houve movimentação no valor de R$ 25.710,00 destinado atender despesas com suprimentos de fundos com outros serviços de terceiros-pessoa jurídica nas diversas Unidades da PMTO, através do convênio com o Banco do Brasil S/A.

Registra-se também que foi feita movimentação no 2º quadrimestre no valor de R$ 33.462,90 destinado atender despesas com suprimentos de fundos e com material de consumo nas diversas Unidades da PMTO, como também teve movimentação no valor de R$ 12.295,48 destinado atender despesas com suprimentos de fundos com outros serviços de terceiros-pessoa jurídica nas diversas Unidades da PMTO.

Registra-se que foi feita movimentação no 3º quadrimestre, no valor de R$ 13.931,85, destinado atender despesas com suprimentos de fundos com outros serviços de terceiros-pessoa jurídica e com material de consumo nas diversas unidades da PMTO.

Considerando que a Polícia Militar está presente em todos os municípios tocantinense, e necessita destas demandas para o efetivo no cumprimento de sua missão constitucional, uma vez que em razão de insuficiências de recursos financeiros por parte de transferências Governamental e através de convênios conforme planejado, contribuindo desta forma para não execução da ação de forma satisfatória.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema na CGE como Orçamento inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 101700 – Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2029	Capacitação dos profissionais da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
25.000,00	88.750	113.750,00	113.750,00	113.750,00	113.724,05	0,00	100,00	100,00	99,97

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
25.000,00	88.750	113.750,00	113.750,00	113.750,00	113.724,05	0,00	100	100	99,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.128.1160	33.90.30	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.128.1160	33.90.36	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.128.1160	33.90.39	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.128.1160	33.90.92	0100	10.000,00	103.750,00	113.750,00	113.750,00	113.750,00	113.724,05	0,00	100,00	100,00	99,97

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0	100	99,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0	100	99,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	8	8	8	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	1	100,00	Andamento normal

Análise:

A ação está sendo executado com êxito, pois no terceiro quadrimestre de 2016, a PMTO ofertou os seguintes cursos de capacitação a seus profissionais, sendo eles: **Curso de Combate ao Narcotráfico e Armas**, realizado no 9º BPM, em Araguatins/TO, beneficiando 19 Policiais Militares; **Curso de Técnicas de Identificação Veicular**, realizado no 9º BPM, em Araguatins/TO, beneficiando 32 Policiais Militares; **Curso de Identificação Veicular,** realizado no 4º BPM, em Gurupi/TO, beneficiando 19 Policiais Militares; **Curso de Combate ao Narcotráfico e Armas**, realizado no 6º BPM, em Palmas/TO, beneficiando 27 Policiais Militares; **Curso de Introdução ao Estudo de Detecção de Substâncias Explosivas e Entorpecentes com Cães**, realizado na Academia Policial Militar, em Palmas/TO, beneficiando 19 Policiais Militares; **Curso de Introdução ao Estudo de Detecção de Substâncias Explosivas e Entorpecentes com Cães**, realizado na 4ª CIPM, em Lagoa da Confusão/TO, beneficiando 14 Policiais Militares; **Curso de Procedimento Operacional Padrão (POP/2016) - Nível Operacional;** realizado no 7º BPM, em Guaraí/TO, beneficiando 102 Policiais Militares; **Curso de Especialização em Policiamento de Fronteira**, beneficiando 01 Policial Militar. Ressalta-se que desses cursos, apenas o último gerou custos para o Estado, que paga Bolsa de Estudo. Os demais foram realizados sem custas para os cofres públicos. Em relação aos valores disponíveis nesta ação, atualmente não existe nenhum valor disponível.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

10170	Fundo de Modernização da Polícia Militar

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
3052	Realização de concurso público.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
500.000,00	0	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
Registros não encontrados												

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
500.000,00	0	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.39	0240	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00		

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
2	3	2	2	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	2	0	0,00	

Análise:

1 - ANÁLISE DO OBJETIVO:

1.1 - Objetivo não foi alcançado satisfatoriamente, devido o processo burocrático que envolve a licitação, bem como, outros fatores de exógenos, que envolvem a realização de um Concurso Público desta magnitude.

2 - ANÁLISE DO INDICADOR:

2.1 - O indicador não está sendo alcançado com sucesso, apesar da Comissão de Concurso está connstituida, e terem realizados algumas reuniões, inclusive com Comitê Gestor do Estado.

3 - ANÁLISE DA META DO OBJETIVO:

3.1 - A meta do objetivo não está sendo alcançada, tendo em vista o empenho dos Gestores nesse sentido.

4 - ANÁLISE DAS INICIATIVAS:

4.1 - A iniciativa não está sendo realizada com êxito, tendo em vista, os trabalhos realizados pela Comissão de Concurso, interna e externamente para a consecução dos objetivos propostos.

5 -ANÁLISE DAS AÇÕES:

5.1 -A ação não está sendo executada com êxito, tendo em vista, o entraves no processo licitatório, vez que, as empresas não apresentaram ainda os orçamentos para dá início a este processo.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2092	Informatização das Unidades e ampliação da rede de comunicação da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
250.000,00	-50.000	200.000,00	1.743,00	1.743,00	1.743,00	198.257,00	0,87	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	50.000	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.126.1160	44.90.52	0104	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	0	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.126.1160	44.90.52	0225	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
150.000,00	-100.000	50.000,00	1.743,00	1.743,00	1.743,00	48.257,00	3,48	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.126.1160	44.90.52	0227	150.000,00	-100.000,00	50.000,00	1.743,00	1.743,00	1.743,00	48.257,00	3,48	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	100	50	100	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	50	45	90,00	Atrasada

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista que está em andamento o processo licitatório onde já foi licitado parte dos itens do **Processo Administrativo 2016 0903 000.072, Referente a Aquisição de Material para Manutenção da Rede Radiocomunicação da PMTO,** sendo que apenas um item "Fonte de Alimentação" aguarda os procedimentos de recursos impetrado por um dos licitantes para que seja finalizado o processo licitatório. Possibilitando atender em torno de 40 Unidades de Polícia Militar.

Foi criado ainda o **Processo Administrativo 2016 0903 000.439, para Contratação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal. Que visa atender e agilizar a comunicação entre todas as Unidades de Polícia Militar do Estado do Tocantins.**

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
1057	Implantação, aparelhamento e reforma das Unidades da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
3.107.000,00	-754.269	2.352.731,00	315.053,32	314.668,42	312.281,42	2.037.677,68	13,39	99,87	99,24

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	19.731	19.731,00	19.729,85	19.729,85	19.729,85	1,15	99,99	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.51	0100	0,00	5.541,00	5.541,00	5.540,17	5.540,17	5.540,17	0,83	99,98	100,00	100,00
06.181.1160	44.90.93	0100	0,00	14.190,00	14.190,00	14.189,68	14.189,68	14.189,68	0,32	99,99	100,00	100,00

Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada — **0223**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
147.000,00	-52.000	95.000,00	29.238,08	28.853,18	26.466,18	65.761,92	30,77	98,68	91,72

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.30	0223	97.000,00	-97.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.39	0223	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	44.90.52	0223	0,00	95.000,00	95.000,00	29.238,08	28.853,18	26.466,18	65.761,92	30,77	98,68	91,72

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.710.000,00	0	1.710.000,00	61.256,42	61.256,42	61.256,42	1.648.743,58	3,58	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	33.90.93	0225	0,00	58.311,00	58.311,00	58.310,40	58.310,40	58.310,40	0,60	99,99	100,00	100,00
06.181.1160	44.90.51	0225	990.000,00	-61.258,00	928.742,00	0,00	0,00	0,00	928.742,00	0,00		
06.181.1160	44.90.52	0225	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00		
06.181.1160	44.90.92	0225	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00		
06.181.1160	44.90.93	0225	20.000,00	2.947,00	22.947,00	2.946,02	2.946,02	2.946,02	20.000,98	12,83	100,00	100,00

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.250.000,00	-722.000	528.000,00	204.828,97	204.828,97	204.828,97	323.171,03	38,79	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.51	0227	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	44.90.52	0227	750.000,00	-222.000,00	528.000,00	204.828,97	204.828,97	204.828,97	323.171,03	38,79	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4	6	8	10	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	4	2	50,00	Concluída

Análise:

3º QUADRIMESTRE DE 2016

Implantação

A AÇÃO NÃO ESTA SENDO EXECUTADA A CONTENTO, POIS NO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, NÃO FOI POSSÍVEL FINALIZAR AS OBRAS EM ANDAMENTO, POIS EMBORA ESTEJA SENDO CONSTRUÍDO O 3º BPM NA CIDADE DE PEDRO AFONSO,OBRA ORÇADA NO VALOR DE R$ 1.200.000,000 COM APROXIMADAMENTE 13% DA OBRA EXECUTADA, ONDE JÁ FORAM GASTOS EM TORNO DE R$ 158.000,00 E AGUARDA RECURSOS PARA SUA FINALIZAÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL PARALISADA. ALÉM DAS UNIDADES DA CIOE EM PALMAS-TO, OBRA ORÇADA EM NO VALOR DE R$ 1.000.000,00 COM 60% EXECUTADA (PARADA AGUARDANDO NOVA LICITAÇÃO), SENDO GASTO EM MÉDIA DE R$ 600.000,00(RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS FEDERAIS) E POR FIM O 3º PELOTÃO TAMBÉM DA CIOE EM GURUPI-TO, COM 100% DA OBRA EXECUTADA, TENDO SIDO GASTOS R$ 615.415,15 (RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS FEDERAIS).

Reforma

ESTA AÇÃO NÃO ESTA SENDO EXECUTADA A CONTENTO, POIS A REFORMA DO 4º BPM NA CIDADE DE GURUPI-TO COM 50% EXECUTADA JÁ GASTOS EM TORNO DE R$ 240.000,00 A OBRA ESTÁ PARALISADA AGUARDANDO RECOMPOSIÇÃO DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 780971 - BANCO DO BRASIL PARA SER FINALIZADA.

JÁ A REFORMA DO 2º BPM NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO QUE FOI 100% CONCLUÍDA(VALOR TOTAL DA OBRA R$ 640.000,00 COM CERCA DE 440.000,00 JÁ LIQUIDADO E PAGO, FALTANDO A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO RESTANTE) CONCLUÍDA COM RECURSOS PROVENIENTE DO TESOURO DO ESTADO FONTE 0100.

ESSES VALORES REFEREM-SE A PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR. OBRAS PARALISADAS DESDE 2015 AGUARDANDO REPASSE DE RECURSOS DOS DEVIDOS CONVÊNIOS.

INFORMO-VOS QUE ESTÁ SENDO FEITA AS GESTÕES NECESSÁRIAS PARA A CONCLUSÃO DE TODAS AS OBRAS EM ANDAMENTO NO ÂMBITO DA CORPORAÇÃO.

Aparelhamento

ESTA AÇÃO ESTA COM SUA EXECUÇÃO A CONTENTO, POIS HOUVE NO ANO DE 2016 A AQUISIÇÃO DOS SEGUINTES EQUIPAMENTOS QUE CONTRIBUIRAM PARA O BOM DESENPENHO DO SERVIÇO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS NO VALOR TOTA DE R$ 202.130,00:

AR CONDICIONADO.

DISTRIBUIÇÃO REALIZADA CONFORME TABELA.

	APARELHO . UNIDADE	9.000 btu's	12.000 btu's	18.000 btu's	24.000 btu's
	GABINETE				
	AJUDÂNCIA				
	PM1				
	PM2				
	PM3				
	PM4				
	PM5				
	PM6				
	PM7				
	ALMOX GERAL				
	ALMOX QCG				
QCG	ASEACRIM				
	ASS JURÍDICA				
	BANDA				
	CIOE	7	22	6	0
	CORREGEDORIA				
	CPC				
	CPI			2	
	DAL				
	DEIP				
	DIPES				
	DOFIN				
	SIOP				
	1º BPM				
	2º BPM		2	4	2
	3º BPM		2	2	
	4º BPM		3	4	1
	5º BPM				1
	6º BPM				
	7º BPM		2	4	2
BATALHÕES E COMPANHIAS	8º BPM				
	1ª CIPM		2	2	
	2ª CIPM		2	3	
	3ª CIPM			2	1
	4ª CIPM		4	1	
	5ª CIPM		1		
	6ª CIPM				
	CIPRA				
		9.000 btu's	12.000 btu's	18.000 btu's	24.000 btu's

ESSAS AQUISIÇÕES FORAM FINALISAS E AS FASES DA DESPESA A SABER: EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO FORAM DEVIDAMENTE REALIZADOS.

Governo do TOCANTINS

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

10170	Fundo de Modernização da Polícia Militar

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Ação:

Código	Título	Prioritária
3053	Reestruturação das Unidades da PMTO.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
150.000,00	0	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00		

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
150.000,00	0	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
06.181.1160	44.90.52	0225	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00		

Recursos Proprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L

Registros não encontrados

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
5	8	8	8	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	5	0	0,00	Não iniciada

Análise:

A ação não foi executada com êxito, pois nesta ação houve a previsão de orçamento inicial de R$ 150.000,00, fonte 0225, recursos de convênios federais e não houve nenhuma movimentação durante o exercício, tendo em vista que não foi celebrado nenhum convênio conforme planejado, contribuindo desta forma para não execução da ação de forma desejada.

Embora envidado esforço no sentido de firmar convênios com o Governo Federal, por meio de emendas parlamentares no referido exercício, com intuito de angariar recursos e consequentemente atingir a meta estipulada para exercício de 2016, sendo assim não formalizou os convênios conforme desejados.

Os valores constantes ora demonstrados no sistema na CGE como Orçamento inicial, Autorizado, Empenhado, Liquidado, Pago e Saldo são idênticos com os valores que constam no Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - Anexo 11 da Lei nº 4.320 - Unidade Orçamentária: 101700 – Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550 Fundo Estadual de Saúde

Programa:

1165 Saúde Mais Perto de Você

Objetivo:

Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Ação:

Código	Título	Prioritária
4152	Provimento de pessoal na média e alta complexidade	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
812.393.349,00	-18.580.040	793.813.309,00	784.860.930,62	784.860.930,62	784.860.930,62	8.952.378,38	98,87	100,00	100,00

Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS 0102

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
812.393.349,00	-18.580.040	793.813.309,00	784.860.930,62	784.860.930,62	784.860.930,62	8.952.378,38	98,87	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	31.90.04	0102	0,00	15.072.404,00	15.072.404,00	14.705.400,43	14.705.400,43	14.705.400,43	367.003,57	97,56	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.05	0102	0,00	5.291,00	5.291,00	5.277,96	5.277,96	5.277,96	13,04	99,75	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.09	0102	16.000,00	-14.445,00	1.555,00	554,04	554,04	554,04	1.000,96	35,62	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.11	0102	559.800.500,00	-13.261.335,00	546.539.165,00	542.083.222,17	542.083.222,17	542.083.222,17	4.455.942,83	99,18	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.13	0102	1.600.800,00	9.348.647,00	10.949.447,00	10.947.406,31	10.947.406,31	10.947.406,31	2.040,69	99,98	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.92	0102	106.200.000,00	62.513.803,00	168.713.803,00	164.678.796,24	164.678.796,24	164.678.796,24	4.035.006,76	97,60	100,00	100,00
10.302.1165	31.90.94	0102	6.160.500,00	4.854.183,00	11.014.683,00	10.977.034,70	10.977.034,70	10.977.034,70	37.648,30	99,65	100,00	100,00
10.302.1165	31.91.13	0102	116.485.000,00	-74.968.039,00	41.516.961,00	41.463.238,77	41.463.238,77	41.463.238,77	53.722,23	99,87	100,00	100,00
10.302.1165	31.91.92	0102	22.130.549,00	-22.130.549,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
10.519	11.571	12.728	14.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	10.519	10.740	102,10	Concluída

Análise:

A ação foi executada a contento. Esta ação justifica sua execução na contraprestação pelo serviço prestado, de forma continua com periodicidade mensal. É uma ação de Gestão, sendo considerada finalística. Houve equilíbrio entre a meta física e a execução da ação, mantendo os servidores estaduais que trabalham em Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso, Miracema, Guaraí, Dianópolis, Alvorada, Arraias, Xambioá, Pedro Afonso, Augustinópolis, e demais municípios que possuem Hospitais Estaduais e/ou Unidades Hospitalares e Ambulatoriais municipais e de filantropia, que desenvolvem ações de atendimento à demanda hospitalar e ambulatorial, de baixa, média e alta complexidade do Estado. Em 2016, foi mantida a média de 10.740 servidores, com oscilações deste quantitativo entre os meses, dadas as admissões, exonerações e rotatividade de servidores. A ação foi eficiente, dentro do objetivo: **Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado**. A eficiência foi demonstrada na análise comparativa do orçamento autorizado, o empenhado e o liquidado. A ação apresentou movimentação dos recursos; houve transposição de dotação orçamentária a fim de atender despesas com vencimentos e vantagens fixas, além de obrigações patronais da folha de pagamento. Foi suplementado o valor que foi cancelado da ação orçamentária 4146: R$ 5.207.000,00, da ação 4149: R$ 6.182.000,00, da 4147: R$ 522.964,00, 4148: R$ 508.000,00, 4150 – R$ 780.000,00 e 4151 – R$ 493.757,00. Ocorreu outra suplementação no valor de R$ 44.900.000,00 cancelados das ações: 4113 – R$ 23.000.000,00, 4116 – R$ 8.000.000,00, 4127 – R$ 3.000.000,00, 4229 – R$ 2.000.000,00, 4253 – R$ 2.000.000,00, 4175 – R$ 5.000.000,00 e 4229 – 1.900.000,00. E R$ 6.100.000,00 das ações: 4061: R$ 2.000.000,00, 4127: R$ 690.200,00, 4200: R$ 3.050.000,00 e 4253: R$ 259.800,00. Foram pagas 11 folhas de pessoal de 2016 e 01 de 2015, faltando pagar a de dezembro de 2016. Houve o pagamento de despesas de exercícios anteriores referentes a: acerto de contratos extintos (férias e 13º. proporcional), excedentes de dias trabalhados em casos de renovação de contratos, pagamento da folha referente a dezembro de 2015. O princípio de economicidade não se aplica, pois, a ação é baseada na obrigatoriedade de cumprimento da lei trabalhista, com base na necessidade do serviço de manutenção do pagamento dos direitos e vantagens dos servidores públicos. Com a revisão do PPA-2017, esta ação foi deslocada para compor o grupo de ações de Manutenção e Gestão.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550 | Fundo Estadual de Saúde

Programa:

1165 | Saúde Mais Perto de Você

Objetivo:

Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Ação:

Código	Título	Prioritária
4153	Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
27.731.587,00	-5.750.000	21.981.587,00	18.689.565,33	18.362.665,53	18.362.665,53	3.292.021,67	85,02	98,25	100,00

Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar — **0250**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
27.731.587,00	-5.750.000	21.981.587,00	18.689.565,33	18.362.665,53	18.362.665,53	3.292.021,67	85,02	98,25	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.14	0250	84.730,00	0,00	84.730,00	0,00	0,00	0,00	84.730,00	0,00		
10.302.1165	33.90.30	0250	16.271.685,00	3.867.000,00	20.138.685,00	17.068.914,53	16.742.014,73	16.742.014,73	3.069.770,47	84,75	98,08	100,00
10.302.1165	33.90.33	0250	83.372,00	0,00	83.372,00	0,00	0,00	0,00	83.372,00	0,00		
10.302.1165	33.90.36	0250	100.689,00	-100.000,00	689,00	0,00	0,00	0,00	689,00	0,00		
10.302.1165	33.90.39	0250	11.191.111,00	-11.150.000,00	41.111,00	0,00	0,00	0,00	41.111,00	0,00		
10.302.1165	33.90.92	0250	0,00	1.633.000,00	1.633.000,00	1.620.650,80	1.620.650,80	1.620.650,80	12.349,20	99,24	100,00	100,00

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
140	58	34	41	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	140	159	113,57	Concluída

Análise:

A Qualificação de Leitos consiste na eficiência do cuidado prestado nas unidades hospitalares com melhoria dos recursos tecnológicos, aquisição e reparos de equipamentos, aprimoramento profissional e manutenção dos leitos existentes por meio de recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde.

Os leitos qualificados são referentes as rede temáticas (Rede Cegonha, Rede de Atenção à Urgências, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Doenças Crônicas) ou seja, leitos especializados.

Na Rede de Atenção às Urgências foi solicitado as implantações:

1. Solicitado implantação de 19 leitos clínicos de retaguarda no HR Porto Nacional, conforme Aprovação em CIB/TO Nº 108/2016, de 18 de agosto de 2016. Aguardamos parecer do MS.

2. Solicitado implantação de 29 Leitos de retaguarda em Paraíso – TO, conforme Aprovação em CIB/TO Nº 109/2016, de 18 de agosto de 2016. Aguardamos parecer do Ministério da Saúde (MS).

3. Solicitado implantação de 01 leito de IAM no Hospital Geral de Palmas (HGP) e 05 leitos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) conforme aprovação em CIB/TO Nº 107/2016, de 18 de agosto de 2016 da implantação de 05 leitos da Linha do Cuidado do Acidente vascular cerebral, e 01 leito da linha do cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) no Hospital Geral de Palmas (HGP). Aguardamos parecer do Ministério da Saúde (MS).

4. Foi cadastrado e habilitado 02 Equipes Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) e 01 Equipe Multiprofissionais de Apoio (EMAP) no Hospital Geral de Palmas, conforme Portaria GM/MS nº866 de 07 de abril de 2016.

5. Referente a implantação dos 10 leitos de UTI Pediátrica do HRA , informamos que em Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em 2013 ficou acordado que os leitos do HRA serão instalados no Hospital municipal de Araguaína. Como contrapartida Estadual está em andamento o processo licitatório nº 6200 para a compra dos equipamentos dos leitos de UTI Pediátrica.

Na Rede Cegonha e na Rede de Atenção às Urgências foram qualificados 159 leitos, sendo 32 leitos de Alto Risco, 02 leitos de UTI adulto obstétrica, 36 leitos de UTI neonatal e 38 leitos de UCINCA e 51 leitos de UTI. Esses leitos foram mantidos, através da aquisição de materiais e medicamentos e capacitação de profissionais de acordo com o relatório por credor.

A ação foi executada com êxito, pois foi mantida a qualificação de 159 leitos por meio da oferta de materiais, medicamentos, insumos, aquisição de equipamentos e manutenção dos leitos e capacitações de profissionais.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550 Fundo Estadual de Saúde

Programa:

1165 Saúde Mais Perto de Você

Objetivo:

Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Ação:

Código	Título	Prioritária
4113	Oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
229.266.172,00	33.048.610	262.314.782,00	254.459.869,60	254.193.488,78	253.756.462,94	7.792.492,06	97,00	99,89	99,82

Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS — 0102

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
100.000.000,00	-16.479.281	83.520.719,00	83.450.311,64	83.450.311,64	83.207.513,78	70.407,36	99,91	100	99,70

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.14	0102	1.000,00	695,00	1.695,00	0,00	0,00	0,00	1.695,00	0,00		
10.302.1165	33.90.30	0102	7.206.000,00	-5.358.983,00	1.847.017,00	1.835.332,03	1.835.332,03	1.835.332,03	11.684,97	99,36	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.32	0102	0,00	4.502,00	4.502,00	4.501,90	4.501,90	4.501,90	0,10	99,99	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.36	0102	600.000,00	-385.622,00	214.378,00	214.375,05	214.375,05	214.375,05	2,95	99,99	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.39	0102	75.500.000,00	-34.079.747,00	41.420.253,00	41.410.598,78	41.410.598,78	41.192.375,26	9.654,22	99,97	100,00	99,47
10.302.1165	33.90.47	0102	193.000,00	246.297,00	439.297,00	412.796,44	412.796,44	412.796,44	26.500,56	93,96	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.91	0102	0,00	3.640,00	3.640,00	3.639,16	3.639,16	3.639,16	0,84	99,97	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.92	0102	10.000.000,00	24.704.411,00	34.704.411,00	34.683.543,32	34.683.543,32	34.658.968,98	20.867,68	99,93	100,00	99,92
10.302.1165	33.90.93	0102	6.500.000,00	-1.614.474,00	4.885.526,00	4.885.524,96	4.885.524,96	4.885.524,96	1,04	99,99	100,00	100,00

Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada — 0223

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
47.000,00	0	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.14	0223	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00		
10.302.1165	33.90.30	0223	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		
10.302.1165	33.90.33	0223	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00		
10.302.1165	33.90.39	0223	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00		

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras — 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
2.059.789,00	-110.878	1.948.911,00	1.914.944,84	1.914.944,84	1.914.944,84	33.966,16	98,25	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.30	0235	1.000.000,00	-984.310,00	15.690,00	0,00	0,00	0,00	15.690,00	0,00		
10.302.1165	33.90.36	0235	0,00	62.310,00	62.310,00	62.304,67	62.304,67	62.304,67	5,33	99,99	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.39	0235	809.789,00	811.122,00	1.620.911,00	1.608.414,65	1.608.414,65	1.608.414,65	12.496,35	99,22	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.92	0235	250.000,00	0,00	250.000,00	244.225,52	244.225,52	244.225,52	5.774,48	97,69	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.93	0235	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

ICMS - FECOEP — 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	8.737.140	8.737.140,00	8.719.209,57	8.719.209,57	8.719.209,57	17.930,43	99,79	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.36	0238	0,00	11.500,00	11.500,00	11.204,92	11.204,92	11.204,92	295,08	97,43	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.39	0238	0,00	3.661.207,00	3.661.207,00	3.646.904,91	3.646.904,91	3.646.904,91	14.302,09	99,60	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.92	0238	0,00	2.964.433,00	2.964.433,00	2.961.099,74	2.961.099,74	2.961.099,74	3.333,26	99,88	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.93	0238	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar — 0250

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
127.159.383,00	40.901.629	168.061.012,00	160.375.403,55	160.109.022,73	159.914.794,75	7.623.188,11	95,42	99,83	99,87

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.302.1165	33.90.14	0250	1.400.000,00	840.000,00	2.240.000,00	2.102.161,50	2.102.161,50	2.100.878,25	137.838,50	93,84	100,00	99,93
10.302.1165	33.90.30	0250	60.000.000,00	-4.600.000,00	55.400.000,00	49.659.949,96	49.393.569,14	49.389.557,54	5.677.629,70	89,63	99,46	99,99
10.302.1165	33.90.36	0250	500.000,00	200.000,00	700.000,00	385.013,37	385.013,37	385.013,37	314.986,63	55,00	100,00	100,00
10.302.1165	33.90.39	0250	62.867.983,00	11.108.629,00	73.976.612,00	72.647.283,37	72.647.283,37	72.601.405,57	1.329.328,63	98,20	100,00	99,93
10.302.1165	33.90.47	0250	6.400,00	0,00	6.400,00	0,00	0,00	0,00	6.400,00	0,00		
10.302.1165	33.90.91	0250	0,00	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00	0,00		
10.302.1165	33.90.92	0250	2.385.000,00	33.200.000,00	35.585.000,00	35.580.995,35	35.580.995,35	35.437.940,02	4.004,65	99,98	100,00	99,59

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3.100.000	3.300.000	3.500.000	3.700.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	3.100.000	4.490.590	144,85	Andamento normal

Análise:

A meta estabelecida é realizar nas unidades hospitalares regionais sob gestão estadual, consultas, internações, exames e procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. No 3º quadrimestre de 2016 (acumulado de janeiro a dezembro), conforme dados do SIASUS e do SIHSUS obtidos em 10/02/2017 foram realizados 4.490.590 procedimentos e exames na rede hospitalar própria composta de 18 Hospitais e também do Hospital de doenças Tropicais-HDT que se encontra em fase final de transição para a Universidade Federal do Tocantins - UFT. Destes procedimentos 2.844.229 foram ambulatoriais e 1.646.361 hospitalares, destacando-se a realização de 135.086 procedimentos cirúrgicos no âmbito hospitalar.

Produção Hospitalar (quantidade realizada/apresentada) nos Hospitais Regionais de janeiro a dezembro de 2016:

UNIDADE HOSPITALAR REGIONAL	PRODUÇÃO HOSPITALAR - Quantidade Apresentada							
	Total Procedimento Realizado							
	GRUPO-02 (Finalidade Diagnóstica)	GRUPO-03 (Finalidade Clínica)	GRUPO-04 (Finalidade Cirúrgica)	GRUPO-05 (Transplantes de órgãos e tecidos e células)	GRUPO-06 (Medicamentos)	GRUPO-07 (Órteses, Prótese e Materiais Especiais)	GRUPO-08 (Ações Complementares da Atenção à Saúde)	TOTAL
ARAGUAINA	82.829	142.228	27.745	0	4.568	870	97.947	**356.187**
HGP	146.613	151.527	49.268	36	241	5.179	90.357	**443.221**
DONA REGINA	101.015	98.222	12.483	0	96	114	57.626	**269.556**
GURUPI	72.107	100.501	11.143	0	1.400	852	24.880	**210.883**
INFANTIL DE PALMAS	26.722	50.286	1.459	0	184	0	13.305	**91.956**
AUGUSTINOPOLIS	5.846	9.699	11.666	0	4	35	8.458	**35.708**
HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS	31.773	21.162	1.133	0	576	0	7.162	**61.806**
PORTO NACIONAL	9.860	4.077	4.799	0	0	201	6.214	**25.151**
MIRACEMA	5.822	9.525	2.060	0	0	31	6.095	**23.533**
TIA DEDE	9.414	9.954	2.760	0	8	0	5.837	**27.973**
GUARAI	9.948	21.567	4.003	0	31	0	4.672	**40.221**
PARAISO	9.996	9.493	3.758	0	2	77	4.367	**27.693**
PEDRO AFONSO	3.779	5.439	1.594	0	0	0	2.481	**13.293**
ARAGUAÇU	456	4.487	127	0	0	0	1.879	**6.949**
XAMBIOA	3.775	2.880	35	0	0	0	1.305	**7.995**
ALVORADA	27	4.885	0	0	0	0	895	**5.807**
ARRAIAS	81	510	671	0	0	0	840	**2.102**
DIANOPOLIS	693	547	335	0	0	0	563	**2.138**
ARAPOEMA	573	1.157	82	0	0	0	372	**2.184**
Total	**517.554**	**645.266**	**135.086**	**36**	**7.110**	**7.359**	**333.950**	**1.646.361**

FONTE: AIH SUS - Tabwin Datasus Consulta em 10/02/2017 - Dados de produção ambulatorial e hospitalar

Produção Ambulatorial (quantidade realizada/apresentada) nos Hospitais Regionais de janeiro a dezembro de 2016:

UNIDADE HOSPITALAR REGIONAL	PRODUÇÃO AMBULATORIAL - Quantidade Apresentada						
	Total Procedimento Realizado						
	GRUPO-01 (Ações de Promoção e Prevenção em Saúde)	GRUPO-02 (Finalidade Diagnóstica)	GRUPO-03 (Finalidade Clínica)	GRUPO-04 (Finalidade Cirúrgica)	GRUPO-07 (Órteses, Prótese e Materiais Especiais)	GRUPO-08 (Ações Complementares da Atenção à Saúde)	TOTAL
HGP	292	471.100	125.186	1.167	159	-	**597.904**

ARAGUAINA	296	292.459	93.474	1.153	6.174	-	**393.556**
AUGUSTINOPOLIS	-	55.101	133.736	1.332	-	-	**190.169**
PORTO NACIONAL	-	12.326	171.581	3.123	2.217	-	**189.247**
PARAISO	-	98.628	88.046	2.140	-	-	**188.814**
GURUPI	-	82.098	87.453	620	-	-	**170.171**
DONA REGINA	2.204	65.564	69.689	1	-	-	**137.458**
MIRACEMA	-	27.040	109.555	19	-	-	**136.614**
GUARAI	-	40.763	83.509	483	-	-	**124.755**
HOSPITAL DE DOENCAS TROPICAIS	-	61.645	58.006	367	-	-	**120.018**
PEDRO AFONSO	-	26.922	88.098	739	-	-	**115.759**
HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDE	-	4.984	80.961	-	-	-	**85.945**
HOSPITAL INFANTIL DE PALMAS	684	36.978	41.680	352	-	-	**79.694**
ARRAIAS	2.456	6.894	56.345	47	-	178	**65.920**
ALVORADA	-	113	59.876	673	-	940	**61.602**
ARAGUAÇU	-	3.076	55.842	1.423	-	-	**60.341**
DIANOPOLIS	-	14.233	30.412	7	-	-	**44.652**
ARAPOEMA	-	6.675	35.609	951	-	-	**43.235**
XAMBIOA	155	8.412	29.531	277	-	-	**38.375**
Total	**6.087**	**1.315.011**	**1.498.589**	**14.874**	**8.550**	**1.118**	**2.844.229**

FONTE: SIA SUS - Tabwin Datasus Consulta em 10/02/2017 - Dados de produção ambulatorial e hospitalar

Quantidade de pacientes atendidos nos Hospitais Regionais do Estado - Janeiro a Dezembro de 2016:

HOSPITAL REGIONAL	TOTAL DE INTERNAÇÕES EM 2016
Hospital Geral de Palmas	**12.113**
Hospital Dona Regina Siqueira Campos	**9.661**
Hospital Regional de Araguaína	**8.859**
Hospital Regional de Gurupi	**6.449**
Hospital Regional de Augustinópolis	**5.046**
Hospital Infantil de Palmas	**2.580**
Hospital Materno Infantil Tia Dede	**2.539**
Hospital Regional de Porto Nacional	**2.462**
Hospital Regional de Paraiso	**2.055**
Hospital Regional de Miracema	**2.000**
Hospital Regional de Guaraí	**1.997**
Hospital de Doencas Tropicais	**1.238**
Hospital Regional de Pedro Afonso	**1.085**
Hospital de Peq. Porte de Alvorada	**986**
Hospital Regional de Araguaçu	**910**
Hospital de Xambioá	**858**
Hospital Regional de Arapoema	**445**
Hospital Regional de Arraias	**304**
Hospital Regional de Dianópolis	**300**
TOTAL	**61.887**

FONTE: SIH SUS - Tabwin Datasus Consulta em 13/02/2017

Na Fonte 102 foi utilizado o valor de R$34.658.968,98 para pagamento de despesas de exercício anterior e o valor de R$41.192.375,26 para pagamento de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Na Fonte 250 foi utilizado o valor de R$35.437.940,02 para pagamento de despesas de exercício anterior e o valor de R$72.601.405,57 para pagamento de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Na Fonte 235 foi utilizado o valor de R$244.225,52 para pagamento de despesas de exercício anterior e R$1.608.414,65 para pagamento de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Na Fonte 238 foi utilizado o valor de R$2.961.099,74 para pagamento de despesas de exercício anterior e R$3.646.904,91 para pagamento de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

O Orçamento desta ação foi suplementado em R$33.048.610,00 observando que as despesas que mais impactaram nesta suplementação foram: **exercício anterior; indenizações e restituições; Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Diárias**, tendo sido as ocorrências mais significantes: na Fonte 102 suplementação de R$24.704.411,00 para despesa de exercício anterior; na Fonte 238 R$2.964.433,00 para despesa de exercício anterior, R$2.100.000,00 para indenizações e restituições e R$3.661.207,00 para Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; na Fonte 250 R$33.200.000,00 para despesa de exercício anterior, R$840.000,00 para Diárias e R$11.108.629,00 para Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Para viabilizar a ação de **oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão,** 93% do Orçamento Autorizado (R$262.314.782,00) foi utilizado em três naturezas de despesas: **Serviços Terceiros Pessoa Jurídica, Despesas do Exercício Anterior e Material de Consumo**. O pagamento de Serviços Terceiros Pessoa Jurídica foi no valor R$119.049.100,39 correspondendo a 45% do Orçamento Autorizado; o pagamento de Despesas do Exercício Anterior foi no valor de R$73.302.234,26 correspondendo a 28% do Orçamento Autorizado; e o pagamento de Material de Consumo foi o valor de R$51.224.889,57 correspondendo a 20% do Orçamento Autorizado.

Atividades desenvolvidas no âmbito hospitalar e nas unidades hospitalares.

Implantação do Colegiado de Diretores de Hospitais, realizando mensalmente na Sede da Secretaria de Saúde reuniões entre os diretores hospitalares, os superintendentes e o Secretario de Saúde. Foram 11 reuniões em 2016 onde se buscou ampliar o diálogo com vistas a viabilizar a governança para inovar na gestão dos hospitais; capacitações dos Fiscais de contratos dos serviços hospitalares; materiais e medicamentos: inventário/ redistribuição/ controle e padronização pela RENAME; implementação da Rede Cegonha e de Atenção às Urgências, com a qualificação de 159 leitos, sendo 32 leitos de Alto Risco, 02 leitos de UTI adulto obstétrica, 36 leitos de UTI neonatal, 38 leitos de UCINCA e 51 leitos de UTI no Hospital e Maternidade Dona Regina e Hospital Geral de Palmas.

HOSPITAL GERAL DE PALMAS HGP – O HGP tem o seguinte perfil assistencial: Pronto Socorro de "porta aberta", com dificuldades estruturais, pois não comporta o fluxo de pacientes que são referenciados à unidade. Total de leitos: 395 + CORREDOR (196 leitos de internação em Enfermarias -10 leitos em Unidade de Psiquiatria, 26 leitos de UTI Adulto, 8 leitos de UTI Pediátrica, 18 leitos de Cuidados Intermediários, 6 leitos na Unidade de Cuidados de AVC, 5 leitos no Serviço de Hemodinâmica, 5 leitos de RPA, 17 leitos no PS (5 sala vermelha e 12 amarela), 10 leitos no PS (verde), 105 leitos no Anexo/Tenda – INTERDITADO/CRM). Atividades 2016: melhoria da ambiência da recepção do Pronto Socorro do HGP; implantação da sala vermelha para acolhimento de emergências no HGP; implantação do Banco de Olhos; adequação da estrutura física no Centro Cirúrgico de mais 1 Sala Cirúrgica e mais 4 Leitos de RPA (Recuperação pós Anestésico); habilitação de 05 leitos da Linha de Cuidado de Acidente Vascular Cerebral no Hospital Geral de Palmas; habilitação de 02 equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 01 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP) no Hospital Geral de Palmas, conforme Portaria GM/MS nº 866 de 07 de abril de 2016; no Hospital Geral de Palmas: 184 alunos internos; 1.042 estagiários e 50 residentes; capacitação de Líderes (parceria Albert Einstein); fortalecimento da equipe diretiva; fortalecimento da CCIH; fortalecimento do Núcleo Interno de Regulação – NIR; implantação do GT (Grupo de Trabalho) qualidade e vida do trabalhador; implantação da ouvidoria descentralizada; ampliação da participação voluntária – Humanização. Destaque para a retomada da obra de ampliação do HGP (Ampliação de mais 200 leitos de internação, 6 salas cirúrgicas e leitos de UTI adulto).

HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA: elaboração do Plano de Educação Permanente para servidores do hospital. Dimensionamento e regulação do número de estagiários recebidos para cada área específica da unidade de saúde, conforme legislação vigente e o RI – Regimento Interno, em conjunto com a Direção, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, Coordenações e responsáveis pelos setores afins; Recebimento e monitoramento de 2003 acadêmicos de medicina, internato e residentes. Acolhimento no auditório de Acadêmicos "Estagio Estudantil Supervisionado realizados no HRA em 2016" das escolas: ITPAC, SENAC, IFTO, FACIT, UNIESP, INCAR; Conferencia de documentação de acadêmicos estagiários conforme Portaria SESAU 415 (Apólice de Seguro, Carteira de Vacina e Termo de Compromisso). Divulgação e orientações e zelando pelo cumprimento da Portaria SESAU n° 635, de 07 de Agosto de 2012, que estabelece critérios e fluxos para participação de servidores em eventos, programas educativos e científicos e ainda, regulamenta a concessão de ajuda financeira ao servidor estudante nestes eventos. Orientação, intermediação e zelando pelo cumprimento da Portaria SESAU n° 750, de 18 de Julho de 2013, que regulamenta a visita técnica e Aula Prática nas Unidades Hospitalares sob Gestão da Secretaria de Estado da Saúde. Atividades de Pesquisas no HRA: 13 pesquisas estão em andamento. Orientação e conferido vários processos de certificação, sob responsabilidade do NEP, acompanhando e realizando todos os procedimentos necessários para emissão do documento, até a entrega dos certificados às respectivas áreas técnicas. Participação em eventos, programas educativos e científicos: 101 servidores participaram de eventos externos. Participação em eventos, programas educativos e científicos: 1.109 servidores participaram de eventos internos. **Cursos realizados:** Comissão Local de Saúde do Trabalhador – COLSAT; Acolhimento como prática de produção de Saúde; **curso** para os Servidores do RH; Assistência em Farmácia para Trabalhadores de Nível Médio. **Rodas de Conversa** - Educação em Saúde /NEP/Serviços; CCIH; CCIH na uti i e ii – Tema: Nota Técnica nº 01/2016 GVIMS/ GGTES/ANVISA; Direitos sociais - Educação Popular; Boas práticas no controle de Infecção Hospitalar - (para Acompanhantes de pacientes) (RDC nº 63/2011). **Capacitação** - Instrução ao Manuseio de Equipamentos da Assistência: BOMBAS DE INFUSÃO MARCA SAMTRONIC. **Capacitação -** Instrução ao Manuseio de Equipamentos da Assistência: CARDIOVERSORES E VENTILADORES MECANICO. "dia D" - **SorRiSUS** - Saúde Bucal no hra. "Dia D" Palestras **diretos do iDoso**. **DIA D –** Higiene das Mãos. **Treinamento** - Limpeza e Desinfecção de superfície e a segurança do paciente e CCIH (ANVISA/2011). **Treinamento ccih** – Protocolo para prática de Higienização das mãos em serviços de Saúde (ANVISA 2013). **Treinamento** – Implantação do Protocolo de Prevenção de Quedas / Segurança do Paciente. **Treinamento** – Higienização das mãos / Núcleo de Segurança do Paciente. **Treinamento** – Educação Permanente em Saúde / Farmácia. **Treinamento** sobre o Kit-Meningite. **Treinamento** de Farmácia "Teste de Glicemia e Aprendizagem Verificação PA". **Capacitação** "Manuseio da Bomba de Infusão para Dieta Enteral"; **Capacitação** de Instrumentação Cirúrgica; **Capacitação** "Coleta de amostra da secreção da nasofaringe de pacientes com suspeita de Influenza H1 N1". **Capacitação** em SGD. **xii** "**Jornada** de Enfermagem". II "**Semana de Humaniza'SUS**". I "**SIMPÓSIO** de Fisioterapia". Aprovação do Regimento Interno do Corpo Clínico do HRA; Planejamento para realização da construção do Regimento Interno do HRA.

HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA:

- Taxa de Ocupação Hospitalar (Média anual): 97,9%TMP GO: 3,72 dias
- Média de atendimentos /Mês: 2.631 dos quais: 460 são partos e 2.171 outros atendimentos.
- Atendimentos do Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual SAVIS: 67 atendimentos
- Taxa de Infecção Hospitalar: 4,41%
- Taxa de Mortalidade Hospitalar: 1,14%

Partos Mês:

- Média de Partos mês: 460 partos 55% Normal (19% por EO) (50% PNS)
- 45% Cesáreo
- 30% (Alto Risco)
- Média de Partos dia: 15 partos (5 de AR)

Origem das Pacientes:

- 67% (297) dos partos são do município de Palmas
- 12% (53) dos partos são de outros municípios da Região Capim Dourado
- 21% (93) dos partos são das demais regiões

Pontos Fortes:

- Colegiado gestor: respaldo à gestão
- Direção completa, atuante e coesa
- Setor de estatística: Relatórios indicadores mensal
- Setor de Comitês: Organizado, reuniões mensais
- NHVE - Núcleo Hospitalar de Vigilância Epidemiológica: Ralatório mensal com indicadores
- CCIH - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar: acompanhamento TODAS infecções hospitalares, Ficha ATB, processos de trabalho
- Unidade Canguru
- Banco de Leite Humano - BLH
- Atendimento à gestante de ALTO RISCO
- A CGBP – Casa de Gestante, Bebê e Puérpera vinculada a maternidade
- Rede Cegonha/IHAC: Boas práticas PPP
- Instalação do cartório de registro e nascimento dentro do hospital

HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI: implementação da ficha da Rede Cegonha para coleta dos dados dos indicadores; sensibilização nas UBS de Gurupi quanto ao método Canguru, Banco de Leite e Visita Guiada; elaboração do vídeo sobre o método Canguru; entrega do DVD do Método Canguru às 12 Unidades Básicas de Saúde; visita Guiada recebendo 10 Gestantes de Cariri-TO; capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no Método Canguru com uma carga horária de 8h (198 ACS do município de Gurupi); exposição dos indicadores da Rede Cegonha no mural da obstetricia; mobilização contra dengue no HRG em conjunto com vigilância do Hospital; ambiência: instalação de televisão no corredor da pediatria; *Agosto Dourado*: Aleitamento Materno; medidas de implantação do Acolhimento e Classificação de Risco na urgência e emergência e obstetrícia; adequação dos murais (setores: Clínica Médica, Cirúrgica, Pediatria, Ortopedia e UCIN); arrecadação de brinquedos, jogos e livros para brinquedoteca; orquestra com a Casa de Cultura; comemoração do dia das crianças com a apresentação da orquestra grupo voluntário SOS Alegria, pintura no corpo, grupo contadores de história; elaboração de vídeo sobre prevenção do câncer de mama; semana interna de prevenção de acidentes de trabalho - SIPAT (Saúde do Trabalhador) e Humanização; campanha de prevenção do câncer de colo uterino (coleta do exame de citologia e distribuição de preservativos); dia mundial da saúde (busca ativa de hipertensos e diabéticos entre os servidores do HRG, verificação do IMC, palestra sobre alimentação saudável); campanha de imunização contra a influenza; conscientização das lideranças da nutrição acerca da importância da alimentação saudável para os servidores do hospital; capacitação sobre biossegurança para os servidores da enfermagem; campanha de atualização do estado do vacinal dos servidores do hospital e terceirizados.

HOSPITAL INFANTIL DE PALMAS: Realização da Semana da Enfermagem; Semana da Saúde do Trabalhador e Fórum Estadual de Violência Sexual.

Gestão de pessoas: ampliação da parceria com setor de Núcleo de atenção à saúde e segurança do trabalhador, para atender e verificar a melhor assistência o trabalhador, transmitindo assim diretamente informações a todos o servidores; orientações quanto a prazos e determinações; atualização mensal de servidores ativos na unidade; atualização

de dossiê ativa na unidade; resolução de pendências de servidores referente a anos anteriores.

Capacitação dos servidores do Hospital Infantil de Palmas:

Curso/ Carga Horária		Quantidade de Servidor
Pos graduação em reabilitação e desempenho funcional	200/ mensal	1
Especialização técnica em instrumentação cirúrgica	40/mensal	2
Especialização em gestão de risco e segurança no cuidado ao paciente	24h/ mensal	7
Oficina para alinhamento conceitual e metodológico	16h	2
Capacitação em vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis	24h	1
Curso de atualização para auxiliares e técnicos de enfermagem com ênfase em urgência e emergência	40h / mensal	18
Curso de acolhimento como pratica em produção de saúde	120 h	20
Oficina didática pedagógica	8h	5
Treinamento das bombas de infusão para dieta enteral	2h	12
Curso de brigada de incêndio	12h	120
Curso de capacitação enfermagem na assistência pediátrica e neonatal para enfermeiros	16h	30
Curso de capacitação enfermagem na assistência pediátrica e neonatal para auxiliares e técnicos de enfermagem	16h	30
Curso de qualidade de vida	30 h	10
Capacitação: promovendo e incentivando a amamentação em um hospital amigo da criança	24h	3
Curso de atualização em enfermagem com ênfase em urgência e emergência para enfermeiros	40 h	16
Capacitação em assistência farmacêutica para profissionais do SUS com uso de simulação realística	16h	2
Treinamento sobre rotavírus em unidades sentinelas	2h	28
Curso de introdução ao serviço publico	20h	2
Curso sobre a fisioterapia na assistência pediátrica e neonatal	16h	8
Capacitação em radiologia digital	16h	10
Capacitação sobre o serviço de atendimento à pessoa em situação de violência sexual	30h	2
Treinamento atendimento ao cliente	3h	17
Curso de fiscal de contrato	20h	6
Curso o brinquedista e a gestão da brinquedoteca-facilitando o brincar em diferentes contextos	40 h	1
Curso para técnicos que atuam na vigilância epidemiológica da influenza	8 h	1
Curso de assistência em farmácia para trabalhadores de nível médio	30h	4
Oficina do ato transfusional	24h	2
Curso pratico em teste rápido para diagnostico da infecção pelo HIV e triagem da sífilis e hepatites virais	20h	7
Capacitação de emergências cardiológicas e emergências de trauma- ATLS e ACLS	16h	1
Capacitação para interlocutores de ouvidoria	40h	1
Curso de tecnologia assistiva	16h	1
Capacitação em urgência e emergência pediátricas para profissionais do SUS com uso de simulação realística	16h	1
Oficina de educação permanente em saúde e núcleos operacionais	16h	1
XIV congresso paulista de urologia	40h	1
Especialização em saúde publica	400h	2
Capacitação e manejo e diagnostico das meningites e praticas de punção lombar	16h	2
Curso sobre aspectos econômicos, históricos e geográficos do Tocantins	20h	4

Treinamento sobre teste rápido de HIV, HCV e sífilis	16h	1
Capacitação em hemoterapia para médicos	8h	1
II Meeting Internacional de Odontologia do Tocantins	32h	4

Atenção à saúde e segurança do trabalhador do HIP: atendimento e acompanhamento ao servidor pelo médico do trabalho; prevenção à saúde do servidor; atendimento ao protocolo de Acidente com exposição a material biológico; capacitação em saúde do trabalhador; ginastica laboral; monitoramento de afastamento e acompanhamento do perfil de adoecimento.

Serviço de Gerenciamento de Risco: Procedimentos Operacionais Padrão descritos; divulgações cartilha sobre gerenciamento de riscos; coordenação das ações requeridas em tecnovigilância, farmacovigilância e hemovigilância e vigilância de saneantes de uso Hospitalar (acompanhamento de alertas da ANVISA sobre produtos interditados/suspensos de comercialização; Recebimento de notificações; notificações no sistema NOTIVISA; publicação de alertas; interdição de produto; reprovação de produtos).

Gerenciamento de Riscos de Eventos Adversos relacionados às tecnologias de saúde: recebimento de notificações; busca ativa em 13.719; prescrições; acompanhamento e monitoramento de notificações; hemovigilância (130 buscas ativas); orientações e ações corretivas.

Brinquedoteca: atendimento diário aos usuários e acompanhantes da Pediatria, do Pronto Socorro, Emergência e dos Isolamentos; empréstimos de brinquedos; grupo de estudo bimestral para discussão de casos atendidos pela equipe e reflexões sobre temas específicos de conformidade com as necessidades da equipe; planejamento, organização e execução do bazar; oficinas terapêuticas com crianças e acompanhantes; participação em atividades comemorativas realizadas pela instituição hospitalar.

Nutrição clínica: atualização do Regimento, protocolo de atendimento e dos documentos internos da equipe; execução da nova triagem nutricional, treinamento das copeiras e lactaristas.

Fisioterapia: realizadas 06 reuniões para discussão dos casos e patologias mais comuns no HIP, relacionadas ao atendimento em fisioterapia. O resultado foi a construção de protocolos de serviço, que visam melhorar a oferta do serviço prestado, bem como padronizar o atendimento, elevando a qualidade. Atualização profissional da equipe por meio do curso " A Fisioterapia na Assistência Pediátrica e Neonatal", em 11 e 12/06/16, realizado em parceria com o NEP, o primeiro curso de atualização em serviço ofertado pela Secretaria de Saúde, específico para fisioterapia pediátrica. Foram realizados 28.708 procedimentos em fisioterapia ao longo do ano.

Terapia nutricional: 1.718 foi o número de sondas de gastrostomia trocadas de fevereiro a novembro de 2016 dos pacientes de Tocantins (Palmas) e que vieram encaminhados de outros municípios somente para este fim, inclusive de outros Estados (Pará, Maranhão, Bahia e Mato Grosso). Em média foram realizadas neste período, somente destes pacientes externos, que não constam na tabela acima, 70 trocas, em horários diversos conforme necessidade. Durante o ano 2016 foram muitas conquistas, muitas dificuldades e algumas perdas. Foi um ano de aprendizado, transição na empresa prestadora de serviço de alimentação que interfere diretamente no trabalho da terapia nutricional tanto no que diz respeito a fórmulas quanto aos equipos de dietas enterais e bombas infusoras para este fim. Durante este ano foram reavaliados todos os protocolos, feitas as alterações necessárias, dentro de estudos criteriosos que são realizados pelo grupo de estudos junto a equipe de nutrição clínica da unidade. São realizadas reuniões a cada dois meses com a equipe para discussão com todo grupo, já a discussão de caso dos pacientes são realizados todas as sextas feiras com a equipe do plantão, a fim de averiguar a relevância das condutas tomadas.

Radiologia: no Centro Cirúrgico exames radiológicos convencionais realizados durante o ato cirúrgico. Sala de Emergência: Exames radiológicos realizados em pacientes em estado grave. Isolamento e leitos: exames radiológicos realizados em pacientes impossibilitadas de remoção. Pontos positivos: uma melhora na relação intersetorial (Radiologia X Enfermagem) com diálogo e ações desenvolvidas pela gestão na unidade. Pontos desafiadores: conscientizar servidores dos demais setores a utilizar os equipamentos de proteção radiológica.

Enfermagem:26 reuniões; 06 rodas de conversas; revisão de protocolos assistenciais revisão do protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco; I HIPP Gincana e IV Semana da Enfermagem - semana da beleza com equipe da enfermagem, crianças e acompanhantes; participação no Projeto PSIU.

Psicologia:foram 1.200 atendimentos na emergência; 5.760 no pronto socorro; 1.020 no isolamento; 4.176 na pediatria; 120 no atendimento durante plantão noturno; 36 em atendimento emergencial a funcionários; 06 suporte ao óbito.

HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS: resgate dos serviços de mamografia que estava parado há mais de 2 anos; implantação da regulação de cirurgia eletiva; implantação da Classificação de Risco; realização de eventos a datas comemorativas aos pacientes internos; readequação da carga horária dos profissionais; resgate das normas e rotinas; implantação da governança como ferramenta de gestão; reforma e ampliação da recepção de imagem; Habilitação de 15 leitos de Cuidados Prolongados.

HOSPITAL REGIONAL DE ARAPOEMA: capacitações dos servidores dos recursos humanos, atendentes de farmácia na forma presencial e demais servidores através da plataforma UNICET; ampliação da equipe multidisciplinar, melhorando o atendimento aos usuários; reuniões periódicas com os servidores para adequação dos serviços evitando o retrabalho e a melhoria da comunicação; realização de ginástica laboral para os servidores contribuindo para melhoria da saúde do servidor; realização da III campanha "Todos juntos contra o câncer de Mama" com a parceria e envolvimento das Secretarias Municipais de Arapoema e Pau D'arco; realização da Campanha em Apoio ao combate ao câncer de próstata; climatização da recepção de urgência e emergência; melhorias na ambiência das enfermarias e a estadia dos pacientes.

HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO: recebimento em doação de um Colposcopio pela Prefeitura de Tupirama; doação de Material e Medicamentos pela COAPA e Judiciário de Pedro Afonso, através de autorização do Ministério Público; instalação do gerador para atender Bloco Cirúrgico, Sala de Emergência (Sala Vermelha), Agência Tranfusional, T.I; (estava parado há 5 anos); ginástica Laboral para os Servidores; aumento do número de cirurgias realizadas pelo Hospital; união e cooperação dos servidores e outras unidades hospitalares durante a tragédia da queda da gruta em Santa Maria do Tocantins; início das adequações de ambiência do serviço de urgência/emergência e consultórios.

HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÇU: instalação de 5 condicionadores de ar; instalação de 7 janelas) em esquadrias em alumínio e 3 três portas de blindex; adequação do painel de identificação do HRTCL; adequação da base do portão eletrônico; adequação da rede de internet de toda a Unidade; adequação da rede elétrica dos condicionadores de ar; adequação de toda a rede elétrica da parte externa da Unidade e da sala da lavanderia e rouparia; retomada das atividades do Núcleo de Educação Permanente (NEP); retomada das atividades Grupo de Trabalho Humanizado (GTH); brinquedoteca; rodas de conversas.

HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS: organização junto à equipe médica das coberturas cirúrgicas de emergências e eletivas nas segundas, terças, e quintas feiras. Ajuste nas escalas Médica, evitando pagamento de plantões extras. Implantação do Teste da Linguinha com a realização de Frenotomia se necessário. Serviço de cardiologia com a emissão de laudos de todos os eletrocardiogramas e riscos cirúrgicos. Implantação de Ticket no refeitório com redução de 55% do valor mensal do custo do serviço. Implantação de sistema de varredura nas redes elétricas e hidráulicas, para contenção de desperdiço e gastos. Contratação de um Médico Cirurgião Geral para Unidade, com redução em 95% das transferências para o HGP, para cirurgias de Vesícula, Herniorrafias, Apendicectomia e Cesariana. Lotação no Hospital de Arraias de 04 profissionais (01 Biomédica, 01 Bióloga, 1 Enfermeira, e 01 Fisioterapeuta), profissionais que muito têm contribuído para o bom atendimento da Unidade. Instalação de uma processadora reveladora de RX, que melhorou muito a qualidade dos RX, e refletindo em diagnostico mais preciso. Instalação dos equipamentos do Centro Cirúrgico na Sala 02 (Foco cirúrgico). Disponibilização de uma sala para exames de Ultrassom e Eletrocardiograma. Adaptação de uma sala para consultório Médico, para a ortopedia.

HOSPITAL REGIONAL DE ALVORADA: É a única unidade de saúde do município que presta atendimento médico de urgência e emergência. Adequação de escalas de Serviço visando a necessidade da Unidade - conforme Legislação. Lotação de Médicos – Pediatra, Anestesista, Ginecologista. Designação de Diretoria Técnica. Acompanhamento de fechamento de Carga Horária Obrigatória. Treinamento no Sistema de gestão hospitalar SoulMV.

HOSPITAL REGIONAL DE GUARAÍ: implantação do acolhimento da gestante seguindo o que preconiza o manual de acolhimento do Ministério da Saúde destinado a favorecer a organização da porta de entrada dos serviços de urgência obstétrica, garantindo acesso com qualidade às mulheres no período gravídico, puerperal e assim impactar positivamente nos indicadores de morbidade e mortalidade materna e perinatal, beneficiando vinte e três municípios; adequações no ambiente da ALA – A (Clínica Obstétrica); capacitação dos servidores via NEP – Núcleo de Educação Permanente; instalação de aparelhos médicos hospitalares; avanço tecnológico com a implantação do sistema MVSoul.

HOSPITAL REGIONAL DE DIANOPOLIS: adequações do depósito de resíduos; troca do telhado da sala do Raios X; conserto do teto da CME; eliminação de infiltrações com pintura das paredes do Hospital; troca da maioria dos ares condicionados (antigos) por aparelhos novos; instalação do Centro de Distribuição de gás de cozinha; volta da realização das mamografias que estava parado desde 2015, com 360 realizadas em 2016; número de partos normais: 124; Número de cesarianas: 79; Número de cirurgias eletivas: 138; Número de internações: 580; Números de USG: 761; retorno dos profissionais cedidos à outras instituições; contratação de empresa terceirizada para fornecimento de profissionais médicos, com médico 24h por dia, durante todo o mês. Um dos maiores desafios do ano de 2016 foi a Rede Hospitalar assumir a responsabilidade pelo fornecimento de alimentação, limpeza e rouparia das unidades hospitalares. Em particular o fornecimento de alimentação no Hospital de Dianópolis foi elogiado pela qualidade e rotatividade dos alimentos, tanto pelos servidores como pelos usuários. Em 2016 o hospital ficou, praticamente 7 meses, 20 dias por mês, sem o profissional médico, apesar dos chamamentos públicos para contratação profissional. A falta de médicos foi solucionada com o recrutamento do serviço médico por meio do credenciamento de Pessoa Jurídica, após discussão em Audiência Pública em Dianópolis e aprovação do Conselho Estadual de Saúde, passando o hospital a contar com cirurgião, clínicos e até pediatra que nunca teve na unidade desde sua inauguração em 1993, oferecendo um serviço de excelência e humanizado. Manteve-se, contudo a realização das cirurgias eletivas durante o ano.

HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO: Pintura e melhoria da ambiência hospitalar; ampliação do número de leitos; realização de cirurgias urológicas; realização de cirurgias de videartroscopia de joelho; pintura área externa do hospital; aquisição de container para acadêmicos de medicina; implantação das comissões hospitalares; funcionamento de três salas cirúrgicas (antes somente duas); sinalização hospitalar; retomada do alvará de funcionamento, que estava desatualizado; cursos de atualização e profissionalização via NEP/Hospitalar; ambulatórios e exames regulados pela central de regulação hospitalar; sinalização hospitalar;

realização de ação beneficente (Galinhada e Feijoada) para arrecadação de fundos para estruturação da brinquedoteca e implantação de jardim terapêutico.

HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA: localizado na Região Capim Dourado, ponto estratégico na Rede de Atenção à Saúde do Estado do Tocantins, referência para o atendimento de urgência/emergência nos casos de clínica médica, clínica cirúrgica, pediátrica, ortopédica, cardiológica, berçário patológico e clínica obstétrica. Referência para 06 Municípios. Foram feitas adequações de ambiências do hospital em 2016 para melhorias nos atendimentos: adequações no refeitório, no consultório pediátrico, substituição do portão do abrigo de resíduos de serviços de saúde, em andamento adequação de sala para instalação dos setores de psicologia e cartório, adequação de espaço ocioso para instalação de novo consultório médico.

HOSPITAL REGIONAL DE XAMBIOÁ: o Hospital conseguiu reduzir significadamente seus gastos em 2016. Em dezembro de 2014, por exemplo, os serviços de água e esgoto chegaram a R$20.449,99, enquanto no mês de setembro/2015 chegou R$3.993,83, uma economia de 80% nos custos e em 2016 foi mantido este controle com cronograma de atividades, controle de fluxo e diminuição no número de uso de material SPR, com o uso exclusivo e somente quando realmente necessário, que contou com a compreensão dos profissionais da Unidade. Ocorreram melhorias no trato de resíduos sanitários com o melhoramento de cronograma de coleta gerando economia direta. Houve economia de energia elétrica. A iluminação passou a ser usada de forma racional. Foi instalado um sistema inteligente "fotocélulas". Hoje há conscientização e todos estão percebendo a necessidade de economia. Ampliação do quadro de profissional para melhor atender os pacientes, enfermeiros, técnicos, e médicos especialistas efetivos. Observação de conduta para economia nas Unidades conforme determinação Governamental. Melhoramentos estruturais. Melhoramento nas enfermarias. Reforma e ampliação da Sala de RX com instalação de uma Processadora.

HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIOANL: funcionamento de mais uma ala de enfermaria com24 leitos e mais dois leitos de isolamento; funcionamento do novo repouso e

banheiro para os alunos do internato de medicina; funcionamento do novo necrotério com duas lajes; funcionamento do novo posto de enfermagem com banheiro para a nova ala; pintura interna de todo o hospital; comunicação visual com a identificação dos setores e salas do hospital; adequação de um novo conforto para as técnicas de enfermagem do pronto socorro; instalação da rede lógica em todos os postos de enfermagem.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL EDMUNDA AIRES CAVALCANTE – TIA DEDÉ: reformas e adequações foram realizadas visando à qualidade do atendimento, a ambiência hospitalar em observância a Politica Nacional de Humanização para aos Usuários do SUS. Todos os serviços da parte física / estrutural passaram por avaliação e aprovação da Secretaria da Saúde, através da Diretoria de Engenharia, sendo executados pela Empresa Real Construtora LTDA – RECEP, e também através de Ações Estratégias desenvolvidas internamente pela equipe do hospital. **Melhorias e adequações:** área da recepção humanizada; acolhimento com classificação de risco; acesso interno (Passarela) entre os Pavimentos I e II da Maternidade; Centro Obstétrico Dr. Valter Evaristo Amorim com adequação da CME (Central de Materiais e Esterilização); UCINCO – Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal Convencional**;** 14 Enfermarias; Jardim da Brinquedoteca; alas internas (Corredores de Acesso); implantação do Posto de Coleta de Leite Humano; Jardim Terapêutico; climatização de CME, e sala de acolhimento com classificação de risco; Brinquedoteca. A aquisições de equipamentos/ mobiliários repercutiram nos atendimentos: 01 Autoclave 367 litros; 02 Berços aquecidos; 10 Biombos; 20 Leitos Hospitalares; 01 Mesa Cirúrgica; 05 Sonares; 06 Oximetros; 06 Bebedouros, 03 Monitores, 08 mesas de cabeceira, 03 Mesas Mayo.

Com mais de 4 milhões de atendimentos, procedimentos e exame, pode-se afirmar que a saúde está funcionando mesmo com falhas pontuais, sofrendo muito com a crise que assola o País, mas se esforçando para salvar vidas e buscando ser a cada dia mais efetiva, eficaz, eficiente e humana em respeito à **DIGNIDADE** que de parte de todos nós da área da Saúde, a população merece.

Enfrentamentos:

- Crise com fornecedores;
- Falta de UTI Pediátrica em Araguaína;
- Crise nos serviços de alimentação, higienização e lavanderia hospitalar;
- Interdição ética do exercício da medicina na Tenda e Corredores do Hospital Geral de Palmas - HGP (interdição por parte do CRM);
- Greves dos servidores e greve dos profissionais anestesiologistas. A greve exigiu uma negociação diária com sindicato e grevistas para que fosse respeitado os limites da greve, e se garantisse o atendimento de urgência/emergência, por fim ela atingiu principalmente as cirurgias eletivas.
- A Secretaria de Saúde assumiu no último quadrimestre de 2016 os serviços de higienização e lavanderia hospitalar, que vinham sendo prestados de forma terceirizada. O abastecimento de itens de gêneros alimentícios, medicamentos, materiais hospitalares, limpeza e insumos, mesmo com toda implantação de estratégias para redução de despesas e promoção de economia, há necessidade de superação das dificuldades enfrentadas para a regularidade no atendimento as reposição de estoque. Problemas contornados dentro do possível por meio de dispositivos de controle de saída, entrada e supervisão da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF e aquisições via suprimento de fundos.
- Há falta de profissionais obstetras, técnicos de enfermagem, maqueiros, porteiros e servidores administrativos, situação que na assistência, procura-se sanar com plantões extras depois de análise criteriosa;
- Necessidade de segurança especializada, e circuito interno de câmeras dentro das unidades;
- Há extrema necessidade de renovação da frota de ambulâncias, a situação de uso está precária.
- Necessita-se de dispositivos administrativos para supervisão de atestados e licenças médicas, bem como, sistema de monitoramento de controle de carga horária dos servidores.
- A judicialização do direito à saúde é uma realidade para todos os entes federados, União, Estados e Municípios, diante da dificuldade de funcionamento do SUS e da insuficiência de fontes de financiamento do sistema. Diante desta realidade, o Poder Judiciário tem sido acionado de maneira constante e em vultuosos números de demandas judiciais para o atendimento das necessidades dos solicitantes, seja quanto ao fornecimento de medicamentos, insumos, equipamentos, exames, internações compulsórias, cirurgias e a cobertura de tratamentos para doenças.

A gestão hospitalar está sendo objeto de Ação Civil Pública ***(Ação Civil Pública nº 10058-73.2015.4.01.4300 da 1ª Vara Federal - Seção Judiciária do Estado do Tocantins - Justiça Federal de 1ª Instância),*** com o objeto de que ***"Estado do Tocantins e a União garantam a organização da oferta dos serviços hospitalares, efetivando o direito à saúde de maneira integral, universal e igualitária, sanando as não conformidades apontadas nas auditorias do DENASUS pendentes de solução, bem como as irregularidades apuradas por meio dos procedimentos administrativos e inquérito civil citados".***

A Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins – SES-TO, em resposta aos questionamentos apontados na referida Ação Civil Pública, apresentou um Plano de Ação que compreende o quadriênio 2016-2019 com o intuito de propor medidas que venham a sanar as não conformidades apontadas por meio das constatações nas sete Auditorias realizadas a que se refere esta Ação Civil Pública e de representantes de instituições que contribuíram com sua experiência. A elaboração do Plano contou com o envolvimento do Secretário de Estado da Saúde e sua equipe, colaboração de todas as equipes das Superintendências da SES-TO. O Plano de Ação foi elaborado a partir da mobilização em resposta à Ação Pública e sua ações se somaram às ações que foram desenvolvidas pela Secretaria durante o ano de 2016, dando resposta às constatações apontadas pelas Auditorias realizadas na SES-TO.

Ao final do texto do Relatório Anual de Gestão - RAG 2016 constam nos Anexos 2, 3, 4, 5 e 6 dados e informações relativas aos Hospitais, conforme segue:

Anexo 2 - Relatório da Folha (Salário Bruto com Encargos Patronais) dos 19 Hospitais Regionais - Anual: 2016;

Anexo 3 - Relatório de Plantões Extra - Anual: 2016;

Anexo 4 - Valor Executado (Empenhado) para os 19 Hospitais Regionais - Anual: 2016;

Anexo 5 - Série Histórica de Valor Executado (Empenhado) nas Fontes de Recursos do Tesouro Estadual e Recurso Federal do Bloco MAC para os 19 Hospitais Regionais - Ano 2008-2016;

Anexo 6 - Indicadores de Gestão Hospitalar.

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

13010	Secretaria do Planejamento e Orçamento

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Objetivo:

Fortalecer a gestão dos recursos de convênios e operações de crédito.

Ação:

Código	Título	Prioritária
2001	Acompanhamento da gestão de convênios federais e estaduais - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2016:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.176.500,00	9.166	2.185.666,00	115.500,00	115.500,00	112.420,00	2.070.166,00	5,28	100,00	97,33

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	30.000	30.000,00	23.100,00	23.100,00	20.020,00	6.900,00	77	100	86,66

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.121.1166	44.90.35	0103	0,00	25.000,00	25.000,00	19.250,00	19.250,00	16.170,00	5.750,00	77,00	100,00	84,00
04.121.1166	44.90.36	0103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.121.1166	44.90.47	0103	0,00	5.000,00	5.000,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	1.150,00	77,00	100,00	100,00

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
806.500,00	-20.834	785.666,00	0,00	0,00	0,00	785.666,00	0	0	0

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.121.1166	44.90.14	0225	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.30	0225	100.000,00	-20.834,00	79.166,00	0,00	0,00	0,00	79.166,00	0,00		
04.121.1166	44.90.35	0225	100.500,00	0,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	100.500,00	0,00		
04.121.1166	44.90.39	0225	106.000,00	0,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.52	0225	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/E	% P/L
1.370.000,00	0	1.370.000,00	92.400,00	92.400,00	92.400,00	1.277.600,00	6,74	100	100

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2016							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
04.121.1166	44.90.14	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.33	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.35	4220	0,00	100.000,00	100.000,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00	23.000,00	77,00	100,00	100,00
04.121.1166	44.90.36	4220	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.39	4220	1.000.000,00	-120.000,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00	0,00		
04.121.1166	44.90.47	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	15.400,00	15.400,00	15.400,00	4.600,00	77,00	100,00	100,00
04.121.1166	44.90.52	4220	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00		

Meta Fisica:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2016)	Execução	% Execução	Estágio
2016	3o Quadrimestre	1	0	0,00	Andamento normal

Análise:

Acompanhamento dos convênios federais do Estado do Tocantins. O Acompanhamento dos convênios federais é realizado atraves do Siconv - Sistema de Convênios Federais.

Acompanhamento dos convênios estaduais atraves da implantação do Sistema de Convenios Estaduais. O Processo licitatorio para aquisição será lançado em janeiro de 2017. Os convênios estaduais são os convênios de despesas. Aqueles que o governo estadual cede o recurso para o municipio ou entidade privada sem fins lucrativos. Atualmente não há uma sistematica para o acompanhamento da Execução desses convênios. A Seplan estará efetuando esta aquisição no intuito de controlar os tramites processuais e os dispendios realizados nestas transferencias de recursos.

Capítulo 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016

CAPITULO 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Tocantins referente ao exercício de **2014**, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO prolatou recomendações direcionadas à Administração Pública Estadual. Em virtude da incumbência da Controladoria Geral do Estado, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, de apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO no exercício de sua missão institucional, consoante estatuído no art. 36, inciso IV, da Constituição Estadual, foram envidados esforços junto aos órgãos e entidades alcançados pelas Recomendações dessa Corte de Contas, informando e solicitando as medidas e/ou justificativas adotadas referentes tais recomendações.

É importante informar que não constam as medidas adotadas e/ou justificativas das recomendações a serem implementadas, referente o exercício de **2015**, tendo em vista que o Relatório de Análise da Prestação de Contas deste exercício ainda não foi concluído pelo Tribunal de Contas do Estado.

Concluindo o ciclo, coube à Controladoria Geral do Estado demonstrar, de forma consolidada e transparente, as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo quanto ao atendimento das recomendações apontadas, conforme demonstrado adiante:

6.1 – RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS:

A Controladoria Geral do Estado encaminhou OFICIO/CGE/GABSEC/Nº 530/SEFAZ, 531/SECAD, 532/SEPLAN, 533/SEDUC, 534/SESAU e 535/IGEPREV/2016 em 12/08/2016, comunicando e solicitamos a adoção das medidas necessárias à implementação e o acompanhamento das recomendações a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, em observância às Recomendações prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

a) apresentar justificativa devido ao não envio dos instrumentos de planejamento (Revisão do PPA e Lei Orçamentária Anual –LOA) à Assembleia Legislativa, no exercício de 2014, desobedecendo a referida Lei Complementar nº 78/2012; sefaz/seplan

Medidas adotadas:

Implementada/Seplan- a Secretaria do Planejamento e Orçamento elaborou o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA e Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA, porém coube ao Chefe do Poder Executivo a decisão de enviar as propostas à Assembleia Legislativa;

b) informar quais as medidas foram efetivamente adotadas, visando o cumprimento do art. 45 da LC nº 101/2000, quando da elaboração da LDO, tendo em vista que esta recomendação tem sido apontamento em contas anteriores, mas sem o devido cumprimento, atendo-se somente a informar a situação dos contratos em andamentos e os paralisados; sefaz/seplan

Medidas adotadas:

Implementada/Seplan - a recomendação sobre o cumprimento do art. 45 da LC n o 101/2000 foi atendida na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (Anexo VI da Lei no 3.175, de 28 de dezembro de 2016);

c) inserir, quando da elaboração da LDO, maior detalhamento sobre os critérios a serem considerados para classificar as despesas no orçamento de investimento das estatais, conforme dispõe o artigo 165, §5º da Constituição Federal, de forma a incluir no orçamento de investimentos que integra a Lei Orçamentária Anual, os investimentos das estatais não dependentes, a exemplo das despesas com aquisição de ativo imobilizado das referidas empresas e benfeitorias, por elas realizadas, inclusive ainda que efetuadas com recursos próprios das controladas, adotando-se as diretrizes de elaboração estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias da união; sefaz/seplan

Medidas adotadas:

Implementada/Seplan -A classificação do orçamento de investimento das empresas estatais, esfera 3, foi devidamente corrigido nas Leis Orçamentárias posteriores a 2014, na LOA vigente, classificando os Orçamentos na esfera fiscal – 1, e na esfera seguridade social – 2.

d) estabelecer, adequadamente, quando da elaboração do projeto da LOA, os limites para abertura de créditos adicionais, ainda que de forma diferenciada, entre grupos ou tipos de despesas, observando a vedação do art. 167, inciso VII da Constituição Federal, em razão dos princípios do planejamento das despesas públicas e da gestão fiscal responsável, e da necessidade dos demais controles legais estabelecidos na legislação, conforme os artigos 165, 166 e 169 da Constituição Federal e art. 1º, §1º da LC nº 101/2000; sefaz/seplan

Medidas adotadas:

Em implementação/Seplan - Na elaboração do PLOA 2018 serão estabelecidos os limites para abertura de créditos adicionais, conforme recomendações e detalhamento do Tribunal de Contas;

e) apurar, junto às unidades orçamentárias, as causas do volume das movimentações de créditos orçamentários, por meio de transposição e transferência e, em consequência, adequar às propostas de lei, dos instrumentos de planejamento, objetivando a diminuição do índice de repriorizações das programações orçamentárias, uma vez que desvirtuam os instrumentos de planejamento e interferem no cumprimento das metas físicas e produtos das ações de governo, a serem entregues à população; SEPLAN

Medidas adotadas:

Em implementação/Seplan - A transferência de dotação orçamentária é apenas um ajuste do elemento de despesa dentro da mesma ação, grupo de natureza e fonte de recursos, portanto não causa nenhum impacto nas metas planejadas pelo Governo. O volume de transposição, créditos adicionais e remanejamento no ano de 2015 teve redução considerável, comparado a 2014, reduzindo de 23,86% para 15,6%, após repriorização das programações orçamentárias e redução do número de ações de governo;

f) acompanhar a execução das despesas com educação, objetivando o cumprimento do limite mínimo constitucional de 25% das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, aplicado na educação básica, em atendimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal; *sefaz/seduc*

Medidas adotadas:

Sefaz-Reiteradamente a Secretaria da Fazenda orienta à Secretaria da Educação sobre os aspectos relacionados com a execução das despesas com educação.

Seduc - Cumpre informar que mesmo sendo Órgão dependente da liberação dos recursos financeiros da Central de Contabilidade do Estado – Secretaria da Fazenda, realiza o monitoramento dos recursos apurados e disponibilizados por meio do sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municipios – SIAFEM, acompanhando, mensalmente as receitas apuradas e despesas executadas, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as despesas que poderão ser realizadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

g) desconsiderar os valores das despesas de exercícios anteriores vinculadas à saúde, para fins de apuração do limite constitucional mínimo de 12% das receitas de impostos, a serem aplicados em saúde, em obediência ao disposto no art. 50, II da LC nº 101/2000 e art. 24, I e II da LC nº 141/2012; *Sefaz/sesau*

Medidas adotadas:

Sefaz - Quanto ao entendimento em relação a não permitir que as despesas de exercícios anteriores – DEA sejam considerados para efeito do cômputo dos limites mínimos em saúde, creio que está havendo um equivoco por parte dos técnicos que compuseram a comissão técnica especial de análise das contas do governo, pelos motivos abaixo: SAÚDE, LC nº 141/12 – Art. 6ºOs Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. Podemos observar que o dispositivo legal estabelece que o Estado deve aplicar anualmente, no mínimo 12% das receitas ali elencadas em ações e serviços públicos em saúde, no entanto, o Governo do Estado não custeou as despesas de exercícios anteriores – DEA com recursos de superávit apurados em 31.12 do exercício anterior, recursos estes que compreenderiam as receitas arrecadadas em anos anteriores. As DEA's foram custeadas exclusivamente com recursos arrecadados no ano de 2014. A exemplo do que ocorreu, no início de 2015, em que o governo atual ao assumir o governo, se deparou com a folha do mês de dezembro de 2014 e outras obrigações em atraso, ou seja, não tinham sequer empenhado, embora tinham sido registradas no passivo, bem como, não tinha cobertura financeira para que o gestor atual pudesse cumpri-las, então a partir da arrecadação atual dos impostos e transferências o Governo conseguiu, mesmo que com atraso executá-las como despesas de exercícios anteriores. É contraditório pedir a exclusão das despesas de exercícios anteriores no cômputo dos mínimos constitucionais em saúde, principalmente levando em consideração ao que nos últimos anos é recomendado pelo E. TCE, a qual exige que os valores aplicados em ações e serviços públicos em saúde informados ao Ministério da Saúde através do SIOPS guardem conformidade com os relatórios do RREO, ora, quando da alimentação das despesas no SIOPS, o sistema não faz a exclusão das despesas de exercícios anteriores – elemento 92 e se houver exclusão do demonstrativo RREO ficará difícil que os mesmos apresentem os mesmos percentuais de aplicação. Não há por parte do Ministério da Saúde qualquer entendimento para a exclusão das referidas despesas para efeito do cômputo da aplicação constitucional, tanto é que o SIOPS não faz referida exclusão, alias, a Nota Técnica nº 121/2015 do Ministério da Saúde que trata especificamente sobre o assunto, assim conclui:

"Nota Técnica nº 121/2015/DESID/SE/MS, de 28 de outubro de 2015.

IV – Considerações Finais

Destarte os pontos explanados, considerando que as despesas incorridas à conta de DEA foram efetivamente executadas; que o credor adimpliu com a obrigação imposta; que os recursos utilizados para pagamento da despesa são provenientes de arrecadação de impostos; que a fase orçamentária da despesa para cálculo da aplicação mínima é a empenhada; entendemos que as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) deverão entrar no cômputo da aplicação mínimo em ASPS no exercício em que foram efetivamente empenhadas, desde que não tenham sido consideradas em exercícios anteriores; e que atendam, simultaneamente, aos critérios estabelecidos nos artigos 2º e 3º da LC Nº 141/2012". **Grifo nosso**

Vale Ressaltar que a nota técnica supracitada é aprovada pela Câmara Técnica do SIOPS, o qual a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Conselho Federal de Contabilidade – CFC são membros.

Pelo exposto, reiteramos que as despesas de exercícios anteriores não são objeto de exclusão para efeito do computo das despesas com ASPS.

Sesau - O subfinanciamento asfixia a área social e a saúde sofre mais e imediatamente. Os recursos orçamentário e financeiro do Tesouro Estadual disponibilizados, aprovado na Lei Orçamentária Anual da Saúde, vinculados ao Fundo Estadual de Saúde têm sido aquém das necessidades demandadas para o setor, sendo insuficientes para suprir na integralidade as despesas dos serviços dependentes dos recursos financeiros da fonte estadual (Fonte 102), os quais compreendem despesas que não podem ser arcadas com os recursos de transferências constitucionais do SUS (recursos federais transferidos do Fundo Nacional de Saúde por meio de Blocos de Financiamento do Ministério da Saúde) ou despesas cujos parâmetros de utilização do recurso federal requeiram complementação do Tesouro.

Quadro 01 - Déficit Financeiro de Custeio Recurso do Tesouro do Estado – Ano: 2011-2016.

CUSTEIO TESOURO	VALOR ANO (R$)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DEMANDADO	356.118.798,00	339.290.939,04	397.392.808,00	498.790.524,12	490.609.618,00	733.960.645,00
APROVADO	125.824.929,00	207.179.180,00	162.092.808,00	250.000.000,00	264.000.000,00	227.532.000,00
Déficit/Acréscimo sobre o Demandado	-230.293.869,00	-132.111.759,00	-235.300.000,00	-248.790.524,12	-226.609.618,00	-506.428.645,00
LIQUIDADO	189.574.812,42	217.062.857,62	171.546.663,13	271.630.801,01	181.287.626,08	144.158.888,89 *
Déficit/Acréscimo sobre o Aprovado	63.749.883,42	9.883.677,58	9.453.855,13	21.630.801,01	-82.712.373,92	-83.373.111,11

FONTE: SES-TO/LOA/ SIAFEM 2011-2016

* Valor liquidado com Recurso do Tesouro do Estado (Fonte 102), custeio, em 29/12/2016.

•

• Os recursos federais destinados às ações e aos serviços de saúde são organizados e transferidos na forma de blocos de financiamento, conforme definido na **Portaria GM/MS *Nº 204, de 29 de janeiro de 2007 -Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.***

o Governo Federal repassa recursos diretamente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde e estabelece a utilização remuneratória de serviços/procedimentos pela ***"Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – Tabela SUS***", a qual dificilmente corresponde à realidade, devido a sua desatualização em relação aos reais custos de procedimentos para cada região ou serviços de saúde. A tabela é única para o Brasil todo, e não considera os desafios que oneram muito o custeio das ações de saúde, tais como, dificuldade de acessibilidade geográfica, baixa densidade populacional, economia de escala, alto custo para interiorizações e permanência de profissionais especializados para os serviços de média e alta complexidade, os quais certamente não são levados em consideração para o cálculo equitativo dos preços da referida tabela. A ***Tabela SUS*** teve seus preços publicados em Portaria do Ministério da Saúde de 1994 com pouquíssimos reajustes de procedimentos isoladamente ao longo dos anos.

Os estados da Região Norte estão entre os primeiros colocados em percentual de concentração dos recursos de média e alta complexidade sob sua gestão, porém, isto não representa um aporte maior do Governo Federal para correção das desigualdades regionais. O sentido é justamente o oposto: o fato de representar um volume maior de recursos implica na necessidade do desembolso também maior de Recursos do Tesouro do Estado para custear as unidades hospitalares e os serviços ambulatoriais que se encontram na gestão dos estados (unidades que ofertam a média e alta complexidade).

A relação observada evidencia que, quanto mais serviços sob gestão de um determinado estado, maior os gastos com Recursos Próprios em saúde. Isto é o que acontece principalmente com os estados da Região Norte, aí incluso o Tocantins, onde a maior parte dos serviços da média e alta complexidade estão na gestão estadual, obrigando um desembolso maior dos ente estadual na manutenção dos serviços.

Todos os procedimentos realizados no âmbito da média e alta complexidade requerem complementação de Recursos do Tesouro em seu financiamento, devido à discrepância dos custos em relação ao valor/preço dos procedimentos na Tabela SUS, como por exemplo os serviços de anestesiologia, fortemente dependente dos Recursos do Tesouro do Estado, visto que 87,44% do valor do procedimento é financiado por esta fonte e apenas 12,56% pela fonte de recurso do Ministério da Saúde. Outro exemplo são os ***serviços de UTI móvel terrestre, ambulância de suporte avançado tipo "D" (UTI móvel terrestre adulto, infantil e neonatal),*** que precisam ser totalmente financiados com Recursos do Tesouro Estadual. Outros exemplos podem ser visualizados no Quadro 2.

. **Quadro 2 – Comparativo entre o custo de procedimentos na Tabela SUS e o custo real no Estado do Tocantins.**

PROCEDIMENTO		VALOR FINANCIADO (R$)		% Complementação Tesouro
Descrição	Custo Médio (R$)	Tabela SUS - Bloco MAC	Tesouro Estadual	
Diária de UTI Tipo II (Neonatal, Pediátrica ou Adulto)	2.800,00	478,72	2.321,28	485%
Tomografia Computadorizada (de Coluna Lombo-Sacra)	126,37	101,10	25,27	25%
Ressonância Magnética (de Coluna Lombo-Sacra)	335,94	268,75	67,19	25%
Mamografia - MarcacãoPré-Cirurgica	78,12	62,50	15,62	25%
Ultrassonografia de Abdômen Superior	30,25	24,20	6,05	25%

Em proporção de consumo tomamos como demonstrativo do impacto na necessidade de complementação financeira de Recursos do Tesouro as quantidades demandadas pelas 18 unidades hospitalares estaduais:

- 41.100 **Tomografias**/ano a R$101,10/unidade, totalizam R$4.155.210,00/ano; acrescidos em 25% requer o montante de R$1.038.802,50/ano de complemento do Tesouro do Estado.

- 13.476 **Ressonâncias Magnéticas**/ano R$268,75/unidade, totalizam R$3.621.675,00/ano; acrescidos em 25% requer o complemento de R$905.418,75/ano de recursos do Tesouro.

- 16.836 **Mamografias**/ano a R$62,50/unidade, totalizam R$1.052.250,00/ano; acrescidos em 25% requer o complemento de R$263.062,00/ano de recursos do Tesouro.

- 83.856 **Ultrassonografias**/ano a R$24,20/unidade, totalizam R$2.029.315,20/ano; acrescidos em 25% requer o complemento de R$507.328,80/ano de recursos do Tesouro.

•

• A aplicação dos Recursos Próprios está pressionada pela baixa arrecadação do Estado, cuja realidade econômica é limitada, **e que ainda assim já destina mais de 24%** de sua receita própria para a saúde. Quando se avalia a evolução das despesas com recursos próprios do Tesouro Estadual, as despesas crescem muito mais que as receitas de impostos estaduais e transferências constitucionais e legais da União. No período de 2011 a 2014, por exemplo, as despesas cresceram 54,20% enquanto as receitas cresceram apenas 23,84%.

•

• O Governo não tem medido esforços para garantir a assistência da sua população própria, além dos usuários do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso, viabilizando em torno de 83 mil internações e mais de 4 milhões de procedimentos ambulatoriais anualmente.

• A assistência ambulatorial e hospitalar possui um alto custo e é desafiadora para o Tocantins, assim como para toda a Região Norte, que enfrenta desafios que oneram muito o custeio das ações de saúde tais como, *dificuldade de acessibilidade geográfica - as Regiões de Saúde apresentam pontos extremos de distância acima de 200Km, baixa densidade populacional, e alto custo para interiorizações e permanência de profissionais especializados*.

No Tocantins, o Governo Estadual vem arcando com 79% (média dos últimos 10 anos) dos valores absolutos do custo hospitalar total para garantir o funcionamento da Rede composta por 18 unidades que concentram 68% dos Leitos Gerais do SUS e realizam 80% das internações que ocorrem no Estado, equivalendo, portanto, os gastos da fonte do Tesouro Estadual a quatro vezes o valor do recurso federal: R$462 Milhões/ano a média de execução com recursos do Tesouro Estadual (Despesas Correntes – custeio, inclusive pessoal) e R$111 Milhões a média dos últimos 10 anos de execução com recursos da União (Bloco da MAC). No ano de 2015, entretanto, o Governo Estadual arcou com 82%, equivalendo, os gastos da fonte do Tesouro Estadual a cinco vezes o valor do recurso federal: R$838 Milhões/ano com recursos do Tesouro Estadual e R$169 Milhões com recursos da União (Bloco da MAC).

Em relação aos valores das despesas de exercícios anteriores serem consideradas para fins de apuração dos limites constitucionais mínimos de 12%, cumpre esclarecer que, conforme orientações da Secretaria da Fazenda:

> ***"O assunto não é pacífico entre os Tribunais de Contas, bem como, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN também não se posicionou sobre o tema, observando que a própria União não exclui para efeito de aplicação dos***

> ***mínimos em saúde e educação as despesas registradas no elemento 92 – despesas de exercícios anteriores. Outra questão é onde referidas despesas seriam então consideradas, pois elas não foram computadas no exercício anterior, e caso este Egrégio Tribunal entenda que as referidas despesas tenham que ser excluídas, também não serão consideradas no exercício atual.***
>
> ***A título de exemplo: Como que um gestor em seu primeiro ano de mandato herdando centenas de milhões de reais em despesas não empenhadas em dezembro (sem disponibilidade financeira em 31.12) e precisa regularizar o pagamento das mesmas com pessoal/fornecedores/prestadores de serviços, cujo fato gerador já ocorreu, ou seja, irá impactar o orçamento/disponibilidade financeira atual e não será considerada para efeito do mínimo, isto fatalmente o forçaria em não cumprir com as obrigações passadas e para não ter prejuízo em sua gestão executaria somente despesas de competência da sua gestão" ?***

Contudo, observa-se que mesmo excluindo o montante de despesas de exercícios anteriores do cálculo do percentual aplicado em ações e serviços de saúde em 2014, cujo índice **foi de 21,47%** (Fonte SIOPS), a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins ainda permaneceria acima do limite mínimo constitucional de 12% para os Estados, visto que o percentual fica em 18,43%.

h) efetuar análise dos itens de gastos da saúde, sob os critérios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos, objetivando que as despesas estejam adequadamente alocadas, de forma a atingir as metas e objetivos estabelecidos nos Instrumentos de Planejamento para a área da saúde, e a otimização dos recursos destinados no orçamento, para essa função de Governo; Seplan/ Sesau.

Medidas adotadas:

Seplan - Nos instrumentos de planejamento, o percentual de aplicação em ações e serviços de saúde, no ano de 2014, foi de 21,46% sobre a Receita Líquida de Impostos – RLI. Sobre os demais itens, sugere-se uma consulta ao ordenador da pasta para detalhamento e esclarecimentos quanto à implementação das referidas ações;

Saúde.

1) Elaboração do Plano Estadual de Saúde (PES) 2016-2019 concomitantemente ao Plano Plurianual (PPA 2016-2019) considerando também o Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria. A sincronia destes planos representam as escolhas estratégicas responsáveis pelo alcance dos resultados desejados, permeando os caminhos a serem percorridos para o sucesso de sua missão, estabelecendo-se as prioridades da Governança a partir do alinhamento das instituições às estratégias. Todos os objetivos estratégicos dos planos foram alinhados às propostas da 8ª Conferência Estadual de Saúde que culminaram nas diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o PES – 2016-2019, apresentando-se assim as intenções e os resultados a serem buscados no quadriênio que se iniciou em 2016.
2) Elaboração da Programação Anual de Saúde (PAS) que contém as ações anuais que viabilizará o atingimento dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano de Saúde as metas físicas e orçamentárias para cada ação definida, e os indicadores que serão utilizados no monitoramento e na avaliação da

Programação. A PAS é a referência para a realização das ações e serviços públicos em saúde viabilizando a execução focada no que foi planejado.

Ver em anexo apresentação "Planejamento para Gestão do SUS"

3) Implantação do Colegiado gestor da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins-SES-TO, composto pelo Secretário e Superintendentes para o acompanhamento das medidas necessárias ao enfrentamento dos problemas e atingimento dos resultados esperados.
4) Implantação do Colegiado Mensal dos Diretores Hospitalares, composto pelos Diretores Hospitalares, Secretário e Superintendentes, no intuito de acompanhar os serviços, controlar a quantidade e qualidade de insumos, a redistribuição de materiais e medicamentos com uso baseado em evidências, intensificação da fiscalização e controle de serviços.
5) Implantação do Colegiado Financeiro, composto pelo Secretário e Superintendentes que estabelece as prioridades de pagamentos da SES-TO.
6) Institucionalização (Portaria/SES-TO Nº 1474, e 18/10/2016) do Grupo condutor e o Grupo operacional Estadual de Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde que tem como finalidade a articulação, coordenação, integração e validação dos processos de implantação e implementação e organização das ações e serviços de saúde no Tocantins.
7) Execução de um projeto de Avaliação da Rede de Atenção à Saúde do Tocantins, sendo realizado primeiro na Região da Ilha do Bananal, que tem como objetivo identificar os nós críticos, otimizar esforços e estabelecer estratégias concretas para o enfrentamento das dificuldades encontradas na organização das ações e serviços de saúde por região.
   Ver em anexo apresentações "Reunião do Grupo Condutor e Operacional da Rede de Atenção à Saúde - RAS" e "Compatibilização das ações/atividades correlacionadas à Rede de Atenção à Saúde".

"Nesta linha, implantando com transparência e incansável inspiração e transpiração destacamos algumas ações a cada mês em 2016" (MUSAFIR, 2016):

Fevereiro *– Implantação do Modelo de Governança, do Colegiado Gestor e do Gabinete Itinerante, a fim de identificar as necessidades essenciais e o compartilhamento de decisões estratégicas.*

Março *– Implantação do Colegiado de Diretores de Hospitais e do Colegiado Financeiro, e do Gabinete de Enfrentamento à Crise na Saúde, para viabilizar e otimizar recursos e ações de Saúde.*

Abril *– Gestão do Senhor Governador e Bancada Federal ao Ministro da Saúde e elevação do Teto MAC em R$3,3 milhões/mês. Criação do Comitê de Atenção ao Fornecedor para dar transparência à gestão e a correta e criteriosa aplicação dos recursos financeiros.*

Maio *– Lançamento com a Secretaria de Estado da Fazenda do PASE – Pactuação da Atenção Básica à Saúde no Estado, quitando repasse da Contrapartida Estadual a 94% dos Municípios, aproximando–os do Estado e também o início da renegociação de contratos.*

Junho *– Entrega de veículos e bombas de combate ao Aedes aegypti. Publicação de Portarias estruturantes de diversos setores; estabelecimento de*

metas nas Unidades Hospitalares e nas áreas de gestão e serviços; retorno da Controladoria Geral do Estado à Secretaria.

Julho *- Publicação do novo Organograma da Secretaria de Estado da Saúde – TO para o fortalecimento da Gestão com repercussão das medidas administrativas a fim de reduzir despesas e organizar processos estratégicos.*

Agosto *– Implantação das reuniões dos Grupos de Assessoramento Técnico de várias especialidades e profissões para Padronizações e Protocolos; Reforço da Política de austeridade e redução de desperdícios; Nomeação de novos Diretores de Hospitais, por critérios exclusivamente técnicos. Registro dos riscos do escasso recebimento dos recursos do Tesouro e seu impacto negativo na saúde.*

Setembro *– Enfrentamento as sérias dificuldades estruturantes e essenciais aos bons serviços para a população como greves, suspensão de serviços, levando ao aumento das demandas judiciais e impactos na mídia com a responsabilidade de evitar alarmismos.*

Outubro *– Campanhas de prevenção, reuniões estratégicas, persistência das grandes dificuldades financeiras advindas de recursos da fonte do Tesouro; definição do novo fluxo processual com a Meta de 100 dias. Mutirões, Projetos para as Listas de Espera. Respostas ao Plano de Ação Civil e Pública.*

Novembro *– Alcance de 76% de abastecimento dos insumos necessários aos Hospitais e serviços do Estado; relatórios dos avanços que cada Unidade de Serviço da Saúde estadual apresentou; não repasse de recursos da Repatriação à Saúde Pública.*

Dezembro *– Nova crise financeira severa com diversas paralisações e restrição de serviços, com a mesma causa.*

CATEGORIA

Em implementação.

Outras atividades realizadas pela Superintendência de Planejamento da SES-TO para articulação, interpretação e entendimentos das recomendações do TCE:

1) Em 14 de setembro de 2016 foi enviado um ofício nº 7446/2016 (SGD: 2016/30559/67390) para a Controladoria Geral do Estado – CGE, solicitando reunião com a equipe de planejamento da Secretaria de Estado da Saúde responsável pelo “Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA”, para realização de ajustes necessários ao atendimento desta Determinação/Recomendação.

2) Atualização em 2016 do “Instrutivo para alimentação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da CGE” (criado em 2012 pela Secretaria de Saúde em parceria com a CGE), para atender as recomendações às análises de gastos da saúde sob os critérios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos.

3) Intensificação do acompanhamento e recomendações por meio do RecomendaRAG direcionado aos responsáveis (titulares e suplentes designados em Portaria SES Nº 1271, de 05/09/2016) pelos objetivos do PPA e ações da Programação Anual de Saúde (PAS) e orçamento com o propósito de qualificar a informação da produção de ações e serviços de saúde alimentada no sistema.

4) Proposta do projeto ***"Processos Educacionais para o Fortalecimento e Qualificação da gestão de Saúde"*** cujo objetivo é promover a qualificação dos gestores e técnicos para desenvolver habilidades e competências específicas para elaboração dos instrumentos de gestão objetivando atender às demandas decorrentes do processo de gestão do SUS estadual e municipal. Neste projeto serão capacitados os técnicos do âmbito estadual (equipe gerencial composta pelos diretores, gerentes, mais quatro técnicos que atue na gestão estadual).

i) realizar a contabilização, no Fundo Previdenciário, das despesas com os benefícios concedidos a partir de 1º de julho de 2012, em consonância com o art. 17-A, § 6º e art. 17-B da Lei Estadual nº 1.614/2005; Igprev

Medidas adotadas:

Igprev - Providência efetivada, por meio da execução orçamentária e financeira das despesas com benefícios previdenciários em seus respetivos fundos.

j) providenciar que o ativo e demais itens que compõem o patrimônio do fundo de previdência do Estado do Tocantins, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, sejam registrados no fundo previdenciário, nos termos do artigo 17-A, §5º, inc. I da Lei Estadual nº 1.614/2005; Igprev

Medidas adotadas:

Providencia efetivada com a transferência dos demais itens do patrimônio para o Fundo Previdenciário.

k) transferir para o fundo previdenciário, nos termos do artigo 17-A, §3º da Lei Estadual nº 1.614/2005, o resultado positivo entre as receitas e despesas do fundo financeiro; Igprev

Medidas adotadas:

Providência efetivada: o resultado positivo entre as receitas e despesas do fundo financeiro está sendo sistematicamente transferido para o Fundo Previdenciário.

l) atender às disposições da Resolução BACEN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério da Previdência Social – MPS, quanto às aplicações dos ativos previdenciários, e adote medidas para adequação e recuperação das aplicações efetuadas em desacordo com a supracitada normatização; Igprev

Medidas adotadas:

As disposições da Resolução n 3.922/2010 são sempre atendidas, no entanto o desenquadramento de alguns fundos de investimento ainda persistem, por falta de alternativas de solução; o Termo de Ajustamento de Conduta já foi extinto pelo MPS.

m) apresentar justificativas da variação anormal da folha líquida de pessoal do Poder Executivo, no mês de abril de 2014; Sefaz/secad

Medidas adotadas:

Secad - Em relação ao itemdo referido instrumento, encaminhamos os relatório de rendimentos e descontos indicando os valores líquidos das folhas de pagamento referentes às competências de março, abril e maio de 2014, consoante resumos gerais cujas cópias seguem acostadas, nos quais as informações seguintes:

I- Março/2014: **R$ 117.104.010,74** (cento e dezessete milhões cento e quatro mil e dez reais e setenta e quatro centavos);
II- Abril/2014: **R$ 123.310.989,19** (cento e vinte e três milhões trezentos e dez mil novecentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);
III- Maio/2014: **R$ 149.359.072.62** (cento e quarenta e nove milhões trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).

A variação nos valores informados, registrada não somente nos meses apontados, especificadamente por se tratar de ações corriqueiras relacionadas aos atos de gestão da Administração Pública decorrem de **inclusões de contratos temporários em folha de pagamento**, de onde se verifica considerável rotatividade de servidores em consonância com a necessidade de prestação e continuidade dos serviços públicos, e bem como da inclusão de data-base e do atendimento de progressões, que em 2014, ocorreram na referência do mês de maio, ensejando aumento relevante no valor líquido registrado.

n) Poder Executivo - promover as medidas necessárias para cumprimento da determinação contida no artigo 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, objetivando o reenquadramento da despesa com pessoal, nos prazos previstos; secad.

Medidas adotadas:

Secad- A despesa com pessoal se manteve em um percentual *acima do limite prudencial permitido de 46,55%,* previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O agravamento do contexto econômico vivido não só pelo Estado bem como por outros entes federados,a continuada frustração de receitas oriundas do escasso repasse federal e a fragilidade da arrecadação, além dos tantos compromissos anteriormente firmados com as diversas carreiras que compõem os quadros de pessoal do Executivo, sem que se promovesse um estudo de impacto orçamentário-financeiro, objetivaram a necessidade novas adequações na estrutura operacional do Poder Executivo. O Governo tomou as seguintes medidas para conter as despesas com pessoal:

- Redução de unidades nas estruturas operacionais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, através da Medida Provisória 03/2016, com redução de 124 cargos comissionados e a extinção de 06 órgãos da Administração Direta e Indireta, estando providos 2.861 cargos, dos quais 29% são ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- Manutenção da suspensão de todas as concessões de promoções ou progressões à exceção dos Militares.
- Parcelamento da data-base de 2016 e após negociação com as entidades classistas.
- Manutenção da suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018.
- Redução da Jornada de Trabalho dos servidores do Poder Executivo, com exceção dos serviços que por sua natureza, exijam plantão permanente, de 8hs diárias para 6hs diárias, no período de 21/11/2016 a 30/04/2017, no horário das 12h30min as 18h30min. Com essa medida estima uma economia de 10% no consumo de Energia Elétrica e Água potável, e 20% em viagens, telefonia e combustível.
- Controle e medidas de redução nas despesas com pessoal, especificamente na redução dos cargos comissionados, contratos temporários e nas funções gratificadas, em torno de 2.000 servidores, sendo que a economia prevista para os próximos 02 (dois) anos é de R$ 136 milhões, sendo que até abril/2017 serão economizados R$ 83 milhões com pessoal e custeio. Com essa economia, a probabilidade é de que estejamos enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a partir de maio de 2017.

o) Assembleia Legislativa quanto o Tribunal de Contas do Estado - adotar as medidas necessárias objetivando o cumprimento da determinação contida no parágrafo único, do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000;

p) realizar adequado planejamento, com a previsão de dotações orçamentárias, necessárias para suportar as obrigações com pessoal, evitando a ausência do reconhecimento orçamentário, no exercício do fato gerador da despesa, em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 e 4.320/64; Sefaz/Secad/Seplan

Medidas adotadas:

Em implementação/Seplan. O Estado vem realizando esforços para equilibrar suas despesas com a folha de pagamento dentro do exercício financeiro, mediante decretos de contenção de gastos, redução dos cargos, junção e extinção de Secretarias, entre outras medidas;

q) adotar medidas para que as Demonstrações Contábeis do estado reflitam com fidedignamente a situação real dos resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio e suas mutações, em observância ao princípio da transparência, princípios de contabilidade, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e manual de contabilidade aplicada ao setor público; sefaz

Medidas adotadas:

Em 2015 foi feita a implantação integral do PCASP Estendido aos Estados e Municípios. Também foram implantadas em 2015 as Demonstrações Contábeis de acordo com o MCASP, com execução da coluna de exercício anterior, tendo em vista que foi o 1º ano de implantação. Em 2016 as DCASP's estão integralmente implantadas.

r) promover a completa implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, bem como apresentar suas Demonstrações Contábeis, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); sefaz

Medidas adotadas:

Em 2015 foi feita a implantação integral do PCASP Estendido aos Estados e Municípios. Também foram implantadas em 2015 as Demonstrações Contábeis de acordo com o MCASP, com execução da coluna de exercício anterior, tendo em vista que foi o 1º ano de implantação. Em 2016 as DCASP's estão integralmente implantadas.

s) Promover as medidas necessárias junto aos órgãos setoriais, objetivando o atendimento dos critérios para reconhecimento de despesas de exercícios anteriores, estabelecidas no artigo 37 da Lei nº 4320/64, as quais devem constituir-se como exceção à regra do artigo 58 a 60 da mencionada Lei; Seplan

Medidas adotadas:

Em implementação/Seplan. Os órgãos setoriais serão orientados a cumprir o art. 37 da Lei no 4.320/64;

t) adotar medidas necessárias junto às unidades gestoras do Estado, para regularização dos saldos Suprimento de Fundos e Convênios Concedidos, ainda pendentes de prestação de contas, bem como que fique evidenciado o detalhamento dos saldos Suprimento de Fundos e Convênios Concedidos, pendentes de baixa contábil, distinguindo os valores oriundos de contas não prestadas, daqueles que se encontram apenas pendente de análise, de forma a dar maior transparência quanto ao total dos saldos registrados em Convênios Concedidos e Suprimento de Fundos; sefaz/cge

Medidas adotadas:

Sefaz- Ressalta-se que já existem procedimentos contábeis para a devida contabilização, e esta à disposição para em conjunto com os demais órgãos envolvidos viabilizar estudos e a implantação das medidas necessárias.

CGE- Em resposta aos apontamentos proferidos no item "t" da análise da prestação de contas do exercício de 2016, o qual solicita informações e as medidas tomadas referente a regularização dos saldos de Suprimentos de Fundos e Convênios Concedidos, visando a efetiva aplicação dos recursos, obedecendo aos critérios e prazos de aplicação, informamos que em 2015 a Gestão da Controladoria Geral criou a Gerência de Controle de Recursos Descentralizados para controlar e acompanhar esses convênios, tendo como objetivo subsidiar os órgãos na boa e regular aplicação destes recursos.

Desde então, uma das atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2016, foi a implementação do **Sistema Informatizado de Acompanhamento dos Convênios concedidos** e do **Sistema Informatizado de Acompanhamento dos Adiantamentos/Suprimento de Fundos**.

Em relação às medidas para regularização dos saldos em aberto, a Controladoria, por meio dos Sistemas de Acompanhamento, tem notificado os órgãos no sentido de justificarem ou baixarem os saldos pendentes nos sistemas e no SIAFEM. O grande desafio da CGE é sensibilizar os órgãos a alimentarem os sistemas, principalmente a parte de execução financeira tanto dos convênios quanto dos suprimentos de fundos.

u) priorizar a implementação de um sistema informatizado gerencial que permita o controle efetivo dos recursos repassados a título de convênios e suprimento de fundos. Conjunto Sefaz/CGE/Seplan

Medidas adotadas:

Em implementação/Seplan. O sistema informatizado gerencial que permitirá controle efetivo dos recursos de convênios está na fase licitatória (elaboração do Projeto Básico e aprovação técnica jurídica para implementação de ampla concorrência do pleito). Quanto aos Suprimentos de Fundos não há sistema previsto, portanto, não implementado;

CGE – Em resposta aos apontamentos proferidos no item "u" da análise da prestação de contas do exercício de 2016, o qual solicita informações e as medidas tomadas referente a regularização dos saldos de Suprimentos de Fundos e Convênios Concedidos, visando a efetiva aplicação dos recursos, obedecendo aos critérios e prazos de aplicação, informamos que em 2015 a Gestão da Controladoria Geral criou a Gerência de Controle de Recursos Descentralizados para controlar e acompanhar esses convênios, tendo como objetivo subsidiar os órgãos na boa e regular aplicação destes recursos.

Desde então, uma das atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2016, foi a implementação do **Sistema Informatizado de Acompanhamento dos Convênios concedidos** e do **Sistema Informatizado de Acompanhamento dos Adiantamentos/Suprimento de Fundos**.

Em relação às medidas para regularização dos saldos em aberto, a Controladoria, por meio dos Sistemas de Acompanhamento, tem notificado os órgãos no sentido de justificarem ou baixarem os saldos pendentes nos sistemas e no SIAFEM. O grande desafio da CGE é sensibilizar os órgãos a alimentarem os sistemas, principalmente a parte de execução financeira tanto dos convênios quanto dos suprimentos de fundos.

v) adotar ações concretas junto às Unidades Orçamentárias, que tenham em seus orçamentos previsões de recebimento de recursos federais, para se organizarem de forma a estarem preparadas para receber e aplicar os recursos, obedecendo aos critérios e prazos de aplicação previamente estabelecidos; Seplan

Medidas adotadas:

Implementado/Seplan. A Secretaria do Planejamento e Orçamento vem aprimorando e capacitando as equipes técnicas para atender dentro dos prazos de aplicação e previamente estabelecidos às possíveis captações dos recursos federais, através da Rede SICONV e treinamentos diversos.

w) adotar medida objetivando que todas as despesas com pessoal, de natureza remuneratória, sejam classificadas como despesa com pessoal e, consequentemente, incluídas na apuração do limite, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, manual de demonstrativos fiscais elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e recomendações emitidas por esta Corte de Contas; sefaz/secad

Medidas adotadas:

Sefaz – Desde de outubro de 2015 o tema foi tratato em reunião provocada pela Controladoria Geral do Estado – CGE, para que em conjunto com os órgão envolvidos façam estudos visando as adequações necessárias para o devido cumprimento da referida recomendação. Estamos à disposição para em conjunto dar continuidade aos estudos e viabilizar a implantação das medidas necessárias.

x) providenciar junto aos órgãos setoriais, para que as despesas com ensino fundamental e médio sejam classificadas nas subfunções próprias, possibilitando a transparência das informações, de despesas por nível de ensino, e possibilitando o confronto dos valores contabilizados, com aqueles informados no demonstrativo – (MDE-RREO), que dispõe de campo próprio e individualizado para as despesas com ensino fundamental e médio; *sefaz/seduc*

Medidas adotadas:

Sefaz - Existem as subfunções específicas para cada uma destas modalidades de ensino, o qual houve a orientação à Secretaria da Educação sobre o tema, porém é de atribuição legal e exclusiva do órgão a elaboração prévia do seu orçamento em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Medidas adotadas:

Seduc – Com base nas recomendações, a Controladoria Geral do Estado orientou que esta Secretaria tomasse as devidas providencias para que as despeas com ensino fundamental e médio fossem classificadas nas subfunçoes próprias, possibilitando assim a transparência das informações de despesa por nível de ensino e possibilitando o confronto dos valores contabilizados, com aqueles informados no demonstrativo – (MDE – RREO), que dispõe de campo próprio e individualizado para as despesas com o Ensino Fundamental e Médio.
Com isso, esta pasta sinalizou que poderia atender a recomendação do TCE, propondo que a referida alteração fosse adotada quando da formulação do PPA 2016/2019, considerando que estava no último ano de vigência do PPA 2012/2015.
Não obstante o posicionamento adotado por esta Secretaria, quando da resposta à recomendação do TCE, ressalta-se que este Órgão persiste na classificação das despesas na Subfunção 368 – Educação Básica, amparada pela orientação contida na Nota Técnica nº 006/2011/SPO/SE/MEC, que trata da criação da Subfunção 368 – Educação Básica e Portaria SOF n º 54, de 4 de julho de 2011 (anexas), que faculta aos entes federados a utilização de referida Subfunção.
A utilização da Subfunçao Educação Básica, por esta Pasta, objetiva uma simplificação dos Programas e da Ações contidas no respectivo PPA, facilitando assim, a execução orçamentária, visto que as Ações Orçamentárias eram distintas entre as etapas de Ensino Fundamental e Médio, mas na sua execução, contemplavam as mesma unidades escolares nas duas etapas, pois os professores, em sua maioria, atendiam e continuam atendendo as duas modalidades de ensino, utilizando-se dos mesmos mobiliários, aparelhamentos e recursos tecnológicos.
Assim sendo, reitera-se a necessidade da permanência da referida classificação, tendo em vista que é essencial a manutenção da Subfunçao especifica para a Educação Básicas, visto que as Subfunçoes do Ensino Fundamental e Ensino Médio mantem relação, apenas, com as etapas desses níveis de Educação, desconsiderando a situação em que uma ação orçamentária atenda mais de uma etapa da Educação Básica.
Ressalta-se que a transparência e a possibilidade de acompanhamento por parte dos Órgãos de controle estão asseguradas, uma vez que não há a exclusão de Subfunção já existente. Ademais, a Subfunção promove a melhoria nos processos orçamentários porque as despesas que afetavam mais de uma Subfunção na Educação Básica tinham que ser rateadas, antes de serem empenhadas, ou simplesmente eram empenhadas em uma das subfunções disponíveis, comprometendo a boa alocação dos gastos na Educação Básica, conforme Nota Técnica nº 006/2011/SPO/SE/MEC(Anexa).
Desse modo, o procedimento adotado por esta Secretaria possibilita a transparência das informações das despesas por níveis de ensino, em conformidade ao que dispõe a Nota Técnica n º 006/2011/SPO/SE/MEC, que trata acerca da criação da subfunçao 368 – Educação Básica e Portaria SOF nº 54, de 4 de julho de 2011. Eventuais esclarecimentos por meio dos telefones 3218-1577/6147.

y) aportar os recursos necessários para cobertura da insuficiência das contribuições previdenciárias do Fundo Financeiro, conforme determina a Lei nº 1.614/2005, arts. 17-A e 19;sefaz/igprev

Medidas adotadas:

O aporte mencionado nos arts. 17-A e 19 ocorrerá quando o resultado entre as receitas e despesas for negativo; como ainda existe um resultado positivo, não há necessidade de aporte.

z) Proceda à contabilização do valor da renúncia, em conta redutora da respectiva receita, com vistas a refletir a situação da receita orçamentária do Estado; sefaz

Medidas adotadas:

Para contabilização de Renúncia de Receita, no momento do fato gerador, deve ser reconhecido o Direito do Crédito a Receber em contrapartida a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA),e, concomitantemente ao registro patrimonial, ocorrem os controles orçamentários, sendo, em geral, utilizada a metodologia da dedução de receita orçamentária, em conta redutora de receita, para evidenciar as renuncias nos casos em que possam ser mensurados (MCASP, 2015). Para que sejam possíveis as respectivas contabilizações de naturezas patrimonial e orçamentaria, é essencial a existência de sistema que realize o controle dos Créditos tributários e não tributários a receber a fim de fornecer à Contabilidade informações confiáveis e tempestivas, propiciando o correto reconhecimento dos fatos. Assim, a não contabilização de Renuncia de Receita justifica-se pela inexistência de Sistema que garanta o controle e o fornecimento das informações necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório das Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins, de exercício de 2015, tem como objetivo atender ao disposto no artigo 99, § 2º, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado -TCE), e cumprir o artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, e os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2016, abrangendo os três Poderes e o Ministério Público, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 10,2 bilhões, de acordo com a Lei nº 3.048, de 21 de dezembro de 2015 (LDO), e aprovado pela Lei Estadual n° 3.052, de 21 de dezembro de 2015 (LOA).

O somatório geral da arrecadação do Estado alcançou a cifra de R$ 9,1 bilhões (11,43% maior do que em 2015), o que corresponde a 88,82% da receita prevista atualizada para o exercício.

Com relação à despesa estadual, a realização girou em torno de R$ 8,6 bilhões, representando um acréscimo de 14,88% em relação aos gastos realizados no exercício anterior.

A Receita Corrente Líquida alcançou um montante de R$ 7,3 bilhões, cifra que representa crescimento na ordem de 15,68% em relação ao exercício de 2015.

As despesas correntes, que correspondem aos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, além de outras despesas correntes, somaram R$ 7,7 bilhões, o que representou 89,31% do total dos gastos públicos realizados em 2016.

As despesas de capital, que basicamente constituem os investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, somaram R$ 919,5 milhões, o que corresponde a 10,69% do total realizado no período, representando um acréscimo de 35,65% em comparação com o exercício de 2015.

As despesas com pessoal e encargos sociais do Estado – consolidadas correspondem a 58,01% da Receita Corrente Liquida – RCL, ficando dentro do limite permitido. As despesas do Poder Executivo com pessoal ficaram 48,34% sobre a RCL, dentro do limite máximo permitido (49%).

Na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas atingiram a cifra de R$ 1,5 bilhão, o que corresponde a 25,12% da Receita Líquida de Impostos, ficando acima 0,12% do percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Nas ações e serviços públicos de saúde foram aplicados R$ 1,1 bilhão, correspondente ao percentual de 17,94% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando em 5,94 % o mínimo previsto no art. 77, inc. II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

O valor do Resultado Primário, correspondendo a R$ 63,8 milhões, foi bem superior à meta anual prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2016, que estimou um déficit de (R$ 374 milhões).

O Resultado Nominal, cujo objetivo é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício atual e o anterior, apresentou déficit de (R$ 113,2 milhões), porém dentro da meta fixada para o período, no valor de R$ 545.302.000,00, inclusive com folga.

A Dívida Consolidada registrou saldo de R$ 3,1 bilhões no final do exercício, sendo que deste saldo R$ 1,9 bilhão refere-se à Dívida Fundada Interna, R$ 946 milhões à Dívida Fundada Externa e R$ 216,1 milhões ao pagamento de Precatórios.

Quanto à Dívida Consolidada Líquida, o montante é de R$ 2,4 bilhões, o que corresponde a 33,05% da Receita Corrente Líquida – RCL, inferior ao limite fixado na Resolução nº 40 do Senado Federal, que permite o montante máximo de duas vezes a RCL ou 200% da RCL.

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, o exercício encerrou-se com um Superávit Orçamentário de R$ 461,4 milhões.

Em razão das limitações administrativas encontradas no início da gestão deste Governo, verificaram-se esforços despendidos para o incremento da capacidade de arrecadação e da eficiência dos gastos públicos, buscou-se o fortalecimento institucional e a reorganização da estrutura organizacional de Governo, de modo a obter resultados significantes para superar as dificuldades de gestão encontradas pela atual administração, especialmente de atividades que promovam o desenvolvimento sustentável, priorizando o crescimento do produto agropecuário, agroindustrial, ecoturístico, o combate à pobreza e às desigualdades sociais, assegurando o direito do cidadão tocantinense.

Os indicadores sociais externos, notadamente nas áreas de maior relevância, como Saúde; Educação e Conhecimento; Segurança Pública,

Assistência Social e Direitos Humanos; Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente; Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura; Gestão Pública, dão a dimensão do cumprimento das políticas públicas estaduais, como demonstrados adiante.

Em resposta aos desafios do cenário econômico negativo e visando o equilíbrio das contas públicas, o Governo do Estado do Tocantins decretou em 2016 uma série de medidas que visaram à redução do custeio da máquina pública, dentre elas, destacamos a redução de unidades nas estruturas operacionais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, nos termos da Medida Provisória 3, de 27 de janeiro de 2016; o parcelamento da data-base de 2016, após negociação com as entidades classistas; a manutenção da suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018; a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos do Poder Executivo; o controle e medidas de redução das despesas com pessoal, especificamente, na redução de 2.000 agentes públicos, considerando, nesse quantitativo, ocupantes de cargos em comissão, contratados temporariamente ou designados para o exercício de funções gratificadas.

A par desse contexto, é imperioso destacar que, em outra perspectiva, o Tocantins conseguiu obter bons resultados em 2016, considerando os esforços para superar as metas traçadas para a integração do Estado a partir do fortalecimento das potencialidades do Estado, onde, registrou-se um aumento do PIB estadual, contraposto ao momento de quedas consideráveis do PIB nacional, houve a retomada do crescimento dos investimentos estaduais, mediante financiamento interno e externo, e o aumento real da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. O Fundo de Participação dos Estados – FPE, o repasse de maior montante das transferências correntes, apresentou um aumento de 12% comparado ao ano anterior, devido ao repasse da Lei de Repatriação do Governo Federal. O ICMS é o imposto de maior relevância na arrecadação estadual.

Além dos aspectos orçamentário-financeiros, algumas importantes realizações e conquistas no ano de 2016, que, sinteticamente, estão destacadas nos **seis eixos estratégicos** da atuação estatal:

I – SAÙDE

- Com a premissa de viabilizar à população acesso às ações e serviços de saúde com qualidade, em 2016 trabalhou para desenvolver os macroprocessos que norteiam a execução de políticas públicas de saúde, quais sejam: vigilância em saúde (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e saúde do trabalhador); atenção primária; assistência hospitalar (hospitais regionais e de pequeno porte); os serviços de apoio diagnóstico e

terapêutico; a autossuficiência do sangue e seus componentes; a assistência farmacêutica; a gestão e regulação do trabalho; a educação na saúde; o planejamento em saúde; a ouvidoria; o controle, regulação e avaliação e a auditoria e o cofinanciamento. Estes macroprocessos culminaram nas entregas de produtos à população diretamente, na forma de ações e serviços de saúde, e aos municípios, na forma de apoio e capacitação para melhoria da gestão e execução das ações e serviços de saúde, conforme previsto no Plano Estadual de Saúde (PES 2016-2019) e Programação Anual de Saúde (PAS 2017), oportunizando 2.337.226 procedimentos ambulatoriais, dos quais 1.093.822 foram procedimentos com finalidade diagnóstica, 1.218.357 procedimentos clínicos, 12.128 procedimentos cirúrgicos, ou seja, cirurgias ambulatoriais e pequenas cirurgias, 55.677 atendimentos nos serviços de referência de reabilitação do Estado, com geração de 66.028 procedimentos; serviços de Hemodiálise, localizados em Araguaína, Palmas e Gurupi,a 424 pacientes/mês; assistência em atenção domiciliar pelo Programa Melhor em Casa a 270 usuários, evitando internações desnecessárias; regulação das Cirurgias Cardiológicas do Hospital e Maternidade Dom Orione, em Araguaína; Reforma do Hospital Regional Dr. Alfredo Oliveira Barros, de Paraíso do Tocantins, com ampliação de 30 leitos gerais; e ampliação de 26 leitos gerais no Hospital de Referência de Porto Nacional melhorando o atendimento das especialidades de clínica médica, cirurgia geral e ortopedia;

II – EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

Baseado na premissa de que o conhecimento constitui a base da formação das competências, o Governo procurou investir, não só, na infraestrutura das unidades de ensino, mas, também, nos seus educadores e na disponibilização dos recursos tecnológicos para o ensino-aprendizagem, podendo ser revelado nas ações executados pela área da Educação, com o aparelhamento de 127 unidades escolares dos ensinos fundamental e médio que receberam 11.330 conjuntos aluno e 576 conjuntos professor, com investimento de R$ 6.535.144,65 (seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), investiu-se R$ 1.528.249,17 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos) na formação continuada de profissionais da educação básica, beneficiando 3.252 servidores da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes; quanto às ações relacionadas às políticas públicas de esporte, lazer e juventude para a comunidade tocantinense, o Governo do Estado do Tocantins investiu R$ 13.182.809,84 (treze milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) e no programa de transporte escolar dos alunos da educação básica atendeu 25.333 alunos, com investimento de R$ 77.632.861,15 (setenta e sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e quinze centavos) em todos os municípios do estado, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

E ainda com relação a Universidade Estadual do Tocantins foi registrado um novo salto qualitativo com sua transformação em Autarquia de

Regime Especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, avançando ainda mais em direção à sua consolidação enquanto universidade comprometida com o Estado do Tocantins e com a sua missão de ofertar a educação superior, em consonância com o preceito da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

III - SEGURANÇA PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A promoção da segurança pública, Assistência Social e Direitos Humanos ocorreu com a melhoria do atendimento prestado ao cidadão, por meio da execução de metas, investimentos e capacitações, conforme pode ser verificado com a exposição feita a seguir:

Capacitação de 727 policiais militares tanto em cursos internos de atualização quanto cursos técnicos especializados, como por exemplo, Força Tática, Cinotecnia, Operações Especiais, Identificação Veicular, Operações em divisas, Captação de recursos, Gerenciamento de Crise, Explosivista entre outros, aquisição de 30 fuzis AR-10 semi-automáticos, 2.100 coletes balísticos, mais de 3000 coturnos e 7000 peças de fardamento; implemento de R$ 1.061.000,00 em investimentos em recursos e equipamentos para proteger nossas ricas fauna e flora tocantinense;

O governo ainda investiu no Reaparelhamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher de Palmas – DEAM na reforma do prédio do complexo das Delegacias Especializadas da Capital, da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Palmas, da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Palmas, da Central de Atendimento da Polícia Civil em Palmas (Central de flagrantes) e da Academia de Polícia Civil em Palmas/TO, ampliou a Frota de Veículos da Polícia Científica.

Houve a realização da segunda etapa do concurso público do quadro da Secretaria de Cidadania e Justiça. Outra atividade que tomou destaque nas pautas da secretaria foi a realização de obras nas unidades de Talismã, CASE de Palmas e Araguaína.

Foi desenvolvido projeto básico para Construção e Manutenção do Centro de Referência em Direitos Humanos e a partir desse passo, encaminhou-se a Terra Palmas, solicitação de doação do terreno para o pleito.

Além do objetivo de potencializar a participação dos movimentos sociais nas atividades de defesa e promoção dos direitos humanos foram desenvolvidas ações de cunho a interação entre a sociedade civil e governo para aperfeiçoar as políticas de promoção e defesa dos direitos humanos. A participação na conferência nacional temática e conferência nacional de direitos humanos são exemplos de fortalecimento.

IV - DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE

A Agrotins é um dos principais mecanismos de política pública do Plano Plurianual - PPA do Estado do Tocantins, que ao longo de suas 16 edições vêm contribuindo decisivamente para a modernização e diversificação de sua base produtiva, refletindo no aumento das exportações agrícolas do Estado, que se encontra em ritmo de crescimento contínuo desde o ano de 2008, proporcionando maior competitividade e eficiência no desenvolvimento sustentável do agronegócio regional, sendo norteado por estratégias que visam incentivar o aprimoramento tecnológico com a disponibilização de linhas de crédito e a difusão de tecnologias produtivas e sustentáveis ao setor agropecuário. Portanto, o projeto Agrotins tem evoluído positivamente em cada edição, sempre superando as metas anteriormente estabelecidas, gerando excelentes resultados sob os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, evidenciando-se assim a sustentabilidade desse importante evento agrotecnológico.

Muitas atividades foram desenvolvidas no sentido de buscar o fortalecimento das cadeias produtivas de origem vegetal, destacando-se as de grãos, fruticultura, flores tropicais, mandioca, silvicultura, biocombustível e bioenergia, por meio de reuniões, encontros técnicos, jornada tecnológica, visitas técnicas, monitoramento, instalação de vitrines tecnológicas, participação em feiras, seminários, caravanas, capacitações, dia de campo, workshops, missões técnicas e publicações, atendendo diretamente em torno de 3.800 pessoas, entre técnicos, pesquisadores e produtores rurais, realizados por meio de aproximadamente 100 eventos técnicos.

Também, foram desenvolvidas atividades para fortalecer as cadeias produtivas de origem animal, destacando-se as de bovinocultura de corte e leite, apicultura, ovino caprinocultura, avicultura, aquicultura e pesca, por meio de reuniões, encontros técnicos, jornada tecnológica, visitas técnicas, monitoramento, instalação de vitrines tecnológicas, participação em feiras, seminários, caravanas, capacitações, dia de campo, workshops, missões técnicas e publicações, atendendo diretamente em torno de 1.800 pessoas, entre técnicos, pesquisadores e produtores rurais, realizados por meio de aproximadamente 100 eventos técnicos.

Foram desenvolvidas políticas da Agricultura Familiar visando ações práticas que permitam o fomento, compreendendo as tipificações, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e assentados de reforma agrária e dos projetos do Crédito Fundiário.

Foram desenvolvidos os sistemas Controle de Inspeção de Frigoríficos ao qual está disponível na intranet e contempla o lançamento de produção e acompanhamento de abate dos frigoríficos estaduais. Sistema de Inspeção de Laticínios que está em fase final de implantação com a produção e acompanhamento de recebimento de matéria prima de leite nos laticínios e a

produção de produtos e subprodutos do leite. Implementação evolutiva do sistema de Vigilância Ativa Módulo PEEEB – Programa Estadual de Encefalopatia Espongiforme Bovina, com integração ao sistema de GTA – Guia de Transito Animal e disponibilizando para o usuário o formulário de cadastro das vigilâncias ativas bem como os relatórios de gestão e envido do controle ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Implementação dos módulos de controle das campanhas de vacinação de 2016 com ajustes para o lançamento da Carta Aviso.

V - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO, INDUSTRIAL E INFRAESTRUTURA.

O Tocantins tem como uma das metas prioritárias a garantia da implementação de redes de infraestruturas modernas e eficazes que viabilizem a mobilidade de pessoas, bens e serviços com segurança, rapidez e comodidade, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida do cidadão. Paralelamente, haverá promoção de obras públicas compatíveis com as demandas da sociedade, bem como a salvaguarda do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico-cultural. Ao longo de 2016, os órgãos que compõem o Sistema de Transportes e Obras Públicas; a Secretaria de Estado da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos (SEINF) e a Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO), foram responsáveis por obras e implementação de redes viárias em todo o Estado do Tocantins. No decorrer do exercício, a SEINF, em consonância com diretrizes da redução de gastos públicos, sofreu alterações quanto a suas competências e sua estrutura. A junção da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação na estrutura da SEINF, acena priorizar o planejamento finalístico, capaz de conquistar recursos de fontes alternativas, como a realização de convênios, a captação de recursos federais e a parceria com as prefeituras municipais.

Em 2016, a Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO) com seu novo conceito de gestão de contratos, buscou atingir e manter padrões de desempenho que assegurem condições satisfatórias de segurança e trafegabilidade. Nesta nova sistemática ocorreu a contratação de serviços de recuperação e conservação de estradas alcançando o montante de aproximadamente 1.560 quilômetros de rodovias pavimentadas, englobando todas as regiões do estado, sendo que deste montante, 1.100 quilômetros já foram totalmente restaurados.

O Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável - PDRIS prevê também para as regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste a melhoria da acessibilidade da população rural às oportunidades de emprego, serviços, recursos e mercados, pela eliminação de cerca de 2.600 pontos críticos em estradas vicinais municipais, com a construção de pontes, bueiros e galerias, em 72 municípios do estado, cujas obras já proporcionaram o melhoramento de

aproximadamente 5400 km de estradas vicinais. No ano de 2016 foram executadas 81 pontes, 161 galerias e 261 bueiros tubulares tendo como desembolso um montante de aproximadamente R$ 34.000.000,00.

Em se tratando de pavimentação de vias urbanas, a AGETO executou mais de 260 mil metros quadrados de pavimentação urbana e serviços de micro e macrodrenagem nos municípios de Palmas, Araguaína, Colinas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

Elaborou-se a metodologia que define os preços da Tabela de Serviços Complementares da Concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto de 47 (quarenta e sete) municípios do Estado do Tocantins. A ATR participou ainda de Audiências Públicas nos municípios de Araguaína e Palmeirópolis para discussão dos problemas de saneamento básico.

VI – GESTÃO PÚBLICA

Este eixo estruturante do Plano Plurianual busca executar ações e metas com a finalidade de aprimorar os serviços de atendimentos destinados ao servidor e ao cidadão, fortalecendo a gestão dos recursos, modernizando a gestão fazendária, tornando eficiente o nível de arrecadação estadual, oportunizando melhora significativa dos processos de planejamento, orçamento e gestão, dessa forma, em 2016 os órgãos do Poder Executivo Estadual, incumbidos nessa missão, desenvolveram ações primordiais, destacados a seguir:

A Secretaria da Fazenda desenvolveu ações importantes em 2016, que produziram efeitos na comunidade, além de proporcionar melhoria do controle e aperfeiçoamento dos processos nas áreas de execução fiscal, financeira e contábil.

A Secretaria do Planejamento elaborou análises Técnicas das Cartas Consultas referentes elaborações de indicadores do mapa estratégico do Estado e dos planejamentos institucionais; criou o Sistema de Monitoramento do Planejamento e Orçamento do Governo do Estado do Tocantins (MONITORA TOCANTINS); também proporcionou através de seu corpo técnico a criação do novo sistema Integrado de planejamento estratégico, institucional e de elaboração e revisão do PPA – PLANEJA TOCANTINS; produção e Divulgação de Estudos Socioeconômicos do Estado do Tocantins – PDRIS

A valorização do servidor público é uma ferramenta estratégica para a administração estadual, que visa à melhoria da qualidade das atividades desempenhadas pelo Governo Estadual e a melhor prestação dos serviços oferecidos aos cidadãos. Em 2016, através da Secretaria da Administração, o Governo do Estado realizou as seguintes medidas:

I - Ajustar a despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A despesa com pessoal se manteve em um percentual *acima do limite prudencial permitido de 46,55%,* previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O agravamento do contexto econômico vivido não só pelo Estado bem como por outros entes federados, a continuada frustração de receitas oriundas do escasso repasse federal e a fragilidade da arrecadação, além dos tantos compromissos anteriormente firmados com as diversas carreiras que compõem os quadros de pessoal do Executivo, sem que se promovesse um estudo de impacto orçamentário-financeiro, objetivaram a necessidade novas adequações na estrutura operacional do Poder Executivo. O Governo tomou as seguintes medidas para conter as despesas com pessoal:

Redução de unidades nas estruturas operacionais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, através da Medida Provisória 03/2016, com redução de 124 cargos comissionados e a extinção de 06 órgãos da Administração Direta e Indireta, estando providos 2.861 cargos, dos quais 29% são ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Manutenção da suspensão de todas as concessões de promoções ou progressões à exceção dos Militares.

Parcelamento da data-base de 2016 e após negociação com as entidades classistas.

Manutenção da suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018.

Controle e medidas de redução nas despesas com pessoal, especificamente na redução dos cargos comissionados, contratos temporários e nas funções gratificadas, em torno de 2.000 servidores, sendo que a economia prevista para os próximos 02 (dois) anos é de R$ 136 milhões, sendo que até abril/2017 serão economizados R$ 83 milhões com pessoal e custeio.

II - Aperfeiçoar a política de carreiras do Poder Executivo Estadual:

Foram assegurados todos os direitos e vantagens constantes dos diversos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Executivo, tais como:

Concessão de promoções, não aplicadas no ano de 2014, beneficiando 1.530 Policiais Militares e 235 Bombeiros Militares, após análise criteriosa dentro das normas legais.

Reajuste da data base 2016 em 9,8707%, gerando impacto financeiro anual aproximado de R$ 215.000.000,00, beneficiando aproximadamente 33.000 servidores e militares efetivos do Poder Executivo, se estendendo aos inativos e pensionistas, através da lei 3.174, de 28 de dezembro de 2016. Com o pagamento da primeira parcela em 2% a partir do mês de janeiro de 2017, a segunda parcela no percentual de 2% no mês de maio de 2017 e a terceira parcela no percentual de 5,5658% no mês de setembro de 2017.

Concessão de reajuste aos os Policiais e Bombeiros Militares em atendimento decisão judicial, com trânsito em julgado, proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0001729-15.2015.827.0000, gerando impacto financeiro anual aproximado de R$ 132.439.365,95, beneficiando 4.262 militares.

É criada, na estrutura organizacional da Secretaria da Administração, a Universidade Corporativa do Estado do Tocantins - UNICET, com sede na Capital e atuação em todo o Estado.

Disponibilização da plataforma CHAMILO para implantação dos cursos da modalidade à distância, pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.

Cursos realizados na modalidade a distancia: Introdução ao Serviço Público – 533 inscritos; Considerações sobre a Lei n. 1.818/2007 – 825 inscritos; e Aspectos Econômicos, Históricos e Geográficos do Tocantins – 827 inscritos.

Cursos e treinamentos realizados na modalidade presencial: O Papel da Tutoria na EaD – 19 inscritos; Plataforma CHAMILO – 19 inscritos; e Sistema de Gestão Acadêmica – 27 inscritos.

O Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins implementou melhorias físicas, operacionais, tecnológicas e de postura administrativa, com o intuito de garantir maior eficiência, transparência e segurança aos diversos processos e procedimentos.

Os resultados finais do Recadastramento Previdenciário realizado foram avaliados como muito positivos, visto que do total dos beneficiários do Instituto, menos de 0,5% deixou de comparecer para atualização dos dados cadastrais (99,6% de êxito), resultando em uma base cadastral mais completa e confiável. O Sistema de Arrecadação também foi aperfeiçoado. A Diretoria Executiva não mediu esforços para reestruturar e dar condições à área para que pudesse executar o controle necessário ao processo, de forma a eliminar eventuais dúvidas quando aos recebíveis do Instituto. A identificação do crédito a receber de cada órgão ficou mais precisa e ágil, bem como a cobrança dos valores referentes a servidores cedidos a entes que não fazem parte do Regime, por meio da emissão automatizada de boletos de cobrança.

Na área de investimentos, foram adotadas ações que em nenhum momento trouxesse riscos ao patrimônio do Instituto. Todas as aplicações e reaplicações foram feitas em instituições sólidas, principalmente no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e outros bancos de primeira linha, bem ranqueados (Itaú, Bradesco, Santander, Safra, SICOOB). Outra condição é que as aplicações resguardassem os ganhos necessários ao atingimento ou superação da Meta Atuarial, que é de IPCA + 6,29% a.a., o que de fato ocorreu, tendo gerado, posição de novembro/2016, um resultado positivo de R$ 454,1 milhões.

Diante de tudo o que foi demonstrado neste Relatório, pode-se afirmar que os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e

operacional mostraram-se satisfatórios sob os aspectos formais, contábeis e operacionais, exceto ao não cumprimento do limite prudencial com os gastos de pessoal do Poder Executivo que ficou acima em 1,79%, a Administração Pública Estadual promoveu todos os esforços no sentido de ajustar as Contas Públicas, com Despesas de Pessoal, Custeio e Cumprimento dos Eixos Estratégicos previstos no PPA 2016-2019, onde os efeitos dessas medidas serão evidenciadas no decorrer do exercício de 2017, como o enquadramento nas especificações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 31 dias do mês de março de 2017.

LUIZ ANTONIO DA ROCHA

Secretario-Chefe

Benedito Martiniano da costa Neto

Diretor de Avaliação e Controle da Gestão Governamental

Lúcia Helena Queiroz Lima Câmara

Gerente de Controle do Gasto Público e Consolidação das Contas

ANEXOS

Anexo Único à Mensagem nº11, de 1º de fevereiro de 2017.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração tem por competência básica assegurar a orientação normativa, o controle técnico e a gestão dos sistemas administrativos de pessoal, patrimônio mobiliário e semoventes, registrar, controlar, gerir e conceder direitos e deveres aos servidores públicos estaduais, recrutar, selecionar, planejar e desenvolver o pessoal do Poder Executivo, a correição administrativa e o regime disciplinar, supervisionar e controlar os níveis de desempenho, produtividade e eficiência dos servidores públicos, administrar o Almoxarifado Central do Poder Executivo, elaborar o planejamento das ações da UNICET e cuidar de sua gestão, gerir o "Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – PLANSAÚDE", a Garagem Central do Estado e o "Programa de Atendimento ao Público – É PRA JÁ". Em 2016 a SECAD desenvolveu diversos projetos e ações dentre os quais se destacam:

- VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL:

A valorização do servidor público é uma ferramenta estratégica para a administração estadual, que visa à melhoria da qualidade das atividades desempenhadas pelo Governo Estadual e a melhor prestação dos serviços oferecidos aos cidadãos. Em 2016, através da Secretaria da Administração, o Governo do Estado realizou as seguintes medidas:

I - Ajustar a despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A despesa com pessoal se manteve em um percentual *acima do limite prudencial permitido de 46,55%,* previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O agravamento do contexto econômico vivido não só pelo Estado bem como por outros entes federados, a continuada frustração de receitas oriundas do escasso repasse federal e a fragilidade da arrecadação, além dos tantos compromissos anteriormente firmados com as diversas carreiras que compõem os quadros de pessoal do Executivo, sem que se promovesse um estudo de impacto orçamentário-financeiro, objetivaram a necessidade novas adequações na estrutura operacional do Poder Executivo. O Governo tomou as seguintes medidas para conter as despesas com pessoal:

- Redução de unidades nas estruturas operacionais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, através da Medida Provisória 03/2016, com redução de 124 cargos comissionados e a extinção de 06 órgãos da Administração Direta e Indireta, estando providos 2.861 cargos, dos quais 29% são ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.

- Manutenção da suspensão de todas as concessões de promoções ou progressões à exceção dos Militares.

- Parcelamento da data-base de 2016 e após negociação com as entidades classistas.

- Manutenção da suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018.

- Redução da Jornada de Trabalho dos servidores do Poder Executivo, com exceção dos serviços que por sua natureza, exijam plantão permanente, de 8hs diárias para 6hs diárias, no período de 21/11/2016 a 30/04/2017, no horário das 12h30min as 18h30min. Com essa medida estima uma economia de 10% no consumo de Energia Elétrica e Água potável, e 20% em viagens, telefonia e combustível.

- Controle e medidas de redução nas despesas com pessoal, especificamente na redução dos cargos comissionados, contratos temporários e nas funções gratificadas, em torno de 2.000 servidores, sendo que a economia prevista para os próximos 02 (dois) anos é de R$ 136 milhões, sendo que até abril/2017 serão economizados R$ 83 milhões com pessoal e custeio. Com essa economia, a probabilidade é de que estejamos enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a partir de maio de 2017.

II - Aperfeiçoar a política de carreiras do Poder Executivo Estadual:

Foram assegurados todos os direitos e vantagens constantes dos diversos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Executivo, tais como:

- Concessão de promoções, não aplicadas no ano de 2014, beneficiando 1.530 Policiais Militares e 235 Bombeiros Militares, após analise criteriosa dentro das normas legais.

- Reajuste da data base 2016 em 9,8707%, gerando impacto financeiro anual aproximado de R$ 215.000.000,00, beneficiando aproximadamente 33.000 servidores e militares efetivos do Poder Executivo, se estendendo aos inativos e pensionistas, através da lei 3.174, de 28 de dezembro de 2016. Com o pagamento da primeira parcela em 2% a partir do mês de janeiro de 2017, a segunda parcela no percentual de 2% no mês de maio de 2017 e a terceira parcela no percentual de 5,5658% no mês de setembro de 2017.

- Concessão de reajuste aos os Policiais e Bombeiros Militares em atendimento decisão judicial, com trânsito em julgado, proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0001729-15.2015.827.0000, gerando impacto financeiro anual aproximado de R$ 132.439.365,95, beneficiando 4.262 militares.